



**URBANIDADE DESPERDIÇADA:  
O CASO DAS PRAÇAS DE JOINVILLE | SC**

SILVA, C. S. Pórtico de Acesso a Rua XV de Novembro, 2015.



Renata Franceschet Goettems

**URBANIDADE DESPERDIÇADA:  
O CASO DAS PRAÇAS DE JOINVILLE/SC**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Ayrton Portilho Bueno

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Goettens, Renata Franceschet  
Urbanidade desperdiçada : o caso das praças de  
Joinville/SC / Renata Franceschet Goettens ;  
orientador, Ayrton Portilho Bueno, 2017.  
310 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós  
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,  
2017.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura e  
Urbanismo. 3. Espaços livres públicos. 4. Dinâmicas  
urbanas. 5. Aspectos socioculturais. I. Bueno,  
Ayrton Portilho. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo. III. Título.

Renata Franceschet Goettens

**URBANIDADE DESPERDIÇADA:  
O CASO DAS PRAÇAS DE JOINVILLE/SC**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutora”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de Novembro de 2017.

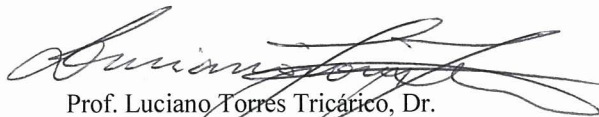


Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya  
Coordenador do Curso

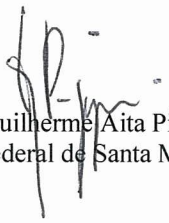
BANCA EXAMINADORA:



Prof.<sup>a</sup> Ayrton Portilho Bueno, Dr.  
Orientador - Universidade Federal de Santa Catarina



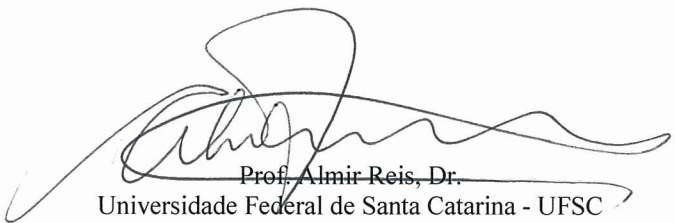
Prof. Luciano Torres Tricárico, Dr.  
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI




Prof. Luis Guilherme Aita Pippi, PhD.  
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM



Prof.ª Adriana Marques Rossetto, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC



Prof. Almir Reis, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC



Prof.ª Maristela Moraes de Almeida, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Este trabalho é dedicado aos meus pais,  
Marlei e Renato Goettems, e à eterna  
amiga, Leticia Niero de Moraes (*in  
memoriam*).





## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, por serem meu porto seguro, por me escutarem, por torcerem por mim e por me lembrarem, a todo momento e inconscientemente, do que é mais importante na vida.

Agradeço ao meu orientador, Ayrton – o Gato, por acreditar no processo, por me incentivar e me instigar a buscar respostas aos meus questionamentos. Por me apresentar o ‘urbano’ e fazer com que me apaixonasse pelo estudo, obrigada por acreditar!

Ao programa, por aceitar minha candidatura, e por possibilitar encontros agregadores ao processo da tese.

Aos professores da banca e ao professor parecerista, Prof. Dr. Joaquin Sabaté Bel, pelas críticas e contribuições para o amadurecimento e direcionamento dos estudos. Aos professores que passaram pelo meu caminho agregando informações e novos conhecimentos, em especial àqueles que ministraram as disciplinas das quais participei.

Aos amigos, obrigada por aceitarem minha ausência e minha eterna conversa sobre o andamento da tese, eu sei que foi chato. Em especial à amiga, colega de graduação, e colega de trabalho, Raquel Weiss, pelas dicas valiosas sobre pesquisa no portal da Capes, e por me auxiliar com o programa que resolvi utilizar para meus estudos urbanos, obrigada pela paciência e disponibilidade. À amiga e colega Carolina Stolf, por ajudar com dados da prefeitura e por apresentar pessoas como o Jorge Campos, que dispensaram tempo e disponibilizaram material para o desenvolvimento da tese. À Luciana Noronha Pereira, pelas conversas e reflexões, por me mostrar autores importantes ao meu processo, por ser família! Ao Daniel e a minha cachorrinha – a Meleca, por proporcionarem

conversas interessantes sobre o tema, pela crítica e pelos passeios pela cidade de Joinville. Ao Cláudio<sup>1</sup>, por ceder gentilmente suas aquarelas dos espaços públicos da cidade. A todos, meu muito obrigada!

Aos queridos alunos da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica de Santa Catarina, pela ajuda nos levantamentos iniciais, em especial à Rafa Poffo, à Maria, à Lucélia, e ao Eduardo, obrigada!

À Mariany, secretária do programa, pela pronta resposta aos e-mails, por auxiliar com os processos burocráticos do programa e por lembrar das matrículas.

A todos que de uma forma ou de outra acompanharam essa caminhada que durou mais de quatro anos e que foi fonte de muito aprendizado.

Por fim, àqueles que me perguntavam: E a tese? Entreguei!

---

<sup>1</sup> Cláudio Santos da Silva é mestre em planejamento urbano, professor universitário do Centro Universitário Católica de Santa Catarina e membro integrante do Urban Sketckers Brasil, desenvolvendo seus desenhos principalmente nas cidades de Joinville/SC e Pelotas/RS.

Se a vida, como disse Vinícius de Moraes, é a arte do encontro, a cidade é o cenário desse encontro – encontro das pessoas, espaço das trocas que alimentam a centelha de gênio humano.  
(Jaime Lerner, 2013)



## RESUMO

Esta tese busca trazer a compreensão sobre os possíveis fatores envolvidos na pouca utilização dos espaços livres públicos (ELPs) de praça da cidade de Joinville | SC. Busca referências que contribuam para o entendimento da dinâmica urbana e sociocultural de uma cidade industrial de médio porte e analisa como o crescimento urbano pode ter influenciado na localização dos ELPs e nas formas de utilização desses espaços. Parte-se da hipótese de que os aspectos culturais, de planejamento urbano e de conformação dos espaços livres públicos possuem relação direta com a perda da esfera pública e o esvaziamento desses locais. Trabalha-se com três sub-hipóteses que auxiliaram na comprovação do exposto. Essas sub-hipóteses estão relacionadas à quantidade e localização dos ELPs de praça inseridos na malha urbana; a pouca ênfase dada para esses espaços no planejamento urbano da cidade e a cultura dos habitantes locais que parecem não valorizar essas áreas. Buscou-se comprovações para essas sub-hipóteses como forma de evidenciar o descaso com os espaços livres públicos de praça em Joinville. Para as análises socioculturais, buscou-se apoio em teses, dissertação e livros de historiadores locais que evidenciassem aspectos da sociedade e da cultura desde o início da colônia. Esbarrou-se em uma limitação, pois essa análise poderia ser melhor embasada se existissem estudos sociológicos ou antropológicos sobre a região, estudos esses que não foram encontrados. No que tangenciou ao planejamento urbano, buscou-se apoio nos estudos de desenvolvimento urbano e planos diretores existentes no arquivo histórico junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ), atual Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento (SEPUD). A análise desse

material permitiu construir um arcabouço de informações e de imagens que auxiliaram na compreensão da evolução urbana da cidade e dos modos de apropriação dos espaços públicos. Além disso, mapas antigos e descrições do período colonial permitiram compreender como a colônia se desenvolveu até o momento do primeiro estudo urbano, em 1965. Ao buscar a relação existente entre a quantidade e a localização dos ELPs de praça de Joinville, as análises apoiaram-se nos conceitos desenvolvidos por Sennett (1993), Lefebvre (2008), Jacobs (2011), Gehl (2013), Alexander, Ishikawa e Silverstein (2013), Aguiar (2012), Holanda (2012), Netto (2012), Tenorio (2012) e Saboya (2013) que apontam para elementos a serem considerados para que exista a vitalidade urbana, o encontro, a socialização e a utilização dos espaços – a urbanidade. As pesquisas e análises confirmaram as hipóteses levantadas e deram indícios do começo de uma retomada do ELP de praça na cidade. Retomada que aponta para a necessidade de planejamento de espaços livres públicos, sejam eles praça, largos, adros, ruas ou quaisquer outros espaços os quais permitam encontros intencionais ou não, que permitam a socialização, a vida cotidiana e que animem a urbe.

Palavras-chave: Espaço livre público, urbanidade, dinâmica urbana.

## ABSTRACT

This thesis seeks to bring understanding about the possible factors involved in the little use of free public spaces (FPSs) in the square of the city of Joinville | SC. It looks for references that contribute to the understanding of the urban and socio-cultural dynamics of a medium-sized industrial city and analyzes how urban growth may have influenced the location of the FPSs and the ways of using these spaces. The hypothesis is that the cultural aspects of urban planning and the conformation of public spaces are directly related to the loss of the public sphere and the emptying of these places. We work with three sub-hypotheses that helped to prove the above. These sub-hypotheses are related to the quantity and location of FPSs inserted in the urban network; the little emphasis given to these spaces in the urban planning of the city and the culture of the local inhabitants who do not seem to value these areas. Evidence was then sought for these sub-hypotheses as evidence of the neglect of public spaces in Joinville. For sociocultural analyzes, support was sought in theses, dissertations and books of local historians that showed aspects of society and culture from the beginning of the colony. It came up against a limitation because this analysis could be better based if there were sociological or anthropological studies about the region, studies that were not found. In what touched on urban planning, support was sought in urban development studies and master plans existing in the historical archive with the Institute of Research and Urban Planning of Joinville (IPPUJ), the current Secretariat of Urban Planning and Development (SEPUD). The analysis of this material allowed building a framework of information and images that helped to understand the urban evolution of the city and the ways of appropriating

public spaces. In addition, ancient maps and descriptions of the colonial period allowed us to understand how the colony developed up to the time of the first urban study in 1965. In the search for the existing relationship between the quantity and the location of PFSs in Joinville square, the analyzes were based in the concepts developed by Sennett (1993), Lefebvre (2008), Jacobs (2011), Gehl (2013), Alexander, Ishikawa and Silverstein (2013), Aguiar (2012), Netto (2012) and Saboya (2013) that point to elements to be considered for urban vitality, meeting, socialization and use of spaces - urbanity. The surveys and analyzes confirmed the hypotheses raised and gave indications of the beginning of a resumption of PLP in the city. Resumption that points to the need to plan public spaces, whether they are square, wide, streets or any other spaces that allow intentional or not, that allow socialization, daily life and that animates the city.

Keywords: Free public space, urbanity, urban dynamics.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Exemplo de espaços excessivamente amplos propostos pelo urbanismo moderno. Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF ..	48
Imagem 2 - Fotos High Line Park em Nova York. ....	62
Imagem 3 - Fotos Av. Paulista aos domingos – Rua de lazer. ....	62
Imagem 4 - Rua do Príncipe em 1866. Ao fundo, vê-se a igreja católica. À direita (em primeiro plano) construções cobertas com palha. À esquerda, grande residência coberta com telhas (revelação de que as habitações começam a melhorar na segunda década de existência da vila). Foto de autoria do fotógrafo Niemeyer. ....	92
Imagem 5 – Jardim Lauro Muller no início do século XX. ....	94
Imagem 6 - "Clube Joinville" na Rua do Príncipe. Construído entre os anos de 1911 e 1913. ....	94
Imagem 7 - Fotos de desfiles de carros alegóricos durante os festejos do centenário de Joinville. ....	97
Imagem 8 - Fotos da Praça da Bandeira entre as décadas de 1950 e 1960. ....	99
Imagem 9 - Fotos do Festival de Cuca ocorrido em 2016 na Praça do Mercado Municipal. ....	104
Imagem 10 - Fotos do encontro <i>Stammtisch</i> realizado na via gastronômica (Rua Visconde de Taunay) em 2015. ....	105
Imagem 11 – Fotos da Praça Lauro Muller com intervenção dos “Palcos Abertos”. ....	105
Imagem 12 - Projeto 'Oasis-Jativoca' desenvolvido na comunidade do Jativoca, em Joinville, em novembro de 2015. ....	107
Imagem 13 - Rua de Lazer na Av. Herman August Lepper, em uma manhã de primavera, 2016. ....	108
Imagem 14: Aglomeração no dia 15 de março de 2015 – movimento “Vem pra rua”. ....	110
Imagem 15 – Principais eixos de mobilidade de Joinville e sua relação com as praças e parques da cidade. ....	112
Imagem 16 - Mapa da Colônia Dona Francisca (destaque em vermelho). ....	121
Imagem 17 - Indicação dos vetores de crescimento com base no Mapa da demarcação do dote da Princesa Dona Francisca. Em amarelo, o ponto de ocupação inicial da colônia, em laranja, as áreas ocupadas pelo Luso-brasileiros. Mapa de 1846. ....	123
Imagem 18 - Esquema gráfico da expansão da Colônia Dona Francisca sobre mapa de 1860 – Setas vermelhas indicam o ponto inicial de implantação da Colônia e seu crescimento a Norte, Oeste e Sul. ....	124

Imagem 19 - Recorte do mapa da cidade de Joinville em 1860 com sobreposição do traçado viário atual do centro da cidade.....	126
Imagem 20: Localização Praça do Mercado, atual Praça Lauro Muller. Em destaque no mapa (laranja). Em amarelo, as vias originais da Colônia. Diagrama sobre mapa de 1924. E fotos do Jardim Público Lauro Muller – década de 19--.....	130
Imagem 21 – Localização das terras de Bruestlein, com destaque para a Maison e a Alameda, bem como a localização da Praça do Mercado. Manchas de crescimento urbano de 1851 (núcleo) e 1890. ....	133
Imagem 22 - Esquema gráfico evidenciando o surgimento de indústrias familiares como a Wetzl. Mapa de Joinville de 1924. ....	139
Imagem 23 - Manchas de ocupação urbana sobre malha atual. ....	145
Imagem 24 – Mancha de crescimento urbano até a década de 1960 e localização das praças existentes até 1965.....	146
Imagem 25 – Evidência de ocupação irregular - Em vermelho, ruas principais e estruturadoras dos fluxos da cidade desde os primeiros anos da Colônia. Em verde, praças centrais mapeadas pela prefeitura municipal naqueles anos (Praça Lauro Muller, Praça Nereu Ramos e Praça do Mercado público). ....	149
Imagem 26 - Previsão de expansão de Joinville na década de 1960....	157
Imagem 27 - Espaços livres públicos de praça cadastrados pela prefeitura municipal em 1962. ....	158
Imagem 28 – Exemplo de praças cadastradas pela prefeitura de Joinville que são consideradas elementos do sistema viário em 1962.....	159
Imagem 29 – Espacialização das propostas de criação de parques, novas centralidades, expansão urbana e consolidação do centro cívico e administrativo realizadas pela SERETE no estudo urbanístico de 1965/66. Espacialização sobre mapa de 1962, com base nos mapas do plano de 1965.....	165
Imagem 30 – Eixos principais de circulação demarcados sobre mapa de 1977. ....	167
Imagem 31- Localização das áreas de preservação previstas no Plano Diretor de 1973 demarcadas sobre planta da cidade de 1977. ....	170
Imagem 32 – Estrutura viária típica da cidade em 1987. Vias estruturadoras nos bairros, com vias locais muito extensas chegando na via estruturadora. Área de comércio e serviço ao longo da via estruturadora e nas vias locais apenas áreas residenciais.....	175
Imagem 33 - Exemplo de via estruturadora no bairro Iririu sem via auxiliar para drenar o fluxo de veículos.....	176

Imagem 34 - Exemplo de lote colonial desmembrado em lotes menores com criação de servidão ou via particular de acesso ao novo lote. .....	177
Imagem 35 – Densidade populacional (hab./ha) em 2010 por setor censitário com localização dos ELPs de praça e parque e demais espaços de socialização (shoppings e recreativas/clubes).....	185
Imagem 36 – Fotos Rua de Lazer no domingo.....	188
Imagem 37 - “Praça linear” Vice Prefeito Luiz Carlos Garcia no Costa e Silva. ....	188
Imagem 38 – Fotos das Recreativas da Embraco e da Tigre.....	189
Imagem 39 – Fotos do Shopping Muller – localizado no bairro Centro. .....	189
Imagem 40 – Manchas urbanas de 1851 e 1890, sobre malha urbana atual, com demarcação da primeira praça – Praça do Mercado, atual Praça Lauro Muller de 1897.....	200
Imagem 41 –Praça Lauro Muller com seu entorno imediato no ano de 2017.....	202
Imagem 42 – Casas precárias em áreas inadequadas (mangues) – processo de ocupação da periferia de Joinville entre as décadas de 1970 e 1980.....	205
Imagem 43 – Mancha de crescimento urbano entre as décadas de 1950 e 1966. Crescimento acelerado nas direções norte, oeste e sul da cidade. Localização das praças existentes até 1967. ....	206
Imagem 44 – Mancha de crescimento urbano entre as décadas de 1950 e 1966. Crescimento acelerado nas direções norte, oeste e sul da cidade. Localização das praças existentes até 1967. ....	209
Imagem 45 – Relação dos espaços baldios e das áreas de remanescente viário considerados pela municipalidade como espaços livres públicos de praça. Localização perante as principais vias de mobilidade e a densidade por setor censitário de 2010 (IBGE)...	215
Imagem 46 - Localização dos espaços livres públicos baldios e de remanescente viário de Joinville relacionando-os ao rendimento médio mensal por setor censitário.....	216
Imagem 47 – Localização dos espaços livres públicos baldios de Joinville relacionando-os ao seu entorno imediato e uso do solo urbano. ....	217
Imagem 48 – Localização dos Espaços Livres Públicos baldios frente ao uso do solo urbano com ênfase nos usos comerciais e de serviços. .....	218

Imagem 49 – Espaços livres públicos de remanescente viário. Evidências de localização junto a vias de grande fluxo (continua...).	219
Imagem 50 – Espaços livres públicos de remanescente viário. Evidências de localização junto a vias de grande fluxo.....	220
Imagem 51 – Espaços livres públicos baldios. Evidências de localização a áreas predominantemente residenciais (continua.....)	220
Imagem 52 – Espaços livres públicos baldios. Evidências de localização a áreas predominantemente residenciais.....	221
Imagem 53 - ELPs em remanescente viário – demonstrando as formas encontradas. Superior, Praça Alídio Pohl, junto a Av. Hermann August Lepper. Ao centro, Praça Castelo Branco, junto a Av. Albano Schulz. Inferior, Praça Albano Schmidt, junto a Rua Prefeito Helmuth Fallgatter. ....	223
Imagem 54 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente as principais vias de mobilidade de Joinville.....	225
Imagem 55 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente as densidades (hab./ha) por setor censitário.....	226
Imagem 56 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente renda média mensal (R\$) por setor censitário.....	227
Imagem 57 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente ao uso do solo urbano. ....	228
Imagem 58 – ELPs em remanescente viário – demonstrando a pouca utilização dessas áreas. Superior, Praça dos Pioneiros, junto a Rua Benjamin Constant. Ao centro, Alídio Pohl, junto a Av. Hermann August Lepper. Inferior, Praça Monte Castelo e Estação da Memória, junto a Av. Getúlio Vargas.....	230
Imagem 59 – Fotos Parque do Morro do Boa Vista e do Parque Morro do Finder.....	232
Imagem 60 – Localização dos Espaços Livres Públicos de praça frente ao uso do solo urbano e as centralidades aparentes – áreas comerciais e de serviço. ....	235
Imagem 61 – Localização dos Espaços Livres Públicos de praça frente ao uso do solo urbano com destaque para as áreas comerciais e de serviço.....	236
Imagem 62 – Localização dos Espaços Livres Públicos de praça junto às centralidades dos bairros Costa Silva e Centro.....	237

Imagem 63 - Aproximação do bairro Costa e Silva. Pessoas do bairro em uma praça de bairro junto a uma das vias estruturadoras do bairro, Rua Inambú. ....	239
Imagem 64 - Localização dos ELPs de praça sobre densidade demográfica (hab./ha) por setor censitário. ....	241
Imagem 65 – Localização dos ELPs de praça frente ao rendimento médio mensal (R\$) por setor censitário do IBGE de 2010. ....	242
Imagem 66 – Localização dos espaços de socialização privados, tais como <i>shoppings</i> , clubes, associações e recreativas relacionadas com as principais vias de mobilidade de Joinville. ....	247
Imagem 67 – Localização dos espaços de socialização privados frente ao rendimento médio mensal por setor censitário de 2010. ....	248
Imagem 68 - Localização dos espaços de socialização privados frente a densidade demográfica (hab./ha) por setor censitário de 2010. ...	249
Imagem 69 - Localização dos espaços de socialização privados frente ao uso do solo urbano. ....	250
Imagem 70 - Localização de dois espaços privados de socialização (Embraco e Tigre) junto às indústrias mantenedoras – fotos das recreativas durante a semana. ....	251
Imagem 71 – Raios de atendimento dos Espaços Livres Públicos de praça e parque segundo sua área. ....	255
Imagem 72 – Raios de atendimento dos espaços privados de socialização – recreativas, associações e clubes – segundo sua área. ....	256
Imagem 73 – Raios de atendimento das áreas de <i>Shopping</i> . ....	257
Imagem 74 – Raios de atendimento dos espaços públicos e privados de socialização de Joinville / SC. ....	258
Imagem 75 – Concentração dos espaços privados e públicos de socialização na região central da cidade de Joinville. ....	259
Imagem 76 – Aproximação do Bairro Centro – Praças Lauro Muller e Nereu Ramos. ....	262
Imagem 77 – Aproximação do Bairro Centro – Praças da Bandeira e Alameda Brustlein. ....	263



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de espaços livres públicos, definidos a partir de suas dimensões e determinados seus raios de abrangência. ....	81
Tabela 2 - Tabela síntese das principais críticas e sugestões dos autores clássicos oferecidas pelo referencial abordado. ....	293





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ELP – Espaço Livre Público

IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville

SEPUD – Secretaria de Pesquisa Urbana e Desenvolvimento



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>31</b>
1.1 HIPÓTESE .....	34
1.2 OBJETIVOS.....	35
1.2.1 Objetivo Geral.....	35
1.2.2 Objetivos Específicos.....	36
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	36
<b>2. ESFERA PÚBLICA, URBANIDADE E QUALIDADE DA VIDA URBANA .....</b>	<b>41</b>
2.1 ELPS: A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS ABERTOS DE CONVIVÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA .....	41
2.2 ELPS, ESFERA PÚBLICA E URBANIDADE .....	54
2.3 QUALIDADE DA VIDA URBANA.....	63
<b>3 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>71</b>
3.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS .....	72
3.2 ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS .....	74
3.3 ASPECTOS FÍSICOS, MORFOLÓGICOS E DE LOCALIZAÇÃO.....	76
<b>4 SOCIEDADE, CULTURA E ESPAÇOS PÚBLICOS EM JOINVILLE/SC.....</b>	<b>87</b>
<b>5 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE JOINVILLE.....</b>	<b>119</b>
5.1 ANTECEDENTES DA EVOLUÇÃO URBANA DE JOINVILLE .....	120
5.2 PLANO BÁSICO DE URBANISMO DE 1965 - SERETE ..	154
5.3 PLANO DIRETOR DE 1973 .....	166
5.4 ESTUDO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE 1987 E LEIS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE 1996 (LUOS).....	172
5.5 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE DE 2008.....	180
5.6 LEI DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – LOT 2017 ...	191
<b>6 OS ELPS NA EVOLUÇÃO URBANA DE JOINVILLE .....</b>	<b>197</b>
6.1 O CRESCIMENTO URBANO E OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.....	198
6.2 OS ELPS DE PRAÇA NA JOINVILLE DE HOJE.....	211

<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>269</b>
7.1	LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE TRABALHO FUTURO.....	274
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>279</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>291</b>
	APÊNDICE A – TABELA SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CRÍTICAS E SUGESTÕES DOS AUTORES CLÁSSICOS OFERECIDAS PELO REFERENCIAL DO CAPÍTULO 2.....	293
	APÊNDICE B – PRINCIPAIS FESTIVIDADES DA CIDADE DE JOINVILLE.....	295
	APÊNDICE C – PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS CLASSIFICADAS POR TIPO DE SERVIÇO.....	298
	APÊNDICE D – PROPOSTAS DE REVITALIZAÇÃO URBANA DO ESTUDO DE 1987 PARA A ÁREA CENTRAL DE JOINVILLE .....	299
	APÊNDICE E – TABELA COMPARATIVA DOS BAIRROS.....	305
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>307</b>
	ANEXO A – ZONEAMENTO URBANO DO PLANO DIRETOR DE 1973.....	309
	ANEXO B – MACROZONEAMENTO URBANO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE 2008 .....	310



## CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

- 1.1 HIPÓTESE
- 1.2 OBJETIVOS
- 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

SILVA, C. S. Moinho Santista, 2015.

CLAO



## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese propõe um diálogo entre a vida sociocultural e as políticas públicas de desenvolvimento urbano como forma de evidenciar a pouca apropriação dos espaços livres públicos na cidade de Joinville/SC por parte da população e do poder público, ou seja, o desperdício de oportunidades para tornar a cidade mais viva, mais acolhedora, com mais encontros interpessoais - com mais urbanidade<sup>2</sup>.

Fundada por imigrantes germânicos, em sua maioria, em meados do século XIX, ao norte do estado de Santa Catarina, Joinville possui características próprias. Situa-se sobre um território de terras baixas junto ao mar, com grandes áreas de manguezais, locais alagadiços e alguns pequenos morros. Criada a partir de interesses comerciais, seu desenvolvimento deu-se principalmente através da economia industrial.

Baseada em uma cultura de trabalho<sup>3</sup> parece não valorizar seus ELPs, e especialmente suas praças, como elementos que possam estruturar encontros entre grupos sociais diversos, necessários para uma vida urbana com qualidades desejadas e indicadas por teorias urbanas contemporâneas, que permitam o encontro de diferentes grupos sociais, a interação inesperada, o movimento cotidiano e toda a gama de elementos que afetam a esfera pública, a dinâmica urbana e a urbanidade.

---

<sup>2</sup> Urbanidade que, baseada em conceitos contemporâneos estudados mais adiante, é entendida nesta pesquisa como a qualidade de lugar de atrair muita gente, gente diferente (cultural, social, econômica, etária e etnicamente) e em horários diversos.

<sup>3</sup> Muito do que se fala em “cultura de trabalho” pode ser justificada pela própria religião protestante, predominante entre os primeiros imigrantes. Max Weber observou e pontuou que os proprietários do capital, empresários e maioria dos trabalhadores com qualificação profissional de maior grau professavam algum credo de origem protestante, o que pode estar relacionado a essa “cultura do trabalho” arraigada na cidade de Joinville.

A maior<sup>4</sup> e mais rica<sup>5</sup> cidade do estado sofreu com o crescimento populacional e urbano desordenados, frutos de propagandas empresariais que enaltecem a “Manchester Catarinense”. Tais propagandas disseminadas pelo estado e pelo país criaram a imagem de uma cidade com qualidade de vida<sup>6</sup>. Esse ideal de qualidade de vida atraiu muitos migrantes para a cidade que, despreparada, teve seus problemas agravados devido ao excesso de pessoas e à falta de planejamento, principalmente o urbano.

Joinville, ao longo dos anos, vem crescendo (populacional e territorialmente) e, apesar da existência de planos diretores que norteiam seu crescimento desde a década de 1970, o que antes era qualidade de vida, tornou-se problema a ser resolvido. O espraiamento territorial iniciado principalmente nos anos de 1960 consolida-se na década de 1980 e aumenta as áreas pouco atendidas por infraestrutura urbana, como aconteceu em grande parte do país. A população se distribui em regiões periféricas, com pouca ou nenhuma estrutura urbana de abastecimento e com mobilidade urbana precária. Acrescenta-se o incipiente número de espaços livres públicos para interação social e a frequente utilização de espaços privados para a socialização, desperdícios de uma vida urbana que estava em pleno desenvolvimento.

Apesar dos planos diretores demonstrarem certo grau de interesse em áreas públicas de interação social, é notória a pouca ênfase às questões

---

<sup>4</sup> Maior em termos populacionais. Segundo dados do IBGE cidades, são estimados para o ano de 2017 cerca de 577.077 habitantes na cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>, acesso em 14.07.17.

<sup>5</sup> Joinville possui o maior PIB do estado desde 2013 (VIER, 2015).

<sup>6</sup> Qualidade essa atrelada a recompensas (salários ou divisão de lucros) que possibilitam a aquisição de bens e ajudam a mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estados de consciência a respeito dos graus de felicidades ou prazeres momentâneos que criam/geram sensações de sucesso (HERCULANO, 2000).



relacionadas à criação e definição de áreas livres públicas para a socializações dos indivíduos, para a prática da democracia, da esfera pública e para o incentivo à urbanidade. Qualidades da cidade que podem garantir certos graus de segurança, maior coesão social e menores segregações.

Obviamente, entende-se que a perda da esfera pública manifestada no espaço livre público e o consequente esvaziamento dessas áreas da cidade não são privilégios de Joinville. Esse movimento pertence a uma esfera global e vem sendo estudado desde o final do século XIX e início do século XX. Autores consagrados como Lefebvre, Sennett, Habermas, Gehl, Jacobs dentre outros apontam para a necessidade da retomada do espaço público enquanto mediador das relações sociais, para o florescimento da vida pública: da urbanidade.

Entende-se que o simples encontro entre pessoas e grupos sociais permite a validação/identificação da essência do ser, possibilitando seu crescimento (TENORIO, 2012). Assim, compartilhar espaços com outros indivíduos, mesmo que com eles não se interaja, favorece a aprendizagem social. Essa aprendizagem pode ser ainda mais intensa e rica, se os indivíduos pertencerem a outros grupos sociais e seu encontro puder ser favorecido e mediado através do espaço livre público. Dessa forma, a busca pela urbanidade e por espaços livres públicos que a viabilizem é algo desejável em qualquer sociedade.

Justifica-se seu estudo na cidade de Joinville, tendo em vista que a percepção empírica aponta para uma sociedade que pouco utiliza seus espaços públicos de socialização. Ainda mais, que esses espaços são poucos, mal estruturados e mal distribuídos na cidade, de maneira que não

configuram um sistema de espaços livres públicos coeso na malha urbana da cidade.

Neste contexto, pretende-se analisar a cidade de Joinville com foco nos ELPs de praças. A cidade torna-se foco desta pesquisa a partir do momento em que, morando nela, senti falta de um espaço externo (livre) onde fosse possível ficar, sentar, observar e interagir direta ou indiretamente com o espaço e com outras pessoas. Um local que possibilitasse interações entre diferentes grupos sociais, que convidasse a caminhar, a parar, a olhar, de forma despreziosa, sem análise, com o simples intuito de gastar tempo e ver gente. Não encontrando esse lugar, me vi instigada a entender como, uma cidade do porte de Joinville<sup>7</sup>, com uma área urbana considerável – o que promove uma baixa densidade populacional na cidade –, não possui espaços convidativos ao uso e à interação social, onde existe a sensação de que as pessoas que nela moram estão ali apenas para trabalhar. Questionei-me então sobre essa falta de espaços; sobre a pouca utilização que via quando andava na rua; sobre a qualidade desses espaços, pensando como poderiam atrair pessoas. Essa percepção empírica levou a indagar sobre os modos de relacionamento da sociedade local com sua cidade, em especial seus espaços livres públicos e sua baixa apropriação social, base desta pesquisa.

## 1.1 HIPÓTESE

Nesta pesquisa tem-se como hipótese que: os aspectos culturais, de planejamento urbano e de conformação dos espaços livres públicos possuem relação direta com a perda da esfera pública e o esvaziamento

---

<sup>7</sup> Extensão de 1.126,106km<sup>2</sup> e população estimada pelo IBGE de 577.077hab.

desses locais. Busca-se estudar o caso de Joinville/SC como forma de evidenciar tal hipótese.

Trabalha-se, assim, com três sub-hipóteses que podem influenciar na pouca utilização dos espaços públicos de praça da cidade de Joinville, sendo elas:

1 – A população parece não possuir uma cultura de apropriação desses espaços, por diversos motivos, dentre eles: a existência de inúmeras associações recreativas locais<sup>8</sup>, a cultura local, o clima, a proximidade com as praias e a falta de qualidade dos espaços livres existentes;

2 - O planejamento urbano da cidade, desde os primeiros estudos urbanos na década de 1960, não valoriza nem incentiva de modo adequado o uso dos espaços livres públicos por parte da população;

3 - Existem poucos espaços livres públicos de praça na cidade, levando-se em consideração a área urbana da cidade, sua densidade demográfica e os tipos de espaços disponíveis à população, além desses espaços estarem distribuídos aleatoriamente no território, não conformando uma rede conectada de espaços livres públicos de praça.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa de tese tem como objetivo geral evidenciar a urbanidade desperdiçada na cidade de Joinville/SC por parte da

---

<sup>8</sup> As associações recreativas locais são espaços de lazer e socialização disponibilizados pelas empresas aos seus funcionários.

população e do poder público, através do diálogo entre os aspectos culturais, de planejamento urbano e de conformação dos espaços.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar a desvalorização dos espaços livres públicos na cidade de Joinville;
- Investigar e discutir a relação entre a cultura local e as formas de apropriação dos espaços de uso coletivo, com foco nas áreas de praça;
- Identificar e analisar a relação entre o processo de urbanização e a implantação de espaços livres públicos;
- Evidenciar e relacionar a localização dessas áreas na malha urbana com sua pouca utilização.

## 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O capítulo introdutório preocupou-se em apresentar brevemente a cidade de Joinville, destacando a preocupação do estudo que foi desenvolvido. Levantaram-se as hipóteses que podem estar envolvidas na perda da esfera pública e no esvaziamento dos espaços de praça da cidade, bem como elencaram-se objetivos que buscam auxiliar a resposta dessas hipóteses.

O capítulo dois buscou evidenciar a necessidade de espaços livres públicos nas cidades contemporâneas após o seu declínio no século XIX e frente às novas formas de interação social, bem como a necessidade de valorização desses espaços como garantia da vida em sociedade e como espaço no qual a urbanidade pode ser evidenciada.

Os capítulos seguintes buscaram indícios que confirmassem as sub-hipóteses levantadas com base na metodologia de trabalho descrita no capítulo três. Optou-se por desenvolver uma metodologia de trabalho para cada uma das sub-hipóteses, como consequência, os capítulos que se seguem (4, 5 e 6) foram separados de forma a demonstrá-las.

Assim, o capítulo 4 busca responder a sub-hipótese 1, o capítulo 5 refere-se à sub-hipótese 2 e o capítulo 6 à sub-hipótese 3. Apesar de entender ser impossível dissociar a cultura e a sociedade da evolução urbana de uma cidade, buscou-se deixar evidente no capítulo 4 as características socioculturais dos moradores de Joinville e, no capítulo 5, deixar em foco as questões inerentes à evolução urbana da cidade, relacionando aqui com as questões sociais do capítulo anterior.

No capítulo 6, buscou-se trabalhar com a cidade contemporânea, demonstrando alguns comportamentos sociais do joinvillense de hoje, assim como o resultado urbano das intervenções realizadas na cidade desde sua fundação e como esse resultado pode estar influenciando na pouca utilização dos espaços livres públicos de praça.

Por fim, no capítulo 7, são discutidos os resultados obtidos a partir das leituras socioculturais, de políticas públicas e de estrutura urbana, assim como são levantadas recomendações para trabalhos futuros.





## **CAPÍTULO 2**

### **ESFERA PÚBLICA, URBANIDADE E QUALIDADE DA VIDA URBANA**

- 2.1 ELPs: A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS ABERTOS DE CONVIVÊNCIA  
ATRAVÉS DA HISTÓRIA
- 2.2 ELPs, ESFERA PÚBLICA E URBANIDADE
- 2.3 QUALIDADE DA VIDA URBANA

SILVA, C. S. Barco Príncipe, 2013





## 2. ESFERA PÚBLICA, URBANIDADE E QUALIDADE DA VIDA URBANA

Esta fundamentação teórica busca compreender e discutir alguns conceitos contemporâneos relacionados à esfera pública e à urbanidade. Assim, procura-se relacionar tais conceitos com a importância de disponibilizar à população espaços públicos que permitam interações entre os diferentes grupos sociais como meio de favorecer uma aprendizagem social mais rica e intensa, o que pode permitir a criação de sentimentos de pertencimento a determinados grupos e a uma sociedade urbana.

### 2.1 ELPS: A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS ABERTOS DE CONVIVÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Os espaços livres públicos<sup>9</sup> são, por excelência, locais de encontro e de interação dos habitantes da cidade. Encontros e interações intencionais ou ocasionais. Antes mesmo da Idade Antiga, tais espaços surgem para sanar a necessidade de suprir serviços domésticos que não cabiam nas casas, para trocas comerciais, para celebrações, para arguições ou mesmo para decisões relacionadas à vida cidadina, muitas vezes sem a pretensão de possuir um desenho formal. São áreas que podem assumir formas

---

<sup>9</sup> Nesta pesquisa são utilizados com bastante frequência os termos **espaço livre público** e **praça**. Buscou-se diferenciar ambos a fim de evitar confusão. Assim, entende-se que o espaço livre público é todo lugar da cidade com acesso irrestrito, tais como a rua, a calçada, a praça, o largo, os parques, os alargamentos viários e quaisquer outros elementos de acesso público que ajudam a compor a cidade. Já a **praça** faz parte do espaço livre público, sendo um elemento deste, auxiliando nas conexões e na composição da paisagem urbana, além de permitir encontros, desencontros, comemorações. Como define Lamas, “a praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa (...) é um lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, consequentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, 2004, p. 102).

pontuais (praças e largos), lineares (ruas) ou organizarem-se em zonas (parques) e assim estruturarem formalmente o tecido urbano.

Ao longo da história, esses espaços vêm sofrendo alterações em suas configurações formais e nas maneiras de utilização e apropriação do espaço. Se antes não possuíam um desenho formal intencional, esse começa a surgir na antiguidade clássica, com a ágora e o fórum romano, e sua função deixa de ser meramente de serviço e passa a ser de comércio, de lazer, de socialização e de decisões sobre a vida pública.

É no período medieval que se percebe o espaço livre público como um grande espaço de trocas (sociais, comerciais, de serviços). A viela, a praça, o beco, todo e qualquer lugar público pode ser um ponto de encontro para a sociedade que se desenvolvia, os muros delimitavam o “urbano” e em seu interior se desenrolava a vida em sociedade. Feiras, comércios, apresentações, discursos, punições, tudo acontecia no espaço público, fosse ele linear (a via ou o beco) ou convexo (a praça, o largo) (SENNETT, 1990; MUMFORD, 1998; ALMEIDA, 2001; CALDEIRA, 2007).

A evolução social pós período medieval trouxe consigo novas formas de utilização dos espaços públicos. No renascimento as praças surgem em um contexto de cidade ideal e passam a ter uma nova característica, a de marcar visualmente os espaços de catedrais e palácios, passando também a ser um local de contemplação ganhando ornamentos, jardins, estátuas e esculturas (ALMEIDA, 200; VIEZZER, 2014).

Entre os séculos XVI e XVIII, as cidades passam por uma reordenação, a criação de grandes avenidas, a inserção de bairros ordenados/ortogonais, ou seja, uma reordenação e remodelação dos espaços livres públicos. Caracterizando-se por sua monumentalidade,

riqueza de ornamentação e valorização da vida pública (MUMFORD, 1998; ALMEIDA 2001; VIEZZER, 2014).

Até esse momento, o espaço livre público é entendido como um espaço social por excelência, ainda que possa se diferenciar pela hierarquização social promovida pela ascensão da burguesia. É um local de encontros, de tomadas de decisões de interesse da comunidade, de execuções, de espetáculos, comércio, festas, atos religiosos, enfim, da vida cidadina – da esfera pública (ANGELIS e NETO, 2000).

Porém, é no século XVIII que a praça e a rua começam a perder força como símbolos de espaços públicos. A ascensão da burguesia mercantil e intelectual reestruturam a vida na cidade. Teatros, bares e cafés tornam-se alternativas à vida urbana, e deslocam o comércio e as atividades coletivas para áreas fechadas ou a ambientes restritos (CALDEIRA, 2007), ou seja, deslocam essas atividades para a “segurança do edifício frente a complexidade da rua” (SENNETT, 1990, p. 51).

A partir do século XIX, refletindo as transformações da revolução industrial, dos novos elementos que estruturam a cidade (trem, veículos a motor) e dos seus consequentes problemas (congestionamentos, pobreza, segregação), percebe-se uma mudança estrutural na escala da cidade (tanto nos padrões europeus, quanto americanos), como uma tentativa de “cura” aos problemas criados pela rápida industrialização – descongestionamentos e funcionalização do espaço. Essa cidade cresce de forma rápida, acelerada e passa a exigir intervenções abrangentes e não mais restrita a pontos focais. As cidades têm sua malha reestruturada por questões de higiene urbana, bem como de controle de manifestações populares. Seus “labirintos” são abertos, modificando o microclima urbano, facilitando o controle da população e abrindo espaço para a

burguesia emergente, em uma das maiores ações de deslocamento de pessoas do período moderno. Desenvolve-se então a cidade com grandes eixos, *boulevares* e avenidas, substituindo o modelo tradicional de rua por um sistema de fluxo contínuo. Com isso, o espaço livre público de praça passa a possuir um papel de elemento compositivo do sistema viário – tornando-se um local de passagem, de entroncamento (CALDEIRA, 2007).

Para Caldeira (2007):

Essa nova escala da metrópole moderna anuncia um novo fenômeno para os espaços públicos: o esvaziamento e a perda de características tradicionais. Esse processo consolida-se no séc. XX, sobretudo a partir da implantação de planos viários e complexos sistemas de circulação urbana. (CALDEIRA, 2007, p. 33)

Entretanto, esse esvaziamento do espaço público iniciou-se anos antes, como afirma Sennett (1993), em 1974, ao lançar seu livro “O Declínio do Homem Público, as tiranias da intimidade”. Ele aponta para o esvaziamento da esfera pública baseada na hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento e do silêncio, que se refletiu na construção e planejamento das cidades e na forma como as pessoas se relacionavam em público logo após a queda do Antigo Regime. Sennett aponta para fatos e formas de viver dos séculos XVIII e XIX, que são refletidas até o século XX.

É no século XX que os deslocamentos assumem outras formas, podendo ir do tradicional nível do solo, ao subterrâneo e aéreo. O deslocamento através de veículos motorizados (principalmente o individual) ganha força e altera a dinâmica das cidades. Do ponto de vista funcional torna-se possível, a partir desse momento, articular distâncias

que antes não poderiam ser percorridas. Já da visão dimensional, nota-se que a via passa a abranger grande parte dos espaços livres públicos da cidade. Ruas e praças passam a assumir diferentes papéis: a primeira torna-se local de circulação e deslocamento, já a segunda transforma-se em um amplo espaço vazio, sem vida, conseqüentemente pouco atrativo ao morador da cidade. Os autores Alexander; Ishikawa e Silvertein (2013, p.312) contribuem afirmando que as praças projetadas nesse período *ficam bem na prancha de desenho, mas na vida real acabam ficando desertas e mortas.*

Tal esvaziamento do espaço público, tornando-o local de passagem, com grande fluxo de veículos e pessoas que não se sentem atraídas pela conformação dos locais públicos onde habitam, leva à grande utilização de espaços fechados e ditos mais seguros e tranquilos. O ideal moderno de organização urbana traz uma nova forma de ver e perceber a arquitetura. A cidade que emerge dessas transformações é, em tese, inteiramente pública. O discurso igualitário sustenta, portanto, que as convenções arquitetônicas irão, por si mesmas, produzir uma ordem política comunitária. Todos os edifícios e todas as áreas livres existem para representar o bem público (ALMEIDA, 2001, p. 30).

No entanto, apesar da ordenação e limpeza das cidades modernas, estudos demonstram que elas parecem social e espiritualmente mortas. Lefebvre (2008) sustenta que essa supressão da rua enquanto espaço urbano de interações pessoais trouxe conseqüências à vida da cidade, tais como a redução da “cidade” a dormitório e, em suas palavras, à “aberrante funcionalização da existência”. Ou seja, a modernização das funções da cidade trouxe conseqüências na sua estruturação, bem como nas formas

de relacionamento social que, recentemente, sofre com a possibilidade do mundo virtual estar suprimindo as interações presenciais.

A falta de diversidade e a divisão funcional das cidades retiram das ruas o caráter de lugar de encontro, de passeio, de compras, e altera a forma de apropriação do espaço (ALMEIDA, 2001). Alguns autores consagrados no assunto, entre eles Jacobs (1961), Gehl (1971), Sennett (1977) e Lefebvre (2008), nas décadas de 1960 e 1970, denunciavam o declínio do espaço público no período moderno e apontavam como principais causas desse fenômeno a implantação de projetos de renovação urbana desconectados do contexto histórico e cultural, a monofuncionalidade, as megaestruturas urbanas, os automóveis, e alguns elementos culturais como a valorização da intimidade e da privacidade.

Lefebvre (2008) evidencia que o espaço público da rua é um local de encontro, que sem ele não existem outros encontros possíveis, ou seja, sem a rua (local de encontro não intencional) não é possível existir o deslocamento até cafés, teatros e bares (locais de encontros intencionais). Para o autor, tais locais de encontro animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Ele complementa afirmando que “(...) na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e expectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não haverá vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (LEFEBVRE, 2008, p. 27). O que se percebe nessa afirmação de Lefebvre é que os espaços públicos são elementos de extrema importância para a vitalidade da cidade, para o contato social, ou seja, para a urbanidade. Se tais espaço são atrativos, convidativos, acolhedores, as pessoas tenderão a utilizá-los com maior frequência, animando a rua, o bairro ou a cidade, promovendo o encontro, a troca social e a interação urbana.

Gueraldi e Lutz (2015) reúnem estudos que acusam que as estruturas modernas não só afetam a dinâmica tradicional das cidades, como também causam perda de identidade, descaracterização, esvaziamento, degradação e insegurança. Esses estudos, segundo as autoras, ainda apontam propostas para qualificar os espaços públicos ressaltando a escala do pedestre, do campo visual, da legibilidade do espaço, da diversidade de usos e de usuários assim como a integração às realidades locais, elementos esses já identificados por Jacobs, Lynch e Gehl na metade do século XX.

Caldeira (2007) evidencia que, no período moderno, o papel da praça parecia estar condenado a uma escala monumental, desempenhando apenas a função de grande vazio urbano (Imagem 1). Porém, segundo a autora, é no final do século XX, início do século XXI, que uma mudança nas políticas públicas de intervenção urbana chama a atenção para a retomada do espaço público enquanto local de socialização, de encontros, trocas, reivindicações políticas e sociais. Ressurge, então, o conceito do espaço público enquanto protagonista de espaços coletivos, principalmente nas ações de resgate da qualidade urbana e da identidade local, realizadas através de intervenções em áreas centrais, locais históricos ou mesmo reabilitando espaços de pequenas praças. Ainda segundo ela:

Para uma real valorização dos espaços públicos, as estratégias deveriam fundamentar-se na “recuperação da dimensão simbólica” a partir da identificação dos “espaços urbanos de referência cidadina”. O objetivo principal seria “fazer dos lugares de conexão ou nós, um lugar simbólico, um hito cívico”, atribuindo “características de ponto focal, ou seja: monumentalidade, multifuncionalidade, intercâmbio, lugar de

encontro e de expressão” (CALDEIRA, 2007, p. 35)

Imagem 1 - Exemplo de espaços excessivamente amplos propostos pelo urbanismo moderno. Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF



Fonte: Banco de Imagens do Google, acesso em 04.2015.

No Brasil, o curso da história não foi muito diferente. Segundo Almeida (2001), nas décadas de 1920 e 1930 primava-se pela construção de um Estado Novo e pela produção de uma cultura nacional. Para tal, grupos de vanguarda buscavam referências na Europa, especialmente no racionalismo de Le Corbusier. Foi através dos ensinamentos dele que Lucio Costa e Oscar Niemeyer traçaram o plano piloto de Brasília (inaugurada em 1960) que “traz marcas de um racionalismo disciplinador e segregador” (ALMEIDA, 2001, p. 31). Segundo a autora, a intenção da cidade igualitária foi, na prática, subvertida e resultou na segregação e exclusão social.



É a partir dos anos 40, nas grandes metrópoles, que os espaços públicos vão sofrendo grande desvalorização, ficando cercados por um sistema viário de grandes fluxos e sendo abandonados pela população de maior poder aquisitivo que passa a buscar espaços privados para estabelecer suas relações sociais.

Somente na década de 1960 que as ideias de planificação global da cidade e as teorias pós-modernas<sup>10</sup> vêm se contrapor ao modernismo. Surge, então, a preocupação com o resgate à cidade, sendo que as novas propostas de intervenção urbana são, em sua maioria, pontuais e procuram requalificar o espaço respeitando seu contexto, sua inserção urbana, sua morfologia e tipologia arquitetônica, além de tentar preservar os valores locais (ALMEIDA, 2001).

Cunha (2002) ressalta que, no Brasil, esse processo de urbanização nem sempre planejado tem dificultado a obtenção de áreas urbanas para a implantação de parques, praças ou outras áreas verdes que possam constituir um sistema de espaços livres públicos coeso e completo. Ela adverte que, do ponto de vista legal, as leis de uso e ocupação do solo costumam negligenciar a reserva de áreas para tal finalidade através de leis de zoneamento que protegem interesses de valorização de certas áreas dentro da cidade e poucas medidas de cunho efetivo são estabelecidas para a implantação de áreas públicas de parques e praças.

Tendo em vista a questão levantada por Cunha, percebe-se que além de identificar a existência ou não de elementos legais que corroboram com

---

<sup>10</sup> O pós-modernismo surge como uma crítica ao movimento Moderno, e como uma necessidade de reconstrução das cidades após a Segunda Guerra Mundial. As teorias pós-modernas buscavam respostas ao que acontecia nas cidades, ao esvaziamento das áreas urbanas. Porém, suas críticas pouco avançaram no que diz respeito ao conhecimento sobre a cidade e as dinâmicas socioespaciais, sua ênfase nos aspectos locais acabava por negligenciar os aspectos globais, que levam em consideração o sistema de relações entre os espaços (PEPONIS, 1992).

a destinação de áreas para a implantação de espaços livres públicos de praças, é preciso também compreender aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos vigentes no momento da elaboração dos planos e estudos e como isso poderia influenciar nas propostas que poderão ser aprovadas. Mais além, no início do século XXI (mais precisamente no ano de 2001), é criado o Estatuto da Cidade<sup>11</sup>, que, entre outras providências, define que os planos diretores devem permitir a participação da população na discussão daquilo que está sendo proposto, o que se denominou de Plano Diretor Participativo, dando maior amplitude aos assuntos tratados e possibilitando um leque de informações trazidas por aqueles que realmente utilizam a cidade.

Dessa forma, é necessário entender que a cidade não pode ser uma “colcha de retalhos”, desconectada, fragmentada e desigual. É preciso buscar alternativas à lógica pós-moderna de intervenção urbana, onde o arquiteto e urbanista, em sua ânsia de se adequar à nova ordem econômica e social, passa a atender demandas de grupos diversos e propõe soluções pontuais e locais. Nesse sentido, estudos que levem em consideração o todo, a escala global da cidade (a cultura local, a legislação, a morfologia, a ordem econômica e as tipologias arquitetônicas), podem ser alternativas às soluções pontuais. Analisar, avaliar e propor soluções que considerem a diversidade de elementos que compõem a cidade podem ser o ponto de partida para as análises locais.

---

<sup>11</sup> O Estatuto da Cidade, sancionado em 2001 pela Lei 10.257/2001 estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Esse estatuto foi desenvolvido depois de muitos debates sobre o rumo do desenvolvimento das cidades brasileiras. Sua discussão foi iniciada após o Fórum Mundial para o Desenvolvimento Sustentável que gerou a Agenda 21. Mais de 10 anos após o início dos debates mundiais sobre o desenvolvimento e o futuro do planeta, surge o Estatuto das Cidades que visa regular e controlar o desenvolvimento urbano no Brasil.

Diante disso, Almeida (2001) e Guerardi e Lutz (2015) expõem que, desde do surgimento das teorias pós-modernas, um consenso está sendo estabelecido para enfrentar os problemas urbanos que nos foram deixados, tal como: estratégias de formulação de planos de desenvolvimento econômico, social e urbano baseados em uma ampla participação cívica; descentralização de governos locais e implantação de projetos urbanos de iniciativa público/privado como forma de recuperar áreas degradadas, abandonadas ou subutilizadas; além da implantação de projetos e equipamentos capazes de requalificar e impulsionar novos investimentos às áreas urbanas próximas.

Na contemporaneidade, devemos entender o espaço urbano (no atual enfoque o espaço enquanto praça) como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objeto e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Pode-se entender então, que as praças são como elos entre os diversos espaços criados na organização e planejamento da estrutura urbana (YOKOO e CHIES, 2009), e como elos que estruturam a cidade também podem estruturar a história, a cultura e a identidade da sociedade (das pessoas) que nelas atuam.

Todavia, o advento de formas alternativas de interação/socialização e os novos locais de comércio (tais como os shopping centers), somados ao descaso do poder público no que diz respeito à manutenção dos espaços livres públicos e à falta de identidade com o local faz com que as praças se tornem apenas mais um fragmento na malha urbana (ANGELIS e NETO, 2000).

Em adição a isso, Thompson (2002) expõe que muitas das praças e parques foram projetados para uma minoria fazer uso do espaço,

tornando-se espaços não democráticos a partir do momento que deixam de ser um projeto que permita a apropriação pelos diferentes grupos sociais. O que a autora percebe é que, nos dias atuais, é necessário criar espaços que permitam a expressão da diversidade, seja ela cultural, étnica, etária ou sexual, onde “diferentes culturas possam expressar suas particularidades/individualidades”. Segundo a autora, existe uma ‘tensão’ entre a determinação de restringir o que chama de ‘comportamentos inadequados’ e os desejos dos usuários por oportunidades mais variadas de interação. O que ela afirma é que esse conflito poderia ser melhor resolvido com definições de horários ao invés de restrição de uso. Por exemplo, restringir o uso de bicicleta em uma praça ou parque aos horários de maior deslocamento casa-trabalho-casa, para que nos demais períodos, por exemplo, crianças possam correr e brincar sem o risco de serem “atropeladas” por uma bicicleta.

Diferentes grupos sociais e culturais possuem diferentes percepções daquilo que é aceitável ou seguro, por isso, alguns conflitos podem ser resolvidos com a programação do tempo ao invés da programação do espaço, todavia, é claro que somente um processo de planejamento participativo poderá resolver o tema (THOMPSON, 2002, p. 60).<sup>12</sup>

Também se entende necessária a adaptação ou remodelação dos espaços livres públicos e isso traz implicações para os espaços que foram projetados, originalmente, para um determinado grupo de pessoas com uma cultura singular, uma forma de pensar e de entender o espaço urbano diferentes da atual e dá origem a questionamentos sobre: como fazer essa

---

<sup>12</sup> Tradução livre do trecho: Different social and cultural groups have different perceptions of what is acceptable or safe behavior and some conflicts can be resolved by time-programming rather than space-programming, but it is clear that only a truly participatory planning process will resolve them. Em Thompson, 2002, p.60.

reestruturação? Como utilizar um programa de necessidades, pensado para uma época e uma sociedade, adaptando-o para as necessidades das pessoas do século XXI? (THOMPSON, 2002).

Busca-se responder a esses questionamentos com base no conceito de urbanidade. Assim, acredita-se que a reestruturação dos espaços pode partir da valorização da diversidade de usuário, da flexibilidade de funções e usos dos espaços, da densidade de pessoas e da intensidade de encontros ocasionais. Elementos que compõem a vida cotidiana e que ajudam a animar a urbe.

Outro fator importante a ser considerado é como atrair as pessoas até essas praças e parques. Pensar em caminhos atrativos e que instiguem o habitante a saber o que existe além da rua pode ser uma forma de convidar as pessoas ao uso do espaço público da praça, e aos encontros (programados ou não) que este uso propicia. Outra possibilidade é criar uma rede de espaços urbanos que conduzam a determinados locais na cidade, ruas com determinadas características podem conduzir a um espaço com características semelhantes ou complementares.

Criar ruas atrativas, com cafés, restaurantes, livrarias, arborização, bancos e/ou pequenos locais para parar e encontrar com pessoas conhecidas ou estranhas, com intervenções itinerantes, ou seja, criar extensões funcionais para as praças, estimula a vida em sociedade e torna a cidade mais viva e agradável. Gehl (2003) já apontava para a importância das ruas enquanto espaço público, e nortearia propostas para que elas se tornassem mais atrativas para o uso da sociedade como um todo. Foltête e Piombini (2007), em seu estudo sobre *layout* urbano, paisagem e utilização do espaço urbano pelo pedestre, afirmam que a visualização das quadras, edificações com áreas comerciais e árvores nas

ruas favorecem o movimento de pedestres pela cidade, enquanto que edifícios residenciais e pequenos monumentos atuam de uma forma negativa nesse deslocamento.

Em complemento, Jorge Wilhelm (p.109, 1969) afirma:

As calçadas ou, pelo menos, certas calçadas – deveriam ser projetadas em dimensões e condições que pudessem abrigar um programa mais rico de vivência: o repouso dos bebês frente a edifícios coletivos, o jogo de futebol para crianças, o ponto de embarque acoplado com quiosque de jornaleiro, barzinho ou telefone. Nalguns setores urbanos a calçada de vivência chega a transformar-se em área livre linear de intensa atividade.

Então, entende-se importante, não só traçar diretrizes que qualifiquem as áreas livres públicas de praça, como também que qualifiquem os caminhos que levam até elas e que retomem as dimensões simbólicas e sociais da população, ou seja, que o espaço livre público, em especial a praça, seja revalorizado como base para a esfera pública e suas diversas manifestações e possibilidades a fim de se criar uma grande rede de utilização dos espaços livres urbanos, sejam eles de ruas, praças, largos ou parques.

## 2.2 ELPS, ESFERA PÚBLICA E URBANIDADE

Diante desse contexto de revalorização dos espaços livres<sup>13</sup> públicos<sup>14</sup> surge a necessidade de compreender alguns conceitos trazidos

---

<sup>13</sup> Muitos são os conceitos atribuídos aos espaços livres, nesta pesquisa adotou-se o conceito trazido por Schlee, Nunes *et al.* (2009, p. 242-243) que afirma estar o espaço livre associado ao meio urbano no qual se definem pelo perfil de propriedade, acessibilidade ou uso, como públicos ou privados, minerais ou vegetais, associados às funções múltiplas de preservação, recreação, convívio, circulação.

<sup>14</sup> Considera-se público tudo aquilo que é oposto ao privado, ou seja, que permite o acesso de toda e qualquer pessoa, não se entrará no mérito desta pesquisa discutir os espaços semi-públicos

para o meio urbano. Observa-se que é no final do século XX e início do século XXI que, em uma escala global, surgem mudanças na forma de ver, pensar e interagir com as cidades e com os espaços livres públicos.

Arquitetos e urbanistas se deram conta de que havia algo errado com as cidades criadas nas pranchetas, “faltava-lhes algo, faltava-lhes urbanidade” (AGUIAR, 2012, p. 64). Defende-se a apropriação dos espaços livres públicos (ruas, praças, largos, rios urbanos, calçadas, canteiros centrais, *pocket parks*, avenidas beira mar) pela população, busca-se a qualificação física desses locais a fim de promover o uso, a apropriação e os encontros entre pessoas e entre pessoas e espaços livres públicos, ou seja, as trocas propiciadas pelo encontro espontâneo da diversidade de indivíduos que habitam a cidade. Tenta-se compreender o que promove essa interação e conseqüente apropriação do espaço, essa “vida pública”. Procura-se retomar a esfera pública e fala-se em urbanidade.

A esfera pública<sup>15</sup> é entendida como uma arena de discussão e de debate público das sociedades modernas, podendo acontecer em espaços formais ou informais, são nesses ambientes que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas. Esse conceito prático é trazido por Habermas (1984) e nos remete ao uso do

---

ou semi-privados, apesar de se ter consciência de sua existência e de sua função enquanto mediadores dos espaços da cidade.

<sup>15</sup> A noção de esfera pública surge nos salões e cafés dos séculos XVII e XVIII, em Londres e Paris, e em algumas outras cidades europeias. Nesses locais, as pessoas encontravam-se para discutir assuntos do dia. Apesar de uma pequena parcela da população estar envolvida nessa cultura, essas pessoas foram vitais para o desenvolvimento da democracia, pois eram nesses locais que se introduziram as ideias de soluções de problemas por meio do debate público. Habermas (1984), em seu livro: *Mudança estrutural da esfera pública* traça uma caminhada desde o que ele considera o surgimento da esfera pública até o período modernos, mostrando as diversas modificações na sociedade que afetam o sentido de esfera pública. Ele finaliza discorrendo sobre a esfera pública e a mídia de massa, e como a noção de esfera pública pode estar sendo manipulada por representantes do povo.

espaço público como um ambiente mediador das discussões que envolvem o sentido de pertencimento, do ser social, a um ou mais grupos e comunidades. Entende-se que o espaço livre público não é o único meio pelo qual a esfera pública pode se manifestar, visto que nos dias atuais as redes da *web* também são uma forma de desenvolvimento do sentido de pertencimento (seja ele a um grupo ou a uma comunidade), mas é no espaço livre público, ou ao menos deveria ser, onde as opiniões podem ser expressadas e onde pode haver a efetiva participação dos usuários da urbe e sua co-presença. Neste trabalho, entende-se que é no espaço livre público que as manifestações sociais (encontros, interações, apropriações, movimentos sociais) irão acontecer de forma mais ou menos intensa conforme o sentido de pertencimento que cada grupo possui do espaço com o qual está interagindo, e é pela materialização desse sentido de pertencimento no espaço que a esfera pública poderá ter um meio para se manifestar. Essa materialização, pode ser traduzida através da urbanidade.

O conceito de urbanidade não possui um sentido único, determinado, ao contrário, é mutável e complexo, apesar de possuir pontos em comum entre os autores que buscaram conceituá-la. Esse conceito varia entre os diversos autores contemporâneos que abordam o tema, desde Jane Jacobs (1961), passando por Christopher Alexander (1966), Jan Gehl (1971), até os atuais Renato T. de Saboya (2011), Frederico de Holanda, Vinicius M. Netto, Douglas Aguiar (2012), Gabriela Tenorio (2012) e Vicente Del Rio (2016).

Alguns desses autores abordam a urbanidade como a “vitalidade urbana” (JACOBS, 1961 e GEHL, 1971), outros trazem o conceito como sendo um “fenômeno produzido nas relações entre o social e o espacial”



(NETTO, 2012, p. 19) e sendo assim, as diferentes socialidades e espacialidades seriam fontes de diferentes urbanidades. Se observado nesse sentido, tudo o que acontece na urbe seria “urbanidade”, porém Netto (2012, p. 53) ressalta que “uma definição de urbanidade que inclui socialidades hostis e espaços de segregação e violência se chocaria com a definição usual de urbanidade como a ‘civilidade de convívio’”. Nesse sentido, Netto toma ‘urbanidade’ como uma possibilidade do convívio positiva, agradável, que não pode ser capturada quantitativamente, pela intensidade de uso de um determinado espaço, sendo necessário conhecer o rol de diferenças (sociais, espaciais, relacionais) nela contida. Assim, segundo o autor, cada cidade, cada bairro, ou mesmo cada espaço público teria sua própria urbanidade, passível de mudança no tempo e no espaço.

Já para Aguiar (2012), a urbanidade está relacionada ao caráter da cidade, ao conjunto de qualidades (boas ou más) oferecidas pela urbe. Sendo um conjunto de qualidades, a urbanidade é o modo como os espaços da cidade acolhem as pessoas – remete à hospitalidade – ou seja, é a relação entre o espaço e pessoa que confere ao lugar urbanidade. O autor argumenta que vivemos em cidades onde o espaço público é cada vez mais inóspito, cercado por muros, grades nas fachadas de prédio, *shoppings centers*, além de áridas *freeways* urbanas (ou vias estruturantes de grande fluxo e alta velocidade).

Aguiar (2012) ainda afirma que urbanidade não é sinônimo de vitalidade (no sentido de presença de pessoas), embora possa incluí-la, essa está no modo como as relações espaço/corpo se materializam, é, por definição, “uma qualidade da forma ou das formas, trata-se de algo essencialmente material, ainda que repercute diretamente no comportamento e no bem-estar das pessoas no espaço público”

(AGUIAR, 2012, p. 63). Assim sendo, apesar do autor apontar para a materialidade da urbanidade, ele abre uma brecha para o caráter subjetivo do bem-estar, o que nos remete à “civildade de convívio” apontada por Netto como essência da urbanidade. Nesse ponto, pode-se dizer que ambos os conceitos são complementares, principalmente por entenderem que a urbanidade é uma relação entre pessoas e entre o espaço e as pessoas que o ocupam em um determinado período de tempo e que não depende exclusivamente da “vitalidade urbana”, mas é por ela complementada.

Krafta (2012), situa o conceito de urbanidade no campo do comportamento, equiparando-o à civildade, à cortesia, ou seja, a um ‘comportamento virtuoso’. Sendo um comportamento, envolve juízo de valor e admite variações no tempo e no espaço, conforme a sociedade, o local, a cultura e o tempo que é aplicado/estudado. Mais uma vez, percebe-se a íntima relação entre a cidade e o indivíduo, e a complexidade de análise que a envolve, pois a urbanidade poderá se manifestar através de diferentes padrões, como já mencionado por Netto (2012) e como bem identificou Luciana Andrade (2012) em seu ensaio *Onde está a urbanidade?*. Nesse ensaio, a autora aponta para as questões relacionadas às interações entre os indivíduos que utilizam o espaço público e, de forma mais indireta, à cultura da população.

Andrade (2012) faz um comparativo entre os espaços de um bairro central de Berlim, Schöneberg, e uma favela carioca, a Rocinha. Andrade aponta diversos elementos - tais como: transporte público, equipamentos culturais, e de lazer, estrutura da malha urbana e a própria atitude do berlinense em seu código de conduta social - que a fariam acreditar que em um bairro central de Berlim haveria “mais” urbanidade que em uma favela carioca. Porém, ao repensar o conteúdo de suas descrições aponta

que o “desejo de comunicação interpessoal” (ANDRADE, 2012, p. 205) seria o ingrediente fundamental do espaço público encontrado na favela e deixado de lado no bairro de Berlim. Assim, ela conclui seu ensaio entendendo que não existe uma única urbanidade, mas diferentes urbanidades e reconhece o potencial de urbanidade manifestada na favela.

Observando-se que podem existir diferentes urbanidades, Frederico de Holanda (2012) aponta para a urbanidade enquanto qualidade de ser cortês, afável, referindo-se à cidade enquanto elemento físico. Ele busca uma definição clara e passível de verificação (fala inclusive em uma ‘medida de urbanidade’). Nesse sentido, ele entende a urbanidade enquanto uma variável que está em função, simultaneamente, de atributos sociais e arquitetônicos. Holanda descreve a *urbanidade-social* como sendo aquela em que os atributos estão relacionados à interação social, já a *urbanidade-arquitetônica* é aquela em que os atributos estão relacionados ao lugar. Deixa claro que a construção do espaço (os atributos arquitetônicos) cria possibilidades que podem ser exploradas e barreiras que podem ser superadas no desenvolvimento da urbanidade, ou seja, o atributo social precisa de determinados atributos arquitetônicos para se desenvolver, além, é claro, da especificidade de cada local. Holanda ainda conclui que:

A questão da urbanidade coloca-se hoje como sempre se colocou, em qualquer tempo e lugar. A urbanidade é uma qualidade objetiva de uma certa vertente sócio-arquitetônica (há outra vertente: a da formalidade) que transcende tempo e espaço. Sua defesa é um valor, fruto de uma escolha ética, por mais variadas que sejam as circunstâncias, escalas, funções em pauta. (HOLANDA, 2012, p. 185)

A partir do que expõe Holanda, e entendendo os diferentes pontos de vista elucidados até aqui, esta pesquisa apropria-se dos conceitos de

urbanidade trazidos por Renato T. de Saboya (2011)<sup>16</sup>, Gabriela Tenorio (2012) e Vicente Del Rio (2016).

Saboya trata a urbanidade como um conjunto de dimensões ou qualidades que o espaço deve possuir. Essas dimensões são definidas quanto a **quantidade de pessoas utilizando os espaços públicos**, principalmente calçadas, parques e praças; a **diversidade** de usuários, interesses, atividades, idades, classes sociais; a **alta interação** entre os espaços abertos públicos e os espaços fechados, pessoas entrando e saindo de edificações, mesas nas calçadas, contato visual em andares superiores por meio de janelas; **diversidade nos modos de transporte e deslocamento**, a pé de bicicleta, de ônibus, automóvel, metrô; **interação de pessoas em grupos** e por fim, traços de **vida cotidiana**, crianças brincando, pessoas comprando, tomando sol, falando com os vizinhos, etc..

Em complemento e de forma mais sucinta, Tenorio (2012, p. 14), após um breve relato de sua vontade de entender melhor o local onde vive (Brasília - DF) e a sociedade a qual pertence, descreve a urbanidade de forma bastante simples e precisa, em suas palavras urbanidade é “o conjunto de ações, programadas ou não, protagonizadas pelos indivíduos nos espaços públicos”. Ou seja, as interações realizadas pelos indivíduos nos espaços livres públicos e suas relações com o meio e com os outros.

Vivente Del Rio (2016) entende urbanidade como sendo o reconhecimento e a aceitação de que existem diferentes pontos de vista na cidade nos âmbitos culturais, sociais e políticos. Em resumo, Saboya,

---

<sup>16</sup> Artigo publicado no site do autor (*Urbanidades: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*) sob o título ‘O conceito de Urbanidade’. Optou-se por se apropriar do conceito trazido por Saboya por acreditar ser algo mais próximo à realidade da qual se está trabalhando, e das dimensões trabalhadas serem mais próximas do que acredito ser urbanidade.

Tenorio e Del Rio tratam dos mesmos aspectos, de forma mais abrangente ou mais restrita a categorias, mas todos entendem que a urbanidade depende de questões sociais, culturais e morfológicas, ou seja, depende da forma como os indivíduos sociais interagem entre si, como interagem com o meio urbano/arquitetônico e como esse meio permite tais interações, de forma a criar um grande ciclo que se retroalimenta e que é interdependente.

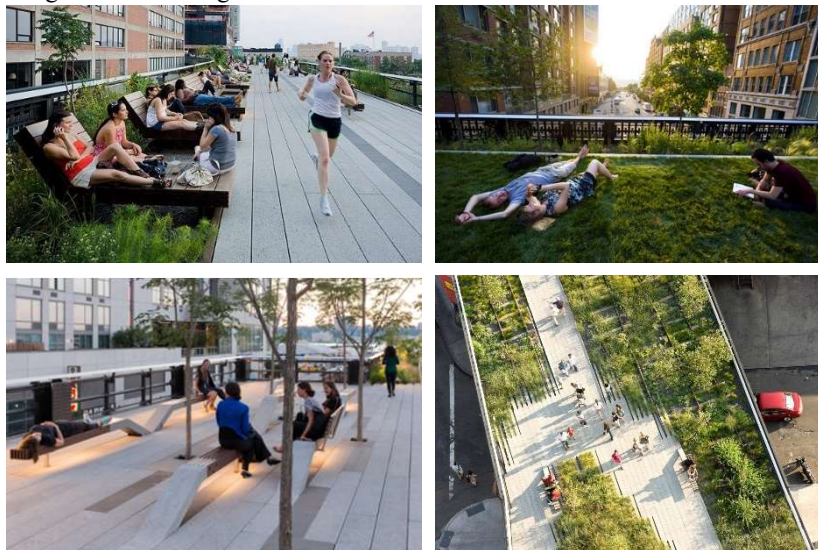
Todas as dimensões trazidas por Saboya, e muito bem fundamentadas por Ian Bentley, Alan Alcock *et al.* (1999), Jane Jacobs (2011), Jan Gehl (2013), Christopher Alexander, Sara Ishikawa e Murray Silverstein (2013), Frederico de Holanda (2012) em livros e artigos, reforçam a capacidade que o espaço livre público tem de proporcionar interações positivas entre os diferentes indivíduos que compõem a urbe. Nesse sentido, entende-se o espaço livre público como um ambiente capaz de dar suporte para que seja possível a existência da urbanidade.

As atuais intervenções urbanas, realizadas em áreas antes pouco ocupadas pelas pessoas, como a intervenção realizada por James Corner Field Operations e Diller Scofidio + Renfro em Nova York – *High Line Park*, ou a ocupação da Avenida Paulista em São Paulo aos domingos – livre de veículos –, como se fosse uma grande calçada, demonstram que as diversidades, tanto de uso/atividades, quanto de indivíduos, somados à vida cotidiana, trazem vitalidade a lugares antes degradados ou pouco utilizados, ou seja, trazem urbanidade.

Nesse sentido, ao tratarmos de urbanidade, estaremos nos referindo a atributos ou dimensões que garantem o bem-estar, as interações entre pessoas e entre pessoas e espaços, ao desejo de comunicação interpessoal,

ou seja, a todos aqueles elementos que animam a vida na urbe, e em especial nos espaços livres públicos de praça.

Imagem 2 - Fotos High Line Park em Nova York.



Fonte: Banco de imagens Google, 2017.

Imagem 3 - Fotos Av. Paulista aos domingos – Rua de lazer.



Fonte: Banco de imagens Google, 2017.

### 2.3 QUALIDADE DA VIDA URBANA

A busca, na cidade contemporânea, por locais de convívio, lazer ou contemplação tem ganhado espaço entre os habitantes da urbe. A urbanização intensa e desordenada das últimas décadas levou a preocupações relacionadas com a questão ambiental urbana e as características dessa nova cidade que sofre os efeitos da ação antrópica. As formas de se relacionar com o meio e as necessidades da população foram alteradas. A qualificação das cidades está diretamente relacionada com a qualidade dos seus espaços livres públicos (ELPs) e suas áreas verdes, esses elementos são fundamentais e estratégicos para a construção e garantia de vida à sociedade urbanizada. Para Fontes e Shimbo (2003), Chiesura (2004) e Oliveira e Mascaró (2007) as pequenas áreas verdes inseridas na malha urbana (tais como praças e parques urbanos) além de promoverem uma melhora no ar, uma proteção dos ruídos urbanos e a manutenção dos microclimas locais - amenizando a temperatura e aumentando a umidade relativa do ar nos espaços urbanos - também contribuem para a estabilidade social e psicológica dos usuários desses locais, o que os autores consideram crucial para a habitabilidade do ambiente urbano atual.

Pesquisas recentes também indicam que indivíduos que utilizam praças e parques urbanos com frequência tornam-se pessoas mais saudáveis física e psicologicamente, pois tais ambientes ajudam na redução do estresse e no desenvolvimento de uma sensação de tranquilidade (CHIESURA, 2003).

Entende-se, então, que os espaços livres públicos desempenham papel relevante em termos funcionais, ambientais, sociais e culturais (ERA, 2012; CUNHA, 2003; THOMPSON, 2002). Para Oliveira e

Mascaró (2007), Grave et al. (2011), Era (2012) e Gehl (2013) esses espaços públicos são palcos para a realização da prática cotidiana e da interação de vários grupos sociais de diferentes características econômicas, sociais e etárias, sobretudo, onde circulam pessoas, onde são realizados eventos religiosos e cívicos, bem como a passagem de informação irrestrita, atributos que lhes dão identidade inerente. Esses locais também são palco para expressão das necessidades da coletividade, são neles que os indivíduos se encontram para requererem o direito à cidade, à urbanidade.

Para Salazar (2010, p.12), mais do que a preocupação com a apropriação e com o uso dos espaços para fazer com que as cidades se tornem mais agradáveis, habitáveis, amáveis, justas, solidárias, competitivas (nas palavras do autor) é preciso um especial cuidado para a conquistas de abundantes espaços, físicos e sociais, onde seja possível construir um local complementar ao universo individual que cada um define, ou seja, é necessário atentar para a retomada da esfera pública expressa no espaço livre público. Com isso, o autor se refere às individualidades pessoais e sugere a construção de um espaço onde seja possível a expressão dessas individualidades. Tal espaço torna-se possível quando é feito para o povo e é por ele legitimado/apropriado, busca-se garantir então que as necessidades de cada local, bairro, distrito ou cidade sejam atendidas a partir das solicitações feitas pelo coletivo.

Além de questões estéticas, psicológicas e de melhoria da saúde, as áreas livres públicas de lazer e recreação, de contemplação, de encontros cívicos, de comemorações, dentre outras, podem trazer benefícios sociais, tais como o encorajamento do uso desse local em diversos horários do dia e da noite, o que proporciona mais interação entre pessoas do mesmo



bairro, cidade ou ainda de cidades vizinhas (CHIESURA, 2003 e GEHL, 2013). Chiesura (2003) cita ainda que a criação e manutenção de valores estéticos, históricos e recreacionais relacionados às praças e parques urbanos aumentam a atratividade da cidade e a promovem como destino turístico, o que gera emprego e renda para os habitantes locais, além de constituírem a memória e identidade da população e da cidade.

Alexander; Ishikawa e Silvertein (2013) também apontam que as pessoas precisam frequentar áreas verdes abertas, todavia, ressaltam que tais espaços devem ser próximos de locais de trabalho ou de moradia. Segundo os autores, se o deslocamento para tais locais levar mais de três minutos, é provável que a distância sobrepuje a necessidade. Tal fato também é evidenciado por Tompson (2002) quando aponta que a maioria dos usuários de praças e parques urbanos preferem deslocar-se até eles a pé e somente irá fazer isso regularmente se o deslocamento durar entre 3 e 5 minutos de suas casas ou locais de trabalho, o que, conseqüentemente, gerará uma demanda por bons caminhos ou acesso para garantir a apropriação das áreas livres públicas de praça<sup>17</sup>.

Em consonância, Schipperijh, Ekholm *et al.* (2010) afirmam que a distância percorrida até as áreas verdes é comumente vista como um fator importante relacionado ao uso desses locais; quanto mais perto os espaços verdes públicos forem das residências ou áreas de trabalho, mais eles

---

<sup>17</sup> Esse deslocamento através de trechos urbanos com qualidades que antecipam o espaço procurado, nas teorias de mobilidade urbana atuais, chama-se *Last Mile*. Em comunidades próximas a Chicago, por exemplo, criou-se caminhos qualificados como forma de encorajar o uso do transporte público, de dar vitalidade aos locais de intervenção e de fortalecer a cultura local – ver mais no apêndice.

serão utilizados.<sup>18</sup> Nesse tangente, Alexander; Ishikawa e Silvertein (2013) também afirmam que:

Aquelas pessoas que moram bastante próximas de uma praça seguem uma função de uso de alta frequência (...). Porém, as pessoas que moram longe parecem adotar uma função de uso de baixa intensidade e seu comportamento não é tão sensível a distância. É como se as pessoas com acesso imediato apresentassem uma responsividade direta e total a ela, enquanto as pessoas que moram mais afastadas tivessem perdido a percepção da praça e sofrido uma redução da sensibilidade aos prazeres que ela proporciona – para essas pessoas, a praça deixou de ser um elemento vital à vida da comunidade. (ALEXANDER, ISHIKAWA e SILVERSTEIN, 2013, p. 309)

Ainda no tangente à proximidade, Marquet e Miralles-Guasch (2014), afirmam que, sendo o espaço urbano heterogêneo, cada indivíduo tem uma percepção diferente da forma urbana, e possui sua própria ideia desse espaço, podendo modificar o uso que faz e/ou atribui para o ambiente urbano. Dessa forma, a proximidade entendida pelos indivíduos pode variar conforme o contexto urbano, a forma, a orientação, o tamanho e a conectividade com outras áreas da cidade. Para eles, as preferências e necessidades da população são tão importantes quanto o ambiente construído dos bairros. Apontam que o uso do espaço urbano é composto por uma combinação objetiva e subjetiva de fatores que interferem na forma de apropriação desses. Sendo assim, devem ser considerados nos estudos urbanos e devem levar em consideração as necessidades apontadas pelas pessoas da comunidade, bairro ou distrito.

---

<sup>18</sup> Tradução livre do trecho: *distance to green space is commonly seen as the most important factor related to its use; the closer a green space is to each individual home, the more it is used* (SCHIPPERIJ, EKHOLM, *et al.*, 2010, p. 131).

Estudos também demonstram que espaços públicos de lazer como parques e praças podem promover uma variedade de benefícios físicos e sociais para os indivíduos e a comunidade. Eles não só fornecem espaços onde as pessoas podem encontrar-se para a prática de atividades físicas como também podem servir como destinos interessantes que podem persuadir os cidadãos a caminhar até eles (KOOHSARI, KARAKIEWICZ e KACZYNSKI, 2012).

Entendendo a importância de oferecer à população áreas verdes inseridas na malha urbana, há países que mencionam em suas políticas de planejamento urbano e de saúde os benefícios dos espaços livres públicos de lazer e recreação, como é o caso da Dinamarca, citado por Schipperijn; Ekholm, *et al.* (2010). Os autores ainda enfatizam a importância da implantação crescente de tais áreas na malha urbana como forma de garantir benefícios à saúde e o bem-estar da população.

Dessa forma, compreende-se que os espaços públicos de lazer e recreação, contemplação, encontros cívicos, etc. são peças fundamentais na construção da morfologia da cidade, da própria *urbs*, da *polis* e da *civitas* – a urbanidade –, responsáveis por manter o equilíbrio, a interação e a relação entre os diferentes espaços e seus usuários, bem como suas percepções diante deles (KOHLSDORF, 1996). Acredita-se, ainda, que nesses espaços os indivíduos podem expressar suas necessidades e identidades, desejos e anseios, o que possibilita a troca de informações, definição de atitudes e posicionamentos na vida urbana, por isso a existência e valorização desses locais torna-se importante para a vida na sociedade atual, principalmente se esse resgate partir da comunidade para a comunidade, visando reforçar a identidade do local.

Acredita-se, então, ser imperativo o estudo dos espaços livres públicos de praça com foco na relação entre a cultura local, as políticas públicas de planejamento urbano e a inserção dos espaços livres públicos de praça na malha urbana. Entende-se que, desta forma, seja possível compreender como acontecem as relações indivíduo e espaço, a urbanidade ou a falta dela, as possíveis formas de apropriação dos espaços da urbe e o consequente resgate ou não da vida urbana.



## CAPÍTULO 3 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

- 3.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS
- 3.2 ASPECTOS POLITICO-ADMINISTRATIVOS
- 3.3 ASPECTOS FÍSICO, MORFOLÓGICOS E DE LOCALIZAÇÃO

SILVA, C. S. Pipoqueiro da Praça da Bandeira, 2015.

12  
09  
15  
JULIE  
CLAO

CLAO



### 3 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Por meio de pesquisa bibliográfica de acervos físicos e virtuais em bibliotecas nacionais e internacionais foi possível atualizar e revisar conceitos com interconexão ao tema. Neste sentido, deu-se maior atenção às referências que abordavam conceitos relativos ao espaço livre público, à urbanidade e à qualidade de vida urbana na medida que estes temas se tornaram centrais na construção da tese e possibilitariam a construção de uma base teórica e conceitual de instrumentação e análise do estudo de caso.

O estudo de caso permitiu a interpretação das questões levantadas no referencial teórico através de um olhar sistêmico da realidade e por meio de descrições analíticas dela. O que possibilitou criar deduções baseadas no referencial teórico adotado nesta pesquisa que repercutiram nas conclusões da tese.

Com base no referencial teórico construído a partir da pesquisa bibliográfica, que evidenciou a desvalorização dos espaços livres públicos a partir do século XIX e apontou para a necessidade de se (re)criar e (re)valorizar tais áreas buscando como característica principal a urbanidade, foi possível identificar três dimensões/aspectos que podem estar relacionados a maior ou menor apropriação dos espaços livres públicos de uma cidade:

a) aspectos culturais, apontados por Jacobs, Gehl, Saboya, Netto, Aguiar, Holanda, Krafta e Tenório como elementos importantes à urbanidade;

b) aspectos político-administrativos apontados por Del Rio como definidores de espaços da cidade e;

c) aspectos físico-morfológicos e locacionais apontados por Netto, Holanda, Saboya, Aguiar, Jacobs, Gehl como mediadores da vitalidade urbana.

Assim, buscou-se utilizar diferentes métodos como forma de evidenciar e analisar como cada uma dessas dimensões pode estar interferindo na utilização do espaço livre público de praça na cidade de Joinville por parte da população.

### 3.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

A cidade compõe-se por uma quantidade sem fim de elementos que a anima, dentre eles, e com foco nesta pesquisa, destacam-se os indivíduos - com suas necessidades, seus valores, sua cultura – e os espaços livres - públicos ou privados - nos quais as pessoas podem se expressar e dar identidade ao ser, ou seja, é a relação existente entre os indivíduos e entre estes e os espaços que possibilita o desenvolver de uma vida social pública (a esfera pública) em uma cidade. Essa relação pode ser expressa e especializada nos ambientes da urbe e contribui para a definição de traços culturais, que podem criar ou não identidade entre os indivíduos e a cidade, alterando a forma como os locais são utilizados, apropriados e mesmo a forma como são entendidos por esses usuários, permitindo criar e recriar espaços para a manifestação da esfera pública e da urbanidade. Nesse sentido, a investigação se desenvolve a partir de pesquisas bibliográficas e observação direta.

Para as pesquisas bibliográficas, buscou-se referências históricas que abordassem as formas de apropriação/utilização dos espaços livres públicos de Joinville. Minayo, Deslandes *et al.* (1994) destacam que no campo histórico é importante compreender que as sociedades existem em



um determinado espaço cuja função social e configuração são específicas. Assim, é imperativo entender que o dinamismo e a especificidade são características fundamentais envolvidas nas questões socioculturais e são válidas para o período estudado, como também apontam Saboya (2012), Netto (2012), Aguiar (2012), Holanda (2012) e Tenório (2012) ao assinalarem a necessidade de compreensão da cultura local para o desenvolvimento da urbanidade.

Destaca-se, contudo, que no tangente às questões sociológicas e antropológicas da cidade de Joinville não foram encontradas muitas referências bibliográficas, mas sim elementos isolados, como artigos de jornais de época, livros que tratam de alguns dos pontos da cultura local, dissertações ou ainda alguns trabalhos isolados. Mesmo assim, a junção dessas informações permitiu construir um arcabouço considerável de elementos que auxiliou a compreensão da cultura local e como os espaços livres públicos são percebidos pela maioria da população e possibilitou relacionar a história e a cultura local ao modo de utilização dos espaços livres públicos de praça da cidade de Joinville.

A observação direta foi propiciada pela possibilidade de vivência da pesquisadora junto ao objeto de estudo. Tal vivência no ambiente de estudo permitiu o acompanhamento sistêmico da frequência de utilização dos espaços livres públicos de praça da cidade de Joinville. Essa observação ocorreu ao longo de três anos de pesquisa, estendendo-se entre os anos de 2014 a 2017, em períodos distintos ao longo dos anos. Dessa forma, os espaços de praça foram observados durante as quatro estações do ano, em períodos matutinos e vespertinos, com um intervalo médio de uma hora e meia de observação em cada um deles. Ainda que não tenha sido feita de modo quantitativo absoluto, foi possível perceber a

intensidade de usos ao longo dos diferentes períodos de tempo e em diferentes situações espaciais, o que para fins deste estudo foram considerados suficientes. Essa técnica é aceita se levada com flexibilidade no distanciamento e precisão formal nas interpretações e análises (BUENO, 2006).

### 3.2 ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS

Os aspectos político-administrativos que interessam diretamente a esta tese referem-se às estratégias municipais de gestão e planejamento urbano consolidadas em Estudos, Planos Urbanísticos e Leis de Ordenamento Territorial em que se pretende verificar a forma de abordagem dos espaços livres públicos como elementos de estrutura sócio espacial da cidade, seja para a localização de atividades e equipamentos, seja para a mobilidade urbana, mas especialmente para a Urbanidade. Destaca-se que os aspectos político-administrativos que interessam a esta pesquisa têm como ano base a data de 1965, quando do primeiro estudo urbano da cidade. Buscou-se então compreender a morfologia urbana de Joinville e sua evolução através do estudo de antigos mapas disponibilizados pelo IPPUJ<sup>19</sup> e pelo Arquivo Histórico da cidade. Acrescenta-se a esses estudos a caracterização dos períodos de desenvolvimento econômico de Joinville, que muito influenciaram na morfologia da atual cidade.

Sublinha-se que não foram encontradas Cartas Régias ou qualquer registro que indicasse um ordenamento do território da colônia antes do princípio da Colonização. O mapa mais antigo a que se teve acesso data

---

<sup>19</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville até 2016, transformado em SEPUD, Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento em 2017.

de 1840 (dez anos antes da chegada dos primeiros colonos europeus), o qual indica os limites da colônia, mas não um ordenamento dela. Sugere-se, então, que a implantação inicial seguiu algumas noções importadas da Alemanha, como bem destaca Peluso Jr. (1956) quando afirma que a típica colonização alemã parte de uma rua de comércio (como será demonstrado no capítulo 5). Essa análise inicial, baseada em estudos de mapeamentos antigos, agregada aos aspectos políticos, administrativos e econômicos permitiu a compreensão da evolução urbana de Joinville até a década de 1960, data do primeiro estudo urbano da cidade.

Esses estudos desenvolvidos até a data de 1965 estão baseados em leituras e espacializações de mapas da cidade de Joinville, agregados a relatos históricos e evolução econômica da cidade. Neste sentido, buscou-se construir uma análise morfológica cruzando dados relativos aos eixos estruturadores do crescimento urbano, aos elementos naturais que limitaram tal crescimento bem como a referencial teórico que levasse em consideração as diferentes formas de ocupação do território brasileiro, com destaque as análises de Peluso Jr. (1956) quanto à diferenciação entre as forma de ocupação portuguesa e alemãs no estado de Santa Catarina. Essa análise cartográfica possibilitou o entendimento da morfologia da cidade desde sua fundação até o momento dos primeiros estudos urbanos.

Para as análises a partir da década de 1960 (data dos primeiros estudos urbanos), optou-se pelo levantamento e espacialização dos dados referentes às políticas públicas de ordenamento territorial e crescimento urbano. Nesse sentido, foram analisados todos os estudos e planos diretores desenvolvidos para Joinville que datam de 1965 em diante. Também foram levantados os mapeamentos de evolução urbana da cidade (desde 1851 até 2011) como forma de compreender sua expansão, além

de arquivos referentes ao uso e ocupação do solo e densidade populacional com a finalidade de entender a atual situação da cidade no que diz respeito a sua ordenação. Tais arquivos foram encontrados em site oficial da prefeitura e do antigo IPPUJ, bem como foram criados a partir de dados disponibilizados pela prefeitura, pelo IBGE<sup>20</sup> ou com visitas *in loco* a partir de *software* ArqGIS 10.3 que possibilitou o cruzamento de diferentes dados.

Sendo assim, a análise dos materiais disponibilizados pela prefeitura em site oficial, bem como pelo antigo IPPUJ, objetivou identificar a preocupação dos gestores e técnicos com a necessidade de disponibilizar para a população espaços livres de uso público como praças e parques. Esse material também possibilitou compreender a necessidade de criação de áreas livres públicas, assim como de discutir os aspectos político-econômicos no momento da implantação dos planos de desenvolvimento. Foi possível apontar os elementos que estavam previstos nos planos base e foram implantados na prática e aqueles que não foram. Essas análises basearam-se na leitura de documentos e sua devida espacialização através de mapas temáticos, bem como na análise de conteúdos e mapas tendo como foco os espaços livres públicos.

### 3.3 ASPECTOS FÍSICOS, MORFOLÓGICOS E DE LOCALIZAÇÃO

Os sistemas urbanos se constroem ao longo do tempo e, em cidades de maior porte, apresentam diferentes traçados de malha urbana e tipos de edificações que, quando se apresentam de forma mais homogênea em determinadas zonas do sistema, costuma-se identificar como morfologias

---

<sup>20</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – dados do último censo em 2010.

diferenciadas de outras. Nas palavras de Costa e Netto (2015, p. 35), os padrões que se repetem ao longo do tempo são “denominados de períodos morfológicos nos quais ocorrem as transformações e são definidos em função de uma determinada época histórica e das evoluções formais introduzidas na paisagem urbana”.

Essa categoria de análise, chamada de morfologia urbana, torna-se importante a partir do momento que permite compreender a lógica da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos, e de suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas (PERSON, 2006, p. 15).

Costa e Netto (2015, p.31), após exaustiva análise de conceitos referentes ao tema, significam a **morfologia urbana** como “o estudo da forma urbana, considerando-a um produto físico das ações da sociedade sobre o meio, que vão edificá-lo ao longo do tempo”. Nesse sentido, o conceito utilizado pelas autoras vai ao encontro daquele apontado por Person (2006), e soma-se aos conceitos utilizados por estudiosos da área, como Muratori e Caniggia (fundadores dos estudos de morfologia urbana na Itália). Ressalta-se que esses estudos devem ser embasados por três conceitos: forma, função e desenvolvimento (história do local) para serem considerados estudos de morfologia. Para esta pesquisa, buscou-se atender a esses três conceitos, muito embora, alguns tiveram que ser relativizados devido ao pouco material encontrado a respeito, como é o caso da questão ‘forma’ no princípio da colonização.

Assim, um estudo morfológico que descreva e analise os diferentes momentos da evolução urbana de Joinville em seus diferentes aspectos

(quantitativos, qualitativos e de organização funcional<sup>21</sup>), pode trazer o entendimento dos atuais processos de ocupação dos espaços livres públicos de praça da cidade. Nesse sentido, e buscando compreender o processo de ocupação e ordenamento do solo de Joinville e sua relação com os espaços livres públicos de praça, tem-se como objetivo para esta etapa o reconhecimento desses espaços na evolução urbana da cidade, bem como a análise e avaliação de seus atributos atuais (quantitativo, qualitativos e de organização funcional).

Para essas análises iniciais, optou-se pela manipulação e tratamento de uma cartografia que englobasse a escala da área urbana como um todo. Buscou-se identificar, nos mapas existentes, elementos formais que indicassem como a cidade está estruturada, e qual o sentido do crescimento ao longo dos anos. A análise das vidas estruturadoras da cidade bem como a sobreposição de mapas de diversas épocas possibilitou essa avaliação.

Já para as análises desenvolvidas na cidade de Joinville nos dias atuais, buscou-se referências cartográficas disponibilizadas pelo IPPUJ que fizessem alusão aos espaços livres públicos de praça e parque, à topografia, aos principais eixos viários, às zonas de alagamento, às edificações tombadas e de uso cultural, ao uso do solo, às densidades e toda a gama de material que fosse pertinente à análise físico-morfológica da cidade. Esse mapeamento foi conferido e manipulado para obter as relações entre os elementos físicos, morfológicos e de localização.

---

<sup>21</sup> Não serão abordados aqui os aspetos figurativos, ou seja, aqueles relacionados à comunicação estética por uma questão de escala de trabalho. Entende-se que para abordar tais aspectos seja necessária uma aproximação do local, chegando ao nível da rua, do pedestre. Nossas análises serão em um nível global de desenvolvimento, e para essa etapa nos interessa compreender e analisar as especializações do território.

Visando a compreensão da cidade como um todo, elegeu-se como escala de análise a 1:100.000 (escala de análise territorial), pois com ela é possível reconhecer as relações entre os bairros, localizar os espaços livres públicos de praça distribuídos na malha urbana e sua relação com os demais elementos compositivos do espaço (vias, edificações, usos, etc.). Nesse sentido, buscou-se informações sobre as tipologias de uso do solo dos seus entornos, a sua distribuição na malha urbana, a conservação desses locais, a quantidade frente a densidade populacional e a extensão territorial, assim como a localização desses locais ante a pontos de atratividade, centralidades, comércio, pontos nodais e modais de deslocamento urbano. Para isso, os mapas de uso e ocupação do solo foram comparados com a localização das praças, e, *in loco* foram realizadas observações diretas que comprovaram ou refutaram possíveis centralidades e pontos atratores.

Os arquivos em formato *shape* disponibilizados pelo Instituto, contendo a localização das praças da cidade, foram comparados com mapa disponibilizado no site do mesmo órgão que continha também áreas de parque e zoológico, possibilitando a complementação e construção de novo mapa. Esses, ajudaram a compreender como os espaços livres públicos de praça estão se relacionando com seus entornos imediatos, com outras praças, com outros equipamentos de lazer, com as atividades urbanas, com as vias de acesso e com a grande quantidade de elementos que ajudam a compor todo o sistema urbano e que podem auxiliar na maior ou menor vitalidade urbana, apropriação e conseqüente urbanidade.

A fim de confirmar as informações obtidas junto aos órgãos públicos, foram realizadas visitas às praças ainda desconhecidas pela pesquisadora com a finalidade de aferir as condições de uso desses

espaços, suas especificidades e seus entornos. Essa visitação mostrou que alguns espaços considerados como praças pelo poder municipal são áreas baldias, elementos compositivos do sistema viário (rotatórias, canteiros) ou encontram-se em situação precária ou de abandono. Com base nesse levantamento, foram redefinidas as áreas que poderiam ser consideradas como praças levando-se em consideração sua dimensão<sup>22</sup> (maiores que 300m<sup>2</sup>) e os equipamentos e mobiliários disponibilizados para uso.

Entendendo que, em uma análise global, o foco deve estar nas questões relacionadas à diversidade de usos no estorno dessas áreas, como aponta o referencial teórico abordado anteriormente, e a proximidades dos espaços buscou-se, assim, compreender quais são as regiões da cidade que estão sendo atendidas por espaços públicos e privados de socialização. Optou-se por utilizar, para os espaços livres públicos, a classificação desenvolvida por Era (2012)<sup>23</sup>, na qual são definidas seis categorias de espaços livres que possuem seus raios de abrangência baseados na dimensão dos espaços. Assim, a autora define:

---

<sup>22</sup> Dimensões essas definidas por Cavalheiro e Del Piccha (1992), Escada (1992), Berke *et al* (2006 *apud* Saboya 2007), Era (2012), Alexander (2013), Gehl (2013), Era (2012).

<sup>23</sup> Entendeu-se que a autora categorizou de forma bastante didática os raios de abrangência tratados pelos autores citados, relacionando esses raios a dimensão dos espaços livres públicos.



Tabela 1 – Tipos de espaços livres públicos, definidos a partir de suas dimensões e determinados seus raios de abrangência.

TIPO	ÁREAS MÍNIMAS	DISTÂNCIA - ABRANGÊNCIA
Loteamento Urbano	6ha	1.000m
Praça de Vizinhança	0.5ha	250m
Praça de Bairro	1ha	500m
Parque Distrital	5ha	1.000m
Parque Urbano	10ha	2.000m
Parque Metropolitano	>10ha	5.000m

Fonte: Era (2012).

A partir dessa categorização, e aplicando-a aos espaços livres públicos de praça de Joinville, percebeu-se que a grande maioria desses espaços, por sua dimensão, são praças de vizinhança, ou seja, deveriam estar dispostos de forma tal que estivessem distantes entre si no máximo 500m, infelizmente não é o que acontece na cidade. Optou-se por seguir esse mesmo raio de atendimento para as recreativas, associações e clubes, levando-se em consideração suas áreas, e não as atividades e equipamentos oferecidos. Apesar de se compreender que a abrangência de uma área de socialização vai muito além de sua dimensão, entendemos que, como forma comparativa, em uma análise global, seria a maneira de fazer com que a esses espaços pudessem ser equivalentes, tornando possível sua comparação.

Já para os espaços de *shopping center*, por possuírem atrativos como lojas e mercados, optou-se por considerar os estudos realizados por Parente e Kato (2001) e por Giustina e Cybis (2006). Em suas análises, os autores demonstram que o acesso a *shoppings* depende de como será realizado o deslocamento até essas áreas, se as vias oferecem um acesso rápido. Eles selecionam vários autores que, após estudos em São Paulo e

Rio de Janeiro, determinam a área de abrangência segundo o tempo de viagem e a distância dessa viagem e criam diferentes níveis de abrangência. Ao que interessa a esta pesquisa, os estudos desenvolvidos por Giustina e Cybis (2006) em Florianópolis apontam para um raio de até 2,0km como sendo a área com o maior número de pessoas dispostas a deslocar-se até o *shopping*. Já os estudos de Parente e Kato (2001) desenvolvidos em São Paulo, apontam um raio de abrangência de até 1,5km como sendo a área com maior número de pessoas dispostas a se deslocar ao *shopping*. Assim, adotou-se um raio de abrangência de 2km para o Shopping Garten (maior e com lojas âncoras), e um raio de 1,5km para os demais *Shoppings* por esses possuírem menor dimensões e lojas âncora de menor ênfase no cenário local.

Por meio da análise global, identificou-se a necessidade de uma aproximação em escala de bairro para a verificar se os espaços livres públicos de praça estavam sendo mais ou menos utilizados. Para esse *zoom* optou-se por utilizar escalas entre 1:10.000 e 1:25.000, pois entende-se que elas podem mostrar com maiores detalhes os aspectos analisados sem perder a noção do todo e das relações interbairros.

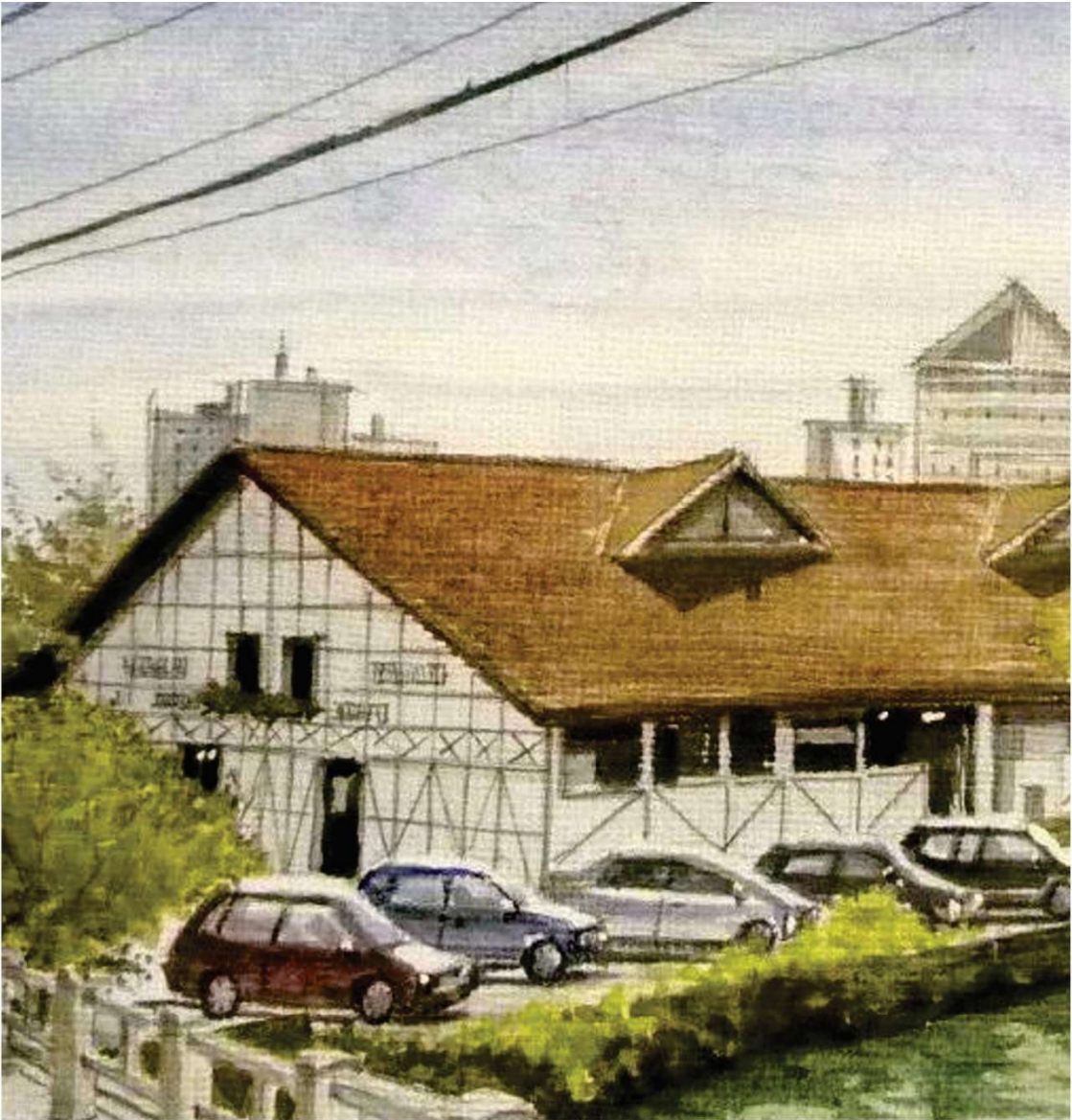
Para a escolha dos bairros que seriam analisados mais atentamente, utilizou-se dos critérios de maior concentração de espaços livres de praça na área do bairro e proximidade com centralidades urbanas. Assim, foram elencados o bairro Centro e o bairro Costa e Silva para a observação direta.

Para a aferição da utilização dos espaços livres optou-se por utilizar a observação direta em diferentes dias da semana (incluindo-se finais de semana), em horários distintos e ao longo de três anos (entre 2014 e 2017). Optou-se, para essa pesquisa de campo, a utilização de registros

fotográficos que tinham como foco apresentar os locais onde foram realizadas as aproximações, além de evidenciar a quantidade de pessoas utilizando ou não os espaços.

Vale ressaltar que, apesar de compreender que os espaços livres públicos de uma cidade são compostos por uma grande quantidade de elementos (sejam eles calçadas, vias, canteiros, largo, etc.), optou-se por selecionar os espaços livres públicos de praça, pois acredita-se que esses são potenciais espaços de atratividade e interação de pessoas, desde que bem relacionados e conectados com os demais elementos urbanos. Se bem conectados, poderiam compor uma rede de espaços livres públicos de praça na cidade de Joinville.





## CAPÍTULO 4

### SOCIEDADE, CULTURA E ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM JOINVILLE | SC

SILVA, C. S. Mercado Público e sua praça, 2015.



#### 4 SOCIEDADE, CULTURA E ESPAÇOS PÚBLICOS EM JOINVILLE/SC

A cidade, em sua dinâmica, compõe-se por uma infinidade de elementos que a animam, dentre eles destacam-se os indivíduos que se configuram como a ‘alma’ da cidade. Neste sentido, e lembrando o conceito de urbanidade trazido por Tenorio (2012)<sup>24</sup>, pode-se dizer que a dinâmica da cidade está associada à forma como os indivíduos sociais a percebem, a utilizam e se relacionam entre si e com o espaço, isto é, como a cultura de uma determinada sociedade indica a forma como a “cidade vive”.

Neste sentido, e buscando compreender o processo de ocupação e desenvolvimento social de Joinville investigou-se, antes de tudo, o cenário europeu e brasileiro no período de formação da Colônia Dona Francisca e nos anos seguintes, ou seja, da segunda metade do século XIX até o início do século XXI. Tal cenário contribuiu para formação cultural da colônia, bem como foi importante no seu processo de crescimento urbano – o *zeitgeist* anterior a vinda dos primeiros colonos.

É sabido que no final do século XVIII e início do século XIX a Europa encontrava-se em plena primeira revolução industrial, passando por grandes transformações político-sociais provocadas por pensamentos liberais e democráticos. Nesse período caem reinos absolutistas, cidades independentes são unificadas formando um único país, e países são desmembrados tornando-se duas ou mais nações. A insatisfação toma conta da Europa, a revolução Industrial modifica radicalmente o panorama europeu, absorvendo mão de obra e gerando intenso processo

---

<sup>24</sup> Para a autora a urbanidade é o “conjunto de ações, programadas ou não, protagonizadas pelos indivíduos nos espaços públicos” (2012, p. 14).

de industrialização, o que também desencadearia outros movimentos revolucionários, inclusive na Alemanha. Esses movimentos determinaram uma mudança no cenário econômico mundial e promoveram uma alteração nos ciclos econômicos vigentes.

A Inglaterra (com o advento da máquina a vapor) foi o primeiro país a liderar esse movimento, baseando sua economia no capitalismo industrial. A Alemanha só se industrializou tardiamente, iniciando sua industrialização após a popularização da máquina a vapor e a utilização de sua energia nos meios de transporte (por volta de 1850-60). As transformações econômicas e sociais advindas da industrialização tardia possibilitaram e/ou determinaram o primeiro ciclo migratório da Alemanha para outros locais, incluindo-se nesse o Brasil no início do século XIX (TERNES, 1981; ROCHA, 1994).

É em meados de 1850 que o transporte de emigrantes se torna um excelente negócio na Europa. Propagandas oferecem vantagens aos migrantes, tais como: melhores condições de viagem e os “mais lindos lugares do mundo para o início de uma nova vida” (TERNES, 1981, p. 34). Segundo o autor, o Senador Cristian Mathias Schroeder (aproveitando-se do momento crítico desencadeado na Europa pela revolução industrial<sup>25</sup> e investindo no transporte de migrantes) cria a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (1849) com o objetivo de colonizar as terras do Príncipe de Joinville, que “(...) com a queda de Luis Felipe e consequente exílio de toda sua família, inclusive do Príncipe de Joinville, este lembrar-se-ia de suas terras no Brasil, como solução para seus aflitivos problemas financeiros” (TERNES, 1981, p. 30). A propaganda da Companhia Hamburguesa representava a “esperança” por

---

<sup>25</sup> Crise desencadeada pela substituição da mão-de-obra pela máquina.



dias melhores, com terras onde trabalhos não faltavam e na qual tudo, ou quase tudo, ainda estava por fazer. É com objetivo mercantil que a Colônia Dona Francisca (futura cidade de Joinville) é fundada, em 1851.

Neste sentido, destaca-se que Joinville nasceu de um interesse econômico/comercial, e como tal, a colônia surgiu por intermédio da Sociedade Colonizadora de Hamburgo que tinha a intenção de ocupar essas terras. Assim, a imigração de suíços, noruegueses e alemães para a Colônia Dona Francisca, foco da Companhia Hamburguesa, não era apenas de camponeses e agricultores, mas também de imigrantes com “cultura elevada e iniciativa comercial e industrial” (OLIVEIRA, 1995, p. 93), visando o rápido desenvolvimento comercial da colônia. Segundo Ficker (1965, p. 102-103), no barco *Gloriosa*, que aportou em setembro 1851 (poucos meses após a barca *Colon*<sup>26</sup>), vieram:

(...) 8 oficiais com grau de universidade, 2 engenheiros diplomados, 1 médico, 1 doutor em direito, 2 candidatos a teólogo, 1 professor de colégio, 7 economistas, 5 comerciantes, 2 naturalistas<sup>27</sup>, 1 marceneiro, 2 carpinteiros, 1 litografo, 2 jardineiros, 2 açougueiros, etc (FICKER, 1965, p. 102-103).

Assim, o início do desenvolvimento urbano da sede de Joinville ganha uma pequena estrutura comercial, de serviços e industrial, chaves para o processo de empreendedorismo que seguirá anos mais tarde (ver capítulo 5) e chave também para o desenvolvimento sociocultural que seguiria no decorrer dos anos.

---

<sup>26</sup> Primeira embarcação a aportar na Colônia Dona Francisca em março de 1851 com os primeiros imigrantes alemães, suíços, franceses e noruegueses.

<sup>27</sup> Naturalista: estudioso das ciências naturais (hoje: botânica, zoologia e geologia) que no final do século XIX era um estudioso generalista.

Os imigrantes vindos da Europa no final do século XIX vivenciaram grandes transformações internas em seu continente de origem. Segundo Costa (2011), o padrão de vida europeu era bastante elevado se comparado com o que predominava no Brasil, boa parte da população vivia em áreas urbanas e tinha como rotina frequentar teatros, concertos musicais, bares e cafés, além de ter acesso a jornais que evidenciavam a vida política, econômica e cultural da época.

Pode-se dizer que a substituição do homem pela máquina a partir da Revolução Industrial trouxe certo grau de urbanidade, permitindo que pessoas pudessem ter tempo livre para aproveitar o que a cidade oferecia, criando possibilidades de encontros ocasionais. Seguindo o ritmo da revolução industrial, toda uma nova tecnologia estava sendo desenvolvida, modificando por completo a produção artesanal. Assim, os imigrantes trouxeram junto toda essa bagagem tecnológica, o que permitiu o sucesso da maioria dos empreendimentos industriais da época no Brasil.

Não é de se estranhar que, em 1855, poucos anos após a fundação da colônia, surgem as primeiras sociedades culturais e a maçonaria. Segundo Ternes (1993), neste ano as atividades culturais e sociais ganham espaço na vida dos colonos e promovem maior integração e socialização deles.

Em 1890, são criadas novas instituições culturais, dentre elas: clubes recreativos/sociedades (clube de canto, de tiro, etc.), jornais e agremiações políticas. Os arquivos históricos da cidade ressaltam a importância dessas sociedades para a sociabilidade dos imigrantes, visto que eram os únicos locais de encontro que possuíam.

O historiador Apolinário Ternes fala na consolidação de uma vida urbana, a qual seria mais confortável que a vida do campo. Todavia, essa

“vida urbana” descrita por Ternes significava um transitar da casa para o trabalho, do trabalho para a casa, com alguns momentos de discussões políticas sobre os rumos da Colônia.

Até esse momento, não existia na sede da Colônia um local de interação social, um espaço onde seriam possíveis os encontros ocasionais, típicos dos espaços livres públicos. A população reunia-se em espaços definidos, em sua maioria privados, mantendo seu círculo social. Os clubes recreativos e associações eram os locais onde desenvolvia-se a esfera pública, era nesses ambientes que os colonos discutiam e definiam os rumos da Colônia.

E os espaços livres públicos? O que se pôde extrair da literatura específica é que esses locais se resumiam a picadas, ou vias locais que faziam a comunicação entre as casas do núcleo central, o pequeno comércio<sup>28</sup> e a igreja. Eram meros elementos de conexão entre os locais onde se pretendia chegar. Talvez, esses espaços servissem para interações sociais de cunho mais pragmático, tais como o comércio e o serviço, porém não muito além disso, sendo as trocas de experiências, a recreação, o lazer e possíveis decisões sobre o futuro da então colônia interações próprias para os clubes e associações.

Entende-se, logicamente, que a colônia estava em construção, que muito ainda estava por ser feito, principalmente se consideramos o fato de que os primeiros colonos chegaram a uma região que nada possuía além de barracões, mato, mangue e muitos insetos. Soma-se a isso, a típica colonização alemã em Santa Catarina evidenciada por Peluso Jr.

---

<sup>28</sup> Esse pequeno comércio é estruturado através da “rua do comércio” base da urbanização de Joinville como será demonstrado no capítulo seguinte. Na década de 1890, essa rua permitia alguns encontros ocasionais, mas o movimento descrito na literatura era mais pragmático – casa/trabalho/casa – e não um movimento livre de “gastar tempo”.

(1956), onde a rua de comércio é a principal estruturadora da colônia, muito diferente da colonização portuguesa, onde a praça da igreja é o elo de ligação da colônia.

Assim, pouco mais de quarenta anos após a chegada dos primeiros colonos trazidos pela Companhia Colonizadora Hamburguesa, o vilarejo possuía apenas o espaço do mercado<sup>29</sup> e nenhum espaço livre público intitulado de praça, ou seja, a interação e convívio da população ocorria principalmente nas poucas vias e na área do mercado, o que pode demonstrar a pouca valorização dos espaços de praça pelos imigrantes, ou mesmo que este era desnecessário, sendo substituído pela rua de comércio.

Imagem 4 - Rua do Príncipe em 1866. Ao fundo, vê-se a igreja católica. À direita (em primeiro plano) construções cobertas com palha. À esquerda, grande residência coberta com telhas (revelação de que as habitações começam a melhorar na segunda década de existência da vila). Foto de autoria do fotógrafo Niemeyer.



Fonte: Ternes (1993, p. 75).

<sup>29</sup> O espaço do mercado é o local onde as primeiras famílias foram alojadas. Essa área transformou-se em área de mercado em 1864 e em 1893 ganha o título de Passeio Público, tornando-se uma praça para o *footing* (TERNES, 1993).

Essa pouca valorização e utilização do espaço livre público fez com que, somente em 1893, com a criação da sociedade de embelezamento, Joinville ganhasse seu primeiro espaço intitulado de praça – o Jardim Público (atual praça Lauro Muller), no qual as pessoas poderiam circular, olhar, serem vistas, interagirem sem a necessidade de pertencer a uma associação ou clube. Era no Jardim Público que os jovens da época praticavam o *footing*, o deambular pelo espaço para olhar e ser olhado.

Apesar da existência desse passeio público, os relatos trazidos por Ternes (1993, p. 119), indicam que “a rotina diária era de muito trabalho e pouco lazer (...) o silêncio da cidade só é quebrado por crianças, carroças ou cavalos”. A rotina de trabalho somente era alterada nos finais de semana, quando da reunião de pessoas em torno de igrejas, em visitas aos parentes ou em sociedades dançantes. Em resumo, nesse período, os momentos de lazer aconteciam prioritariamente aos finais de semana.

Ainda hoje é possível perceber a reunião de pessoas em torno de centros religiosos na cidade. Mais afastadas da área central, em bairros periféricos, é comum a ‘igreja’<sup>30</sup> ser a centralizadora dos encontros sociais, existem ainda festas vinculadas às paróquias e almoços para a reunião da comunidade.

Sobre esse aspecto, é importante destacar a relação entre a crença religiosa e o trabalho. Estudos apontam que os indivíduos protestantes têm uma ideia da profissão enquanto um dever, no qual a pessoa deve se dedicar ao trabalho produtivo como fim em si mesmo; diferente da tradição bíblica que via o trabalho como um castigo imposto por Deus, o

---

<sup>30</sup> Igreja é entendida aqui como qualquer centro religioso, não necessariamente católico ou protestante.

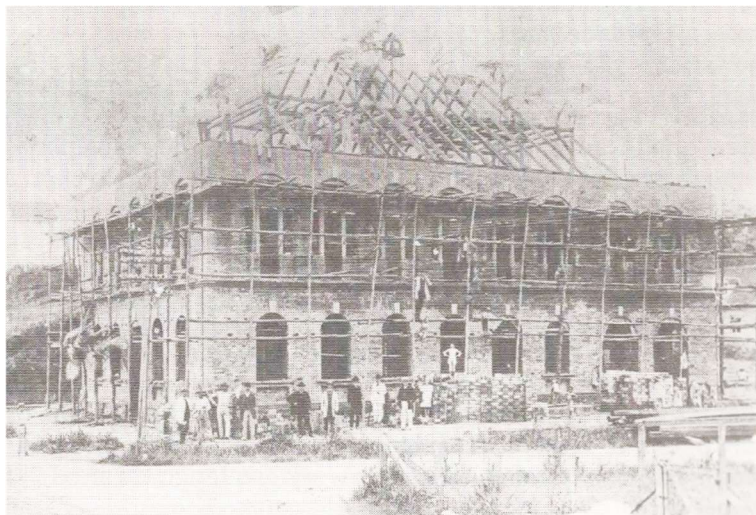
que pode explicar a rotina de trabalho arraigada na então colônia e que se estende até os dias de hoje.

Imagem 5 – Jardim Lauro Muller no início do século XX.



Fonte: Acervo pessoal de Alexandre Drefahl.

Imagem 6 - "Clube Joinville" na Rua do Príncipe. Construído entre os anos de 1911 e 1913.



Fonte: Ternes (1993, p. 71)

Anos mais tarde, já no século XX, historiadores locais destacam um período de grande desenvolvimento cultural, vinculado a cultura dos primeiros imigrantes (ou dos mais numerosos, os alemães). A década de 1920 é marcada pela criação de novas associações, todas de cunho privado e voltadas para um público específico. Destaca-se, aqui, que até essa década não foram criados novos espaços livres públicos de praça, ficando as interações sociais a cargo das associações e clubes, os quais as realizavam em seus espaços privados.

Porém, é no final da década de 1930 e início da década de 1940 (entre os anos de 1938 e 1942) que Joinville sofre um “declínio sociocultural”<sup>31</sup> decorrente dos efeitos da Campanha de Nacionalização<sup>32</sup> do governo de Getúlio Vargas. Nesse período, o então Estado Novo justificava sua tentativa de acabar com a diversidade existente, especialmente em Santa Catarina, por causa da forte influência germânica que deixaria o estado mais vulnerável a compactuar com os ideais nazistas. A cidade sofre com a implementação do projeto de nacionalização, pois, assim como outras cidades do país, havia sido colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães, e portanto, poderia significar um “perigo” ao Estado. Leis bastante rigorosas fecham escolas, encerram as atividades de jornais (dentre eles o *Kolonie-Zeitung*

---

<sup>31</sup> A expressão declínio sociocultural é colocada entre aspas pois foi retirada dos livros de Apolinário Ternes, historiador de Joinville que ressalta e engrandece a cultura alemã. Sendo assim, acredita-se que quando ele se refere a tal declínio, está se referindo à pressão sofrida pelos teuto-brasileiros no período de Nacionalização da Era Vargas e à chegada de outras culturas que, sob sua ótica, são menos qualificadas que a alemã.

<sup>32</sup> “A Campanha de Nacionalização da Era Vargas visava homogeneizar as práticas culturais e políticas do país, construindo uma brasilidade nacional que deveria eliminar as diferenças regionais. Nas questões relacionadas aos estrangeiros, as regiões do país que tinham, de forma mais acentuada, a presença de imigrantes e descendentes, especialmente, as regiões onde estes, de maneira mais marcada, mostravam-se ainda ligados aos seus países de origem, tinham através de ações dos estados, um tratamento mais efetivo. No sul do Brasil essas leis tiveram um impacto bastante grande, haja vista a grande presença de imigrantes estrangeiros” (SILVA, 2004, p. 26).

ou Jornal da Colônia) e privaram a população de se comunicar em língua alemã.

Os efeitos da nacionalização em Joinville, do ponto de vista sociocultural, foram grandes, haja vista que, apesar da imigração de alemães não ter sido a única na região, foi a maior e por consequência a cultura desses imigrantes foi, até certo ponto, absorvida pelos demais cidadãos (SILVA, 2004). Nesse sentido, percebe-se que alguns historiadores locais enaltecem a cultura alemã atribuindo o crescimento de Joinville aos teuto-brasileiros, deixando de lado os demais imigrantes e luso-brasileiros que habitavam a região antes da chegada da barca Colón.

Toda essa intervenção do estado acaba por “cortar o cordão umbilical que mantinha Joinville ligada à Alemanha” (TERNES, 1993, p. 156). Após a Campanha de Nacionalização, e do fim da Segunda Guerra Mundial, Joinville passa por um período de crescimento econômico oriundo do fim da guerra e do incentivo às indústrias metalomecânicas e têxteis. Segundo Silva (2004), é nesse momento que os descendentes de italianos se multiplicam e começam a reivindicar seu espaço na cena urbana. Juntam-se aos italianos, aos suíços e holandeses. No entanto, é a partir de 1940 que a cidade recebe a primeira leva de migrantes oriundos principalmente do Paraná, e das regiões sudeste e nordeste do país. Junto com eles vêm diferentes formas de organização social, valores e cultura.

Destaca-se que no ano de 1951, houve grande mobilização em Joinville devido às comemorações do centenário da cidade (Imagem 7). Segundo Silva (2004), a comissão organizadora do evento e a imprensa local veiculavam em folhetins pedidos para que os moradores economizassem para que pudessem gastar nos festejos. Inclui-se nessa



economia inclusive a relação de lazer dos moradores. A autora sublinha que alguns folhetos solicitavam a transferência das férias de janeiro para março do referido ano, ou ainda que os moradores “riscassem” de seus calendários o carnaval. Tudo com a intenção de garantir o sucesso do centenário, fato que demonstra uma certa “disciplina social”<sup>33</sup>.

Imagem 7 - Fotos de desfiles de carros alegóricos durante os festejos do centenário de Joinville.



Fonte: Banco de Imagens Google – disponível em: <http://historiajoinville.blogspot.com.br/2010/10/>, acesso em 10.01.17

<sup>33</sup> Utilizo-me desse termo como forma de refletir sobre os acontecimentos no local. Com a chegada da festa do centenário, a imprensa e as indústrias procuravam direcionar o lazer de seus funcionários, induzindo-os a guardar dinheiro para que esse fosse gasto na comemoração.

Vale ressaltar que o carnaval de rua fora introduzido pelos moradores luso-brasileiros e que, posteriormente, os teuto-brasileiros também começaram a participar. Silva (2004) destaca que por muitos anos Joinville presenciou o carnaval de rua, porém esse foi transferido para os salões dos clubes anos mais tarde. A autora não deixa claro o motivo para tal deslocamento, mas evidencia que os bailes dos clubes eram tradicionais na cidade<sup>34</sup>.

Ainda no ano do centenário, jornais locais chamam voluntários para a limpeza da Praça da Bandeira, que, segundo relatos, até aquela data era mais um depósito de lixo que uma praça. Evidência que demonstra o descaso da população e da municipalidade com alguns espaços livres de praças da cidade. Além disso, ressalta-se a convocatória para a limpeza da Praça da Bandeira (Imagem 8), pois essa se constitui em um espaço central da cidade, cercado por edifícios importantes e que serviria de “cartão postal” para a promoção de Joinville. Tal espaço livre apenas ganhou visibilidade e se transformou em uma praça efetivamente por causa dos festejos do centenário (SILVA, 2004).

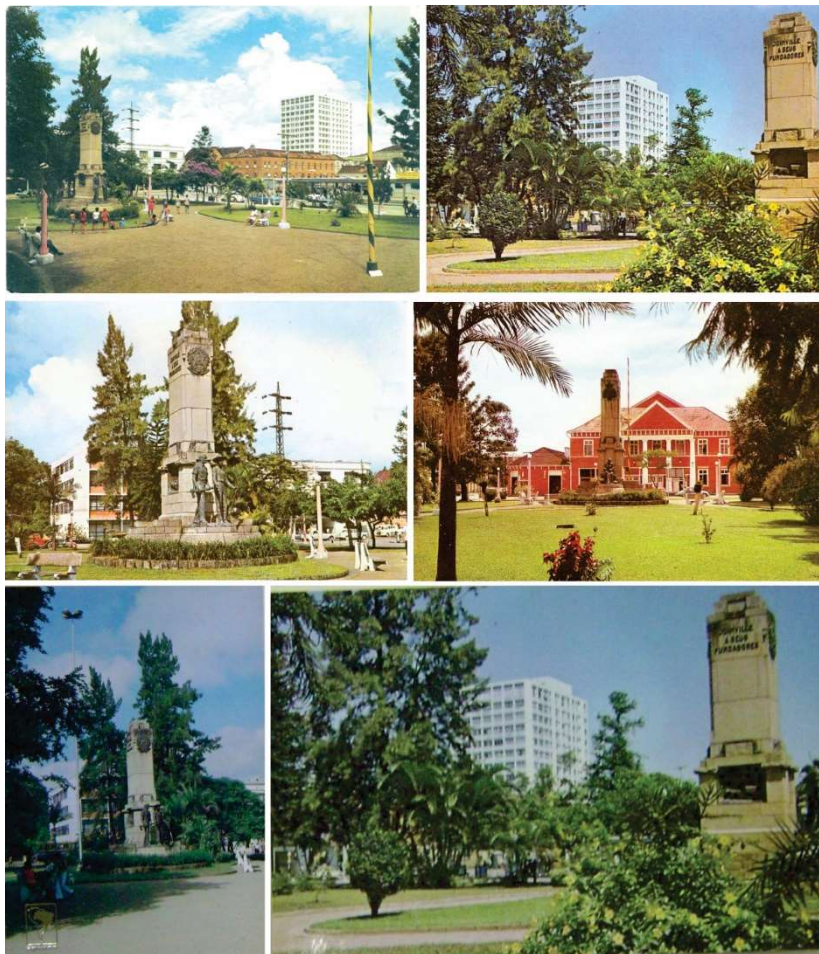
Ao que tudo indica, mesmo existindo uma Lei Municipal que a tornou um espaço público, este só passou a ter significado para os moradores a partir dos preparativos do Centenário. A significância deste espaço, possivelmente, estava relacionada ao fato de ser ali o local escolhido para abrigar o

---

<sup>34</sup> A respeito do carnaval de rua e de sua transferência para os clubes e sociedades recreativas, vale destacar que não é um acontecimento único da cidade de Joinville. DaMatta (1997, p. 108-109), em seu livro *Carnavais, Malandros e Heróis* afirma que “o ‘carnaval de rua’, em oposição ou contraste com o ‘carnaval de clube’, perfaz a segmentação clássica, utilizada todas as vezes que se fala dessa festa. Na rua, o carnaval assume sobretudo a forma de encontro aberto; ao passo que, nos clubes, se trata de um ambiente mais bem marcado, pois o próprio espaço físico é privado”. Essa afirmação demonstra a segregação social “imposta” pelo deslocamento da festa para dentro dos clubes. Porém, apesar desta primeira interpretação, DaMatta ressalta que não se pode tomá-la de forma rígida, já que no próprio carnaval de rua existe essa separação no momento em que escolas de samba ou blocos de carnaval desfilam pelas ruas, essas formações também são associações fechadas, onde determinadas pessoas reúnem-se para realizar o desfile, assim como acontece nos clubes, porém de forma mais sutil.

futuro “monumento aos imigrantes” (SILVA, 2004, p. 109-110).

Imagem 8 - Fotos da Praça da Bandeira entre as décadas de 1950 e 1960.



Fonte: Acervo pessoal de Alexandre Drefahl.

Passado o período de comemorações, no qual as propagandas de divulgação da cidade evidenciavam a facilidade de emprego e a necessidade de mão de obra, o período migratório que havia se iniciado na década de 1950, consolida-se nos anos seguintes (1960) e acentua-se na década de 1970. Historiadores locais como Ternes, Coelho e Silva evidenciam que a “Manchester Catarinense” atraiu pessoas de muitas partes do país, o que contribuiu para a diversidade cultural do local, mas também para novos problemas e conflitos urbanos que serão abordados no capítulo 5. A respeito dessa diversidade, Silva (2004) esclarece que:

(...) foram os trabalhadores, homens e mulheres, a maioria sem nenhuma ligação com a ‘origem germânica’ dos imigrantes, que impulsionaram o desenvolvimento econômico da cidade. Todavia, a imagem propagada ainda versa sobre o trabalho alemão e a eficiência do espírito empreendedor da classe empresarial local, encobrindo as histórias cotidianas de trabalho, exclusão, desilusão, miséria, desemprego, falta de moradia, etc. a que estão ligados os ‘reais’ trabalhadores da cidade (SILVA, 2004, p. 162).

Apesar de não ser evidente, tal relato dá indícios da existência de uma elite industrial e comercial dominante (que tiveram no migrante novo impulso para seu sucesso econômico) que, ao enaltecer seus feitos e divulgar a cidade a fim de atrair trabalhadores, deixa de dar atenção aos migrantes que chegam em grande número, como consequência, esquecem-se de entender a cidade<sup>35</sup> como um organismo vivo, dinâmico,

---

<sup>35</sup> Cidade, nesse contexto, é entendida enquanto espaço físico e sociedade, ou seja, todo o conjunto dinâmico responsável pela vida em sociedade.

que sofrerá com o rápido crescimento, com a desorganização e com a falta de espaços livres públicos.

Outra hipótese levantada por Coelho (2011), em sua tese, é que a cidade de Joinville se vale de um conceito pré-determinado daquilo que o produto alemão oferece como forma de se autopromover perante o país. A autora destaca a fala de um de seus entrevistados:

A identidade de Joinville não se transfere exatamente para os alemães. A gente costuma divulgar isso, dizer que nós temos ainda traços marcantes da cultura alemã, mas não [...]. A nível de turismo, de marketing turístico isso dá muito Ibope. Lá em São Paulo, Rio quando vê uma alemãzinha, vestida de traje típico, estavam vendo? Isso identificava muito Santa Catarina, cada um queria levar a sua parte, Joinville queria levar, Blumenau queria levar a sua parte, cada um queria levar a sua parte nisso. [...] E depois, o produto de qualidade era produto alemão. [...]. Os produtos, produzidos em Joinville, “ah, dos alemães, lá de Joinville. Podem comprar porque é de primeira qualidade, os alemães sabem fazer coisa boa”. Você entendeu? Também tinha esse marketing. De qualidade, tinha que ser alemão, o alemão sempre foi muito cuidadoso, muito... [...] disciplinado, tecnologia... Então, em algum momento este mote era importante para a cidade de Joinville, a cidade alemã. Mas se você olhar um tempo aí, a cidade... nunca foi alemã de fato. (COELHO, 2011, p. 51)<sup>36</sup>

Independente de qual hipótese seja mais adequada, ou mesmo se as duas o forem, o fato é que Joinville, por muito tempo, foi considerada uma cidade alemã e a “cultura” dos pioneiros teuto-brasileiros foi mantida, divulgada e lembrada em muitos momentos, prioritariamente nos momentos festivos e de divulgação da cidade.

---

<sup>36</sup> Trecho extraído da tese de Ilanil Coelho. SOUZA, Wilmar de. **Depoimento. Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho.** Joinville, 30 jan. 200

Em contrapartida, na década de 1970, após o grande crescimento populacional, são encontrados relatos/discursos de pessoas locais e mesmo notícias de jornais relacionadas aos chamados “desajustados sociais”, ou seja, aqueles que vêm de outras cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho e que, por um motivo ou outro, são marginalizados pela população local (SILVA, 2004; COELHO, 2011), demonstrando que o “imaginário social de Joinville é construído a partir de um demasiado distanciamento entre o que se faz e o que diz do que se faz” (MEURER, 1993, p. 56). Em somatória, há relatos que diferenciam os migrantes, sendo que aqueles que vêm de grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) não são considerados por muitos migrantes, pois eles são “trazidos, aliciados” pelas empresas por sua mão de obra qualificada, o que evidencia um preconceito social, que pode se refletir no espaço urbano.

Essa distinção traz uma percepção do que Coelho (2011, p. 81) chama de “desintegração social e cultural”. Para a autora, os desintegrados seriam aqueles que, a partir de 1980, passariam a constituir um “problema” à cidade (problema esse criado pelo empresariado local quando da divulgação de vagas de trabalho na Manchester Catarinense). Ainda mais, seriam aqueles que, por uma política assistencialista<sup>37</sup> das empresas viveriam em um “gueto” – da fábrica para a casa, da casa para a recreativa<sup>38</sup>. Esse fato teria reforçado o estigma de “Joinville, cidade do trabalho”.

---

<sup>37</sup> A política assistencialista das empresas consistia na criação de uma série de benefícios aos seus empregados, como assistência médica, distribuição de cestas básicas e, principalmente, lazer por intermédio das associações recreativas (COELHO, 2011, p. 81).

<sup>38</sup> A recreativa difere-se das associações em clubes no sentido de serem espaços criados e mantidos pela empresa para o lazer de seus funcionários. Já os clubes e associações são espaços criados e mantidos por um grupo social e não empresarial.

Para Souza (*apud* COELHO, 2011), a recreativa foi nociva para a cidade, pois teria “quebrado” as sociedades existentes, já que nas recreativas as pessoas não pagariam mensalidades e teriam suas refeições subsidiadas pelas empresas. Por outro lado, e buscando compreender a visão do empresariado local que tenta controlar e, talvez, impor as “normas de comportamento” da cidade a esse novo migrante, a criação das recreativas poderia ser uma forma de enquadramento desse indivíduo. Assim, na medida em que são oferecidas vantagens na utilização das recreativas (tais como lazer gratuito, refeições mais baratas), também são cobrados “comportamentos sociais adequados” dentro desses espaços. A exemplo, foram encontrados, em livros de historiadores locais, relatos de trabalhadores demitidos de empresas por comportamentos inadequados dentro da recreativa, citando-se embriaguez, desordem ou mesmo sendo responsabilizados por atos de pessoas convidadas. Percebe-se, então, uma forma de tentar diminuir comportamentos sociais indesejados.

Apesar da afirmação de Souza, pontuando sua crítica para a recreativa enquanto lugar que retirava usuários das Sociedades, deve-se lembrar que, no âmbito da utilização do espaço público, o excesso de clubes e sociedades também pode ser nocivo a partir do momento que torna os encontros sociais restritos a locais e grupos de pessoas específicos, inibindo a interação casual entre indivíduos. Assim, pode-se entender que, mesmo antes do surgimento das recreativas, o movimento de trabalho-casa-sociedade/clube também poderia ser considerado nocivo sob a ótica da urbanidade, além de evidenciar o pouco ou nenhum intuito de utilizar os poucos espaços públicos que a cidade oferecia.

É na década de 1990 que festividades locais evidenciam-se. A festa das flores, a festa das etnias, o festival de cucas<sup>39</sup> (Imagem 9), a tradicional festa dos amigos (*Stammtisch* - Imagem 10), o festival de dança e tantas outras festas de bairros organizadas entre os próprios moradores do local onde elas acontecem. Festejos que, em alguns momentos, são levados às ruas e tomam conta dos espaços públicos, como no caso dos “palcos abertos”<sup>40</sup> do festival de dança (Imagem 11), das barracas na rua gastronômica no *Stammtisch*, e das mesas e cadeiras dispostas em frente ao mercado municipal para o festival das cucas.

Imagem 9 - Fotos do Festival de Cuca ocorrido em 2016 na Praça do Mercado Municipal.



Fonte: Autora, 2016

<sup>39</sup> Bolo tradicional na cidade, que possui diferentes coberturas.

<sup>40</sup> São chamados palcos abertos por seu caráter gratuito, mas como pode ser observado nas imagens, são grandes tendas montadas em locais públicos, principalmente na praça Nereu Ramos.



Imagem 10 - Fotos do encontro *Stammtisch* realizado na via gastronômica (Rua Visconde de Taunay) em 2015.



Fonte: Daniel Tonet, Jornal A Notícia, 2016.

Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br>, acesso em 10.11.2016.

Imagem 11 – Fotos da Praça Lauro Muller com intervenção dos “Palcos Abertos”.



Fonte: Autora, 2016.

Essas festas locais retomam o espaço público enquanto local de socialização e de troca entre diferentes habitantes da cidade. Infelizmente, percebe-se que essa retomada do espaço acontece de forma pontual e isolada. Nos percursos diários dos moradores de Joinville, os espaços públicos, principalmente os espaços de praça, são coadjuvantes, sendo pouco lembrados e utilizados.

Nota-se que os espaços privados ou semi-públicos (*shoppings*, igrejas, centros comerciais, recreativas e clubes) possuem um número de frequentadores acima do encontrado nos espaços públicos de praça. Difícil é saber se isso se deve à qualidade (ou falta de) dos espaços livres públicos de praças, ou se a cultura do clube, da associação, ainda está arraigada e se perpetuando pela população joinvillense.

Apesar de se perceber que a população local está cada vez mais cosmopolita, no sentido de ser cada vez mais heterogênea, entende-se que para ser diversificada e multicultural a fim de promover hibridismos e sentimentos de pertencimento baseados em processos de identificação com o local, requer o recurso do espaço-cultural mediado pelo ELP como modo de promover encontros interpessoais e maior possibilidade de reconhecimento das diferenças, trazendo à vida cotidiana um convívio mais democrático. Porém, percebe-se, através da dinâmica da cidade, que muitos dos antigos hábitos ainda se perpetuam, tais como o hábito de utilizar a recreativa como fonte de lazer quase exclusivo.

Todavia, é notório, a partir do século XXI, um movimento pela retomada do espaço livre público. Essa retomada tem íntima relação com acontecimentos locais e nacionais, tais como a democratização do país no final do século XX (1983/4 com o movimento Diretas já e a constituinte de 1988); a percepção da população da possibilidade de se expressar

livremente em público com interesses vários, inclusive os reivindicatórios; pela criação do Estatuto da Cidade (2001) que inclui a sociedade na definição dos rumos municipais, entre muitos outros eventos que evidenciam a necessidade de interação em espaços livres públicos afora dos muros das recreativas, clubes e sociedades.

Além das já mencionadas festividades que, desde o século passado, são realizadas em alguns espaços livres públicos de Joinville, movimentos sociais vêm requerendo esses espaços. Destaca-se aqui o movimento pela criação de praças de vizinhança no Jativoca, onde a população do bairro, junto com voluntários, conceberu e criou um pequeno espaço para a socialização dos moradores do local. Denominado “Oasis-Jativoca”, o projeto partiu das necessidades da população, que escolheu desenvolver o projeto de uma praça com brinquedos infantis, campo de futebol e horta comunitária.

Imagem 12 - Projeto 'Oasis-Jativoca' desenvolvido na comunidade do Jativoca, em Joinville, em novembro de 2015.



Fonte: Calor Jr, Jornal Notícias do Dia, 2015

Disponível em: <https://ndonline.com.br/joinville/noticias/comunidade-jativoca-nao-se-intimida-com-a-chuva-e-realiza-sonhos>, acesso 20.03.2016.

Outro exemplo, esse promovido da municipalidade, é o fechamento de um trecho da Av. Hermann August Lepper aos domingos. A exemplo do que acontece na Av. Paulista em São Paulo, um trecho da Av. H.

August Lepper é fechado para atividades de lazer da população desde 2009. Lá são realizadas caminhadas, corridas, passeios de bicicleta e algumas pequenas intervenções ligadas à secretaria municipal do esporte.

Imagem 13 - Rua de Lazer na Av. Herman August Lepper, em uma manhã de primavera, 2016.



Fonte: Autora, 2016.

Há também um movimento recente que começou a ganhar espaço aos domingos na Praça dos Suíços. Local onde a população da região se reúne com amigos e familiares para fazer piqueniques, ouvir a banda que optou por ensaiar na praça, passear com animais de estimação, enfim, toda a gama de atividades sociais possíveis de realização em um espaço democrático.

E quando se fala em espaço democrático, não se pode deixar de citar as mobilizações políticas realizadas nas praças da região central de Joinville. Como os atos contra corrupção ocorridos em 2015, que mobilizaram não só os joinvillenses, mas toda a população brasileira em torno de uma causa. Os coletivos sociais contemporâneos, através de campanhas em mídias sociais convocaram a população para manifestações pacíficas contra a corrupção nas regiões de maior visibilidade das cidades, em Joinville, os atos se concentraram na Praça da Bandeira – considerada atualmente uma praça cívica na cidade por sua localização e proximidade a órgãos públicos. Tal movimento teve proporções nacionais, mobilizando mais de 1 milhão de brasileiros. Em Joinville, a mobilização contou com cerca de 30 mil pessoas que se aglomeraram na Praça da Bandeira e arredores como forma de demonstrar insatisfação com o então governo (Imagem 14).

Outros movimentos também podem ser citados, tais como: o encontro de ciclistas que ocorre, normalmente, na última sexta-feira de cada mês e busca conscientizar a população para o uso da bicicleta enquanto meio de transporte e o Urban Sketchers Joinville, que busca reunir pessoas interessadas em retratar os espaços públicos da cidade através de desenhos (movimento iniciado há pouco mais de dois anos).

Nota-se, então, que a população de Joinville, vem, aos poucos, reivindicando espaços de socialização na cidade. Espaços que permitam o intercâmbio entre pessoas de diversas idades, etnias, credos, orientação política e religiosa, ou seja, toda a diversidade de indivíduos que podem ser encontrados na cidade. Esses movimentos populacionais proporcionam a retomada da esfera pública, muitas vezes restrita aos espaços das recreativas (ou por vezes controlada por esse espaço) e

consequentemente, promovem maior vitalidade, mesmo que em momentos específicos, aos espaços livres públicos.

Imagem 14: Aglomeração no dia 15 de março de 2015 – movimento “Vem pra rua”.



Fonte: Autora, 2015.

Observa-se ainda que essa descoberta, ou retomada, das possibilidades do espaço livre público está ocorrendo não só nas praças, mas, como demonstrado, também nas ruas. Mostrando a importância que o espaço livre público como um todo tem quando se trata das interações sociais. Ainda mais, esse momento de (re) descoberta do ELP pode trazer ao joinvillense novas formas de apropriação do espaço, fugindo da necessidade de utilização da recreativa, ou associação, e demonstrando à municipalidade que a criação de um sistema de espaços livres (públicos

ou privados) convidativos ao uso pode promover a cidade, criando possibilidade de integração local e regional.

Através de observações participantes e vivenciando na cidade de Joinville por mais de quatro anos, pode-se dizer que, atualmente, a cidade ainda é bastante estruturada em função de suas indústrias. Grande parte da população trabalha no setor secundário da cidade, seja ele na área de transformação ou de extração<sup>41</sup>. Essa condição faz com que a malha urbana seja organizada de forma a facilitar os deslocamentos de veículos (leves e pesados) pela cidade, priorizando modais automotivos para o deslocamento das pessoas. Essa malha urbana, como será demonstrado no capítulo a seguir, mantém até os dias de hoje os eixos estruturadores de mobilidade criados na fundação da cidade, amplia algumas vias de maior fluxo e cria outros eixos paralelos para o deslocamento de veículos leves e pesados dentro da cidade.

Neste ponto é importante ressaltar que Joinville é bastante estruturada para o deslocamento veicular, deixando em segundo plano o deslocamento a pé. As ruas da cidade, em seus eixos principais e secundários, permitem velocidades de até 60km/h, bastante alta, considerando que essa malha viária principal se estende por grande parte da cidade e que os espaços de praça estão situados, em sua maioria, junto a esses eixos de deslocamento, como pode ser observado na Imagem 15.

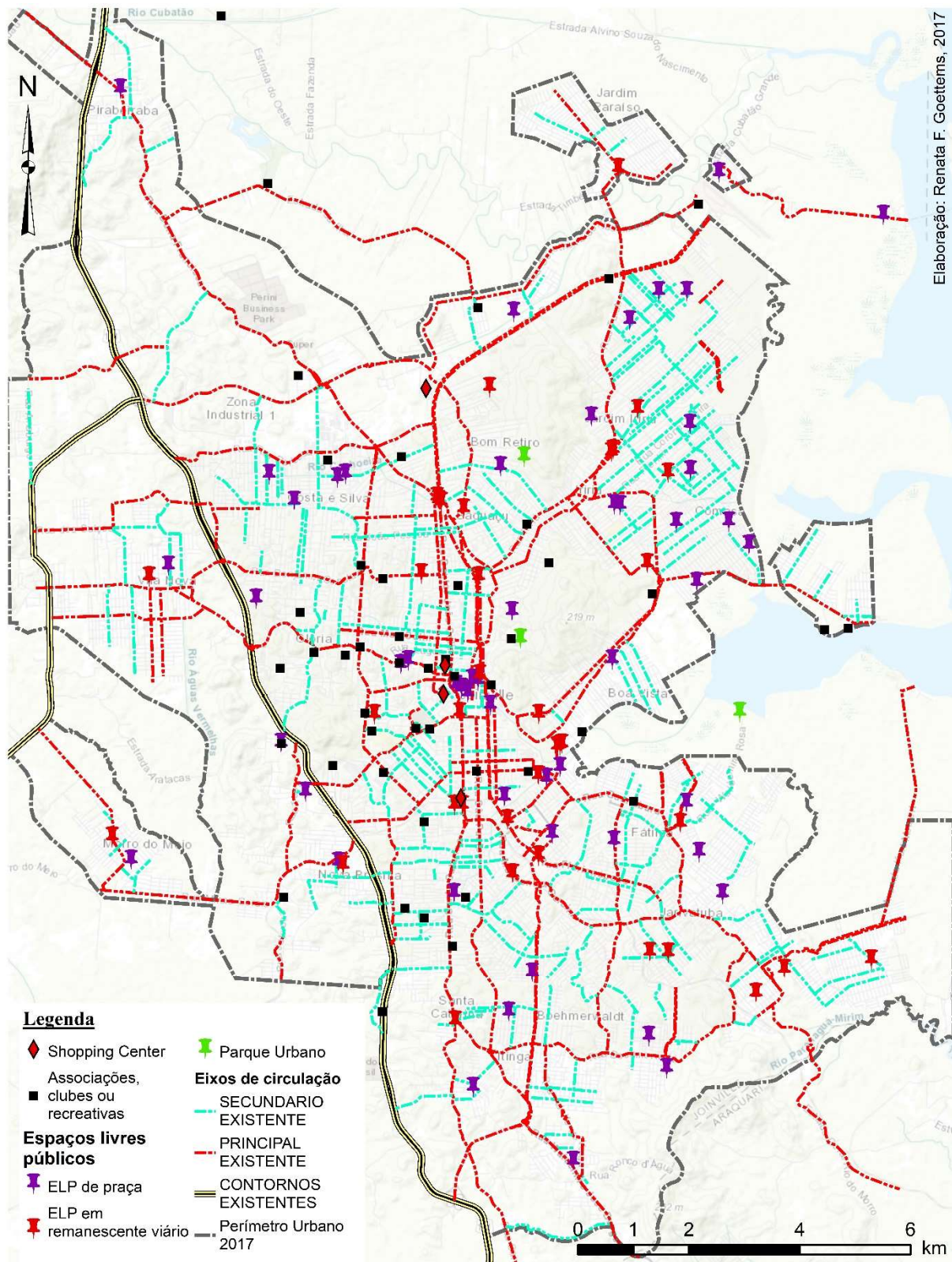
---

<sup>41</sup> Segundo dados do IBGE cidades de 2010, da população economicamente ativa, cerca de 28% trabalha na indústria, seguido de aproximadamente 18% de trabalhadores no comércio. Como pode ser observado no gráfico do Apêndice C.





Imagem 15 – Principais eixos de mobilidade de Joinville e sua relação com as praças e parques da cidade.



Elaboração: Renata F. Goettens, 2017



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

## PRINCIPAIS EIXOS DE MOBILIDADE DE JOINVILLE E A RELAÇÃO COM PRAÇAS E PARQUES



Percebe-se ainda que o deslocamento a pé é realizado principalmente na área central (bairro centro), provavelmente por sua configuração comercial bastante presente com variedade de serviços (bancos, lotéricas, restaurantes, lojas de atacado e varejo), por ser um bairro com média densidade<sup>42</sup> demográfica e por suas ruas estreitas, que dificultam o trânsito intenso de veículos. Já nas áreas de bairro com população de maior poder aquisitivo, com uma densidade demográfica menor, e em áreas com predominância residencial, nota-se que o deslocamento mais frequente é realizado por veículo automotivo, com raras exceções, próximos a áreas de centralidades de bairros, onde o pequeno comércio convida os moradores locais a caminhar. Nos bairros com população de menor poder aquisitivo e mais adensados, nota-se um deslocamento maior através do transporte público. Todavia, da mesma forma que nos bairros onde a população é mais abastada, o deslocamento a pé fica restrito às áreas das pequenas centralidades do bairro.

As ruas locais, de maneira geral, são pouco arborizadas, com grandes áreas de vazios urbanos e monótonas, considerando-se as tipologias arquitetônicas e o uso do solo. À exceção da calçada junto ao 62º Batalhão de Infantaria<sup>43</sup> e do bairro centro, nas demais ruas da cidade observa-se um movimento incipiente de pedestres.

Nota-se que a prática cotidiana do movimento casa-trabalho-recreativa está bastante presente no local. Pontua-se que muitas das recreativas localizam-se próximas às áreas de indústria e possuem

---

<sup>42</sup> Baseado em estudos urbanos contemporâneos (MASCARÓ, 1986), considera-se neste trabalho baixa densidade aquelas inferiores a 100hab./ha; médias de densidades aquelas entre 100 e 350hab./ha e alta densidade aquelas acima de 350hab./ha.

<sup>43</sup> É na calçada do batalhão de infantaria que a população dos bairros Centro, Anita Garibaldi, Atiradores e Glória (principalmente) praticam atividade física como corridas e caminhadas. Neste local, o movimento de pessoas é bastante intenso no começo da manhã e no final da tarde, início da noite independente da época do ano.

horários flexíveis que permitem a utilização do espaço de cinco horas da manhã até meia noite, e eventualmente (em momentos festivos) com horário integral (24h). Observa-se que as práticas de lazer, quando existem, estão muito relacionadas aos espaços das recreativas, principalmente para a população com renda mais baixa (entre 1 e 4 salários mínimos). Já aqueles com um rendimento médio mensal maior, nota-se que preferem viajar nos finais de semana para praias e balneários próximos.

Os jovens da cidade costumam se reunir em *shoppings*, pouco utilizando os espaços de praça ou mesmo da rua. Alguns poucos grupos utilizam a Praça dos Suíços (junto ao Museu de Arte de Joinville - MAJ), e os que utilizam são estigmatizados por sua aparência ou comportamento.

Há pouco mais de dois anos a população tem se deslocado para o Morro do Boa Vista a fim de se exercitar (caminhar, correr e pedalar são as práticas mais comuns). Esse pequeno parque urbano foi revitalizado e hoje constitui um ponto de grande atratividade na cidade. É um local onde as pessoas podem ter contato com a natureza (Mata Atlântica) e com indivíduos diferentes. Sem dúvida, esse é um dos poucos espaços livres públicos da cidade onde se percebe maior grau de urbanidade.



## **CAPÍTULO 5** **PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE JOINVILLE**

- 5.1 ANTECEDENTES DA EVOLUÇÃO URBANA DE JOINVILLE
- 5.2 PLANO BÁSICO DE URBANISMO DE 1965 - SERETE
- 5.3 PLANO DIRETOR DE 1973
- 5.4 ESTUDOS DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE 1987 E  
LEIS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE 1996
- 5.5 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE DE 2008
- 5.6 LEI DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - LOT 2017

SILVA, C. S. OPA Café junto ao Pórtico da Rua XV de Novembro, 2013.



## 5 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE JOINVILLE

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, e entendendo que a geração e implantação de espaços livres públicos (principalmente espaços de praças) está vinculada ao processo de urbanização, às legislações de planificação das cidades e à forma de apropriação dessas áreas, percebeu-se a necessidade de compreender aspectos históricos, sociais, culturais e os processos de urbanização que pudessem justificar a pouca utilização dos espaços livres públicos de praça na cidade de Joinville.

Lembra-se ainda que o aporte teórico abordado no capítulo 2 forneceu subsídios relativos a uma vida urbana que justifica este estudo. Defendeu-se que a esfera pública e a urbanidade são de suma importância nos espaços livres públicos como forma de garantir vitalidade à cidade, bem como podem potencializar a interação entre os habitantes da urbe, promovendo o espaço público e possibilitando diferentes formas de expressão dos indivíduos que habitam a cidade.

Para tanto, nesta etapa percorreu-se um caminho que buscou evidências do processo de urbanização em relatos históricos, notícias de jornais, além de planos de desenvolvimento urbanos que demonstrassem a formação, a implantação e as formas de utilização dos espaços livres públicos bem como de outros espaços de interação (públicos ou privados) desde o início da colônia Dona Francisca (1851) até os dias atuais (2017).

Ressalta-se que o processo de urbanização (como será demonstrado a seguir) por um longo período da história de Joinville não se deu de forma planejada, criando certas dificuldades na obtenção de áreas urbanas para a implantação de parques, praças ou outras áreas verdes que poderiam vir a constituir um sistema de espaços livres públicos coeso e

completo, de atendimento abrangente e distribuição coerente na malha urbana de Joinville.

## 5.1 ANTECEDENTES DA EVOLUÇÃO URBANA DE JOINVILLE

A Colônia Dona Francisca foi uma das mais prósperas do Norte catarinense, e sua evolução urbana, social, política e cultural não está desvinculada de sua história econômica e de formação<sup>44</sup>. Nesse sentido, para entender o processo de evolução urbana e sociocultural da cidade, é preciso entender seu processo de formação e de desenvolvimento econômico. Partindo-se da formação da colônia, vale salientar o exposto por Wilhelm (1969), quando explica que o nascimento de Joinville é marcado por fatores extremamente particulares se comparado ao quadro de formação das cidades brasileiras. Para o autor, Joinville é:

Nascida como operação mercantil de colonização, previa-se a criação de propriedades agrícolas contornando um núcleo urbano, mas sendo essa colonização operada por uma companhia alemã, sua forma não foi semelhante à dos patrimônios, núcleos urbanos típicos da colonização espontânea brasileira. (...) Joinville não pode ser analisada dentro do mesmo quadro de referência. O sítio entregue às famílias alemãs e suíças, desembarcadas em 1851, constituía um mangue em que despontavam óbvios restos arqueológicos de um mar em retrocesso, rodeado de solos relativamente pobres e contornado por serra abrupta, cujos contrafortes sublinhavam física e

---

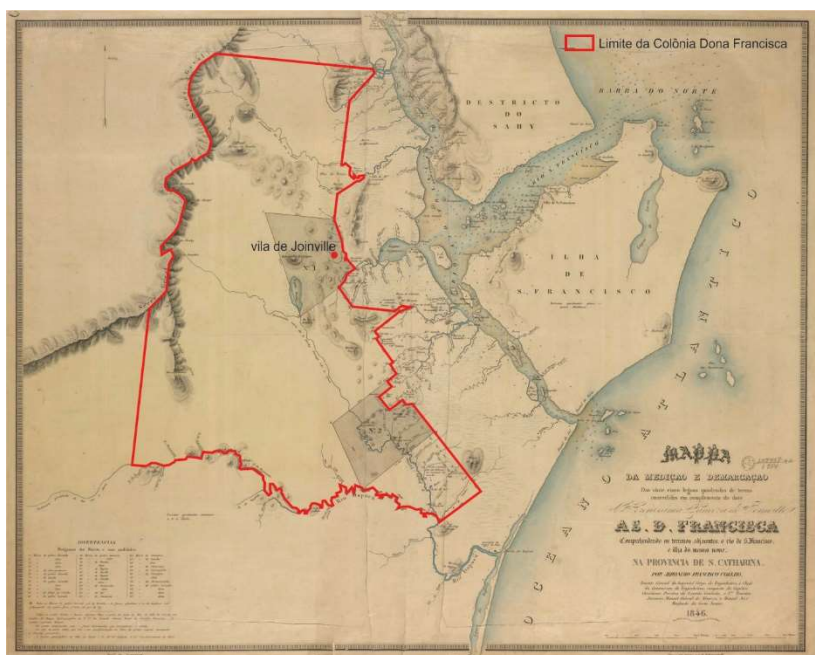
<sup>44</sup> Segundo Rocha (1994), apesar da proclamação da independência em 1822, o Brasil mantinha suas atividades de exportador de alimentos e matéria-prima. No entanto, deixava de utilizar mão de obra escrava e passava a buscar mão de obra especializada como dos imigrantes, principalmente alemães, já que a Alemanha passava por um período de tensões sociais e políticas (FICKER, 1965; TERNES, 1981; ROCHA, 1994; COSTA, 2011). Ainda segundo Rocha (1994), a imigração europeia (principalmente a alemã e suíça) para o Sul do país ajudou a mudar o cenário econômico vigente que era caracterizado pela pequena produção mercantil diversificada e passa a ser incrementado pelo cultivo de produtos agrícolas e produção de artigos artesanais.



psicologicamente o seu isolamento do restante do Brasil (WILHEIM, 1969, p. 142-143).

Ternes (1981, p. 100), afirma que “somente a frieza psicológica amadurecida em quase noventa dias de viagem, difícil e penosa, é que compunha um ponto de sustentação mental, de apoio moral, de abrigo emocional” aos migrantes que, chegando na Colônia de Dona Francisca, encontraram um local com pouca ou nenhuma infraestrutura.

Imagem 16 - Mapa da Colônia Dona Francisca (destaque em vermelho).



Fonte: Biblioteca Nacional, obtido no site do IPPUJ, adaptado pela autora, 2016.

Essa colônia, que ainda possuía tudo por fazer, teve sua localização inicial às margens do Rio Cachoeira, junto ao Ribeirão Matias. A implantação do assentamento às margens dos rios, segundo Peluso Jr.

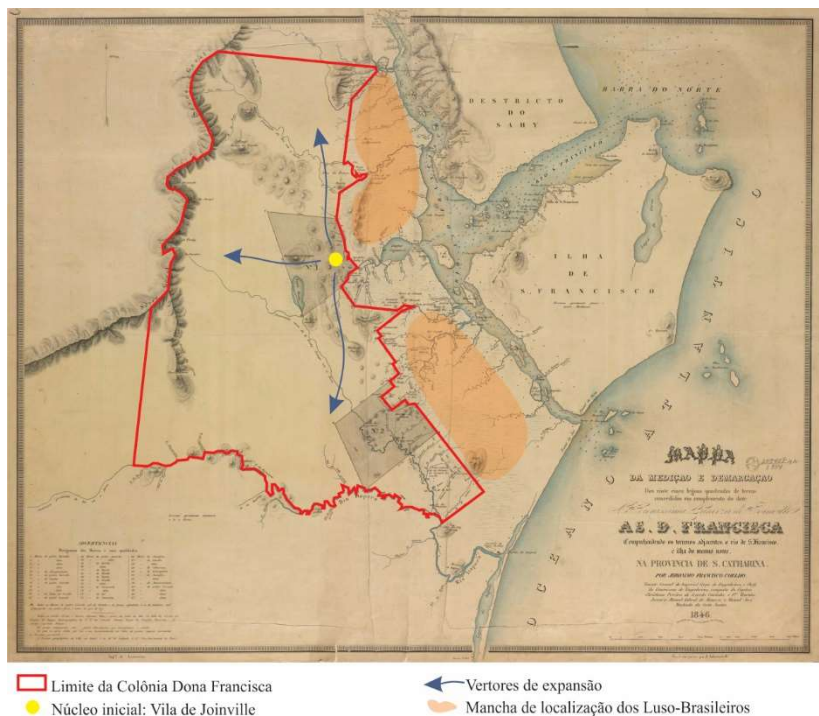
(1956), deu-se devido a interesses comerciais. Era daquele ponto (do encontro do Ribeirão Matias com o Rio Cachoeira) que partiriam os produtos da nova colônia e a ela chegariam os bens de consumo exigidos pelos colonos. Assim, a função comercial orientou a escolha do sítio, constituindo o elemento de formação e progressão de Joinville (PELUSO JR., 1956, p. 342)<sup>45</sup>

Implantado o assentamento inicial, parte-se para a expansão para terras interioranas. Martins (2013), evidencia ser nítida a intenção de expandir a colônia. Essa expansão iniciou-se já nos primeiros anos de colonização, e se deu de forma fragmentada, sendo que cada etnia ocupou uma parte do território da colônia. Os noruegueses abriram caminhos em direção ao norte, os suíços a Oeste e os alemães a Sul. Os luso-brasileiros localizavam-se tanto a norte como ao sul da Colônia, sem invadir seu território, como pode ser visto no esquema gráfico da Imagem 17.

---

<sup>45</sup> Vale lembrar que, no século XIX, o transporte de bens e produtos era realizado prioritariamente por via marítima ou fluvial, sendo assim, as colônias deveriam estar o mais próximo possível de locais que favorecessem esse meio de transporte.

Imagem 17 - Indicação dos vetores de crescimento com base no Mapa da demarcação do dote da Princesa Dona Francisca. Em amarelo, o ponto de ocupação inicial da colônia, em laranja, as áreas ocupadas pelo Luso-brasileiros. Mapa de 1846.

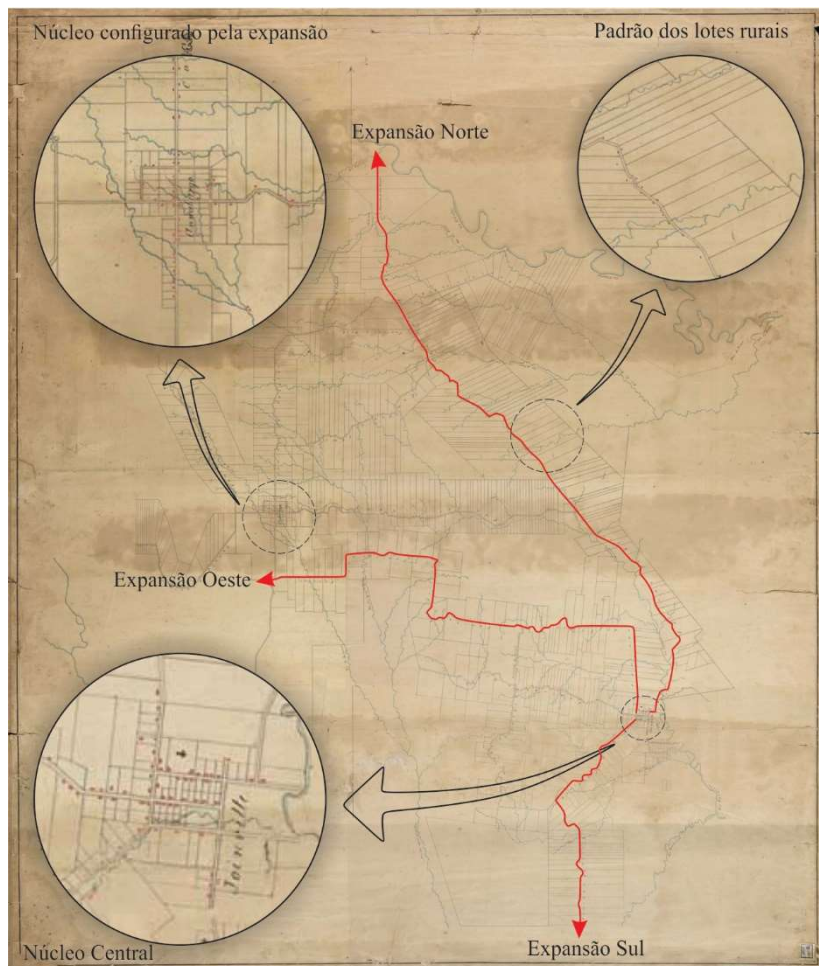


Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, 2016. Modificado pela autora, 2016.

Com o incentivo para a ocupação de terras mais para o interior (através do loteamento de áreas ao redor do núcleo central e junto aos caminhos abertos pelos colonos), surgiram pequenos assentamentos, núcleos rurais que centralizavam pequenas propriedades que, com o passar do tempo, viriam a se transformar em vilas com características predominantemente rurais, nos mesmos moldes das aldeias e comunidades alemãs e suíças. A exemplo disso, a Imagem 18, ilustra as

transformações ocorridas na colônia ao longo dos primeiros dez anos de ocupação.

Imagem 18 - Esquema gráfico da expansão da Colônia Dona Francisca sobre mapa de 1860 – Setas vermelhas indicam o ponto inicial de implantação da Colônia e seu crescimento a Norte, Oeste e Sul.



Fonte: IPPUJ, 2015 (atual SEPUD), adaptado pela autora, 2016.

No esquema da Imagem 18, com base no mapa da colônia de 1860, é possível perceber um núcleo inicial, denominado de Joinville, com uma

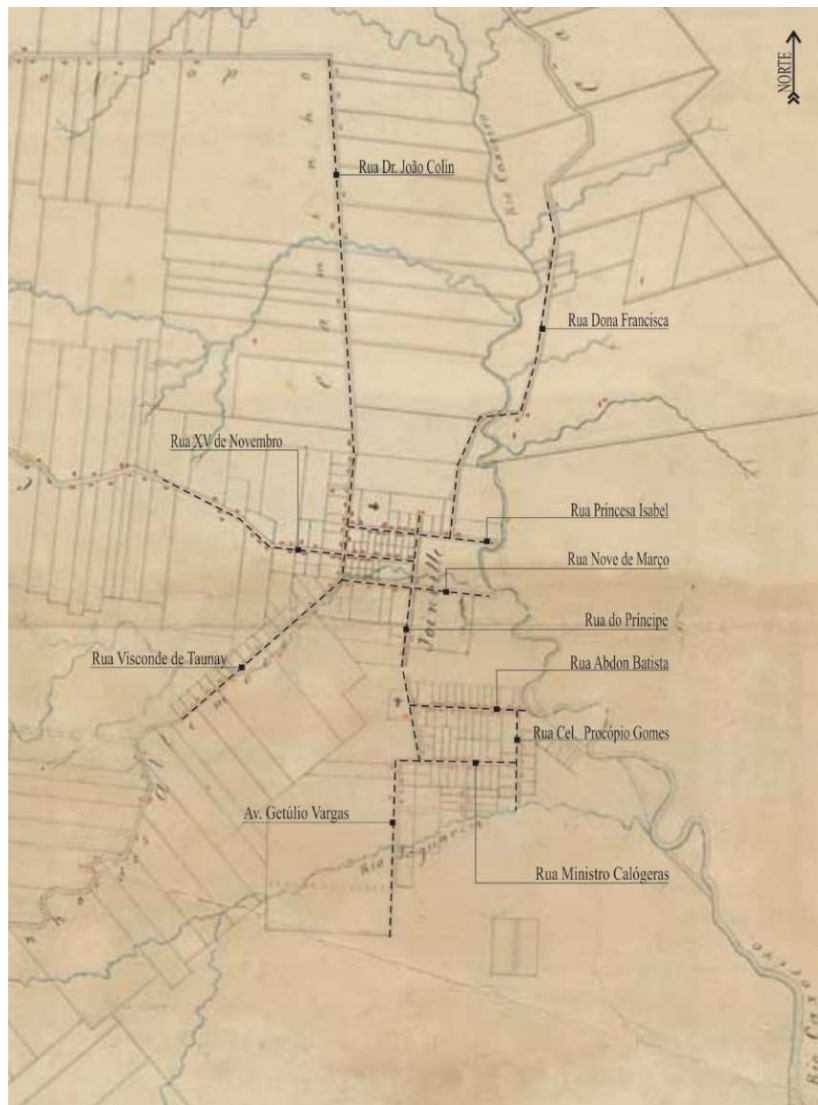
pequena malha urbana ortogonal, com lotes que possuíam aproximadamente 1.000m<sup>2</sup>, e uma expansão dessa malha, com caminhos irregulares (orientados pela topografia) para o norte (com a estrada Dona Francisca<sup>46</sup>), sul e oeste. Essas expansões criaram uma estrutura fundiária de lotes variados (que possuíam dimensões entre 1.000m<sup>2</sup> e 10.000m<sup>2</sup>), configurando a área rural nesse momento da Colônia. A noroeste, encontra-se um pequeno núcleo, com malha ortogonal, nos mesmos moldes daquele localizado em Joinville, fruto da expansão do núcleo inicial e do distanciamento deste. Inicia-se, nesse momento, a criação de pequenas vilas, aglomerações de colonos mais afastadas do núcleo central.

Esses caminhos deram origem ao que hoje considera-se o centro da cidade, com as ruas: Nove de Março, XV de Novembro, Dr. João Collin, Visconde de Taunay, Rua do Príncipe e Princesa Isabel, como pode ser visto na Imagem 19.

---

<sup>46</sup> A estrada Dona Francisca, como será mencionado mais adiante, foi importante meio de comunicação com as cidades do planalto central, principalmente Curitiba, e se constituiu em principal fonte de renda para os colonos que habitavam Joinville.

Imagem 19 - Recorte do mapa da cidade de Joinville em 1860 com sobreposição do traçado viário atual do centro da cidade.



Fonte: Biblioteca Nacional, site do IPPUJ, 2016, modificado pela autora.

O recorte apresentado anteriormente demonstra que o traçado viário desde os primeiros anos da colônia manteve-se até os dias atuais. Além disso, é possível observar a espacialização dos lotes na época, com grandes lotes nas áreas mais afastadas (o que determinaria a ‘zona rural’), que serviriam como minifúndios para a subsistências dos colonos, e lotes centrais, em menores dimensões, configurando uma pequena vila, com áreas de comércio de subsistência, serviços ou pequenas manufaturas, assim como as residências daqueles que podiam pagar por um lote no local. Fato que evidencia o início da consolidação da área central como local de comércios, serviços e área residencial – região do atual bairro Centro.

Peluso Jr. (1956, p. 326) demonstra que essa formação inicial se deve, principalmente, à cultura dos colonos que ali chegaram. Ao estudar os planos urbanos do Estado de Santa Catarina, ele aponta duas formas distintas de ocupação: “uma mais difundida, tem como elemento predominante a praça central que emoldura a igreja; outra mais rara, adapta-se ao relevo, partindo do centro comercial”. O autor ainda afirma que essa segunda forma de desenvolvimento urbano está presente em cidades onde os colonos possuíam origem germânica, como Joinville e Blumenau; e que a primeira está vinculada às cidades com origem portuguesa, destacando Florianópolis e Lages. Destaca-se que, observando os mapas iniciais da colônia, o plano de desenvolvimento de Joinville teve como elemento guia dos arruamentos a **rua de comércio**. Todavia, assim que obstáculos surgissem (relevo, hidrografia) a rua adaptava-se “servilmente” ao relevo, sendo esse tipo de assentamento não influenciado pelas questões religiosas.

Apesar de existir terras em abundância na Colônia Dona Francisca, percebia-se pouca produção agrícola quando de sua fundação. Fato explicado pela densa floresta e pelos terrenos pantanosos com formação de manguezais existentes na região, além das características socioeconômicas dos imigrantes que lá se assentaram (agricultores, artesãos, comerciantes, tecelões, mecânicos, boticários, sapateiros, intelectuais, etc.), pessoas e famílias que “conheciam a vida urbana e estavam ambientados num estilo de vida com padrões de conforto e segurança” (TERNES, 1993, p. 54). Esses primeiros colonos instalaram-se em edificações improvisadas e trabalhavam para a Companhia Colonizadora a fim de pagar os custos da viagem e das terras que viriam a adquirir. Meses mais tarde, uma nova leva de imigrantes chega à colônia, e com eles vêm mudanças significativas na sociedade, pois através da injeção de capital e do pensamento capitalista, os médicos, engenheiros, carpinteiros e teólogos desembarcados transformam o colono independente em empregado, criando uma nova ordem social e incrementando a vida comercial da colônia. Tais imigrantes abriram no local vendas, empórios, lojas, ofícios, além de usinas de açúcar, serrarias, olarias, ferrarias, marcenarias, cervejarias dentre outros tipos de serviços que pudessem suprir as necessidades da comunidade local e de mercados como o de São Francisco do Sul, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideo, aproveitando-se do conhecimento da tecnologia trazido da Europa (FICKER, 1965; TERNES, 1981; TERNES, 1993; ROCHA, 1994; COSTA, 2011).

Aqueles que se identificavam com o trabalho agrícola, aproveitaram os lotes generosos, que variavam de 1.000m<sup>2</sup> a 10ha (em média 2.500m<sup>2</sup>) próximos ao núcleo gerador, para plantações diversas. Tais lotes eram



vendidos a preços acessíveis e sem juros (OLIVEIRA, 1995, p. 93). Surgem, então, os primeiros minifúndios de culturas variadas com produção para a subsistência, sendo o excedente vendido para o mercado local. Também emergem antigos costumes, tal como hábito inicial dos colonos de terem sua casa na cidade, sendo que deveriam deslocar-se diariamente para o trabalho no campo.

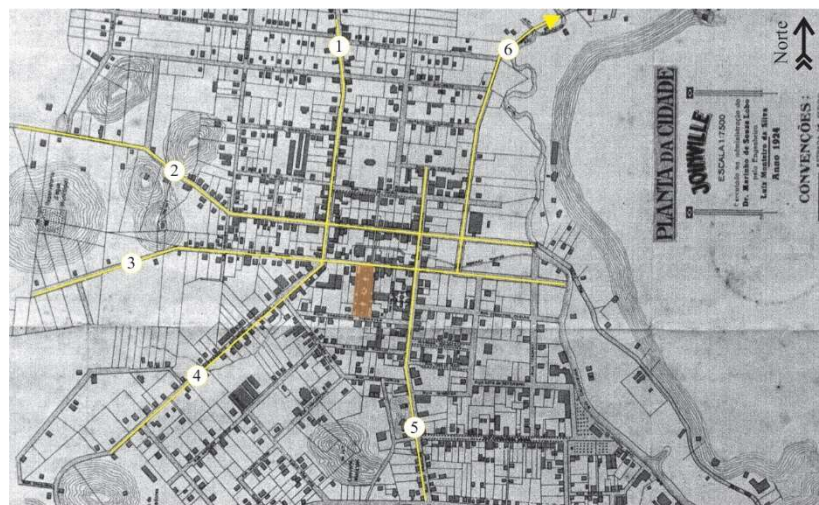
Ainda nos primeiros anos da fundação de Joinville, em 1855, surgem as primeiras sociedades culturais como forma de garantir algum momento de lazer, promover a integração e a socialização dos moradores (TERNES, 1993). Destaca-se ainda que, até meados de 1864, a cidade contava com apenas um espaço de interação social: a denominada área do Mercado, atual praça da biblioteca pública ou Praça Lauro Muller (Imagem 20).

Em 1858, visando estabelecer relações comerciais com Curitiba, a Companhia Hamburguesa inicia a construção da Estrada Dona Francisca, como meio de ligar o planalto central ao porto de São Francisco, para aumentar o escoamento da produção. A construção da estrada não tardou em aguçar os interesses imperiais e logo passou de um empreendimento particular para um empreendimento imperial. Essa obra absorveu grande quantidade de mão de obra de colonos migrantes da Colônia Dona Francisca. A estrada, que hoje está integrada à malha urbana de Joinville, tem início a partir do núcleo central seguindo em direção norte, passando por Pirabeiraba até o planalto central, com ponto final em Curitiba (TERNES, 1993).

É somente em 1865 que a Estrada Dona Francisca é inaugurada, com a viagem de um grupo oriundo de Curitiba. A conclusão da estrada cria

um novo ciclo econômico para a Colônia – o ciclo da erva-mate que será tratado mais adiante.

Imagem 20: Localização Praça do Mercado, atual Praça Lauro Muller. Em destaque no mapa (laranja). Em amarelo, as vias originais da Colônia. Diagrama sobre mapa de 1924. E fotos do Jardim Público Lauro Muller – década de 19--.



■ Praça do Mercado - Atual Praça Lauro Muller

1 Rua Dr. João Collin

2 Rua XV de Novembro

3 Rua 9 de Março

4 Rua Visconde de Taunay

5 Rua do Príncipe

6 Rua Dona Francisca



Fonte do Mapa: Arquivo Histórico de Joinville, site do IPPUJ, 2016, modificado pela autora. Fonte das Fotos: Arquivo pessoal de Alexandre Drefahl.

É somente com a intensificação do comércio com o planalto (Curitiba) e com a consolidação do ciclo da erva-mate, que Joinville

começa um processo de urbanização. Em 1867, Bruestlein<sup>47</sup> adquire uma grande gleba na região central da cidade na qual promove a construção da Maison de Joinville (atual museu da Imigração) e a alameda Bruestlein (atual rua das palmeiras), no restante das terras inicia uma grande ocupação da região central através de loteamentos, como mostra a Imagem 21. Nesse período, a maior preocupação dos dirigentes municipais era em garantir futuros arruamentos, promovendo a melhora na circulação de pessoas e de veículos de tração animal, dessa forma, muitos lotes vazios foram transformados em ruas.

Tal processo de desenvolvimento urbano foi se materializando aos poucos. Nas primeiras três décadas do início da colônia, Joinville consolida o traçado original das vias centrais que até hoje servem como meio de circulação de pessoas e veículos. Os grandes lotes (que variavam de 1000m<sup>2</sup> a 10ha ou mais), ainda existentes em 1880, e dispostos de forma bastante espaçada, garantem o crescimento urbano e a “vida na cidade” (TERNES, 1993, p. 107).

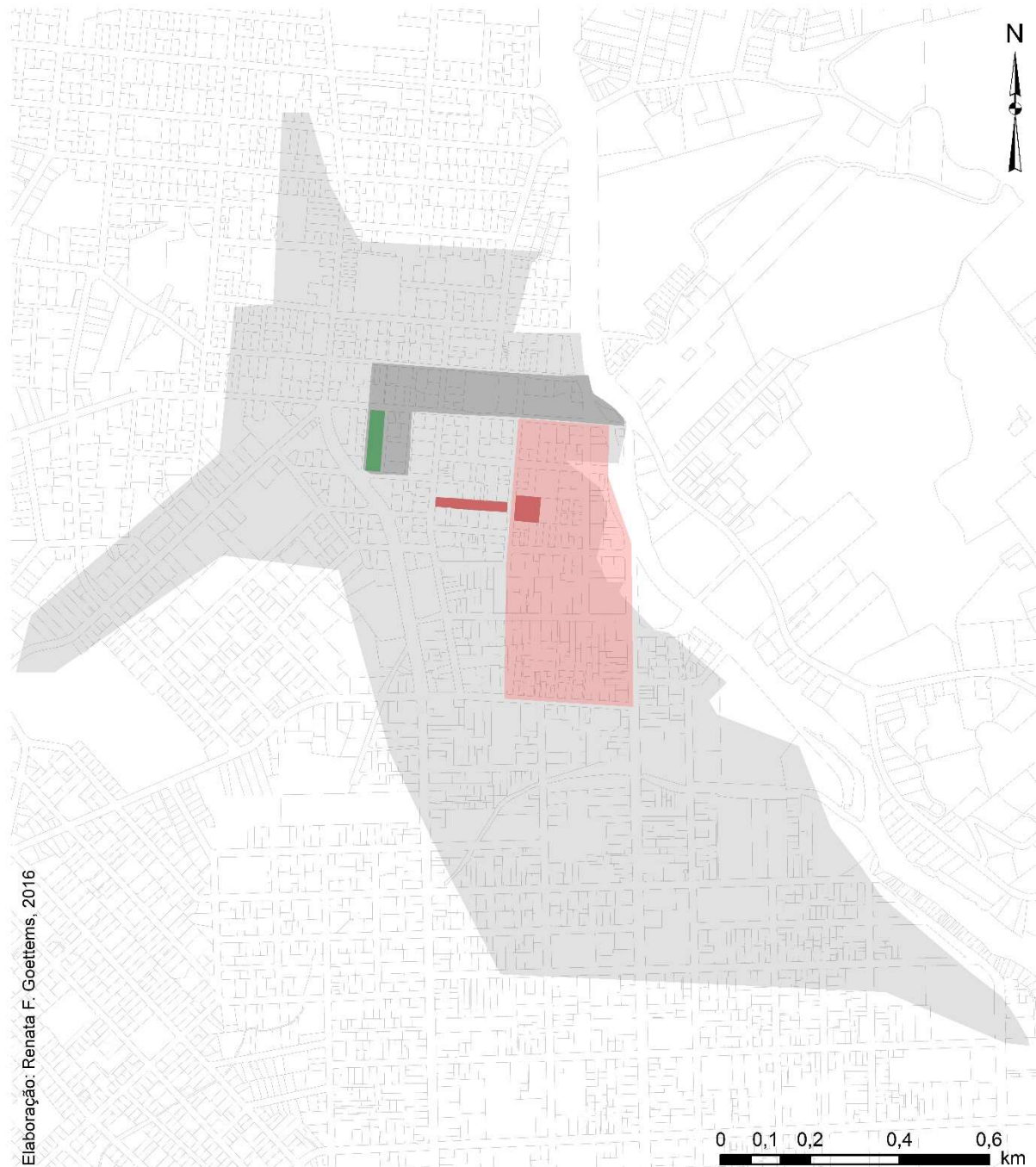
Em 1890, surgem novas instituições culturais e recreativas, dentre elas as agremiações políticas, os clubes recreativos e os jornais, para somar aos já existentes clubes de canto, música e dança, o que os historiadores locais chamam de vida urbana, onde os indivíduos moram, trabalham e discutem a vida política da cidade. É no final do século XIX, em 1893, que se iniciam discussões sobre o “embelezamento” da cidade, criando-se no respectivo ano a **Sociedade de Embelezamento de Joinville**. Essa sociedade promoveu a remodelação da Praça do Mercado, tornando-a Jardim Público, local onde os moradores poderiam se

---







<sup>47</sup> Frederico Bruestlein foi diretor da colônia e superintendente de Joinville. Chegou a colônia como procurador do Príncipe de Joinville e tomou posse como diretor da Colônia em 1875.

encontrar e ter momentos de contemplação. Porém, as melhorias mais significativas realizadas pela Sociedade foram no início do século XX, quando do alargamento e ensaibramento das vias centrais, aterramento de locais alagadiços e melhorias na iluminação pública.

Imagem 21 – Localização das terras de Bruestlein, com destaque para a Maison e a Alameda, bem como a localização da Praça do Mercado. Manchas de crescimento urbano de 1851 (núcleo) e 1890.



### Legenda

	Mancha urbana núcleo inicial - 1851		Maison e Alameda
	Mancha urbana - 1890		Praça do Mercado - Atual Praça Lauro Muller
	Malha urbana atual - 2017		Terras de Bruestlein



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**MANCHA DE CRESCIMENTO  
URBANO DA DÉCADA DE 1890  
E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS  
DE BRUESTLEIN**

Fonte: Elaborado pela autora, 2017, com base em arquivos disponibilizados pelo IPPUJ, 2016.



É interessante aqui fazer um parêntese. Se observarmos o cenário mundial, é da metade para o final do século XIX que são realizadas importantes e emblemáticas transformações urbanísticas, com fins sanitários, militares e de embelezamento de grandes cidades europeias (além das questões financeiras que não serão discutidas aqui), tais como a implantação do Plano de Haussmann para Paris e do Plano de Expansão para Barcelona de Cerdá. Influenciados pelas transformações e reformas urbanas europeias, e buscando solucionar problemas de infraestrutura e de salubridade que assolavam os grandes centros brasileiros, principalmente os portuários, Saturnino de Brito e Pereira Passos são pioneiros no processo de reforma urbana no Brasil. Ambos promoveram grandes reestruturações urbanas, criando infraestrutura de abastecimento básico, abrindo vias onde existiam estreitas vielas e preocupando-se com a modernização e o embelezamento das cidades<sup>48</sup>. Leme (1999) ainda destaca que, nesse primeiro período de desenvolvimento urbano do Brasil, os urbanistas preocupavam-se em elaborar projetos para as áreas centrais das cidades.

Acredita-se, então, que a preocupação com o embelezamento de Joinville pode não ter sido uma simples iniciativa dos moradores locais, mas sim influência das grandes obras que se realizavam nos maiores centros urbanos da República e com os quais a colônia mantinha relações comerciais. Apesar da pouca comunicação da Colônia Dona Francisca, nota-se a influência, mesmo que superficial, desses novos planos urbanísticos que vinham sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro, Santos,

---

<sup>48</sup> Saturnino de Brito promoveu reformas urbanas em muitas cidades do país. Preocupou-se em propor um plano geral que seria complementado por planos conjuntos. Já Pereira Passos promoveu a reforma da área central da capital federal, na época Rio de Janeiro, não demonstrando total preocupação com as questões globais, mas intervindo de forma a tentar conectar a região central às demais áreas da cidade.

Vitória e em outras cidades. Mesmo que as intervenções realizadas em Joinville tivessem menor vulto que aquelas empreendidas por Pereira Passos e Saturnino de Brito, também estavam envolvidas com a necessidade de melhorar a infraestrutura básica, com a necessidade de promover o alargamento de vias além do embelezamento.

É nesse início de século que surge na cidade a primeira sala de cinema, que anteriormente acontecia em momentos específicos e de forma itinerante. Incentivava-se, a partir desse momento, uma vida social em torno da cultura, e desenvolvia-se uma cultura no local, com o estabelecimento de novas associações recreativas<sup>49</sup> e clubes privados, bem como através de passeios no campo (na área rural da cidade). Todavia, é possível perceber (por meio dos relatos transcritos nos livros e teses de historiadores locais, como Ficker (1965); Ternes (1981, 1993); Silva (2004); Souza (2008)) que, até aquele momento, as formas de lazer e recreação estavam restritas àquelas pessoas que tinham acesso aos espaços privados de lazer, visto que os locais de trocas sociais e encontro da população estavam restritos às ruas e ao Jardim Público.

Quase meio século após sua fundação, Joinville passa a ter um grande crescimento mercantil e, com a possibilidade de expansão do mercado, as exigências de consumo e os altos índices de crescimento aliados à mentalidade empresarial que veio junto com o colono, fazem surgir as primeiras indústrias domésticas. Nas casas, os jardins e hortas dão lugar a barracões fabris e o trabalho habitual no campo dá lugar à criação de bens manufaturados (WILHEIM, 1969).

---

<sup>49</sup> As associações recreativas desse começo de século diferem-se daquelas criadas nas décadas de 1930 em diante pelas indústrias. As do começo do século estão mais ligadas à cultura, são associações de canto e dança. Já as criadas a partir da década de 1930 estão mais ligadas às atividades de lazer e recreação, como forma de entretenimento de funcionários que não conseguiam participar dos clubes privados.



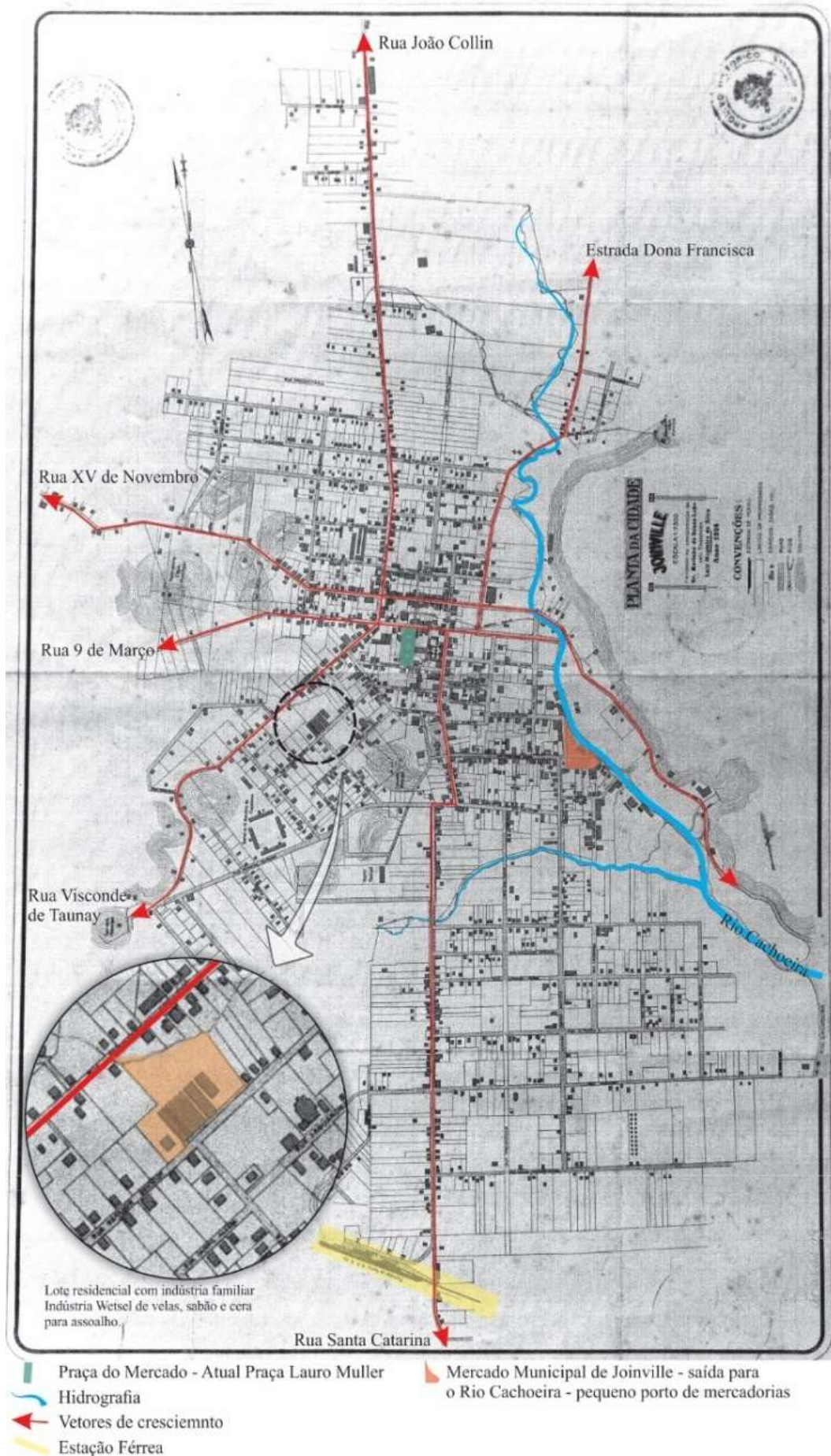
A homogeneidade do grupo colonizador e seu relativo isolamento das frentes pioneiras brasileiras, generalizaram este processo de industrialização. E, conseqüentemente deram à cidade o seu caráter típico: lotes grandes e residências misturadas com indústrias (frequentemente no mesmo lote), numa trama funcional impossível de destrinchar (WILHEIM, p.143, 1969).

Ainda segundo os estudos do autor, o crescimento da população foi facilmente absorvido pela grande quantidade de terras disponíveis, pelos baixos valores dos lotes interioranos, o que incentivou a ocupação horizontal e tornou a cidade bastante dispersa no território, caracterizando a cidade de Joinville por seu “caráter disperso, sua densidade incrivelmente baixa e o caráter praticamente rural dos lotes urbanos dispostos qual minifúndios” (WILHEIM, p. 144, 1969).

Esse tipo de assentamento, com mão de obra familiar e a presença de pessoas que não trabalhavam unicamente com a agricultura, determinou um desenvolvimento produtivo favorável à industrialização. Os primeiros grandes empreendimentos do local foram da própria Sociedade Colonizadora, com a construção da Estrada dona Francisca que ligava Joinville ao planalto Norte Catarinense, conectando-se assim com Curitiba, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além disso, Joinville também contava com várias serrarias que exportavam madeira para o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideo e com uma pequena atividade agrícola que consistia na produção de subsistência e consumo local.



Imagem 22 - Esquema gráfico evidenciando o surgimento de indústrias familiares como a Wetzel. Mapa de Joinville de 1924.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, modificado pela autora, 2016.



As primeiras indústrias locais<sup>50</sup> surgiram (nas décadas de 1920 a 1940) com a ampliação dos empreendimentos coloniais, como é o caso da fábrica Wetzel, produtora de velas, sabão e cera para assoalhos que logo tornou-se exportadora de produtos, configurando-se não mais como uma empresa familiar, mas como uma das primeiras indústrias da cidade, sendo que sua industrialização acompanhou o processo brasileiro (ROCHA, 1994).

O início da industrialização de Joinville se caracteriza, principalmente, pela fabricação têxtil e de bens artesanais, como sabão e velas, mas também se percebe o surgimento de uma pequena indústria metalomecânica, a partir da década de 1920, para suprir as necessidades da então economia ervateira e do porto de São Francisco do Sul (ROCHA, 1994).

Logicamente, essas primeiras pequenas indústrias da cidade de Joinville estavam localizadas próximas ou junto às residências de seus fundadores, em áreas centrais da cidade, como cita Wilhelm (1969, p. 143) quando esclarece que “(...) a horta e o pomar são substituídos pelos depósitos fabris e a própria atividade fundamental do habitante abandona a lavoura de minifúndio para concentrar-se na criação de bens manufaturados”.

É a partir da década de 1930 que se inicia o processo de expansão da indústria metalomecânica. Fábricas como a Fundação Tupy são criadas no decorrer dessa década, iniciando seus processos ainda junto aos lotes residenciais e posteriormente expandindo-se para outros locais/sítios,

---

<sup>50</sup> Primeiras indústrias voltadas ao mercado exportador e não apenas ao abastecimento do mercado local, como era o caso das indústrias domésticas.

porém ainda próximos às áreas de residência como facilitador de deslocamento.

Esse crescimento da indústria brasileira (incentivado pelo governo de Getúlio Vargas a partir da queda da produção agrícola brasileira – especialmente o café que teve grande queda com o *crack* da bolsa de Nova Iorque, em 1929 – e demandas pela indústria metalomecânica na Segunda Guerra Mundial), e conseqüentemente, da indústria joinvillense acompanha as necessidades mundiais por mercados exportadores que suprissem as demandas europeias no momento da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, segundo Souza (2008), surgem, em Joinville, os primeiros movimentos sindicais, muitos dos quais, ainda vinculados ao governo. E que, segundo ela expõe em seu livro “A cidade onde se trabalha”, exercem controle (nesse caso sindicatos da indústria têxtil, mecânica e metalúrgica) sobre os trabalhadores corroborando o discurso patronal na defesa do capital honesto e do trabalho disciplinado, o que evidencia uma manobra das elites no sentido de conter possíveis greves e manter controle sobre os trabalhadores.

É no final da década de 1930 e início da década de 1940 que Joinville sofre mudanças significativas vinculadas a medidas tomadas pela campanha de nacionalização da Era Vargas. Nessa campanha, o Estado procurava diminuir a influência das comunidades de imigrantes no Brasil, e forçava sua integração junto à população brasileira. Como consequência, em Joinville, foram fechados jornais e escolas de língua alemã, assim como várias recreativas e sociedades culturais, que somente foram reabertas anos mais tarde, no período militar. Esse movimento forçou um “corte no cordão umbilical” que mantinha a cidade ligada às suas raízes europeias (TERNES, 1993).

No entanto, essa ruptura transformou-se em um instrumento de afirmação e consolidação de Joinville, visto seu momento econômico e as novas perspectivas de industrialização e urbanização advindos dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Segundo Souza (2009), a expansão industrial foi possível na região, devido à “vocação original” para o trabalho. O que pode ser reforçado pela declaração de Ternes (1993):

O boom econômico fortemente ajudado pelo espírito familiar e a conhecida disciplina alemã explica a nova geografia e o novo urbanismo da cidade<sup>51</sup>, a partir da década de 50. Joinville aproveita o momento para expandir a sua vocação original, a da indústria, depois de ter vencido o ciclo da economia de subsistência, o ciclo do mate e sua transformação em importante pólo comercial nas décadas de 1930-1940 (TERNES, 1993, p. 158)

Essas declarações de Souza e Ternes apontam uma tendência a acreditar que apenas os imigrantes da formação original da Colônia e seus descendentes foram responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Todavia, será notória a participação de migrantes no desenvolvimento da cidade a partir da década de 1970 (assunto que será tratado na sequência).

Com a expansão industrial veio também o crescimento urbano. Nesse período, os movimentos urbanos brasileiros eram marcados por planos que tinham como objetivo o conjunto da área urbana, ou seja, sua totalidade. Propunham a articulação entre os bairros, o centro e a expansão das cidades através de sistemas de vias e de transporte (LEME, 1999). Apesar de Joinville ainda não contar com planos de desenvolvimento nesse período, nota-se que a cidade, na década de 1950, sofre um incremento na malha urbana, direcionando sua expansão para o

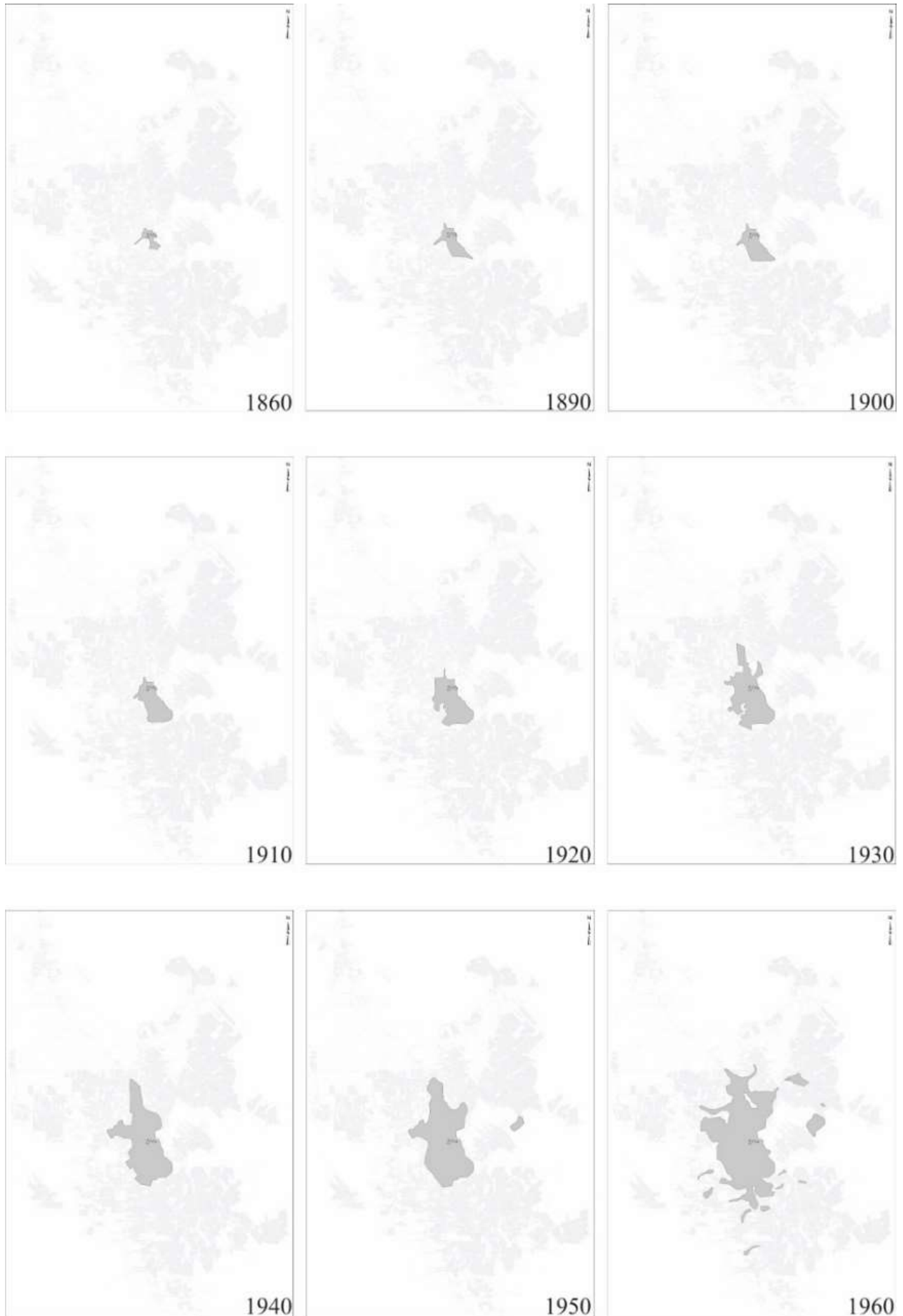
---

<sup>51</sup> Ternes, quando cita uma nova geografia e um novo urbanismo, refere-se à expansão das industriais familiares que passam a requerer melhores infraestruturas urbanas.

sentido Sul. Nessa década, a cidade conta com seis bairros, sendo que o Bairro Boa Vista e Iririú estão no princípio de sua ocupação: surgem as primeiras moradias, arruamentos, escolas, praças, empórios e oficinas e sua consolidação como bairro irá ocorrer no final da década de 1960. Relate-se, ainda, a existência de quatro praças, todas no núcleo urbano original, dentre elas: o Jardim Público, a Praça Nereu Ramos e a Praça da Bandeira (TERNES, 1993).

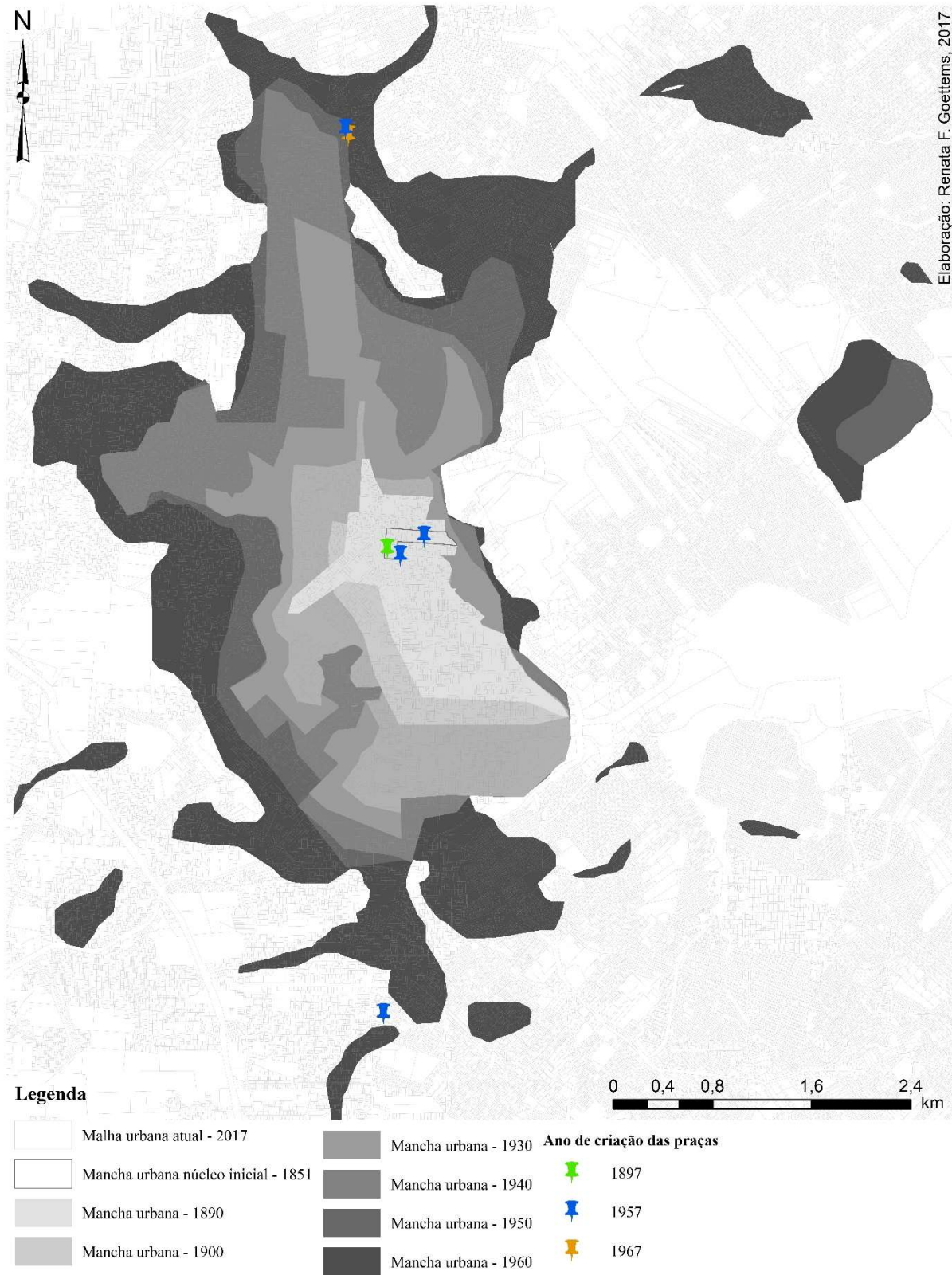


Imagem 23 - Manchas de ocupação urbana sobre malha atual. Evolução de Joinville de 1851 à 1960.



Fonte: IPPUJ, modificado pela autora, 2017.

Imagem 24 – Mancha de crescimento urbano até a década de 1960 e localização das praças existentes até 1965.



Elaboração: Renata F. Goettens, 2017



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**MANCHA DE CRESCIMENTO URBANO ATÉ A DÉCADA DE 1960 E A LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS EXISTENTES ATÉ A DÉCADA DE 1965**

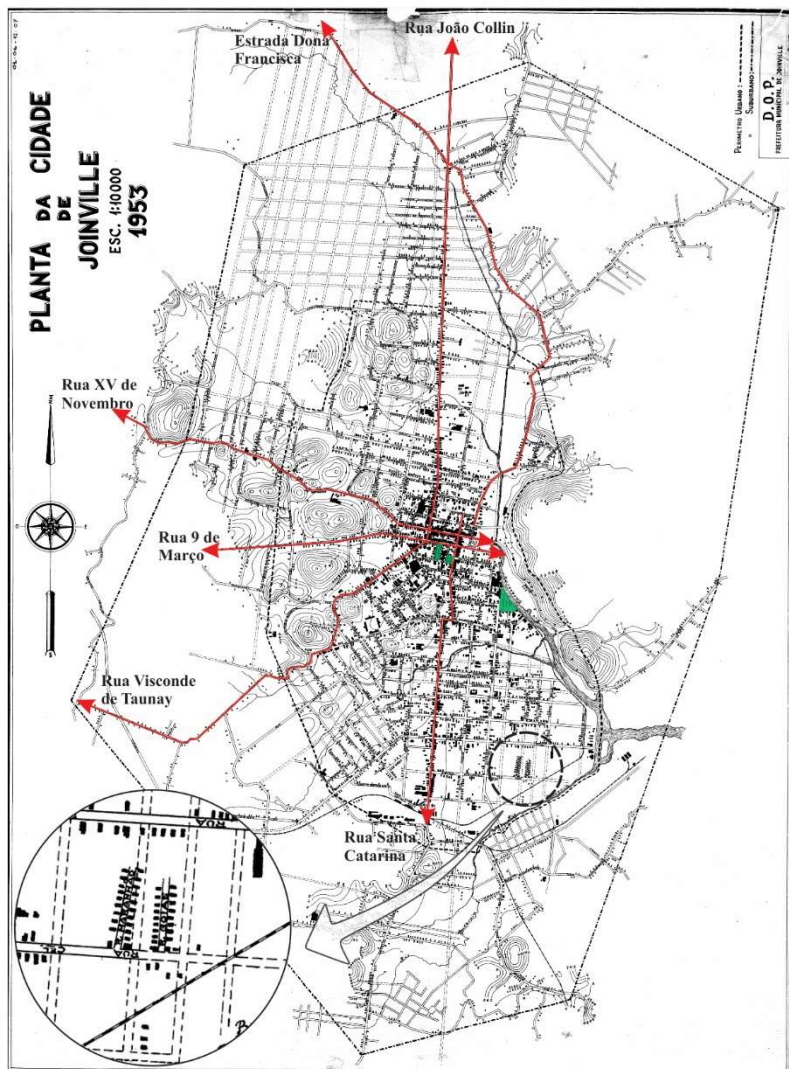
Fonte: IPPUJ, modificado pela autora, 2017.

É no período de 1950 a 1965 que começam a ser percebidos os problemas urbanos relacionados à industrialização. Com uma oferta de emprego maior do que a capacidade humana da cidade, incentiva-se um processo migratório e, como consequência, um crescimento urbano acelerado. Fala-se em um crescimento de 550% entre as décadas de 1950 e 1980. É deste mesmo período, a nível de Brasil, que são iniciados os planos de desenvolvimento regional que buscam dar conta da nova realidade que se configura na época: a migração campo-cidade, o crescente processo de urbanização e o aumento da área urbana e consequente conurbação (LEME, 1999).

A “Manchester Catarinense”, como era conhecida Joinville, “não apenas acompanhou o processo de industrialização, mas também se transformou numa cidade líder desta fase” (TERNES, 1993, p. 168). Porém, o grande fluxo migratório e a falta de infraestrutura instalada na cidade fazem com que a população inicie a ocupação de áreas periféricas, muitas delas em áreas de encostas ou de mangues, onde sofreram com as ações naturais (alagamentos e desmoronamentos). Além disso, obras de infraestrutura não acompanharam o crescente avanço da população para locais afastados da região central, onde o valor dos lotes e imóveis era mais acessível. Há um descontrole com relação ao crescimento urbano, aumentando em demasia o perímetro da cidade. Outro agravante é o deslocamento de parques industriais para regiões antes residenciais e pouco adensadas, como é o caso da Fundação Tupy, que se deslocou para o Bairro Boa Vista em 1954 e lá consolidou seu parque fabril, atraindo inúmeras pessoas para uma região que tinha pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento.

Na Imagem 25, evidencia-se a ocupação irregular de algumas áreas da cidade, como edificações organizadas fora do perímetro da rua projetada (ampliação inferior à esquerda). Demonstra-se ainda a baixa ocupação na porção leste de Joinville, junto ao morro do Boa Vista e Iririu.

Imagem 25 – Evidência de ocupação irregular - Em vermelho, ruas principais e estruturadoras dos fluxos da cidade desde os primeiros anos da Colônia. Em verde, praças centrais mapeadas pela prefeitura municipal naqueles anos (Praça Lauro Muller, Praça Nereu Ramos e Praça do Mercado público).



Fonte: Mapoteca do IPPUJ, modificado pela autora, 2017.

Surge, então, a necessidade de discutir/debater formas de reestruturar a cidade a fim de mitigar os problemas causados pela falta de planejamento. É de 1965 o primeiro estudo urbano realizado para a cidade. A empresa SERETE de estudos e projetos, liderada pelo arquiteto Jorge Wilhelm, é contratada para a elaboração desse estudo urbanístico, e em 1966 publica os resultados e as possíveis ações para a melhoria da vida urbana de Joinville (estudo que será aprofundado mais adiante).

Em 1973, baseado nos estudos desenvolvidos por Wilhelm e sua equipe, é aprovado o primeiro plano de desenvolvimento diretor de Joinville. A partir dele, surgem algumas iniciativas no sentido de humanizar a cidade, por meio de políticas que incentivavam a criação de jardins e áreas verdes, bem como são definidas áreas destinadas prioritariamente às indústrias, surgindo o Distrito Industrial Norte no ano de 1973.

Nesse período, também se dá a consolidação da indústria na cidade, com incentivos governamentais, o que contribui com o ingresso massivo de mão de obra na região (novo e mais intenso ciclo migratório) bem como o acúmulo de capital. Empresas como a Fundação Tupy (criada em 1938) empreenderam uma grande campanha de recrutamento de mão de obra, contribuindo para o processo migratório na região (SOUZA, 2009)<sup>52</sup>.

Esse fluxo de pessoas marca a história da Joinville industrial pelo fato dos moradores locais e muitos donos de empresas atribuírem as

---

<sup>52</sup> Através da literatura (TERNES (1981,1993); FICKER (1965); SOUZA (2008,2009); MARTINS (2013)) constatou-se a existência de dois momentos de grande fluxo migratório na cidade de Joinville que influenciaram seu desenvolvimento urbano. O primeiro movimento aconteceu entre as décadas de 1930 e 1950, com a consolidação da indústria metalomecânica. O segundo e mais evidente movimento migratório deu-se entre as décadas de 1960 e 1980 com o incentivo do governo federal às indústrias metalúrgicas e o incremento das exportações para o mercado internacional.

greves aos migrantes, pois acreditavam que as pessoas de “raízes” teuto-brasileiras eram trabalhadoras e ordeiras e legavam ao migrante o título de desidiosos e vadios, além de não serem propensos ao trabalho. Dessa forma, a migração passa a ser identificada como causadora de boa parte dos males sociais ocorridos nas cidades (SOUZA, 2009).

Ternes (1993) e Souza (2009) apontam que nas décadas de 1970 e 1980, Joinville sofreu uma singular perda de identidade, desfigurando-se de suas características históricas. Essa perda de identidade referida pelos autores, vem ao encontro do período migratório e de uma nova ordem social, na qual não existe mais a predominância de uma etnia, mas sim a miscigenação de pessoas com origens distintas.

Essa miscigenação trouxe para a região outras formas de viver, trabalhar e interagir com a sociedade e com o meio urbano. Os apontamentos de Ternes (1993) e de Souza (2009) trazem indícios da valorização do tempo do trabalho, talvez em detrimento do tempo de lazer, do ócio e do aproveitamento no espaço público por parte da comunidade joinvillense durante boa parte do século XX. Esses apontamentos trazem indícios de uma adaptação desses novos moradores às práticas sociais já enraizadas em Joinville, ou seja, a pouca utilização e valorização dos espaços livres públicos, a valorização do tempo de trabalho, a disponibilização de pouco tempo para o lazer e mesmo a utilização das recreativas como principal forma de lazer.

Em seu livro “Pelas tramas de uma cidade migrante”, Coelho (2011) afirma que:

A política assistencialista das empresas (...) consistia na criação de uma série de benefício aos seus empregados, como assistência médica, distribuição de cestas básicas e, principalmente,

lazer por intermédio das associações recreativas (COELHO, 2011, p. 60).

Ainda segundo a autora, a forte migração para a cidade na década de 1980 se dá, primeiramente, pela necessidade de mão de obra para trabalhar nas indústrias lá estabelecidas, fato agravado pelas propagandas que eram bastante eficientes. Joinville passa, então, a ter destaque no cenário catarinense, entre outros aspectos, como a cidade mais populosa em função da vinda e do estabelecimento de migrantes originários de várias regiões do país em busca de melhores salários e trabalho nas indústrias locais. Todavia, esse crescimento causa estranheza aos descendentes dos primeiros colonos. Moradores entrevistados por Coelho, afirmam que, depois de algum tempo do início do período migratório, o desenvolvimento sociocultural da comunidade decresceu e os moradores (locais ou migrantes) passaram a “(...) viver num gueto. Da fábrica para casa, de casas para a recreativa” (SOUZA, Wilmar, *apud* COELHO, 2011, p. 60). Segundo o entrevistado, os operários deixam de utilizar as sociedades ou clubes recreativos para utilizar a recreativa da empresa, pois nela não precisariam gastar qualquer valor, já que tudo era subsidiado pela empresa. Nas sociedades ou clubes era necessário pagar uma mensalidade, o que se tornava caro ao operariado.

Outra questão abordada pela autora é o fato do número de migrantes<sup>53</sup> representar cerca de 67% da população em 1989. Tal situação trouxe, segundo ela, problemas à cidade. Com a crise econômica instalada no país na década de 1980, a mão de obra dos migrantes não estava sendo completamente absorvida pelas empresas, o que fez com que áreas

---

<sup>53</sup> Migrantes principalmente no período de 1980, chegados a Joinville em busca de melhores condições de vida, e ainda incentivado pelo sonho da “Manchester Catarinense”.



centrais fossem tomadas “numa espécie de gueto de improvisação por ambulantes e vendedores de todos os tipos” (COELHO, 2011, p. 64). Esse posicionamento da autora traz a ideia de uma cidade industrial harmônica e sem desajustes ou excluídos (o que é praticamente impossível) e reforça a imagem de que “gente estranha” afasta determinados grupos sociais mais elitizados dos espaços públicos, o que demonstra certa intolerância para com os migrantes.

Soma-se a isso a criação de novos bairros em função da proximidade com as empresas e da renda da população. Novas edificações eram erguidas (sem muito controle) em lotes sem ou com baixíssimo valor imobiliário e carentes de infraestrutura e de espaços livres públicos. O que retrata a falta de planejamento do poder público e a pouca preocupação com os migrantes. Todos esses fatores interferem na vida urbana da cidade além de trazer para o local um caráter disperso (criação de bairros afastados da área central), pouco adensado (com muitas casas e poucos edifícios) e com grandes vazios urbanos.

Tal cenário pouco mudou nos últimos trinta anos. O processo de espraiamento da cidade com habitações (formais ou informais) existe há muito tempo e foi retomado no início da década de 2000 com o programa federal Minha Casa Minha Vida. Todavia, pouco se alterou dos padrões anteriores. As habitações continuam a ser implantadas em áreas afastadas ou em regiões propícias à absorção de mão de obra (áreas industriais), com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, com falta de diversidade de uso, baixa densidade populacional e poucos ou nenhum espaço livre público, o que afeta diretamente a vida cotidiana e a urbanidade desses locais. Em Joinville, as políticas públicas, nas últimas décadas, têm sido direcionadas, principalmente, para as questões de mobilidade e

estruturação dos eixos de adensamento/crescimento da cidade, novos e mais afastados bairros foram criados, todavia a cidade ainda carece de áreas livres públicas de lazer que, apesar de estarem previstas em legislação, são deixadas de lado em detrimento de melhor mobilidade urbana (criação de vias para o incentivo do uso do automóvel individual).

Isso posto, serão analisados a seguir os planos de estruturação urbana disponibilizados pela prefeitura municipal e por seu instituto de planejamento a partir da década de 1960 até o novo plano de ordenamento territorial que está em vias de aprovação no ano de 2017. Na sequência são apresentados: o plano básico de urbanismo de 1965; o plano diretor de 1973, o estudo de estruturação urbana de 1987; o plano diretor de 2008 e a lei de ordenamento territorial, ainda não aprovada, de 2016.

## 5.2 PLANO BÁSICO DE URBANISMO DE 1965 - SERETE

O Plano Básico de Urbanismo (PBU) foi o primeiro estudo urbano desenvolvido para a cidade de Joinville pela Empresa SERETE de estudos urbanos, em colaboração com o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, a qual venceu a concorrência administrativa lançada pela prefeitura no ano de 1965 na gestão do prefeito Helmut Fallgatter. Ele demonstra a preocupação que a municipalidade tinha com o planejamento urbano de Joinville devido ao crescimento que estava se anunciando à época. Como demonstrado, até aquela data, o crescimento urbano do município não possuía eixos norteadores, diretrizes ou qualquer regulamentação que influenciasse nas formas de apropriação dos espaços, sendo seu crescimento condicionado ao interesse municipal ou individual.

Neste plano, Wilhelm e sua equipe pontuaram aspectos importantes e relevantes para o futuro desenvolvimento da cidade de Joinville e que são a base de sua proposta. Tais aspectos relacionam questões sociais, econômicas e urbanas.

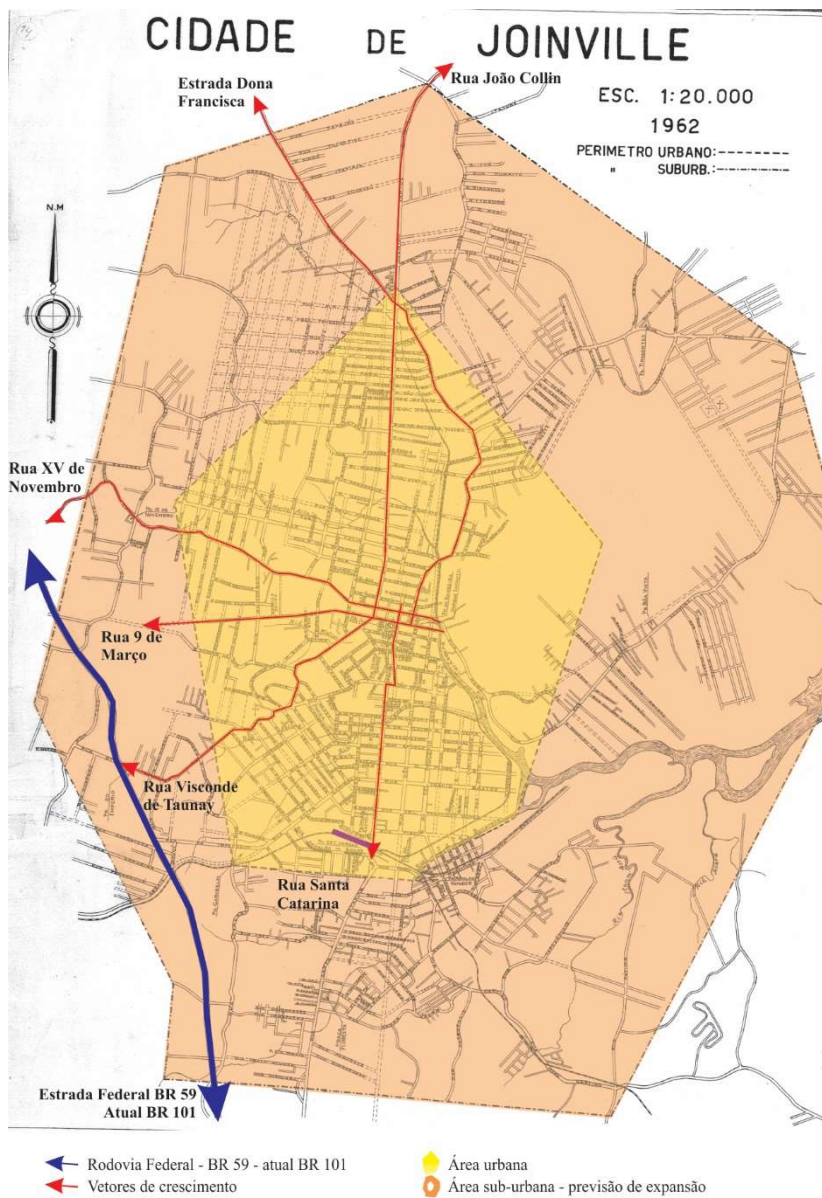
Os apontamentos feitos pela Serete levam à compreensão do momento pelo qual Joinville estava passando. Na época, a cidade contava com 90.000 habitantes, estava em pleno desenvolvimento industrial, que trouxe consigo o crescimento populacional devido às grandes ofertas de emprego. Os números levantados pelo grupo são de um crescimento de 13,15% ao ano entre os anos de 1960-1964. Nesse período, levantou-se também que 19% da população urbana trabalhava na indústria (ou 58% da população empregada), o que caracterizava a cidade como secundária e, de certa forma, incentivava o fluxo migratório do campo para a cidade.

Entretanto, esse desenvolvimento trouxe também um déficit de infraestrutura e de serviços públicos, que está relacionado à grande expansão das áreas urbanas, culminando em áreas com baixa densidade demográfica (15hab/ha), à diminuição dos investimentos por parte do poder público e às dificuldades do sítio (áreas de encosta de morro ou áreas alagáveis).

O plano de urbanismo revela, ainda, que as maiores carências se encontravam na “ausência de uma rede de esgoto, na escassa pavimentação e na ausência de suficiente recreação ao ar livre” (SERETE, 1965, p. XVI). Essa ausência de espaços para a recreação ao ar livre, é evidenciada na Imagem 27. É possível observar que na área urbana de Joinville existem 11 espaços considerados como praças pela prefeitura, e na área suburbana foi possível encontrar 5 espaços, num total de 16 áreas consideradas como praças pela municipalidade. Porém, se observadas em

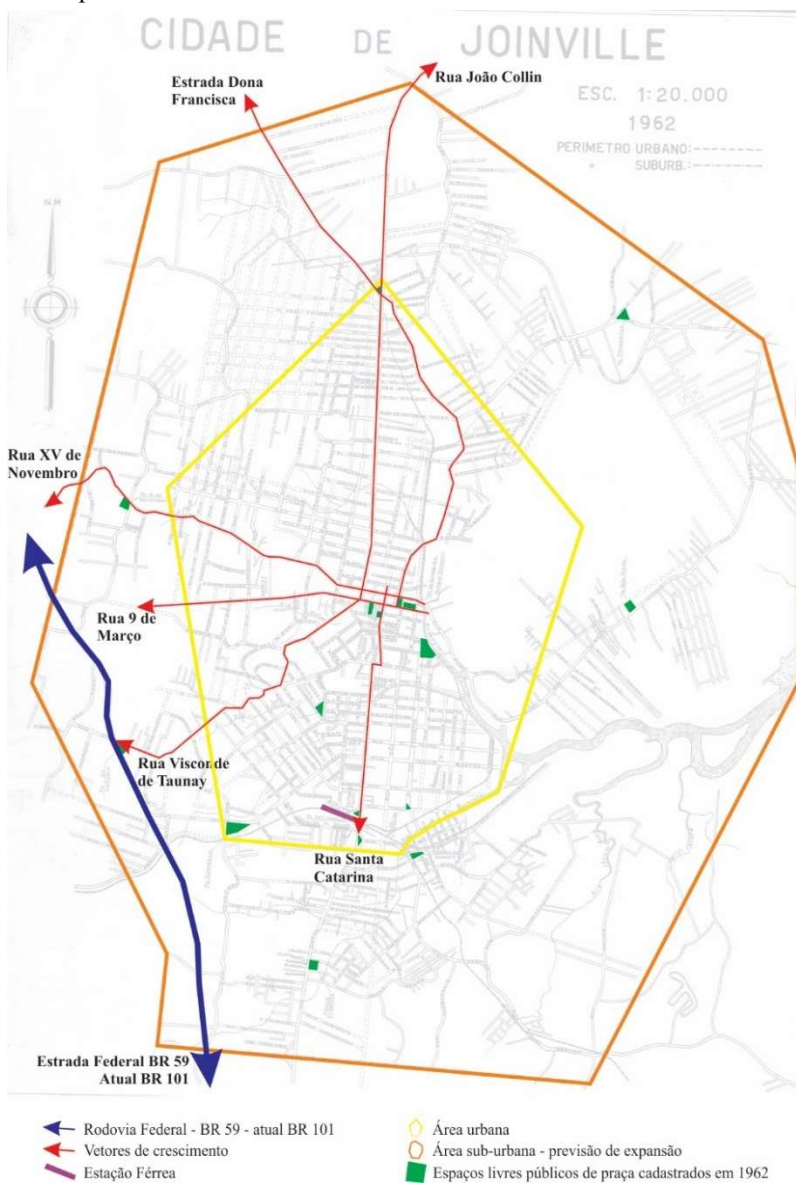
uma escala local, verifica-se que desses 16 espaços livres públicos, 7 são elementos da malha viária. A Imagem 28 evidencia alguns espaços considerados pela prefeitura como praças, mas que, na verdade, são elementos do sistema viário, principalmente por sua configuração: cercados por vias estruturadoras da cidade, configurando-se como “ilhas” na malha viária.

Imagem 26 - Previsão de expansão de Joinville na década de 1960.



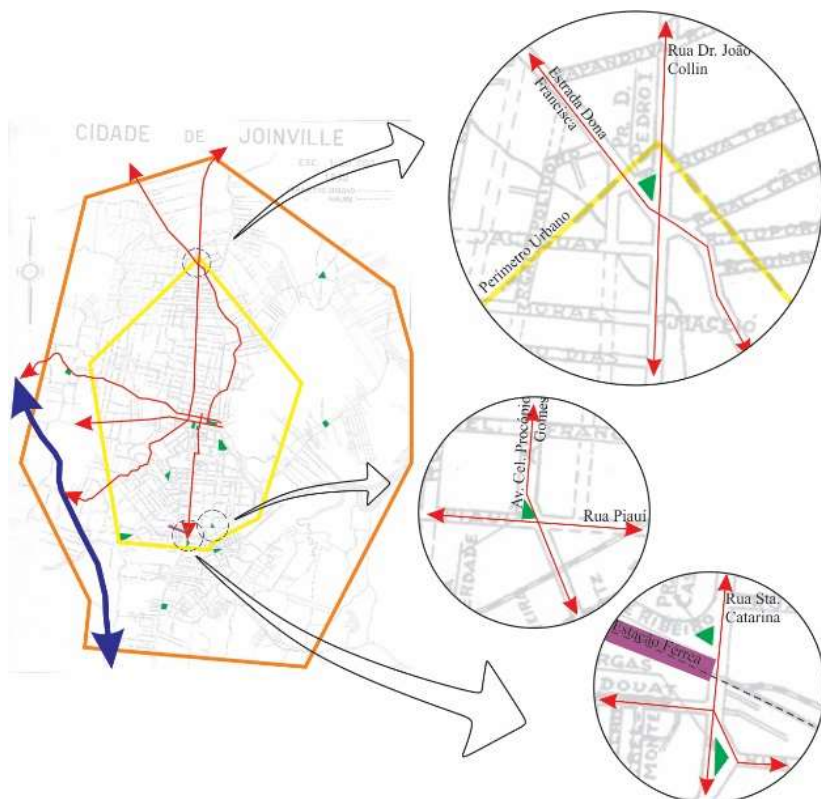
Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta de Joinville de 1962. Modificado pela autora, 2017.

Imagem 27 - Espaços livres públicos de praça cadastrados pela prefeitura municipal em 1962.



Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta de Joinville de 1962. Modificado pela autora, 2017.

Imagem 28 – Exemplo de praças cadastradas pela prefeitura de Joinville que são consideradas elementos do sistema viário em 1962.



Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta de Joinville de 1962. Modificado pela autora, 2017.

Outro ponto destacado pela equipe que desenvolveu o estudo são as questões sócio econômicas muito particulares da cidade de Joinville, que podem ter auxiliado em seu desenvolvimento até aquela década (1965), eles destacam: o caráter comunitário da sociedade, que pode estar associado a sua origem de colônia semi-isolada do restante do país; o hábito de pensar criticamente, decorrente de sua origem de colônia até certo ponto planejada; e o grande espírito empresarial de seu povo,

explicável pelo fato de seus colonos serem provenientes de regiões e épocas em que o capitalismo industrial já se implantava.

Somadas a essas características, tomadas como positivas ao desenvolvimento da cidade pelo grupo SERETE, também foram identificadas questões menos nobres se observadas do ponto de vista do futuro desenvolvimento da cidade. O grupo aponta um problema sócio cultural que chamam de “dilema racial”:

(...) uma problemática explicável historicamente e que fixou uma série de conceitos rígidos, tais como, o sucesso econômico bastante identificado com a ascendência alemã, ou melhor, identificação dos padrões de trabalho, honestidade e sucesso com a imagem do germanismo e a ascendência colonial (SERETE, 1965, p. XV).

Demonstram que esse fenômeno estaria perdendo intensidade e seria importante que fosse superado rapidamente devido às altas taxas de crescimento demográfico, já que a população migrante poderia não aceitar a mentalidade vigente, criando choques de lideranças. Todavia, destacam ainda que Joinville, até aquele momento, não havia tomado consciência de seu crescimento, haja vista que a cidade ainda existia em função e para sua elite (descendentes dos antigos colonos).

Evidenciam que o grande crescimento sofrido entre as décadas de 1950 e 1965 (quase triplicou o tamanho da cidade em 15 anos) poderia acarretar na perda da escala humana, ou como foi chamado pelo grupo, de desumanização da cidade. Ponto importante a ser destacado principalmente pelo fato que é na década de 1960 que surgem os primeiros pensamentos urbanos relacionados à escala da cidade e as suas



formas de organização em zonas de múltiplos usos<sup>54</sup>, indo de encontro com o pensamento do urbanismo moderno.

Exemplificam ainda que, no que tange à vida urbana, os equipamentos recreativos instalados na cidade até aquele ano (1965) eram pobres, inadequados e correspondiam a padrões europeus já envelhecidos, ou seja, correspondiam a praças de embelezamento e jardins para o *footing*, locais sem o espírito democrático necessário aos espaços livres públicos para que exista a urbanidade. Apontam, ainda, para a pouca relação que a cidade possui com os rios e os morros, “dando as costas” para esses espaços que poderiam ser bem aproveitados como áreas de interação social. Relatam que, apesar das carências, a ideia do plano básico de urbanismo havia chegado a tempo de poder quantificar, prever e buscar soluções para problemas graves tais como as baixas densidades, os poucos equipamentos recreativos e os problemas de trânsito.

Neste sentido, o plano, baseado em estudos do sítio e levantamento de dados junto aos órgãos públicos e a população, prevê eixos de crescimento no sentido Norte – Sul, adensamento populacional para uma média de 70hab/ha (bem acima dos então 15hab/ha), criação de pontos de encontro para grandes massas visando maior coesão social, proposição de hierarquia viária e proposição de zoneamentos por predominância de uso ao invés de um zoneamento com usos rígidos, desestímulo e proibição de novos loteamentos em áreas não apropriadas (alagadiças ou afastadas das redes de serviço) como o morro do Boa Vista, Guanabara entre outros, mecanismos de reestruturação fundiária (remembramento e desmembramento, regularização, apropriações e desapropriações, etc.)

---

<sup>54</sup> Esses pensamentos surgem a partir dos problemas causados pelo urbanismo moderno e evidenciados nos estudos de Jane Jacobs, Kevin Lynch e posteriormente de Bentley, Gehl e White.

promovendo transformações sem desapropriações assim como reencontro de valores de paisagem natural para o sítio urbano (valorização dos morros e dos rios). Destaca-se, para essa pesquisa, a preocupação dos técnicos em propor locais de encontro para a população como forma de coesão social. Em seus levantamentos (que posteriormente foram publicados por Jorge Wilhelm em ‘Urbanismo no Subdesenvolvimento’), eles evidenciam a falta de locais para o encontro dos jovens que não têm como “abrir seu horizonte cultural por ausência de condições e promoções estimulantes” (WILHEIM, 1969, p. 149), assim como evidenciam que a cidade não se apropria de áreas potenciais para hábitos recreativos informais, tais como as bordas do rio Cachoeira. Em adição, Wilhelm (1969, p. 146) afirma que “o respeito e uma certa rigidez moral não ajudaram a criar palcos típicos para hábitos recreativos mais livres e informais”. Assim, propõe a criação de áreas onde a população possa se expressar livremente e interagir com toda a diversidade social que existe em Joinville.

Evidencia-se que, para alcançar as diretrizes previstas, o grupo propõe diferentes soluções para cada um dos itens. Aqui serão evidenciadas as questões mais relacionadas aos espaços livres públicos e aquilo que pode influenciar sua vitalidade e utilização/apropriação.

Prevedo crescimento e adensamento da região do morro do Boa Vista e do Guanabara, a SERETE propõe a ocupação dos morros com edifícios residenciais de até seis pavimentos sem ultrapassar a cota 40<sup>55</sup> para a ocupação, também prevê a criação de um parque residencial com área de floresta pública no morro do Boa Vista, o que, segundo os estudos,

---

<sup>55</sup> O fato de não ser possível a edificação acima da cota 40, nos topos de morro, está mais vinculada à incapacidade de levar infraestrutura de abastecimento de água que propriamente à preocupação em preservar e cuidar das áreas verdes da cidade.

auxiliaria na conservação do patrimônio paisagístico que ele representava.

No tangente à definição da localização de distritos industriais, o grupo prevê a criação de duas áreas de concentração prioritária: uma na região norte (atual zona industrial) e outra no bairro do Boa Vista, ao redor da fundição Tupy. Essas áreas, além de permitirem a instalação de indústrias, previam a inserção de áreas residenciais com locais de recreação com a finalidade de promover a vitalidade do local.

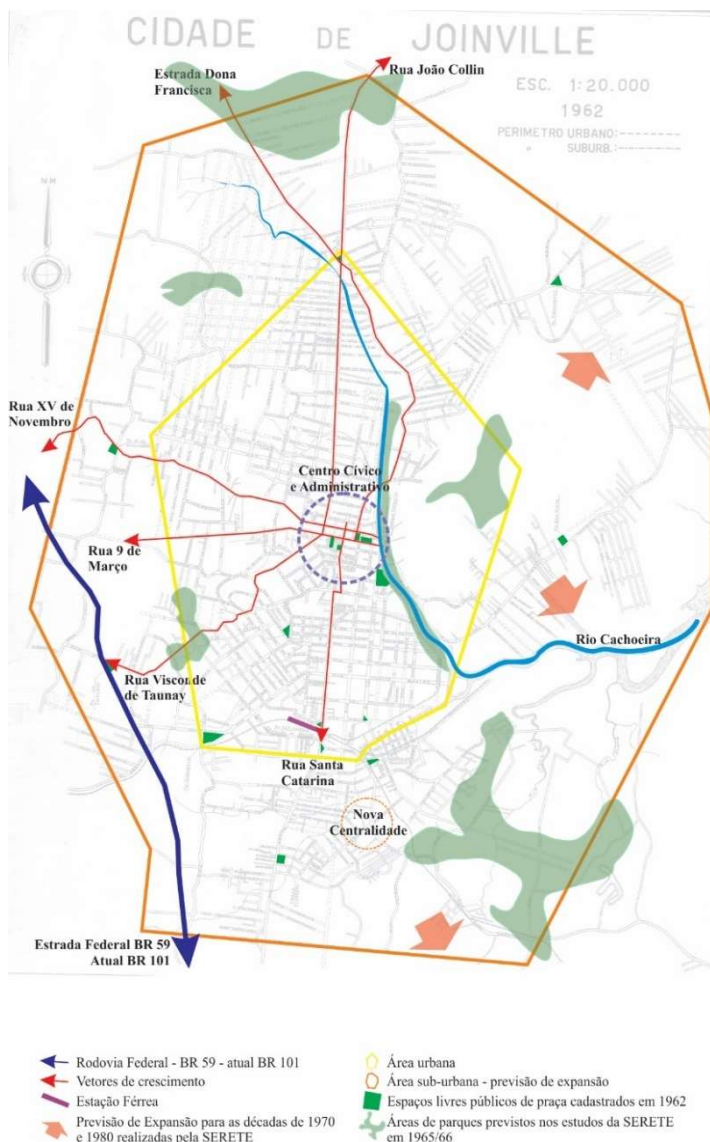
Na região central, o plano previa a polarização do centro: o centro **cívico** que abrigaria o setor administrativo da cidade, assim como teatro e o centro **comercial**, ambos conectados pela rua do Príncipe. Na proposta, o centro comercial se desenvolveria ao longo das vias no sentido norte-sul limitado pela rua João Colin e pela então proposta de parque linear junto ao rio Cachoeira.

Por fim, os estudos urbanos propunham o tratamento paisagístico das margens dos rios (com ênfase no Rio Cachoeira), “fazendo-os participar da paisagem urbana de Joinville” (SERETE, 1965, p. XX). Tal tratamento previa a criação de um parque linear ao longo das margens dos rios, assim como a criação de outros parques nos bairros Boa Vista, Itaum e Bom Retiro, todos com o intuito de compor a paisagem urbana, como pode ser visto através de manchas na Imagem 29. Nos estudos da SERETE, foi possível identificar e espacializar as propostas de expansão/crescimento da cidade, e a criação de nova centralidade na porção sul da cidade, como também pode ser visto através da Imagem 29.

Em resumo, a proposta urbanística desenvolvida pelo grupo coordenado por Wilhelm, no que tange às questões dos espaços livres públicos de praça/parque, preocupou-se em criar diretrizes para o

desenvolvimento de uma paisagem urbana mais coerente que aquela que estava sendo produzida, que preservasse o topo dos morros e as áreas de manguezal, bem como que tivessem uma conexão visual. Porém, o grupo não deixou clara ou não teve a preocupação de criar uma rede de espaços livres públicos de praça ou parque conectados entre si, como forma de garantir o acesso a áreas de lazer (áreas essas bastante criticadas pelo grupo por sua escassez e pouca estrutura). Infelizmente, e como será demonstrado a seguir, os planos da SERETE no que tangem à paisagem urbana e aos espaços livres públicos de praça e parque foram preteridos em relação às propostas de criação de um amplo sistema viário de conexão nos eixos norte-sul e leste-oeste no primeiro plano diretor de desenvolvimento de Joinville, de 1973.

Imagem 29 – Espacialização das propostas de criação de parques, novas centralidades, expansão urbana e consolidação do centro cívico e administrativo realizadas pela SERETE no estudo urbanístico de 1965/66. Espacialização sobre mapa de 1962, com base nos mapas do plano de 1965.



Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta de Joinville de 1962. Modificado pela autora, 2017

### 5.3 PLANO DIRETOR DE 1973

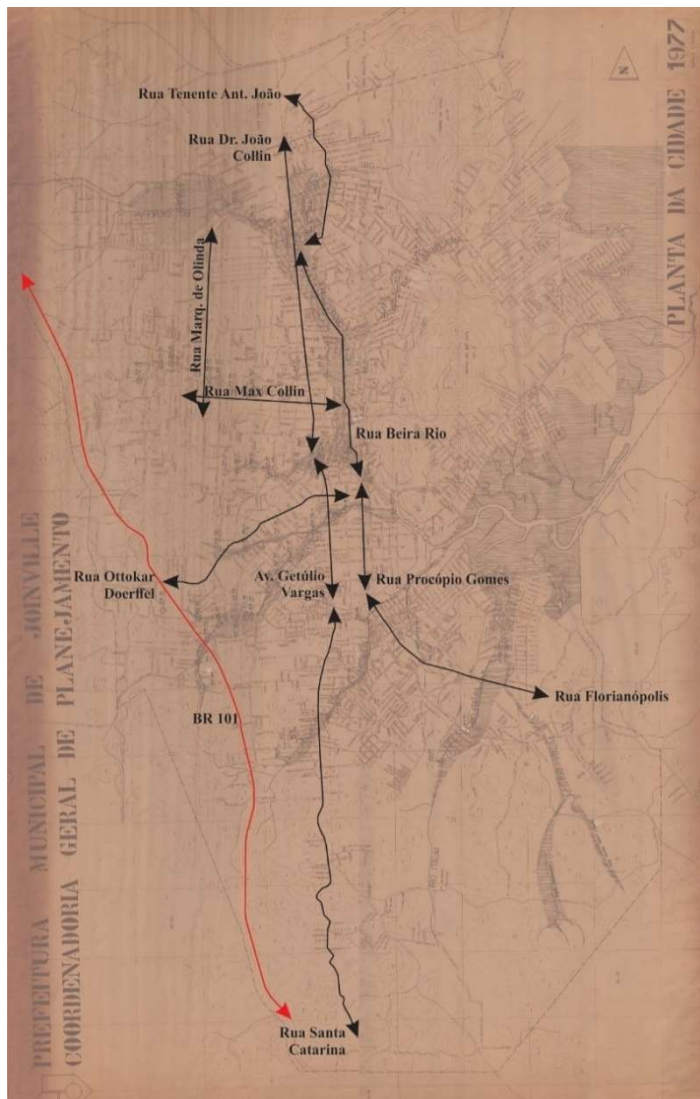
O plano diretor aprovado no ano de 1973, através da lei nº 1262, está baseado nos estudos realizados pela SERETE no ano de 1965. Em sua introdução, o plano aponta como um dos seus principais objetivos “proporcionar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico do município assim como o bem-estar da comunidade no exercício das funções de: habitar, trabalhar, repousar, circular, recrear e comunicar” (JOINVILLE, 1973, p. 5), aos moldes dos planos integrados da época, ainda com influências das lições modernistas de Le Corbusier. Apesar desse objetivo, esse plano contempla basicamente as funções de habitar e circular, dando pouca ou nenhuma ênfase às demais funções discriminadas.

Nele são definidas as vias arteriais como eixos principais de circulação sendo compostas pelas ruas: João Colin, Getúlio Vargas e Santa Catarina (eixo sentido norte-sul) bem como pelas ruas Tenente Antônio João, Beira Rio, Procópio Gomes e Florianópolis (marcando o eixo Beira Rio sentido sul-norte). Essas vias, segundo o plano diretor, possibilitariam correntes contínuas de tráfego, principalmente na área central, além de possibilitar a criação de vias expressas com controle parcial de acessos quando do aumento da demanda. Como pode ser observado na Imagem 30, esses eixos são todos norte-sul, o que demonstra uma tendência de expansão da cidade nessas direções, sendo os eixos leste-oeste destinados a vias coletoras, não expressas, e destinados à conexão com a rodovia federal (BR 101).

O plano ainda caracteriza os eixos de acesso, as vias secundárias e as vias de expansão. Menciona as avenidas lentas, ruas, praças e alamedas

de uso preferencial ou exclusivo de pedestres, porém não faz menção em caracterizá-las ou localizá-las ao longo do texto.

Imagem 30 – Eixos principais de circulação demarcados sobre mapa de 1977.



Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta da cidade de 1977. Modificado pela autora, 2017.

No que diz respeito aos eixos de acesso, o plano define que serão eixos de apoio ao eixo Norte-Sul com a finalidade de captação e distribuição do tráfego, bem como para possibilitar/facilitar o acesso e a saída da cidade, esses eixos são as ruas: Max Collin, Ottokar Doerffel e Marques de Olinda (como está demarcado na Imagem 30). Já as vias secundárias teriam como objetivo diminuir o carregamento dos eixos principais e possibilitar a ligação entre os bairros. Por fim, as vias de expansão seriam destinadas à continuidade do crescimento urbano, porém não se menciona no plano quais são os vetores principais de crescimento previstos para as décadas subsequentes, muito menos quais as vias são previstas com a finalidade da expansão da cidade.

Posteriormente ao sistema viário, o plano adentra nas questões relacionadas ao uso do solo, prevendo, além da área urbana e rural, uma área de expansão urbana que não é mapeada nem definida ao longo do texto. As definições mais claras ficam por conta de um **zoneamento por predominância**, apresentado no anexo da lei (apêndice C), bem como nas definições das categorias de uso do solo permitidas em cada uma das zonas preferenciais. Essa forma de organização territorial da cidade foi implantada e se mantém até os dias atuais, como será melhor demonstrado no capítulo 6, notando-se a predominância de áreas de comércio e serviço nos eixos estruturadores norte-sul, área predominantemente industrial na região norte (também já previsto nesse plano) e demais áreas com predominância de residências.

O plano diretor ainda relaciona os usos permitidos ao longo dos eixos principais e das vias secundárias, dando prioridade ao comércio no eixo norte-sul e a residências nas vias secundárias. Na área central, região que o plano se refere como zona comercial tradicional, foram previstas,



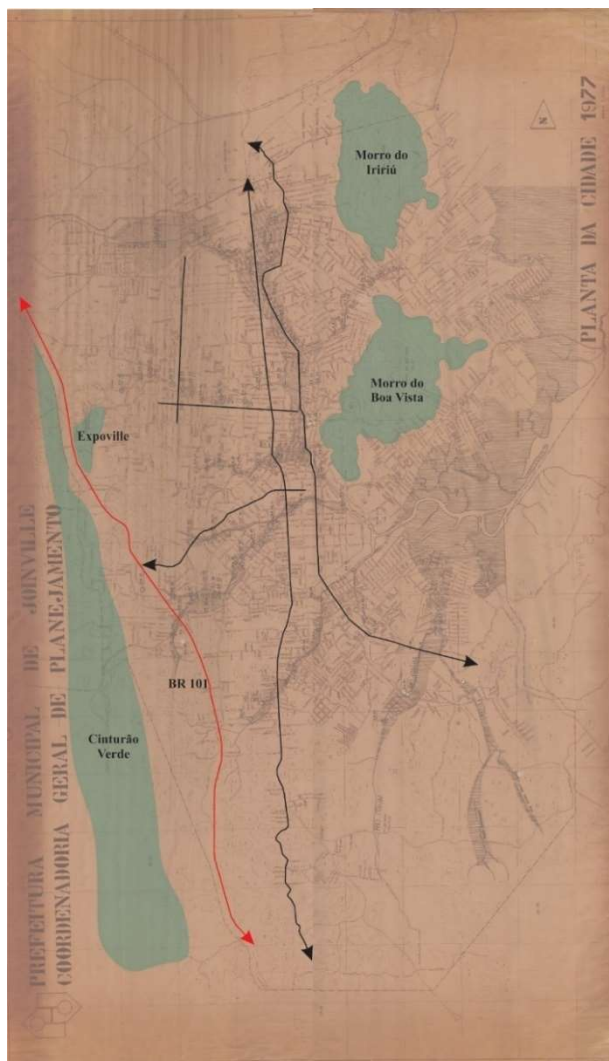
conforme o estudo de 1965, a construção de galerias seguindo-se o critério de criação de um afastamento no pavimento térreo com pé-direito de cinco metros, sendo que os demais pavimentos deveriam ser construídos seguindo o alinhamento do terreno, sendo vedada a construção de marquise. Essas galerias permitiriam a circulação de pessoas, criando uma proteção contra as intempéries, bem como guiariam visualmente a circulação dos pedestres. Nessa região, o plano prevê a predominância de usos comerciais e de serviços, mas admite usos institucionais e residenciais regidos por uma série de normativas que vão desde a necessidade de criação de vagas de estacionamento que atenda a demanda do edifício até a definição do uso do pavimento térreo dessas edificações.

Dentre as zonas mencionadas pelo plano diretor, será dado destaque nesta pesquisa à **Zona de Preservação Permanente** (marcadas na Imagem 31), que, conforme definição do próprio plano, são aquelas áreas que poderiam “influir no equilíbrio ecológico, social, econômico e no desenvolvimento turístico do município” (JOINVILLE, 1973, p. 24). Pela lei de 1973, faziam parte dessas áreas: Morro do Boa Vista, Morro do Iririú (atual Morro do Finder), Cinturão Verde e Parque Turístico e Comercial Santa Catarina (atual parque da Expoville e adjacências).

No Morro do Boa Vista e do Iririú, foi considerada área não edificável toda a região que se encontra acima da cota 40, sendo que os usos seriam estabelecidos a critério do órgão de planejamento municipal. O Cinturão Verde, teria a finalidade de conter a expansão da cidade no sentido oeste e nele seriam permitidas atividades hortigranjeiras. Já no Parque Turístico e Comercial seriam permitidos usos de serviço, comércio e institucional com a finalidade de promover a cidade nos

aspectos que se relacionam ao turismo, incentivando o comércio de artesanato local, comidas típicas e divulgação de tradições locais.

Imagem 31- Localização das áreas de preservação previstas no Plano Diretor de 1973 demarcadas sobre planta da cidade de 1977.



Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta da cidade de 1977. Modificado pela autora, 2017.

Nota-se que as áreas de preservação são predominantemente áreas de morro, sendo as margens dos rios deixadas de lado, esquecidas pelo poder público como local merecedor de atenção e tratamento urbano e paisagístico.

As demais disposições do plano de 1973 tratam das questões legais para a criação de novos loteamentos, para desmembramentos e arruamentos, sem, no entanto, deixar claro suas possíveis localizações, ficando a cargo do órgão de planejamento decidir ao longo dos anos e dos diferentes processos de urbanização os locais adequados, o que poderia criar vertentes para especulação imobiliária, ou mesmo interesses particulares.

Observando-se então os objetivos iniciais do plano, nota-se que as funções de circular, habitar e trabalhar (levando-se em consideração que o plano define locais de serviço, comércio e indústria) foram contemplados, porém pouco ou nada foi tratado no que tange às funções de repousar, recrear e comunicar.

Com foco maior no que interessa a essa pesquisa, pode-se afirmar que a função **circular**, considerando-se que o deslocamento das pessoas se dá no espaço público, foi bastante evidenciada enquanto deslocamento motorizado, porém nada foi tratado quanto ao deslocamento a pé, que poderia criar centralidades, espaços de maior utilização e coesão social na cidade. No que se refere à função **recrear**, nada foi tratado além das áreas de preservação permanente, que, ainda assim, não possuem usos definidos pelo plano e ficaram a cargo do órgão de planejamento definir suas possíveis utilizações. Não foram definidas diretrizes para espaços públicos de lazer, contemplação ou mesmo de passagem, como pode ser o caso de algumas praças ou largos públicos, nem mesmo foi citada a

necessidade desses espaços enquanto criadores de atividade, de movimento, de encontro na cidade – ou seja de urbanidade. Fato que pode ser remetido a pouca ênfase dada pela população a tais espaços. Apesar de, em 1973, o plano diretor ainda não ser participativo, percebe-se que este está estruturado para atender uma elite industrial, priorizando questões de mobilidade ao invés de priorizar as relações sociais, as interações e a coesão social, o que alimenta a segregação espacial e a diferenciação das classes sociais dentro do universo urbano.

Pode-se afirmar que, dos estudos realizados pela SERETE em 1965, apenas os dados relacionados ao sistema viário e ao ordenamento do solo foram considerados. Os apontamentos relacionados às questões sociais e culturais feitos pelo grupo liderado pelo arquiteto Jorge Wilhelm foram deixados de lado. Tais questões serão novamente apontadas no estudo realizado em 1987, como pode ser visto a seguir.

#### 5.4 ESTUDO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE 1987 E LEIS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE 1996 (LUOS)

Diferente do plano diretor de 1973, o estudo de estruturação urbana se aproxima mais dos estudos urbanos desenvolvidos em 1965. Esse estudo toma forma como norteador das diretrizes da lei de uso e ocupação do solo de 1996, que será apresentado mais adiante.

O estudo de estruturação urbana tinha como intenção ser um instrumento de caráter orientador para o processo de planejamento de Joinville. Ele continha informações técnicas que deveriam servir como base para discussões acerca de problemas e potencialidades da cidade. Nesse sentido, os técnicos que o desenvolveram estavam preocupados em propor uma estruturação urbana para a Joinville dos anos de 1980/90 que

abrangesse o principal problema por eles identificado: a “vocalção” da cidade como pólo industrial regional. A intenção desse plano era questionar até que ponto o contínuo desenvolvimento local, baseado na indústria, com emprego de mão de obra predominantemente de baixa renda, seria conveniente ao desenvolvimento e crescimento urbano de Joinville.

No desenvolvimento do plano de estruturação, segundo consta no documento, o “leque de análise fechou-se entorno dos elementos estruturadores da vida urbana” (JOINVILLE, 1987, p. 7) e questionou-se o crescimento acelerado da cidade e a pouca estrutura oferecida aos moradores e migrantes daquela década. Nesse sentido, foi analisado nesse plano: o território enquanto morfologia e distribuição espacial das diversas atividades econômicas. Foi observada a evolução da malha urbana, as formas de habitar que resultaram no parcelamento do solo, assim como foi observada a forma como a cidade se organizava através de seus elementos estruturadores, em particular o sistema viário.

O estudo levantou questões relacionadas à apropriação de áreas de morro, que poderiam gerar problemas como erosão e desmoronamento caso não respeitassem a declividade do terreno e as faixas de drenagem, bem como as áreas em regiões alagáveis. Os técnicos apontaram que a ocupação dessas áreas não seria inviável, mas que, se ocupadas, necessitariam de índices urbanísticos e procedimentos adequados às suas peculiaridades. Sugeriam que fosse montado um macrozoneamento que levasse em consideração, não só o uso e a ocupação do solo, mas também as características peculiares de cada unidade territorial, pois entendiam que a região de Joinville possuía diversidade morfológica (vales, encostas, mangues, morros).

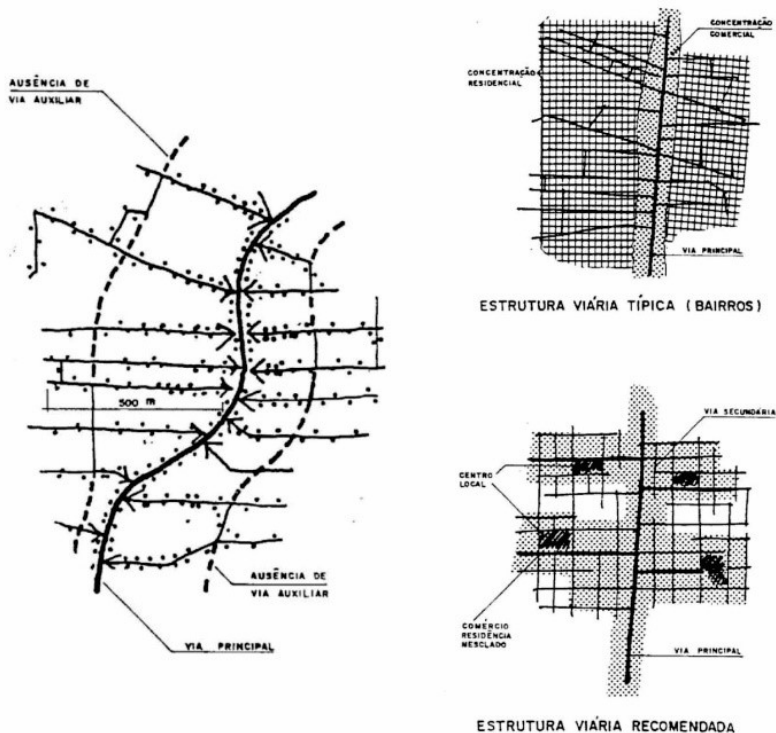
Além disso, consideravam que a ocupação dessas áreas estava criando uma descontinuidade na paisagem urbana, com muitas áreas de vazios urbanos em regiões que deveriam ter sido consolidadas no período de crescimento populacional da década de 1960. Adicionado a um planejamento inadequado, e a grande demanda por terras, que acarretou em ocupações irregulares de áreas mais afastadas da região já consolidada (central) o que, na década de 1980-90 culminou em uma descontinuidade da paisagem urbana da cidade, trouxe prejuízos para o funcionamento do conjunto urbano, tais como: gastos desnecessários com infraestrutura, baixa densidade de ocupação ao longo de todo o território do município (que estava com índices de 13,5 hab/ha)<sup>56</sup>, segregação espacial, intensificação de loteamentos implantados na periferia (consequentemente, com infraestrutura precária), estrutura viária precária, com vias principais sem apoio de vias secundárias (com desenvolvimento linear superior a 400 metros ininterruptos)<sup>57</sup> o que gerava tráfego intenso e poucas conexões entre os bairros.

---

<sup>56</sup> Segundo os estudos realizados pelo corpo técnico, na década de 1980-1990 era recomendação urbanística atingir índices que girassem em torno de 300hab/ha, favorecendo assim investimentos públicos e privados em infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Atualmente, entende-se que esse índice não é fixo e que pode variar conforme a cidade e o desejo da população e da administração, modificando-se através da percepção daqueles que irão utilizar os bairros da cidade, com a especulação imobiliária e com as necessidades de investimento por parte do poder público.

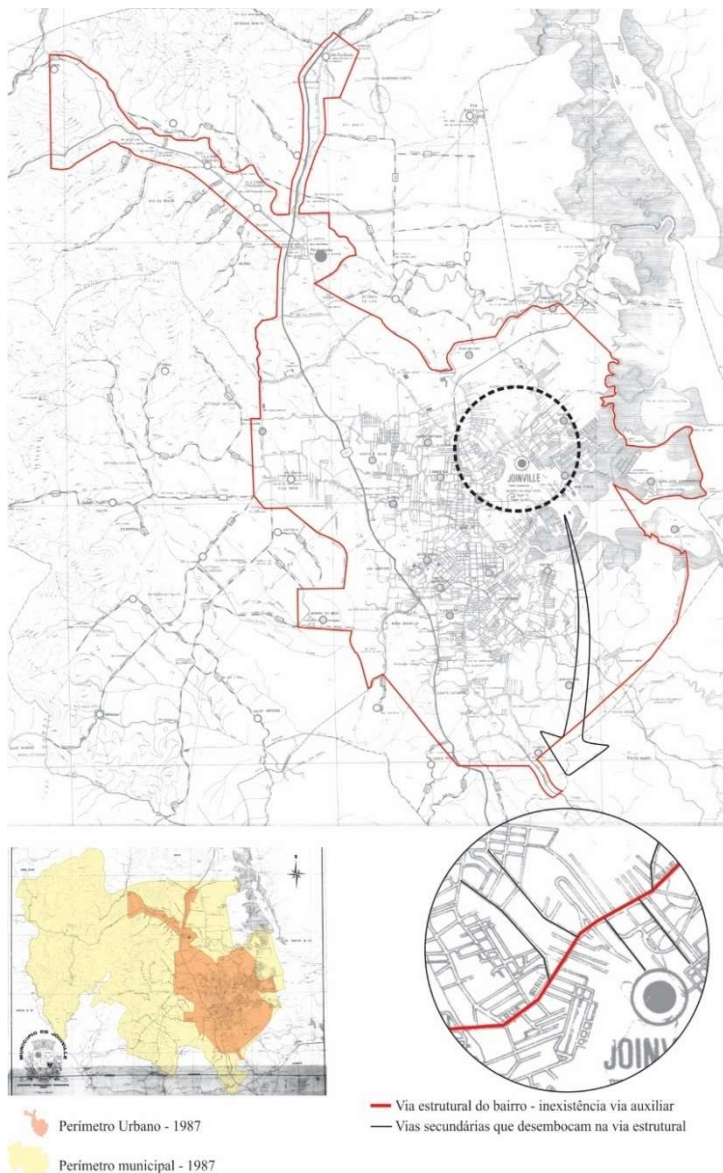
<sup>57</sup> O plano de estruturação urbana de 1987 recomendava que as quadras deveriam ter no máximo 150 metros de comprimento, sendo, a partir dessa dimensão, seccionadas por vias secundárias para permitir a ligação com outras regiões e vias secundárias dentro do mesmo bairro ou em bairros vizinhos. Uma clara recomendação dos estudos realizados por Jane Jacobs e Kevin Lynch na década de 1960.

Imagem 32 – Estrutura viária típica da cidade em 1987. Vias estruturadoras nos bairros, com vias locais muito extensas chegando na via estruturadora. Área de comércio e serviço ao longo da via estruturadora e nas vias locais apenas áreas residenciais.



Fonte: Joinville, 1987, p. 67

Imagem 33 - Exemplo de via estruturadora no bairro Iririú sem via auxiliar para drenar o fluxo de veículos.

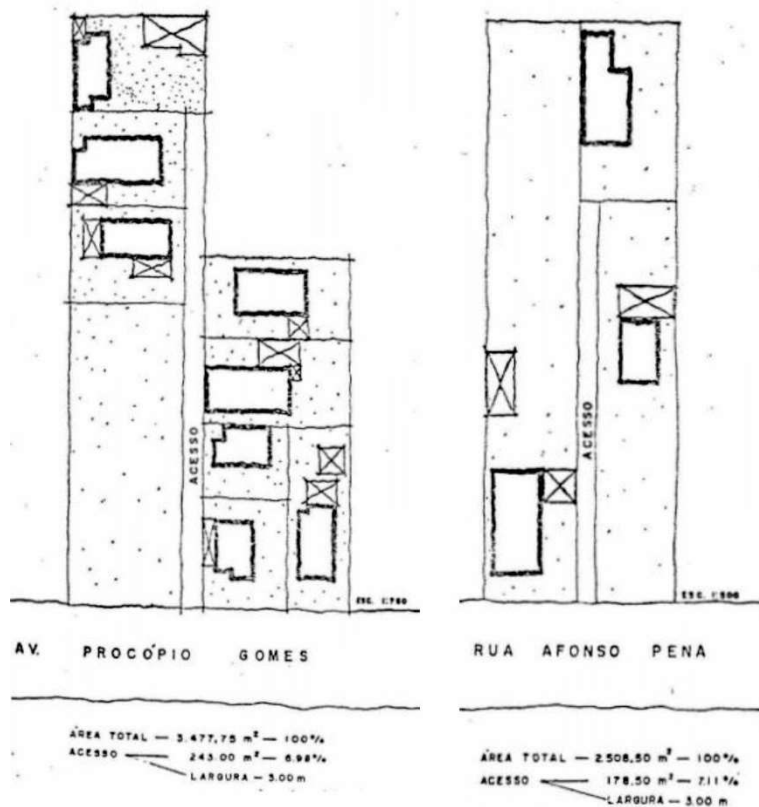


Fonte: Mapoteca do IPPUJ, planta da cidade de 1987. Modificado pela autora, 2017.



Outro fato importante que pode trazer diferentes formas de utilização do espaço urbano, e que foi apontado pelos técnicos que desenvolveram esse estudo, está associado ao dimensionamento e desmembramento dos antigos lotes coloniais. Esses lotes eram caracterizados por possuírem uma profundidade acentuada se comparada a sua testada. Assim, com o passar dos anos, eles sofreram sucessivos desmembramentos, liberando o fundo dos lotes e criando servidões ou ruas particulares laterais aos eixos viários, como demonstrado nas imagens abaixo.

Imagem 34 - Exemplo de lote colonial desmembrado em lotes menores com criação de servidão ou via particular de acesso ao novo lote.



Fonte: Joinville, 1987, p. 36

Essas servidões criaram inúmeras ruas com baixa ou nenhuma conexão com o restante da malha viária, o que levou a uma estrutura desorganizada e confusa que predominava (e predomina até os dias atuais) em quase toda a área urbana do município, com exceção da área central. Esta possui um conjunto de vias organizadas semelhante a uma grelha (ainda com algumas descontinuidades) que distribuía o trânsito para as demais vias da cidade, e concentrava as regiões de comércio e de serviço. Assim como concentrava a circulação de pessoas e veículos o que, segundo os estudos urbanos, apresentava evidente saturação e estrangulamento em relação ao transporte individual, coletivo, áreas de estacionamento além da ausência de espaço públicos.

Mais além, a configuração de lotes grandes poderia estar suprimindo a necessidade da população local, até determinado momento histórico, por áreas abertas que proporcionassem o contato com a natureza e com o próprio espaço livre. Porém, com a ocupação dessas áreas dos lotes (em subseqüentes desmembramentos), a necessidade por ELPs passa a ganhar importância na cidade, principalmente se atrelada à qualidade de vida e à vitalidade urbana.

Assim, das leituras urbanas desenvolvidas pelo corpo técnico, surgiram propostas de orientações ao desenvolvimento de Joinville. O plano de estruturação urbana previa vetores de crescimento partindo do núcleo central<sup>58</sup>. Nesse sentido, optaram por exemplificar e mapear o que chamaram de vetores de expansão. Tais vetores consolidaram-se em alguns bairros, como o Glória, Costa e Silva, Vila Nova, Iririú, Guanabara e Floresta criando novas centralidades urbanas a partir dos anos 2000.

---

<sup>58</sup> Local de implantação da Colônia Dona Francisca, e até os dias de hoje local de concentração de serviços, comércio e infraestrutura na cidade.

As diretrizes propostas na década de 1987 tomaram forma com a lei de uso e ocupação do solo de 1996, algumas foram implantadas, outras ficaram apenas no papel, muitas foram as modificações ocorridas na cidade ao longo dos dez anos que se seguiram. Como principais mudanças propostas no estudo, e que interessam a esta pesquisa por estarem relacionadas à vida cotidiana e aos espaços públicos, identificam-se projetos de intervenção nos espaços públicos da área central, dentre eles a praça da Bandeira, a praça Nereu Ramos, a praça Lauro Muller, a rua das Palmeiras e um parque linear junto a Av. Beira Rio (em frente a atual prefeitura municipal e já proposto anteriormente nos estudos da SERETE).

Todos os projetos propostos naquela década falavam em revitalização do espaço, proposição de melhorias no que se referiam aos acessos e conexões com outras áreas do bairro, bem como a questões relacionadas à paisagem urbana. Porém, nem todas as propostas foram consolidadas e as que conseguiram apoio e incentivo para revitalização hoje estão em novo processo de degradação<sup>59</sup>.

A revitalização das praças ocorreu com o passar de alguns anos, porém a criação de um parque linear ao longo do Rio Cachoeira ainda não saiu do papel. Destaca-se ainda que todas as propostas de requalificação dos espaços estão voltadas para a área central, demonstrando uma preocupação, ainda que parcial, em relação à abrangência espacial da cidade, com os ELPs e inclui aspectos potencializadores de sua apropriação.

Com base nos estudos urbanos de 1987, é aprovada a lei de uso e ocupação do solo de 1996 que institui o regime urbanístico do município,

---

<sup>59</sup> As propostas podem ser vistas no Apêndice D.

além de regular o uso e a ocupação do solo e criar diretrizes para o parcelamento deste na cidade de Joinville.

Através dela foram definidas as áreas de ocupação por predominância do município. Sendo identificadas as áreas rurais e urbanas com definição de controle, preservação e conservação para a zona rural e de ocupação prioritária e não prioritária para a zona urbana.

No que tange à área urbana, foco desta pesquisa, destaca-se a identificação e criação de um **setor especial de áreas verdes, lazer, recreação e turismo**, o qual compreenderia as áreas que, por sua situação e seus atributos naturais, deveriam ser preservadas, ou teriam um regime de ocupação especial adaptado a cada caso.

Porém, apesar da legislação ter previsto essas áreas, não foram encontrados estudos que demonstrassem de forma gráfica (através de mapeamento) onde elas estariam localizadas, nem quais seriam os locais potenciais desse setor especial, o único material disponibilizado pela Secretaria de Planejamento Urbano é o mapa de macrozoneamento da lei de 1996 com a identificação das áreas de preservação permanente e de proteção dos mananciais na zona rural do município, sendo excluídas desse mapa as áreas urbanas de lazer, recreação e turismo.

## 5.5 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE DE 2008

Em 2008 é sancionado o primeiro plano diretor de desenvolvimento sustentável da cidade de Joinville<sup>60</sup>. Com ele pretendia-se ter uma visão

---

<sup>60</sup> O Plano de 1973 foi sancionado como plano diretor de desenvolvimento, sem prever ações sustentáveis para a cidade, buscando resolver os principais problemas da época, sem a preocupação com as consequências futuras. Diferente do estudo de 1966 que se preocupava com o desenvolvimento da futura da cidade e indicava prováveis crescimentos e tendências de ocupação.

geral do desenvolvimento futuro desta. Além disso, o plano traria princípios da Constituição Federal de 1988, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica do Município e principalmente do Estatuto da Cidade de 2001.

Baseando-se principalmente neste Estatuto, o plano foi desenvolvido com ênfase em diretrizes de desenvolvimento segmentadas em:

- Promoção Econômica;
- Promoção Social;
- Qualificação do Ambiente Natural;
- Qualificação do Ambiente Construído;
- Integração Regional;
- Estrutura e Ordenamento Territorial;
- Mobilidade e Acessibilidade; e
- Gestão do Planejamento Participativo.

Para esta pesquisa, destacaremos as quatro primeiras diretrizes, apesar de se entender que todas estão, de alguma forma, conectadas e são indissociáveis. Porém, pensando nas questões relativas aos espaços livres públicos e aos seus usos, as discussões ficarão restritas às questões econômicas, sociais e ambientais.

No tangente à diretriz de **Promoção Econômica**, destaca-se que possuía como principal objetivo garantir a **função social da cidade**, com o entendimento de que a função social seria a distribuição de recursos e riquezas de forma justa. Nesse sentido, foram sugeridas orientações para a promoção do turismo rural; implantação de equipamentos públicos em áreas rurais (com a finalidade de criar centralidades nessas áreas);

definição de vetores e áreas para as atividades industriais prioritárias<sup>61</sup>; controle e distribuição das áreas industriais na malha urbana (considerando que o zoneamento previsto é por predominância de uso, não por exclusividade); promoção de adensamento industrial e de contínua infraestrutura para o desenvolvimento do setor secundário, o que permite pressupor que a cidade, já no século XXI, ainda se mantém com a base industrial que a elevou a “Manchester” Catarinense, e este ainda é o setor que recebe maior atenção do poder público local. No que tange ao setor terciário, destacam-se o incentivo a atividades de feiras, simpósio e eventos que atraíam pessoas de fora da cidade (promovendo o desenvolvimento do setor), também as propostas de qualificação do centro tradicional e dos principais vetores de comércio, demonstram certa preocupação com o incentivo para a criação de novas centralidades na cidade. Isto faria com que as regiões de bairros mais afastados das áreas centrais também possuíssem áreas com serviços e absorvessem alguma mão de obra local, evitando deslocamentos desnecessários para o centro e promovendo a vida no bairro.

A Promoção Social tinha como objetivo o direito à cidade saudável e sustentável, entendidos no sentido de possibilitar o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura urbana, ao transporte, à educação, ao trabalho e ao lazer. Dentro dessa perspectiva, destacam-se algumas das estratégias que foram entendidas ideais para a promoção social tais como a criação de políticas públicas que promovessem o lazer, esporte e cultura; a inserção e adequação de equipamentos públicos e privados de lazer distribuídos no território

---

<sup>61</sup> Atividades industriais prioritárias são definidas na Lei de Uso de Ocupação do Solo. Destacam-se como prioritárias a indústria metalomecânica e têxtil.

ocupado - destacam-se aqui as recreativas, que desde a década de 1950 são parte importante do lazer e dos encontros sociais da população joinvillense, e que já estavam inseridas na malha urbana, refletindo que os espaços proposto pelo plano deveriam ser mais públicos que privados de forma a equilibrar as possibilidades de encontros sociais ocasionais e entre pessoas desconhecidas na cidade – além de espaços abertos e construídos seguros.

Previam-se algumas reformulações na lei de uso e ocupação do solo que poderiam consolidar as estratégias, tais como: o adensamento dos corredores do sistema viário (previsto já no plano de 1973) e no entorno dos equipamentos de lazer público (fato que ocorreu prioritariamente na região central da cidade e em bairros com pouca infraestrutura urbana, como pode ser destacado na Imagem 35); e não o parcelamento do solo em áreas com pouca vitalidade.

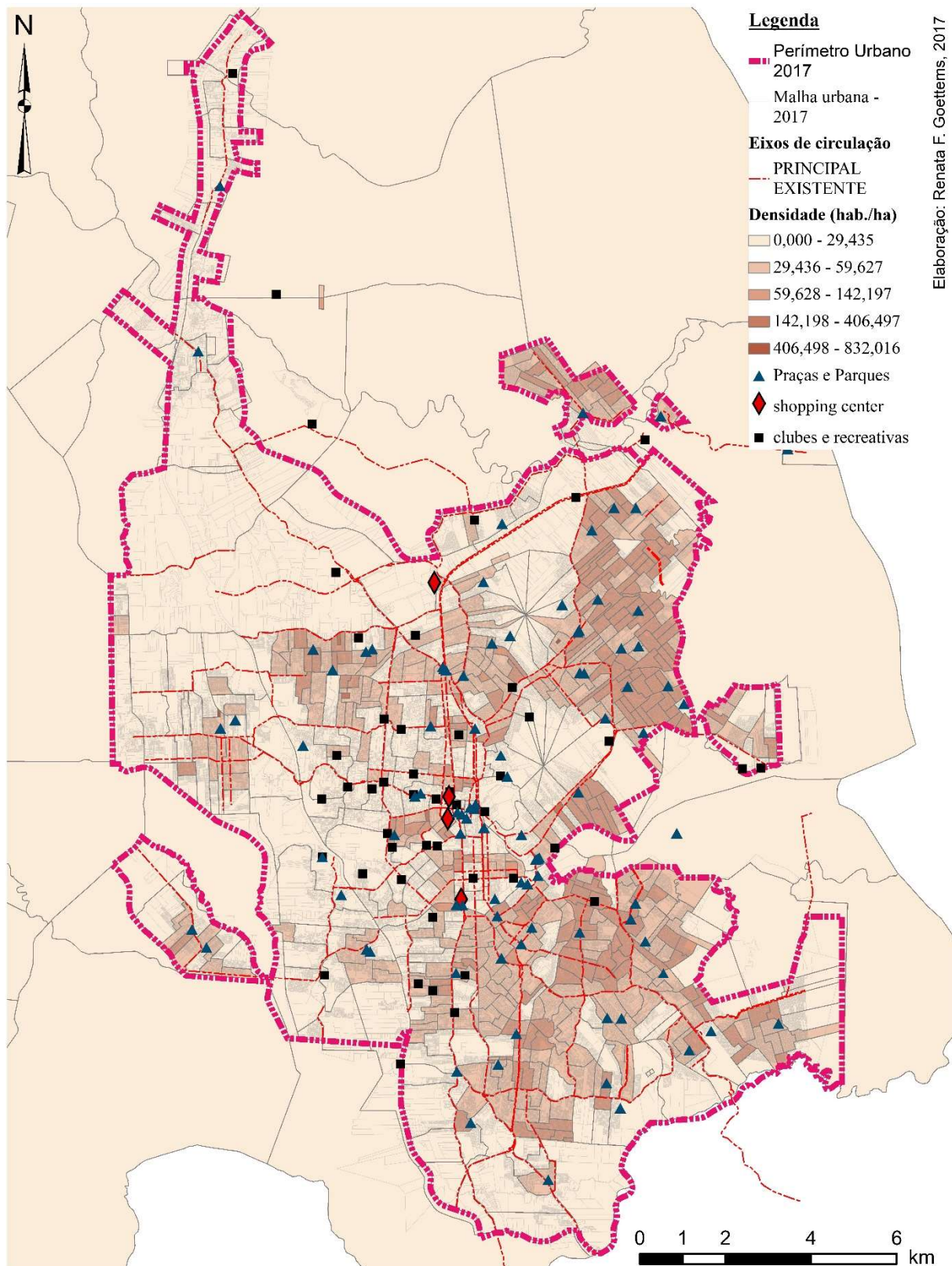
Percebe-se, porém, que essa última proposta de reformulação da LUOS, depende de uma definição do termo vitalidade, além de necessitar de estudos aprofundados no tangente às novas centralidades previstas no item de promoção econômica.

Entendendo-se que a vitalidade urbana faz parte do conjunto de qualidades de um local (da urbanidade) que permite atrair pessoas, o encontro casual, e que traga segurança e diversidade de uso, ou seja, seria o movimento de pessoas. Acredita-se, então, que seria necessário promover um local, antes de permitir seu adensamento. Promover no sentido de fornecer infraestrutura de transporte, lazer e saneamento para que o local seja consolidado antes mesmo de ser adensado, e adensado criteriosamente, levando-se em consideração a proporção entre espaços construídos e espaços livres (SABOYA, 2012).





Imagem 35 – Densidade populacional (hab./ha) em 2010 por setor censitário com localização dos ELPs de praça e parque e demais espaços de socialização (shoppings e recreativas/clubes).



Elaboração: Renata F. Goettens, 2017



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: Dados obtidos no site do IBGE e tratados pela autora.

**DENSIDADE POR SETOR CENSITÁRIO  
BASE DE DADOS CENSO 2010  
E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE RECREATIVA  
PRAÇA, PARQUES E SHOPPINGS  
COM DESTAQUE PARA OS PRINCIPAIS EIXOS  
DE MOBILIDADE DE JOINVILLE**



O PDDS de 2008 ainda previa a utilização de planos, programas ou projetos sociais que contemplassem o lazer, o esporte e a cultura. Sendo esses entendidos como o “direito do cidadão a acessibilidade a espaços públicos que promova o convívio e a integração social, a afeição ao lugar e a cidade, a diversão e ao esporte, propiciando o desenvolvimento sadio ao cidadão” (JOINVILLE, 2008, p. 10).

Essa afirmação demonstra certa preocupação com a necessidade de disponibilizar à população tais áreas de interação social, todavia, sua implementação é dependente de projetos e aprovações que nem sempre andam junto com o crescimento urbano. Apesar disso, foram desenvolvidas diretrizes que visavam a exploração do potencial paisagístico do município; implantação de novos e a adequação de espaço públicos para tornarem-se multifuncionais e apropriados às diferentes faixas etárias; implantação de redes de parques urbanos e rurais com a finalidade de garantir a preservação do patrimônio paisagístico e o incentivo ao aumento e à melhoria das condições de instalação das ruas de lazer.

Dessas propostas, apenas a rua de lazer vem ganhando espaço, com diferentes mobiliários disponibilizados à população aos domingos (Imagem 36). Os parques lineares não passaram de propostas até o momento ou resumem-se a áreas com pista de caminhada com pouca ou nenhuma estrutura e mobiliário urbano (Imagem 37). Muitos dos espaços livres públicos estão abandonados, com baixa e nenhuma manutenção, conseqüentemente são menos procurados pelos usuários que tendem a se deslocar para espaços privados como recreativas, clubes e *shopping centers* (Imagem 38).

A qualificação do **Ambiente Natural** caminhou no sentido de promover a preservação da **biodiversidade e da paisagem natural**. Assim, as diretrizes que envolveram esse processo passaram pela definição das áreas ambientalmente frágeis, pela preservação de corredores de biodiversidade nas áreas urbana e rural; ao controle da expansão urbana (pouco efetiva nas décadas de 1960 a 1980); a preservação de ecossistemas como manguezais, restingas, morros, mata atlântica, encostas e áreas de inundações. Algumas dessas ações possuem respaldo em legislação federal (como a preservação de ecossistemas) e logo foram implantadas e determinadas, outras dependiam de legislação local que necessitou de longo processo até a aprovação e posterior efetivação, como é o caso da necessidade de controle da expansão urbana.

Imagem 36 – Fotos Rua de Lazer no domingo.



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Imagem 37 - “Praça linear” Vice Prefeito Luiz Carlos Garcia no Costa e Silva.



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Imagem 38 – Fotos das Recreativas da Embraco e da Tigre



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Imagem 39 – Fotos do Shopping Muller – localizado no bairro Centro.



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Partindo-se para a qualificação do **Ambiente Construído** tinha-se como objetivo garantir a otimização do uso da infraestrutura básica, dos equipamentos e serviços públicos, bem como disciplinar o uso do espaço público, a comunicação visual e a preservação do patrimônio cultural. Assim, foram previstas diretrizes de adensamento urbano nos vetores de forte presença de infraestrutura correspondente a área urbana de adensamento prioritário (mapa de macrozoneamento de 2010 – apêndice E), indução à ocupação de vazios urbanos (através da Lei de Indução do Desenvolvimento Sustentável<sup>62</sup>); incentivo à utilização dos espaços públicos<sup>63</sup> e a promoção de padrões urbanísticos (pouco visível na cidade).

Observa-se que o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville estava bem estruturado no que diz respeito a legislação e seus respaldos legais. Todavia, por ser um plano bastante diferente do implantado em 1973 e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, ainda passaria por um processo de implantação.

Em um período de nove anos (2008-2017), algumas das diretrizes foram implantadas (as mais urgentes) e outras foram deixadas em segundo plano. Assim, priorizou-se o controle da expansão urbana, o adensamento de áreas prioritárias. Controlou-se a expansão em áreas de risco e em locais de conservação e preservação ambiental, assim como priorizou-se a reestruturação do sistema viário, com a inserção de binários

---

<sup>62</sup> Essa lei prevê: a utilização compulsória do solo urbano que não está edificado, está subutilizado ou não utilizado; o IPTU progressivo no tempo, majoração do imposto para aqueles imóveis não utilizados e que venham a caracterizar um processo de especulação imobiliária; e a desapropriação para fins de reforma urbana aplicando-se sansão ao proprietário de imóvel urbano, por não respeitar o princípio da função social da propriedade, nos termos da lei.

<sup>63</sup> Promoção de feiras, atividades culturais e festivais de dança em espaços livres públicos, em datas determinadas e organizadas por grupos particulares, poucos são os eventos organizados pela municipalidade.

para melhorar o fluxo trabalho-casa-trabalho em horários de pico. Porém foram relegados a um segundo plano questões relacionadas à qualificação dos espaços livres públicos (tanto ruas, quanto praças e parques), sendo que muitos dos locais encontram-se hoje abandonados, sem uso, sem infraestrutura e sem mobiliários urbanos. A paisagem urbana é desconectada e bastante heterogênea, sem áreas de transição da região central para os bairros, criando cenas urbanas descontínuas e ainda existem muitas áreas de vazios urbanos na região central que configuram locais de especulação imobiliária, por sua localização e edificações do entorno.

#### 5.6 LEI DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – LOT 2017

Após nove anos da aprovação do primeiro plano diretor de desenvolvimento sustentável de Joinville (em 2008), de muitas modificações na legislação de uso e ocupação do solo vigente desde aquela data, é aprovada a Lei de Ordenamento Territorial (LOT) com o intuito de reordenar o território e prever seu crescimento futuro. Essa lei é parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, ainda é consequência daquilo que foi previsto em 2008.

A LOT é fruto de audiências públicas realizadas por mais de um ano, nas quais empresários, poder público e uma pequena parte da população reuniam-se para discutir propostas para cada bairro da cidade – plano diretor participativo previsto pelo Estatuto da Cidade. Ela está baseada na estruturação e ordenamento do território, sendo que assim regulará: a divisão territorial; o parcelamento do solo e condomínio; o uso e a ocupação do solo. No tangente a esta pesquisa, focou-se nas disposições relacionadas aos espaços livres públicos.

Nesse sentido, a LOT define as áreas de lazer e recreação e espaços livres como aquelas destinadas às atividades prazerosas sejam elas de natureza física ou mental, podendo ser: públicas, destinadas à implantação de praças de esporte, parques ou similares; ou de uso comum condominial, destinadas à implantação de salão de festas, playground, quadras esportivas ou similares.

Entretanto, as disposições relacionadas a tais espaços são poucas e vagas. A lei de ordenamento territorial define que alguns setores deverão destinar um percentual de área para os espaços livres públicos, como por exemplo, o setor especial de interesse social que deverá prever áreas de lazer integrado ao tecido urbano, **sempre que possível e que houver viabilidade técnica**. Ou seja, no momento da regularização de áreas de invasão, ou mesmo da criação de novas áreas, essas poderão ser isentadas de destinação de gleba para espaços livres. A necessidade dessas áreas fica à mercê de diferentes pontos de vista, podendo ser justificada a sua ausência, o que abre espaço para a especulação imobiliária. O mesmo ocorre quando da proposição de parcelamentos de pequeno porte, que serão dispensados da reserva de áreas destinadas a equipamentos urbanos e/ou comunitários; todavia, a lei não define o que são parcelamentos de pequeno porte, ficando esse dimensionamento a cargo do interesse público ou do empreendedor.

Apesar disso, no anexo IV da Lei de Ordenamento Territorial, são definidos percentuais mínimos de destinação para áreas de lazer e recreação e espaços livres para uso público em novos loteamentos e parcelamentos, sendo estes de:

- 5% para as áreas urbanas de adensamento;
- 35% para as áreas urbanas de proteção ambiental; e



- 20% para a área rural de utilização controlada.

Novamente a municipalidade assume a necessidade de valorizar e disponibilizar à população espaços livres públicos. Todavia, fica evidente, a pouca preocupação com as questões relacionadas a esses espaços públicos, tais como a necessidade de interação, a caminhabilidade, a diversidade de usos e consequente diversidade de pessoas, e a vitalidade da cidade, ou mesmo as formas de implantação (que acabam não acontecendo). A nova lei de ordenamento territorial não demonstra, de forma gráfica (através de mapas ou esquemas) onde poderiam ser criadas ou destinadas áreas para espaços livres de uso público de praças e parques. Além disso, deixa a critério dos interesses da municipalidade e dos investidores a criação ou não de espaços livres públicos em loteamentos novos, o que pode ter um viés econômico, ou seja, o empreendedor pode justificar a falta de necessidade de um espaço livre público por interesse comercial, pois assim possuirá mais áreas para comercializar.

Percebe-se, então, certo descaso no que tange às questões relacionadas à implantação e/ou definição de locais potencialmente receptivos de espaços livres públicos, não só de praças, mas toda a gama de espaços livres que compõem a urbe, como ruas e largos. A literatura abordada no capítulo 2 evidenciou a necessidade de se criar áreas vivas na cidade, que permitam a interação entre os indivíduos, que sejam amigáveis, que permitam a diversidade de usos e de indivíduos a fim de produzir um espaço urbano coerente, com movimento, vitalidade e consequente urbanidade. Elementos esses que parecem esquecidos pelo plano diretor de desenvolvimento sustentável no momento em que o analisamos de forma mais aprofundada.





## CAPÍTULO 6 ELPS NA EVOLUÇÃO URBANA DE JOINVILLE

- 6.1 O CRESCIMENTO URBANO E OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
- 6.2 OS ELP DE PRAÇA NA JOINVILLE DE HOJE

SILVA, C. S. Hotel Tannenhoff, 2015.



## 6 OS ELPS NA EVOLUÇÃO URBANA DE JOINVILLE

Os estudos e levantamentos realizados até o momento deixam evidente a pouca oferta de espaços livres públicos de praça na cidade de Joinville, bem como sua baixa utilização, seja por questões relacionadas à cultura local (incorporada no imaginário popular – “cultura alemã do trabalho”) e pela despreocupação da municipalidade com tais espaços. Seja pela existência e preferência da população por outros tipos de espaços livres públicos (parques, largos, ruas de pedestres) ou privados de uso público (*shoppings*, recreativas, clubes) que podem ter suprido a necessidade dos indivíduos para encontros e atividades ao ar livre, assim como a interação social também pode ser assistida por espaços fechados, privados ou não.

Busca-se, aqui, responder o mote inicial desta pesquisa no que se refere a pouca utilização dos espaços livres públicos de praças, procurou-se aproximar o estudo às questões relacionadas à quantidade de espaços disponíveis, a sua localização na malha urbana e à qualidade desses espaços na contemporaneidade.

Os subsídios para essa análise envolveram os levantamentos realizados *in loco* e a apreciação de imagens da malha urbana da cidade, observando-se a localização, dimensão e forma de utilização de tais espaços desde o surgimento da Colônia. Obviamente, o uso dos espaços mais antigos da cidade foi determinado através de pesquisa em teses, dissertações e artigos de jornais que evidenciavam a forma de utilização deles. Caminhando para os dias atuais, fez-se um levantamento de todos os espaços livres públicos de praça e parque de Joinville, identificando-se quais, dentre aqueles cadastrados pela prefeitura, podem ser considerados efetivamente praças (pelo seu uso, pela existência de

mobiliários ou equipamentos públicos e pelo seu estado de conservação), bem como observando sua relação com o entorno.

Isso propiciou maior compreensão da dinâmica urbana de usos desses ambientes, da localização de centralidades urbanas – locais que vêm se desenvolvendo mais a partir da década de 1965 (como foi evidenciado pelos estudos urbanos da SERETE em 1965) -, bem como a identificação da relação dessas áreas livres públicas de praça com seus entornos imediatos.

## 6.1 O CRESCIMENTO URBANO E OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Nesta seção, far-se-á uma breve retomada do exposto anteriormente, com a intenção de apontar os pontos mais importantes às análises que serão realizadas a seguir.

Como já mencionado, os planos diretores de desenvolvimento de Joinville<sup>64</sup>, ao tratarem da necessidade/destinação de áreas para espaços livres públicos, eram pouco enfáticos no que se referia ao tipo de espaço, à área necessária e aos locais de implantação desses lugares. Mais do que isso, mesmo antes dos primeiros estudos urbanos, era notória a pouca relação existente entre os moradores da cidade e os espaços livres públicos, sendo esses preteridos em relação aos clubes e recreativas, como ficou evidente no levantamento sociocultural realizado através de pesquisas em teses e livros de historiadores locais.

---

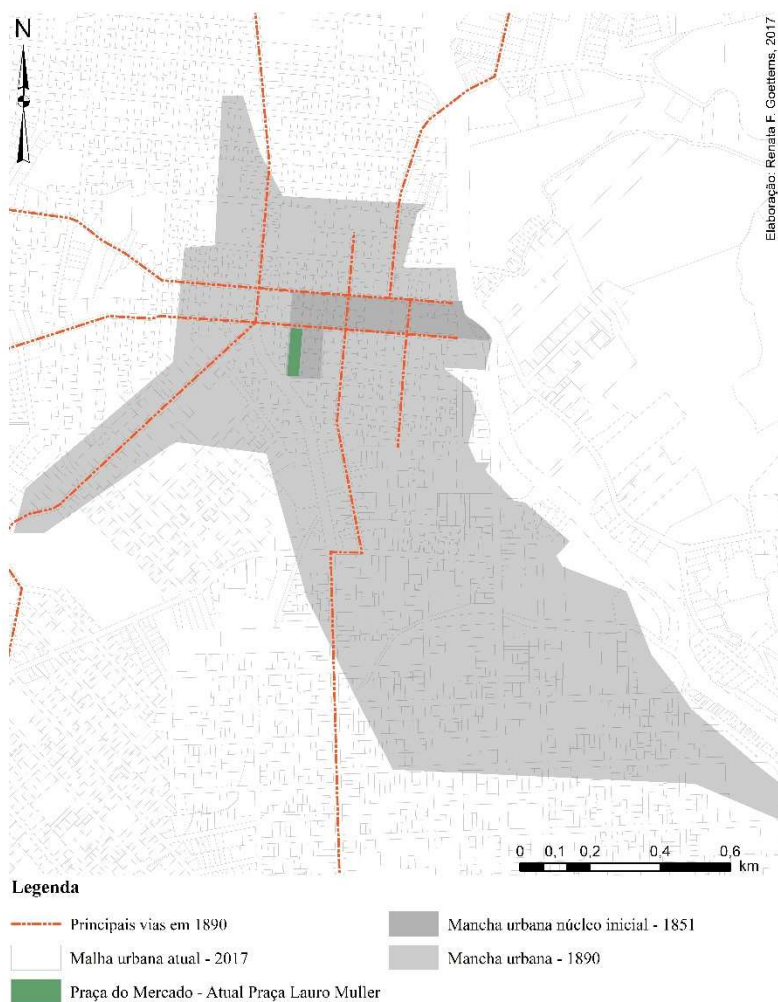
<sup>64</sup> As preocupações com os espaços urbanos tomam forma com o primeiro estudo realizado em 1965, que deu suporte para o primeiro plano diretor de 1973.

Por meio de levantamento com base nos dados disponibilizados pelo IPPUJ<sup>65</sup> juntamente com informações do arquivo histórico da cidade e pesquisas de historiadores, foi possível mapear as praças existentes, desde 1897, quando é criada a primeira praça, a atual Praça Lauro Muller, antiga praça do mercado, criada quase cinquenta anos após a formação da colônia.

---

<sup>65</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, atual SEPUD, Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento de Joinville.

Imagem 40 – Manchas urbanas de 1851 e 1890, sobre malha urbana atual, com demarcação da primeira praça – Praça do Mercado, atual Praça Lauro Muller de 1897.



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**PRAÇA LAURO MULLER  
E SUA LOCALIZAÇÃO FRENTE  
AS PRINCIPAIS VIAS DE  
DESLOCAMENTO DE 1890**

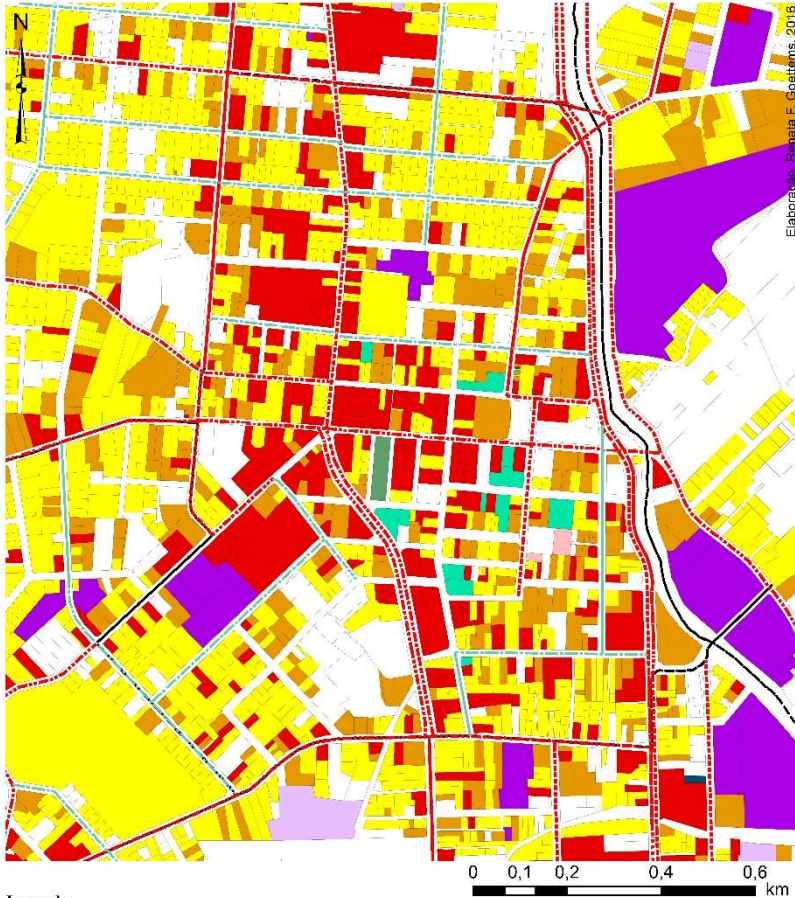
Fonte: Dados disponibilizados pelo IPPUJ, tratados pela autora 2017.



Essa primeira praça estava localizada junto a principal via da Colônia daquela época (a atual Rua Nove de Março), localizada junto a primeira área de comércio local, como evidenciou Peluso Jr. (1956). O autor destaca que as ocupações de origem germânica se preocupavam em organizar a pequena vila em torno de uma região de comércio, diferente das ocupações de origem portuguesa que organizavam as vilas em torno de uma praça que destacava o centro religioso. Foi concebida inicialmente como praça de mercado, mas alguns anos depois, transformou-se em Jardim Público, onde alguns indivíduos (ao menos os mais abastados) poderia praticar o *footing*, ou passeio do final de semana. Atualmente, ela faz parte da região do bairro centro, rodeada por uma área mista com usos principalmente de comércio, serviço e residências e com acesso por uma via secundária (Rua Nove de Março) de fluxo intenso e por vias de trânsito local de baixo fluxo (Imagem 41).

No mesmo ritmo dos primeiros cinquenta anos de formação da colônia, os cinquenta anos seguintes não foram muito diferentes no que tange à criação de espaços livres públicos de praça. Segundo Ternes (1993), cem anos após a fundação da colônia de Dona Francisca, em 1951, existiam já na cidade de Joinville, quatro praças, sendo que a grande maioria delas estava localizada na região central e núcleo histórico local. Ao que tudo indica, segundo os historiadores locais, essas praças eram elementos de “embelezamento” da cidade, locais onde as pessoas pouco permaneciam para a contemplação, para os eventuais encontros sociais ou para o lazer, sendo essas atividades desenvolvidas com maior intensidade nas recreativas, clubes ou associações.

Imagem 41 –Praça Lauro Muller com seu entorno imediato no ano de 2017.



### Legenda

#### Eixos principais de mobilidade 2017

--- PRINCIPAL EXISTENTE

--- SECUNDARIO EXISTENTE

Malha urbana atual - 2017

■ Praça do Mercado - Atual Praça Lauro Muller

■ residencial	■ ensino
■ comercial	■ cultura
■ serviços	■ saúde
■ industrial	■ financeiro
■ religioso	



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### PRAÇA LAURO MULLER E SEU ENTORNO IMEDIATO COM PRINCIPAIS EIXOS DE MOBILIDADE - 2017

Fonte: Dados disponibilizados pelo IPPUJ, tratados pela autora 2017.

Com o crescimento econômico (entre as décadas de 1950 e 1970, com a consolidação da indústria metalomecânica), Joinville também presenciou um momento de expansão urbana, passando de uma área de aproximadamente 14km<sup>2</sup> em 1950 para uma área de aproximadamente 35km<sup>2</sup> em 1966 (Imagem 43). Um aumento no território urbano de 150%, que ocorreu a norte, oeste e sul.

Entretanto, esse aumento territorial, em um espaço curto de tempo, não privilegiou o devido planejamento. Loteamentos foram criados sem a infraestrutura necessária e problemas de saneamento eram constantes. A cidade cresceu desordenadamente, criando muitas discontinuidades na paisagem urbana (como pontuou o estudo de 1983), a área construída era bastante espaçada e, conseqüentemente, possuía baixa densidade populacional (que se mantém até hoje). Cabia à municipalidade tentar solucionar os problemas causados por essa expansão urbana não planejada, e por consequência, a ênfase dessas soluções estavam voltadas para a infraestrutura de saneamento básico e de mobilidade urbana, dando-se pouca ou nenhuma ênfase à criação de espaços livres públicos para o encontro da população.

A Imagem 43, apresenta o crescimento urbano de Joinville entre os anos de 1950 e 1966, juntamente com os espaços livres públicos de praças criados até a década de 1967. Ao analisar os dados obtidos no site do IPPUJ em sua publicação “espaços públicos de lazer de Joinville”, de 2013, percebeu-se que muitas das praças identificadas pelo Instituto não possuíam data de criação em forma de lei (e foram denominadas como “sem ano de criação”), o que leva a crer que esses espaços livres foram criados pela própria população, partindo da necessidade de possuir espaços livres público para o lazer, o estar, o encontro, a interação, a

contemplanção, ou seja, para todas as atividades que animam o bairro e a cidade; e que posteriormente foram assumidos pelo poder público como áreas de praça, sendo alvos de pequenas reestruturações ao longo dos anos. Essas áreas, concentram-se nas manchas de crescimento das décadas de 1960 até 1980, principalmente.

Se observada com maior atenção a Imagem 43, se perceberá que os espaços livres públicos de praças estão distribuídos na malha urbana de forma bastante dispersa, com pouca ou nenhuma integração com seu entorno imediato. Com raras exceções, nota-se que esses espaços estão junto aos eixos principais (vermelho) e secundários (azul) de mobilidade da cidade. Esses eixos de mobilidade são os mesmos definidos pelo plano de 1973, direcionando o crescimento urbano no sentido norte-sul e se mantêm até os dias atuais como vias estruturadoras dos fluxos na cidade.

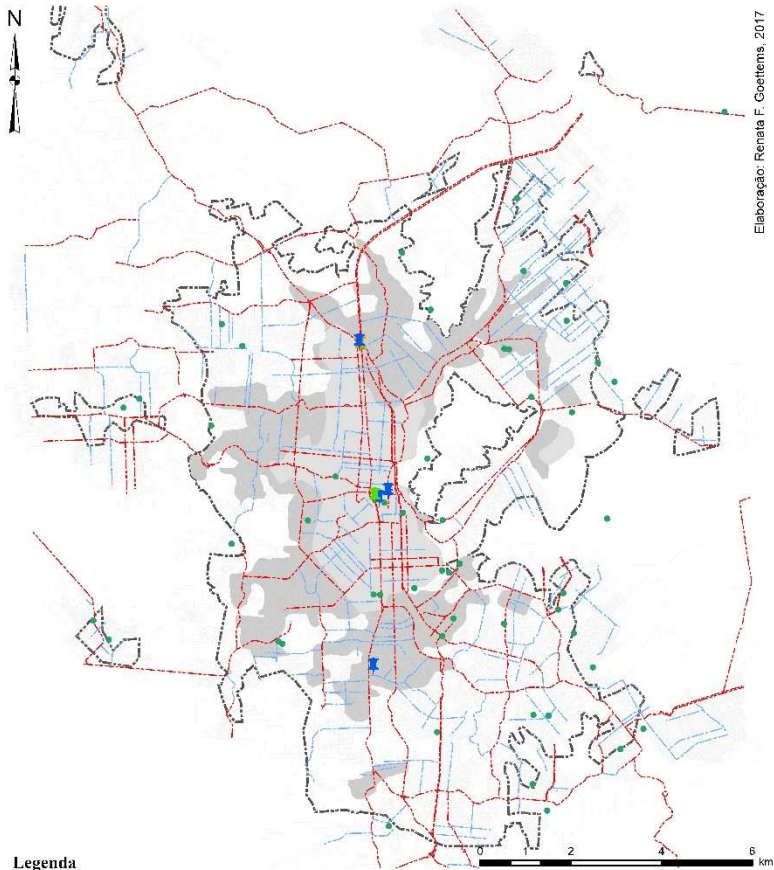
Observa-se ainda que a concentração de espaços livres públicos em torno dos eixos poderia garantir maior acesso e visibilidade a esses locais, pois é junto a esses eixos estruturadores que, nos dias atuais, estão se desenvolvendo as pequenas centralidades de bairro, com a oferta de comércios e serviços antes só encontrados na área central de Joinville. Todavia, essa localização pode inibir o uso dessas áreas de socialização pelo fato de existir um fluxo intenso de veículos ao longo das vias estruturadoras.

Imagem 42 – Casas precárias em áreas inadequadas (mangues) – processo de ocupação da periferia de Joinville entre as décadas de 1970 e 1980.



Fonte: Ternes (1993, p. 183).

Imagem 43 – Mancha de crescimento urbano entre as décadas de 1950 e 1966. Crescimento acelerado nas direções norte, oeste e sul da cidade. Localização das praças existentes até 1967.



Elaboração: Renata F. Goettems, 2017

#### Legenda

	Malha urbana atual - 2017	<b>Ano de criação das praças</b>	
	Mancha urbana - 1950		Sem ano de criação
	Mancha urbana - 1966		1897
	Perímetro urbano - 1985		1957
			1967



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**MANCHA DE CRESCIMENTO  
URBANO ENTRE AS  
DÉCADAS DE 1950 E 1966  
COM OS PRINCIPAIS EIXOS DE MOBILIDADE  
E A LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS ATÉ  
A DÉCADA DE 1967**

Fonte: Dados fornecidos pelo IPPUJ, tratados pela autora, 2017

Ainda no que se refere ao crescimento de Joinville, e não diferente do que ocorreu em 1960, a cidade sofreu novas mudanças estruturais na década de 1980 (em seu segundo período migratório intenso – crise econômica no Brasil, onde via-se na indústria uma forma de manter-se ativo e empregado). Novamente, a cidade sofreu com uma expansão urbana desordenada, apesar de já existirem planos diretores que norteassem o desenvolvimento da cidade (plano de 1973); a infraestrutura era precária nos novos loteamentos, e conseqüentemente, a atenção da municipalidade voltava-se novamente à necessidade de sanear e de garantir uma infraestrutura básica às áreas periféricas; deixando, mais uma vez, de lado propostas de inserção de espaços livres públicos na malha urbana da cidade, o que pode ter interferido nas formas de utilização do espaço urbano e, como consequência, na vitalidade urbana.

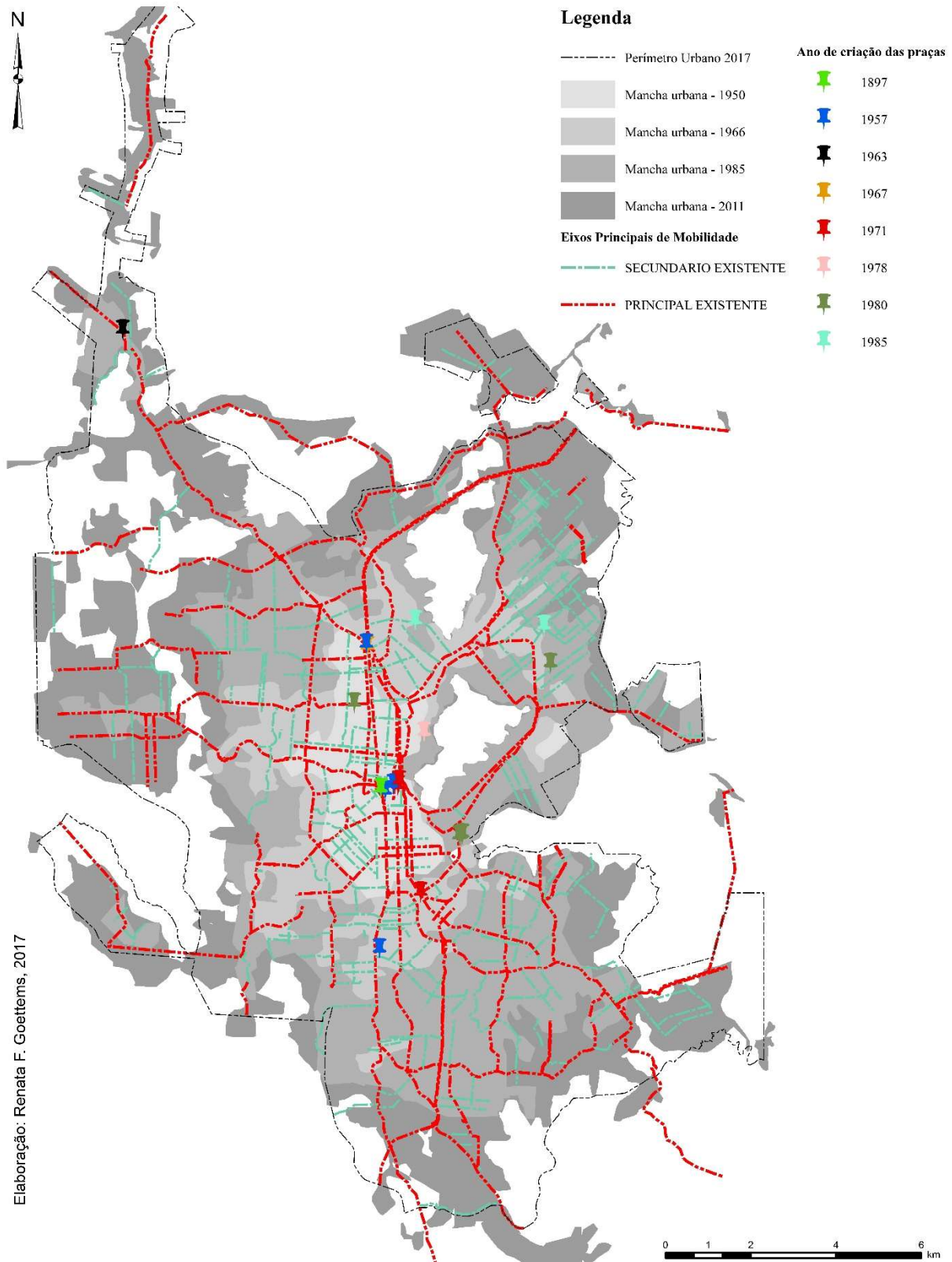
É a partir da década de 1980, até os dias atuais, que se percebe uma redução na taxa de crescimento da área urbana de Joinville se comparada às décadas anteriores (Imagem 44). De 1985 a 2011, o crescimento foi de aproximadamente 83%, bem abaixo dos 181% de crescimento entre as décadas de 1966 e 1985. Essa expansão, de certa forma moderada, está permitindo que o poder público leve infraestrutura básica (água, luz, esgoto) para as áreas mais afastadas da cidade, apesar dela ainda se configurar um problema nas regiões mais periféricas. Além disso, abre-se possibilidades para propostas de criação de um sistema de espaços livres públicos para a cidade, permitindo a criação e a sustentação de uma vida urbana ativa, com a interação entre os indivíduos, com os encontros, trocas sociais, momentos de lazer, contemplação, dentre outras atividades sociais que compõem e animam a urbe.

Todavia, se pensarmos que, há mais de cinquenta anos, existem planos diretores que ajudam a nortear o crescimento urbano de Joinville, e que esses planos contemplam, minimamente, a criação e manutenção de espaços livres públicos de praça/parques urbanos, podemos questionar a pouca ênfase dada a esses ambientes na cidade.

Nesse sentido, e analisando a forma como Joinville está estruturada, a seção a seguir preocupa-se em evidenciar como os espaços livres públicos de praça de Joinville se relacionam com seus entornos imediatos, como se relacionam com outros espaços de encontro (*shoppings*, recreativas, associações), qual sua localização perante o sistema viário, aos usos da cidade (residencial, comercial, industrial, etc.), quais são suas áreas de alcance/abrangência, como está sua conservação e quais podem ser efetivamente considerados praças ou parques, considerando-se os critérios de apropriação social que correspondem ao lazer, recreação, contemplação, interação, ou seja, a urbanidade.



Imagem 44 – Mancha de crescimento urbano entre as décadas de 1950 e 1966. Crescimento acelerado nas direções norte, oeste e sul da cidade. Localização das praças existentes até 1967.



Elaboração: Renata F. Goettems, 2017



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### MANCHA DE CRESCIMENTO URBANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 2011 COM LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS VIAS E PRAÇAS NESSE PERÍODO

Fonte: Dados fornecidos pelo IPPUJ, tratados pela autora, 2017.



## 6.2 OS ELPS DE PRAÇA NA JOINVILLE DE HOJE

A partir do exposto anteriormente, buscou-se verificar, dentre os espaços livres públicos reconhecidos como praças pela municipalidade, as características quanto ao uso, quanto aos mobiliários disponíveis para uso e apropriação, quanto a sua localização (em relação a malha viária e em relação ao seu entorno), quanto a sua relação com o entorno imediato e sua abrangência em relação ao bairro e à cidade.

Ao se analisar as questões relacionadas ao uso desses espaços, observou-se a existência de uma grande quantidade de espaços livres que a municipalidade considera praça, e que, se observados atentamente, podem ser considerados apenas remanescente de sistema viário. Das 130 praças encontradas na malha urbana de Joinville e identificadas pela Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento como tais, 20 podem ser considerados como parte integrante do sistema viário, ou seja, 15,39% do total de praças não as são realmente.

Esses espaços são caracterizados por estarem, em sua maioria, limitados por vias de grande fluxo, comporem áreas de rotatórias, não possuem equipamentos nem mobiliários urbanos, serem cobertos por vegetação rasteira (grama na maioria das vezes) e possuem área variando entre 124m<sup>2</sup> e 2.605m<sup>2</sup>. Única exceção em relação ao tamanho e ao uso é a “praça” de acesso ao aeroporto de Joinville, que possui uma área de 9.141m<sup>2</sup>, que atualmente são destinados a estacionamento, restando uma pequena porção com área gramada junto ao acesso principal do aeroporto. Todos esses espaços estão distribuídos de forma aleatória na malha urbana, concentrando-se, em sua grande maioria, junto aos principais eixos de mobilidade de Joinville, como pode ser observada na Imagem 45. Assim como, concentram-se em setores censitários de baixa

densidade demográfica e com renda média mensal acima de quatro salário mínimos.

Em adição, encontrou-se espaços cadastrados pela municipalidade como praças, mas que podem ser considerados espaços livres públicos baldios, contrariando o que identifica a Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento. Em um somatório de 19, esses locais correspondem a 14,61% do total de espaços livres públicos de praças que, se somados às áreas remanescentes de sistema viário, totalizam 30% das áreas de praça que não são efetivamente praças. São espaços livres públicos que não possuem qualquer infraestrutura, mobiliários ou equipamento urbano. Apesar disso, podem cumprir um papel de criar perspectivas, ou mesmo de possibilitar um alívio visual em meio aos edifícios, mas não podem ser considerados como praças no sentido de espaço de encontro, de socialização, de interação.

Essas áreas, muitas vezes, são terrenos abandonados, que estão servindo como depósito de lixo. Pode-se dizer que fazem parte dos vazios urbanos, sem uso, sem manutenção. Concentram-se nos bairros periféricos de média densidade (em sua grande maioria) variando entre 30 hab/ha e 60 hab/ha (Imagem 46) e onde a população possui uma renda média mensal de aproximadamente três salários mínimos (Imagem 47). Ou seja, concentrando-se em setores censitários de média densidade demográfica e baixa renda, o que poderia justificar o investimento nesses locais a fim de torná-los espaços propícios ao encontro da população, ao lazer, à contemplação, aos movimentos cívicos e todas as atividades de socialização admissíveis. Ainda é possível visualizar, na Imagem 47, que as áreas livres públicas baldias estão, quase que em sua totalidade, localizadas em áreas predominantemente residenciais, fato que poderia

atrair pessoas para a utilização desses espaços, principalmente em finais de semana, propiciando encontros e interações entre os moradores da rua ou do bairro.

A esse respeito, Vogel e Mello (2017) evidenciam que a população detentora de menor renda tende a apropriar-se e necessitar mais de espaços livres públicos. Em seus estudos, o foco voltava-se para a rua enquanto mediadora das interações sociais entre vizinhos e entre pessoas que circulavam no bairro. A rua conectaria então a outros elementos do bairro, tais como o bar, a chácara, o restaurante e manteria as relações sociais entre os moradores. Já nos espaços planejados, em condomínios, a rua perderia esse papel, e a setorização inibiria a utilização dos espaços públicos. Ainda mais, os estudos levam a crer que, ao oferecer áreas de lazer aos seus moradores, os condomínios manteriam na intimidade de seus espaços os indivíduos que potencialmente utilizariam a rua (crianças, adolescentes e idosos), inibindo o contato social entre classes diversas e diminuindo as possíveis relações que poderiam acontecer nesses espaços.

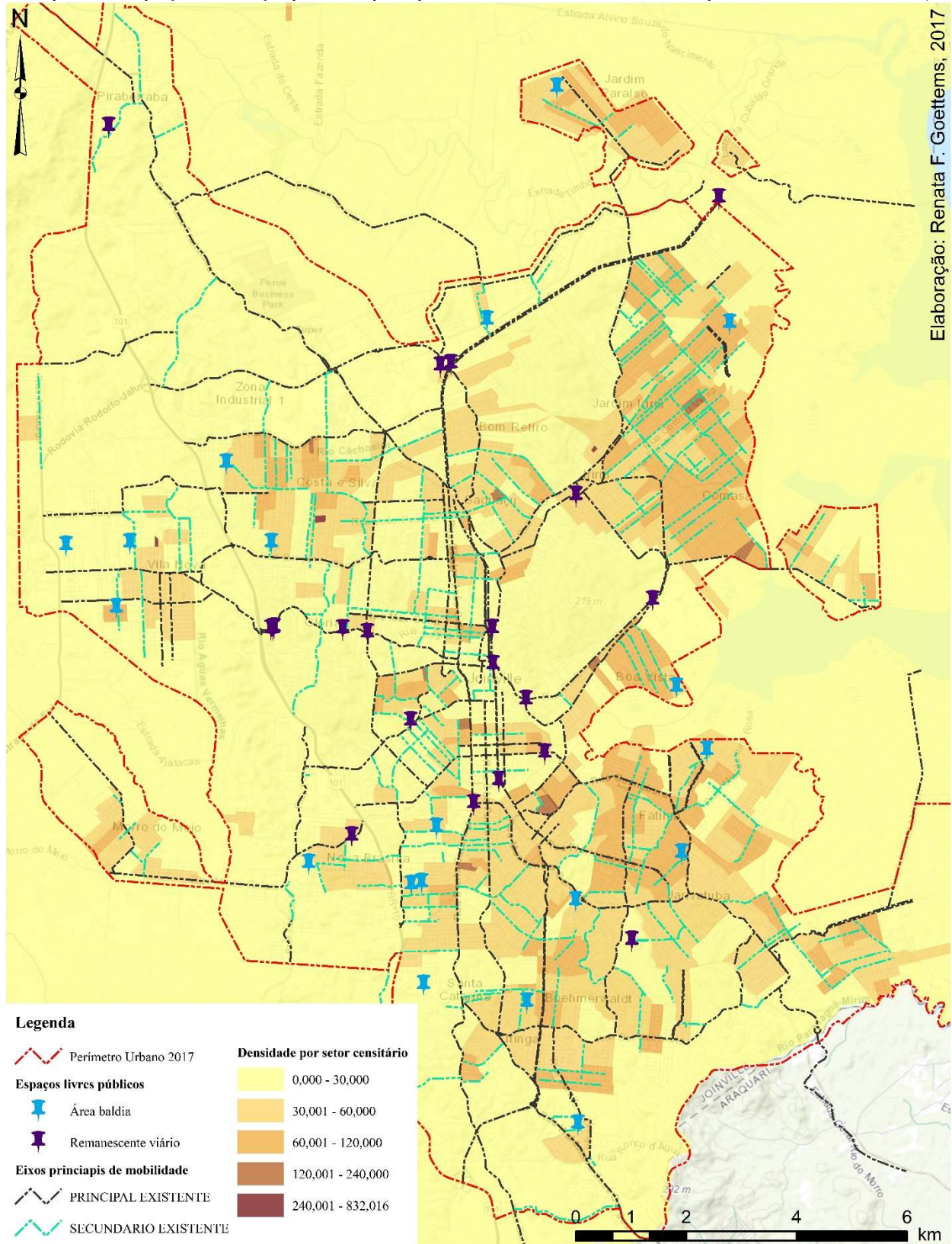
Ao que se refere a esta pesquisa, pode-se traçar um paralelo entre a rua e a praça, ambos espaços livres públicos que permitem a interação entre os habitantes da urbe. Aqui, a praça, no atual contexto, é um espaço baldio, sem uso, sem mobiliário, mas com potencial de apropriação. Potencial esse descrito por suas dimensões (possuem área suficiente para a criação de praças de vizinhança<sup>66</sup> - entre 300m<sup>2</sup> e 18.000m<sup>2</sup>); por sua localização na malha urbana (principalmente em regiões com grande densidade habitacional e baixa renda) e por estarem inseridas em áreas residenciais com proximidades de zonas de comércio e serviço, o que

---

<sup>66</sup> Áreas essas definidas por Cavalheiro e Del Piccha (1992), Escada (1992), Berke *et al* (2006 *apud* Saboya 2007), Era (2012), Alexander (2013), Gehl (2013), Era (2012).

pode intensificar o fluxo de pessoas na região, potencializando as interações sociais nesses locais.

Imagem 45 – Relação dos espaços baldios e das áreas de remanescente viário considerados pela municipalidade como espaços livres públicos de praça. Localização perante as principais vias de mobilidade e a densidade por setor censitário de 2010 (IBGE).

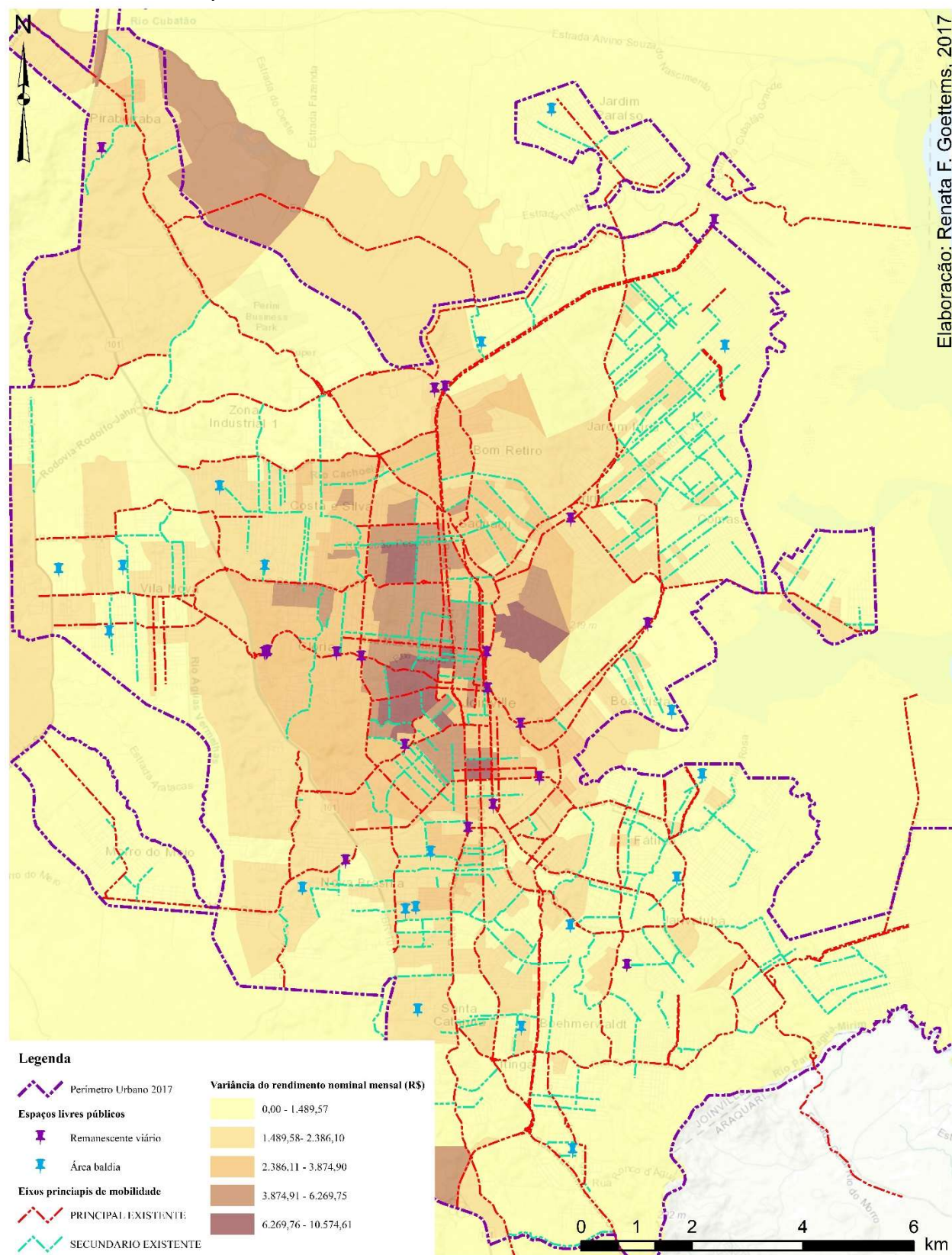


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**ÁREAS BALDIAS E  
REMANESCENTES VIÁRIOS  
SOBRE DENSIDADE DOS  
SETORES CENSITÁRIO DE 2010**

Fonte: Dados fornecidos pelo IPPUJ, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 46 - Localização dos espaços livres públicos baldios e de remanescente viário de Joinville relacionando-os ao rendimento médio mensal por setor censitário.



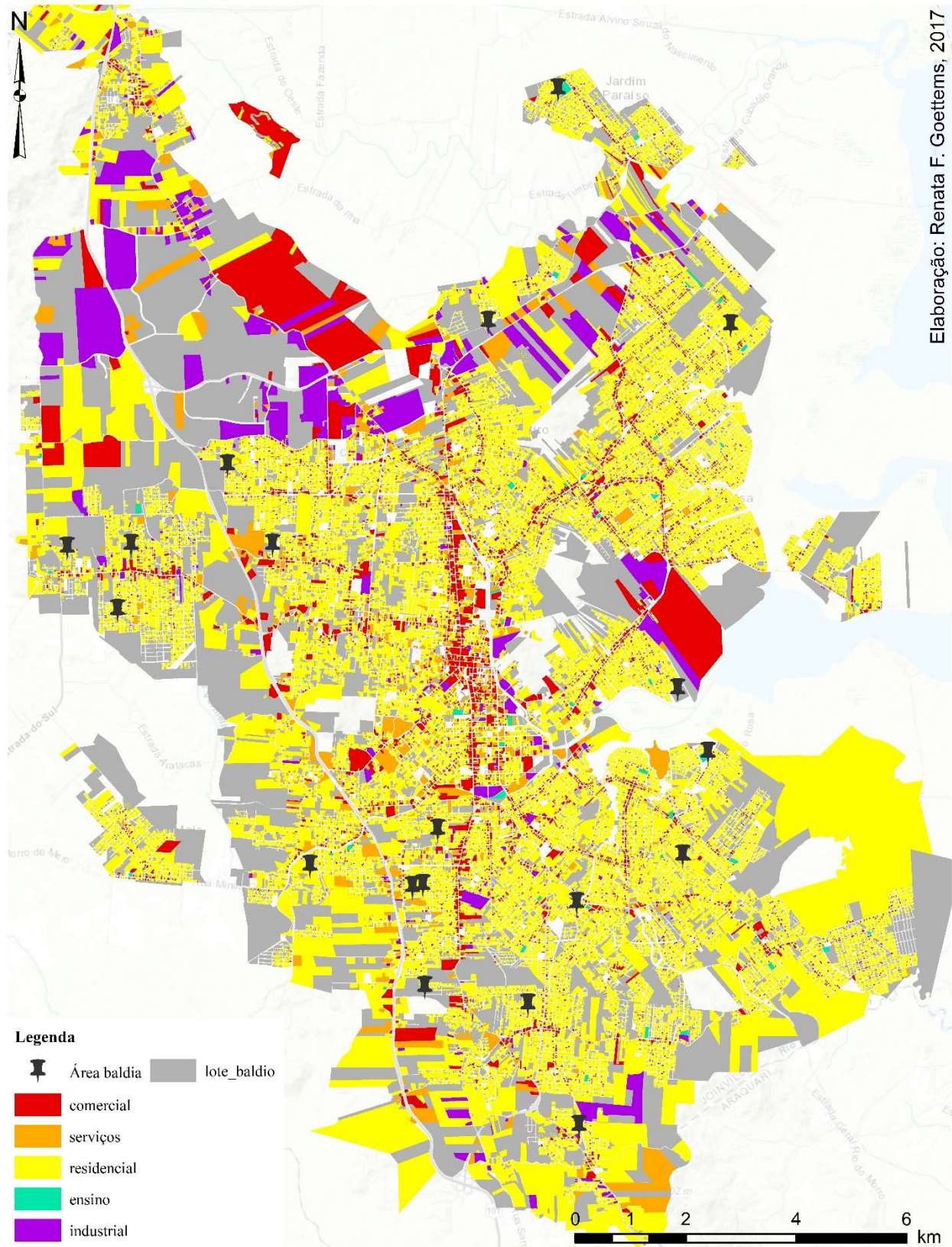
Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**ÁREAS BALDIAS E  
REMANESCENTES VIÁRIOS  
FRENTE AO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (R\$)  
POR SETOR CENSITÁRIO**

Fonte: Dados fornecidos pelo IPPUJ, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.



Imagem 47 – Localização dos espaços livres públicos baldios de Joinville relacionando-os ao seu entorno imediato e uso do solo urbano.

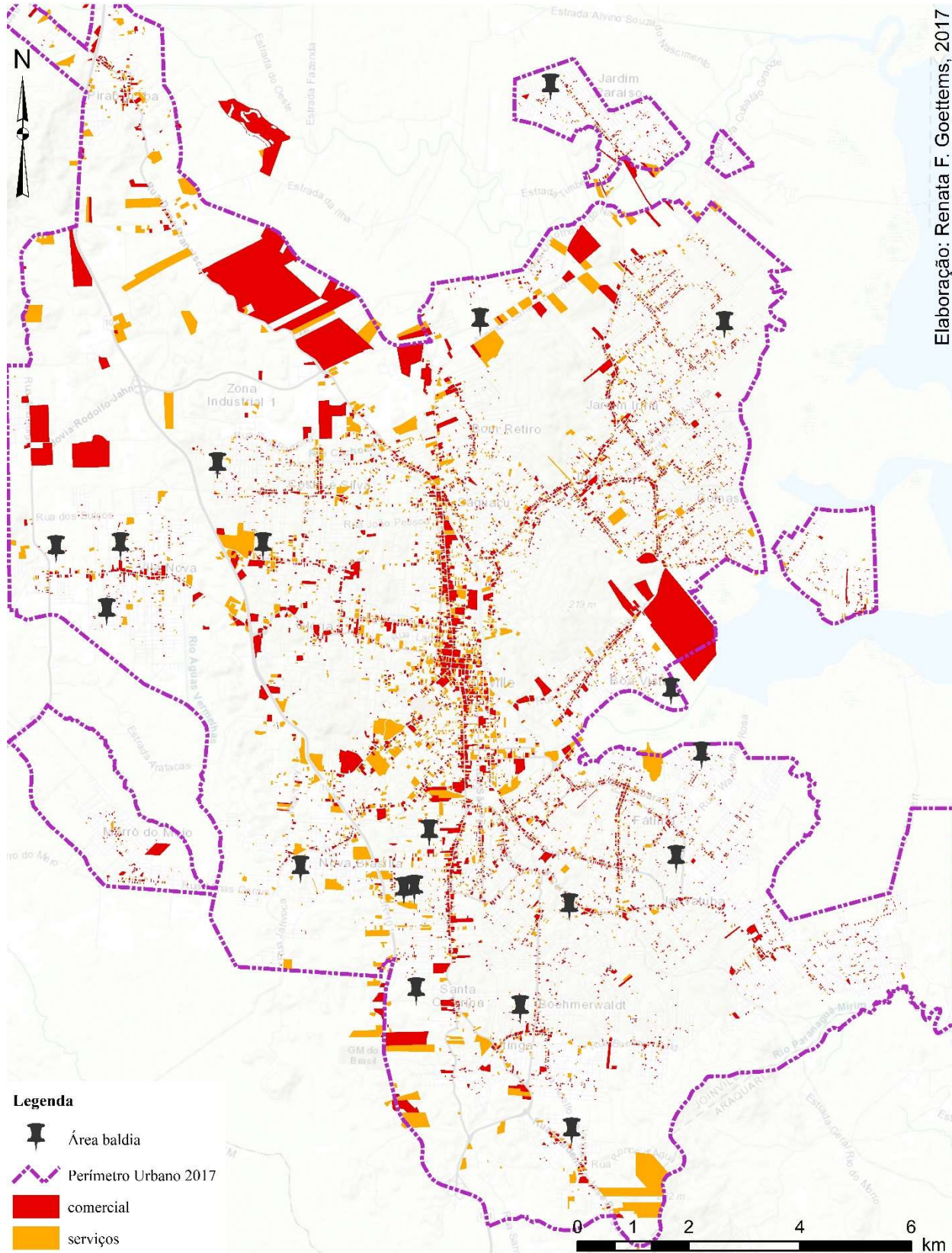


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS  
LIVRES PÚBLICOS BALDIOS FRENTE  
AO USO DO SOLO URBANO**

Fonte: Dados fornecidos pelo IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 48 – Localização dos Espaços Livres Públicos baldios frente ao uso do solo urbano com ênfase nos usos comerciais e de serviços.



Elaboração: Renata F. Goettems, 2017



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS  
LIVRES PÚBLICOS BALDIOS FRENTE  
AO USO DO SOLO URBANO - ÊNFASE PARA  
OS USOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS**

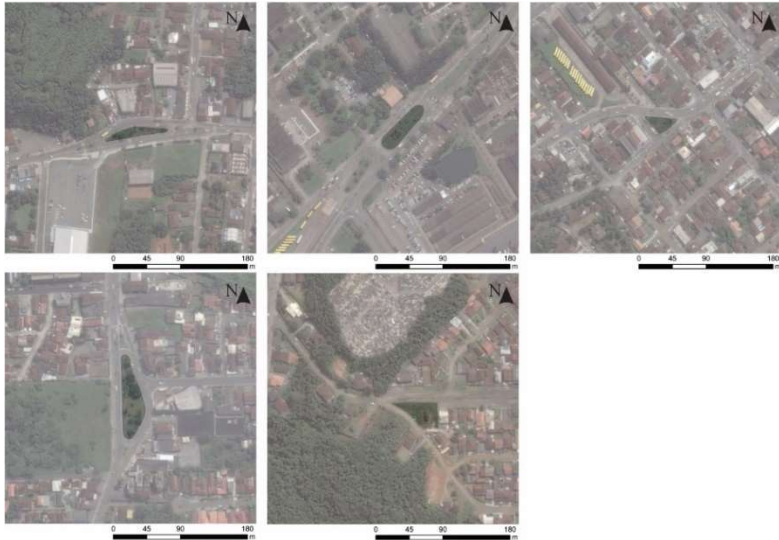
Fonte: Dados do IPPUJ, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 49 – Espaços livres públicos de remanescente viário. Evidências de localização junto a vias de grande fluxo (continua...).



Fonte: Imagem Google Earth, 2017, tratadas pela autora, 2017.

Imagem 50 – Espaços livres públicos de remanescente viário. Evidências de localização junto a vias de grande fluxo.



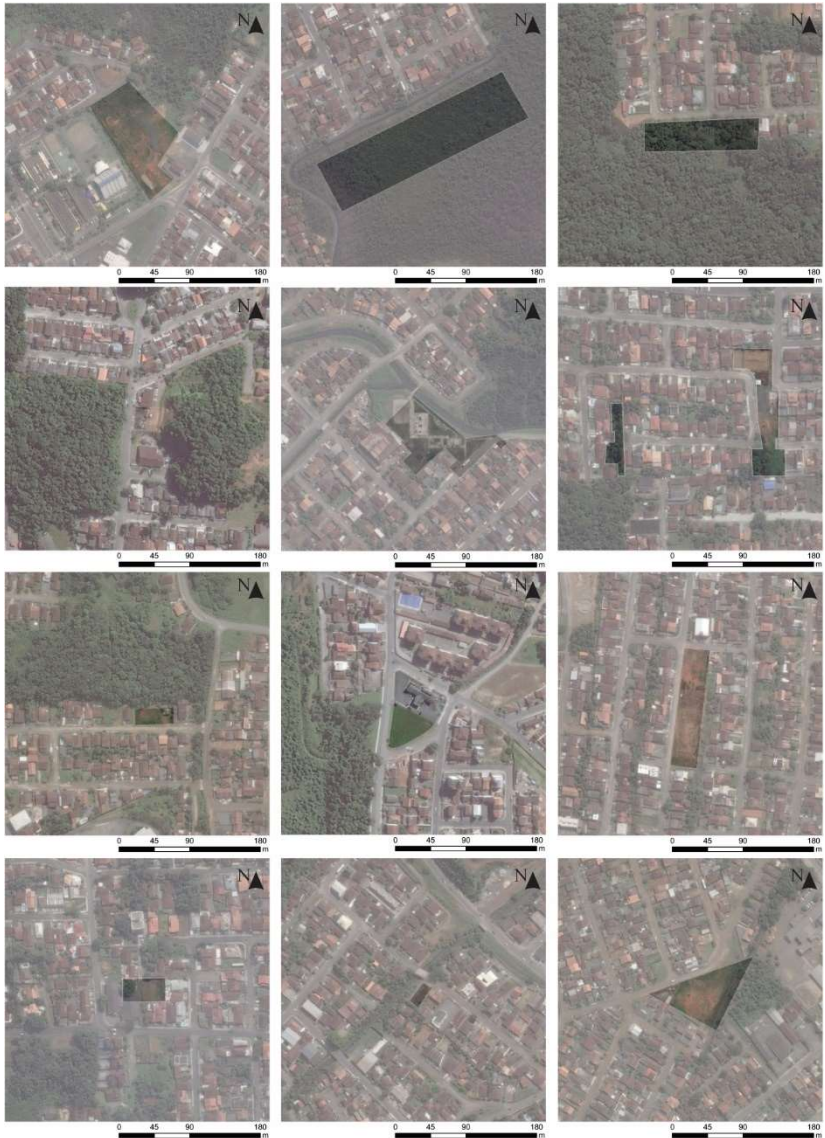
Fonte: Imagem Google Earth, 2017, tratadas pela autora, 2017.

Imagem 51 – Espaços livres públicos baldios. Evidências de localização a áreas predominantemente residenciais (continua...)



Fonte: Imagem Google Earth, 2017, tratadas pela autora, 2017.

Imagem 52 – Espaços livres públicos baldios. Evidências de localização a áreas predominantemente residenciais.



Fonte: Imagem Google Earth, 2017, tratadas pela autora, 2017.

Quanto aos outros 70% de espaços livres públicos de praça cadastrados na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento de Joinville, foram identificados 36 ambientes em espaços de remanescente viário, mas que possuem algum tipo de mobiliário ou equipamento para o uso da população, tais como: bancos e equipamentos de ginástica (circuito Unimed de saúde), ou ainda um pequeno espaço com balanço ou gangorra para as crianças.

Essas áreas localizam-se, em sua grande maioria, junto, ou muito próximas, aos principais eixos de mobilidade da cidade. Quando não são totalmente cercadas por vias de grande fluxo, possuem um de seus lados adjacente à área da quadra, configurando então espaços livres públicos de esquina (Imagem 53). Possuem dimensões variando entre 296m<sup>2</sup> a 10.623m<sup>2</sup>, sendo que a grande maioria dos espaços possui área entre 1.000m<sup>2</sup> e 4.000m<sup>2</sup>, dimensões essas que, segundo os padrões definidos por Alexander, Ishikawa e Silvertein (2013), corresponderiam a praças de vizinhança ou de bairro, possuindo um raio de atendimento de 250m a 500m.

No que pode ser observado quando se sobrepõe a localização dos espaços livres públicos em remanescente viário à variação da renda média mensal por setores censitários, não se identifica um padrão de distribuição desses espaços. Quando essa sobreposição se dá relacionada ao mapa de densidades por setor censitário, percebe-se maior concentração em região de média e alta densidades. Se observada sua distribuição na malha, nota-se que se encontram predominantemente inseridos nos eixos norte-sul e na porção leste do município. Já quando comparados ao uso do solo urbano, identifica-se um padrão na sua localização, sendo que a grande maioria dessas áreas está próxima ou junto a áreas de comércio e serviço,

a exceção de 5 ambientes ao sul que se encontram quase que exclusivamente em meio a residências.

Imagem 53 - ELPs em remanescente viário – demonstrando as formas encontradas. Superior, Praça Alídio Pohl, junto a Av. Hermann August Lepper. Ao centro, Praça Castelo Branco, junto a Av. Albano Schulz. Inferior, Praça Albano Schmidt, junto a Rua Prefeito Helmuth Fallgatter.

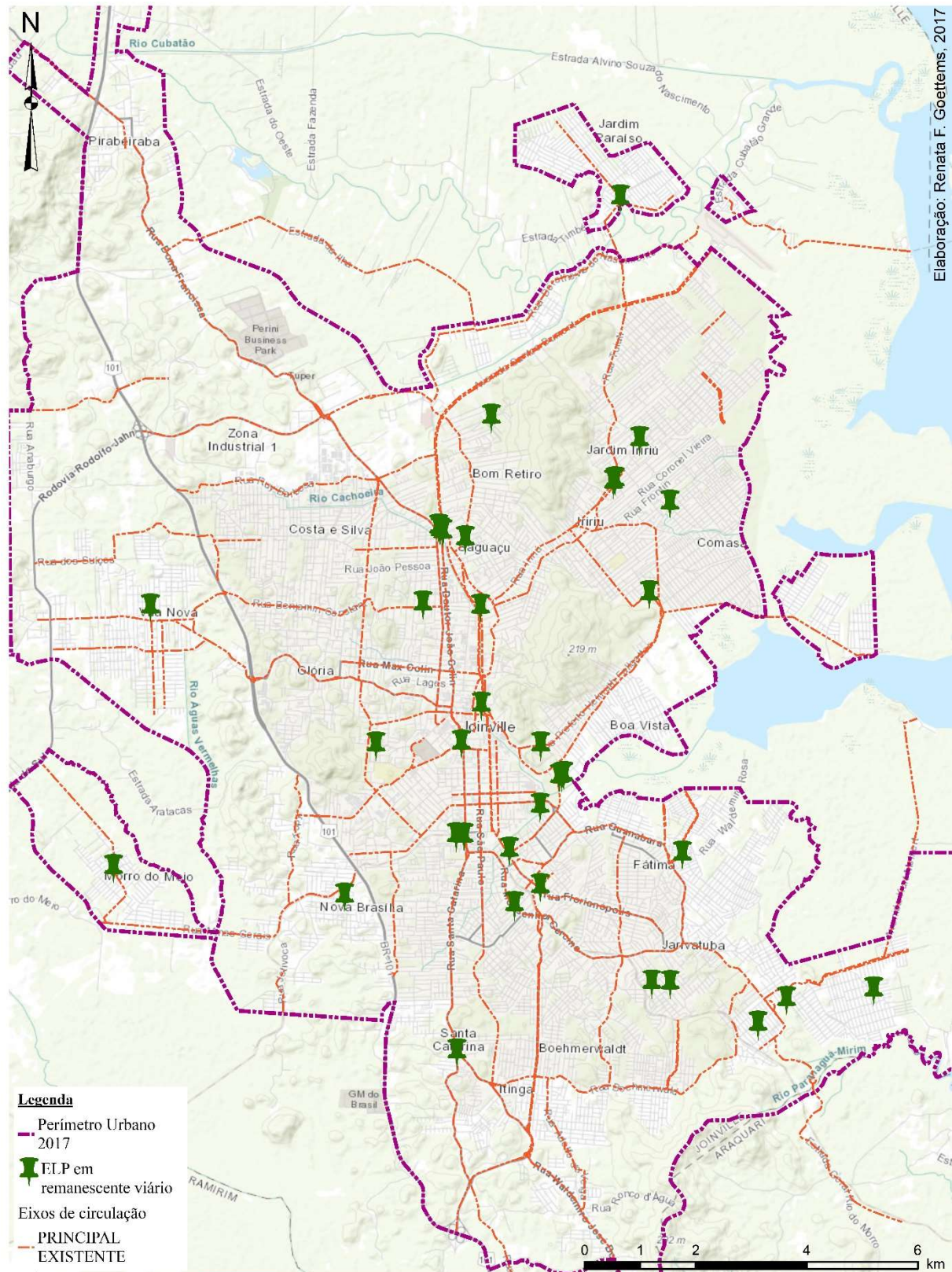


Fonte: Google Maps, tratado pela autora. Fotos: Autora, 2017.





Imagem 54 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente as principais vias de mobilidade de Joinville.

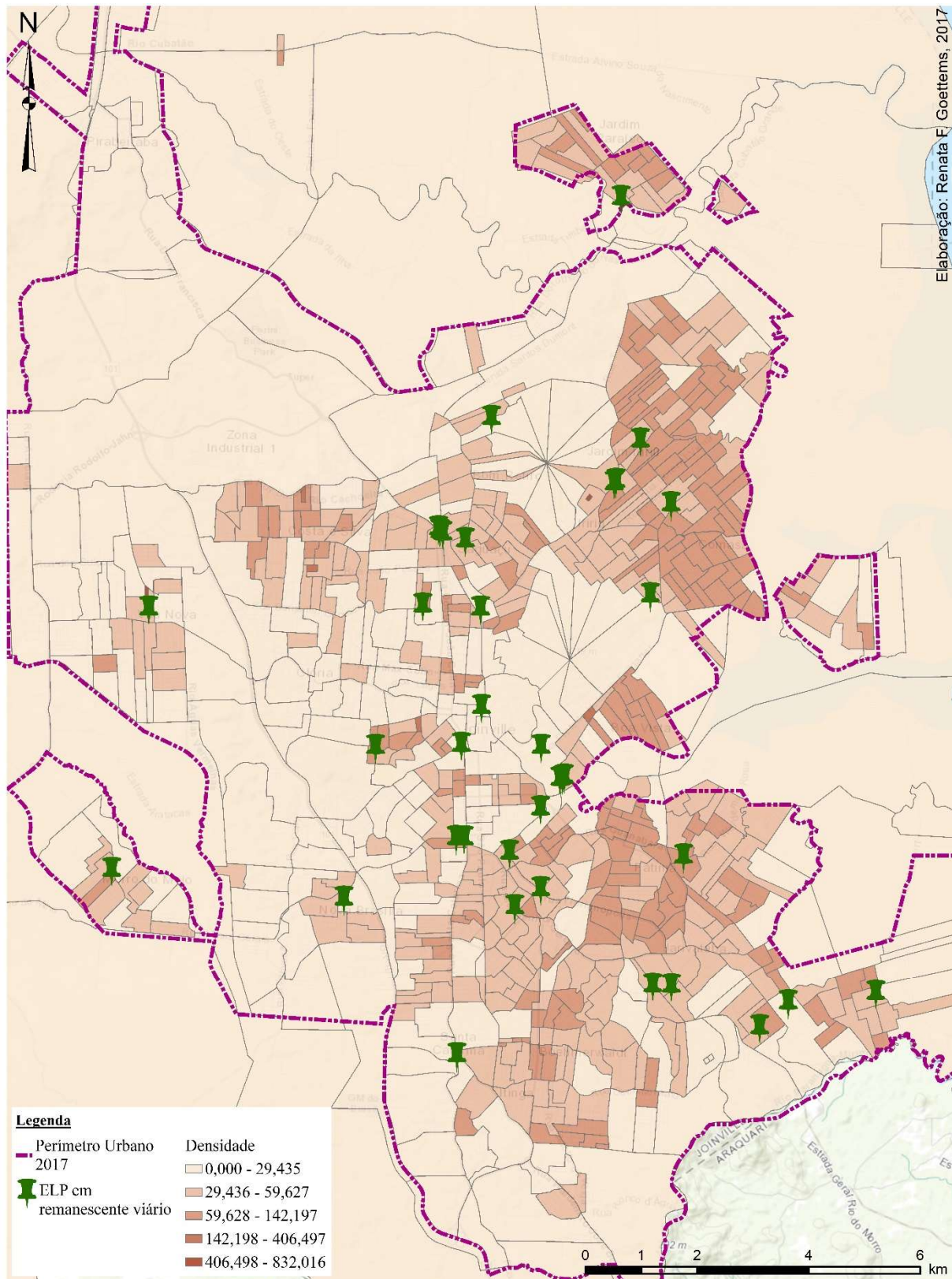


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: Dados do IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

## LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM REMANESCENTE VIÁRIO FRENTE AOS PRINCIPAIS EIXOS DE MOBILIDADE DE JOINVILLE

Imagem 55 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente as densidades (hab./ha) por setor censitário.

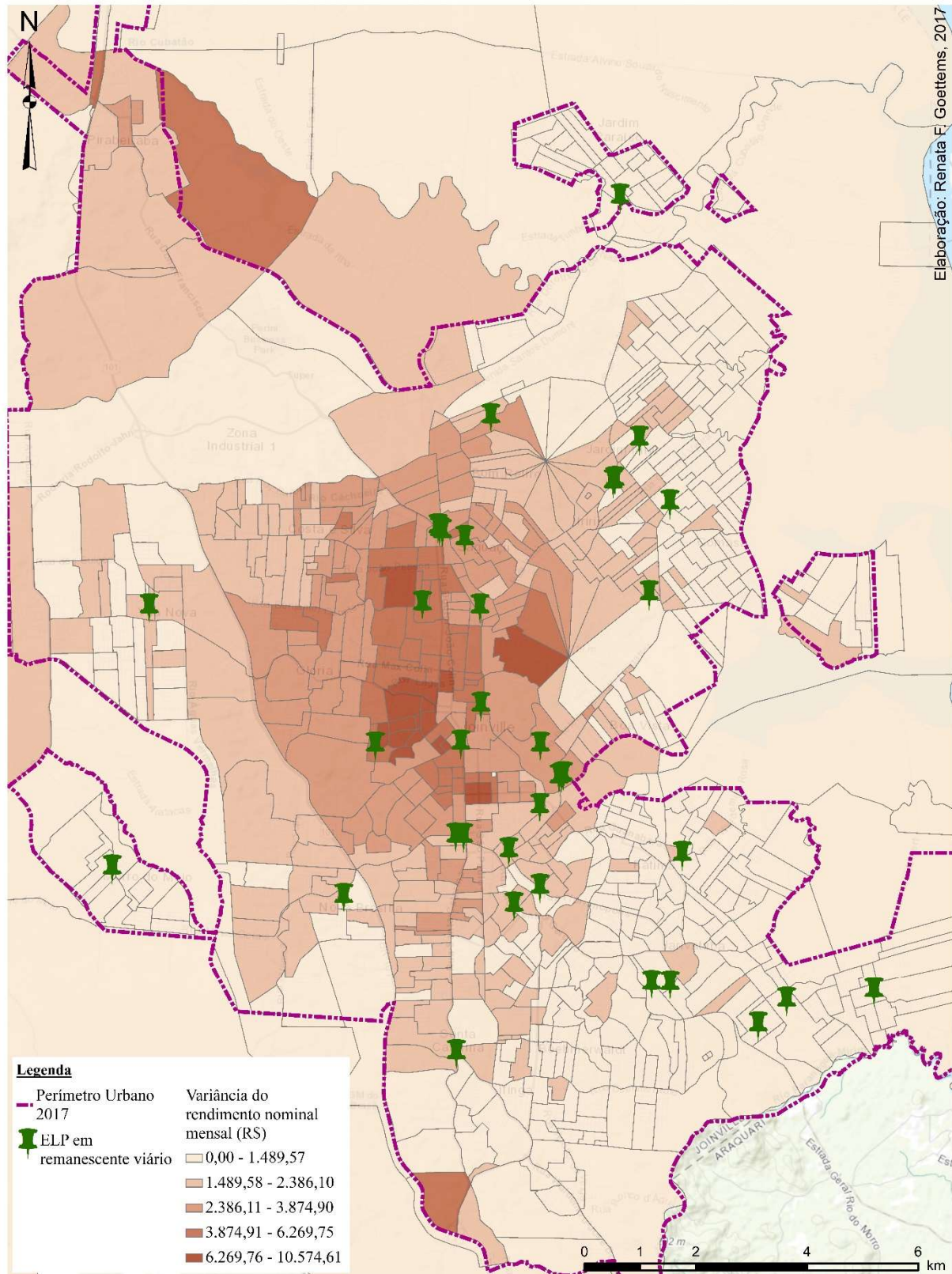


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM REMANESCENTE VIÁRIO FRENTE A DENSIDADE POR SETOR CENSITÁRIO, ANO 2010

Fonte: Dados do IPPUJ, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 56 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente renda média mensal (R\$) por setor censitário.

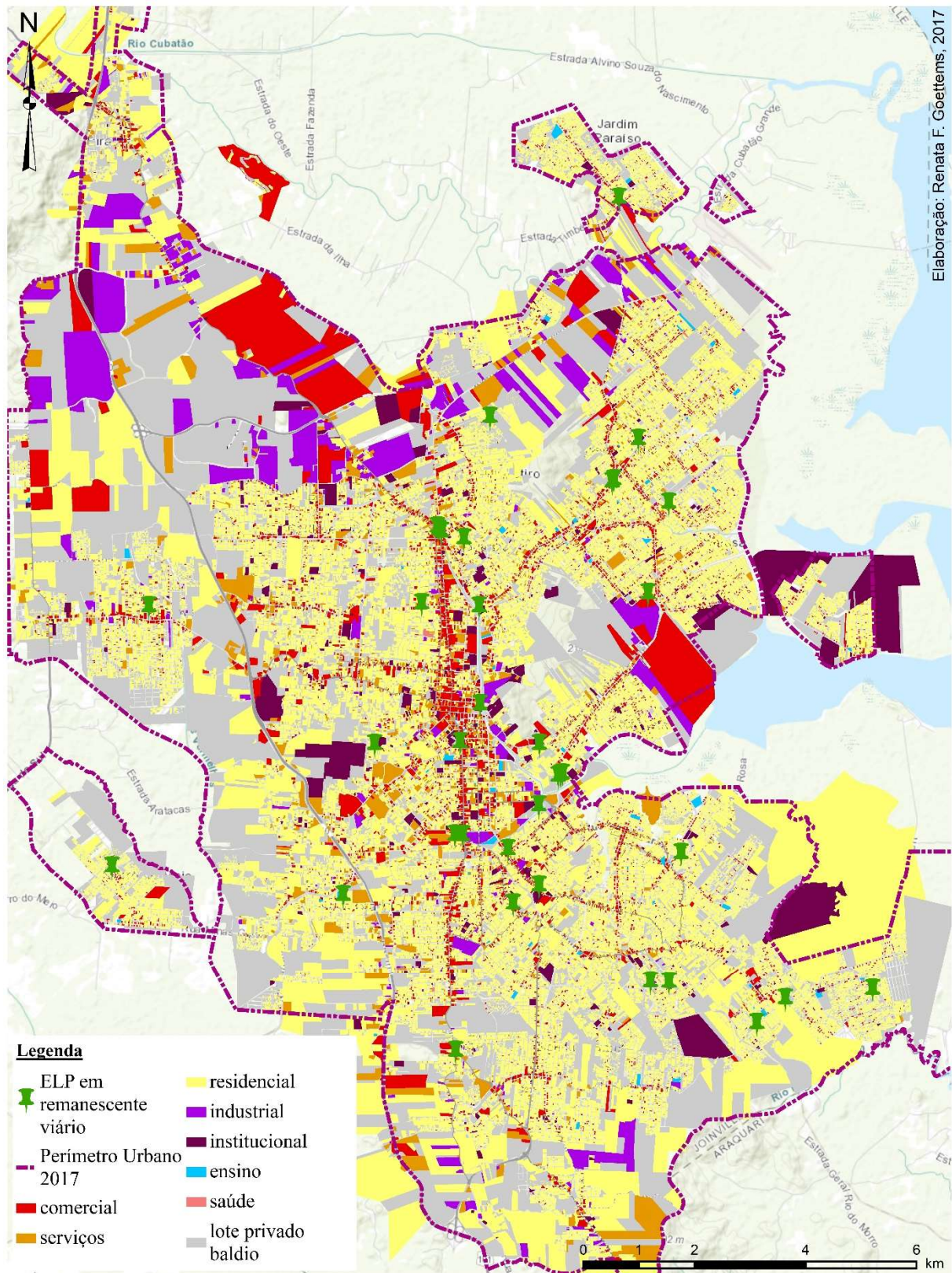


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS  
LIVRES PÚBLICOS EM REMANESCENTE  
VIÁRIO FRENTE A VARIAÇÃO DA RENDA  
MÉDIA MENSAL POR SETOR CENSITÁRIO  
ANO 2010**

Fonte: Dados do IPPUJ, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 57 – Localização dos Espaços Livres Públicos em remanescente viário frente ao uso do solo urbano.



Elaboração: Renata F. Goettems, 2017



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

## LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM REMANESCENTE VIÁRIO FRENTE AO USO DO SOLO URBANO

Fonte: Dados do IPPUJ, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.

Apesar de localizados próximo a regiões com centros comerciais, lojas e serviços, que poderiam suscitar maior movimento de pessoas, e consequentemente maior utilização dos espaços livres públicos, o que se percebe é que tais ambientes são pouco utilizados pela população no dia a dia, sendo seu uso mais frequente em finais de semana, o que reforça a tese de Souza (2008) quando esta afirma que Joinville é a “cidade onde se trabalha”<sup>67</sup>. Observa-se que, por estarem próximos a vias de maior fluxo, a grande maioria dos pedestres opta por utilizar as calçadas para a circulação, evitando deambular por entre esses espaços. Encontram-se ainda menos pessoas sentadas, ou fazendo qualquer atividade nessas áreas, o “permanecer” é quase impossível de perceber. Na maioria das visitas realizadas (em dias de semana e finais de semana) os locais permaneceram vazios, sem uso, independente da hora ou do dia da observação, como pode ser observado nas imagens a seguir.

---

<sup>67</sup> Trabalho esse que segundo a historiadora, está vinculado ao Regime do Estado Novo imposto por Getúlio Vargas. Durante o período do Estado Novo, os sindicatos estavam submetidos ao Estado, e respondiam a ele, como forma de evitar greves ou movimentos reivindicatórios, os sindicatos (ditos amarelos defendiam a ideologia autoritária, da subordinação e aquiescência social junto aos trabalhadores) defendiam o capital honesto e o trabalho ordeiro, para isso impunham aos trabalhadores que essa era a única forma de ascensão social. (SOUZA, 200?)

Imagem 58 – ELPs em remanescente viário – demonstrando a pouca utilização dessas áreas. Superior, Praça dos Pioneiros, junto a Rua Benjamin Constant. Ao centro, Alídio Pohl, junto a Av. Hermann August Lepper. Inferior, Praça Monte Castelo e Estação da Memória, junto a Av. Getúlio Vargas.



Fonte: Mapas - Dados do IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017. Fotos: Autora, 2017.

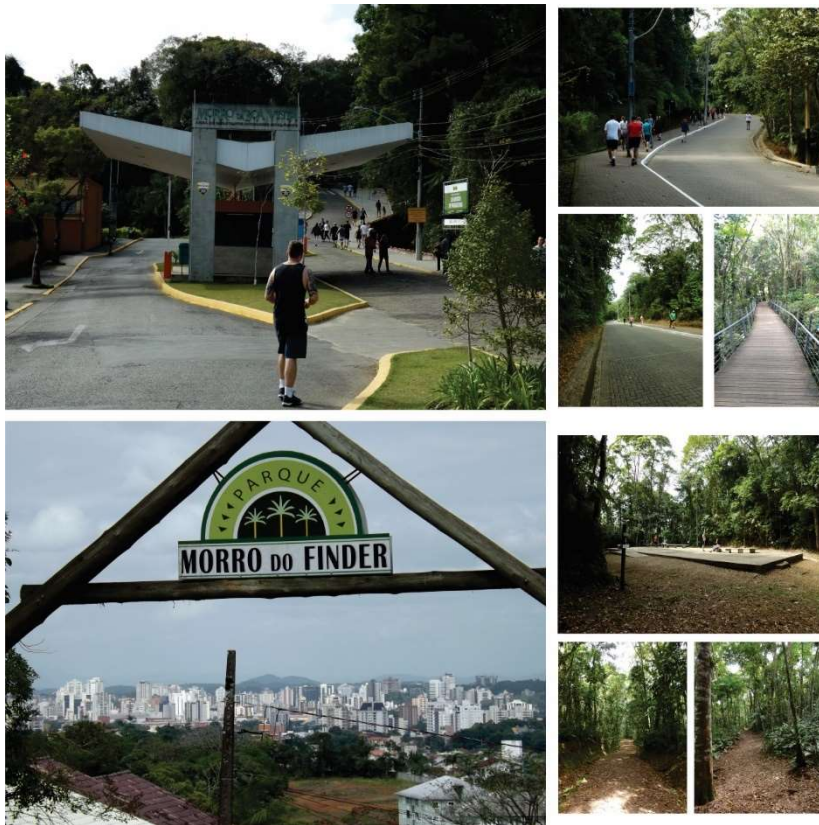
Os 55 espaços livres públicos de praça que restam a essa análise estão distribuídos aleatoriamente na malha urbana. Esses espaços foram denominados de praças por possuírem dimensões entre 1.000m<sup>2</sup> e 33.000m<sup>2</sup>, podendo configurar praças de vizinhança e praças de bairro, conforme categorias apresentadas por Cavalheiro e Del Piccha (1992), Escada (1992), Berke *et al* (2006 *apud* Saboya 2007), Era (2012), Alexander (2013) e Gehl (2013) e serão utilizadas mais adiante quando da verificação das áreas da cidade atendidas por esses espaços. São locais mobiliados com bancos, poste de iluminação e lixeiras, algumas são setorizadas com áreas de quadra esportiva, equipamentos de ginástica e local de estar. Estas praças também se localizam próximo a alguma via importante (principal ou secundária) que pode facilitar seu acesso.

Adicionam-se a essas áreas o que foi denominado de **parque urbano**. Essas áreas estão localizadas em regiões de preservação de vegetação, o mangue (Parque Caieiras) e nos morros (Parque do Boa Vista e o Parque do Morro do Finder<sup>68</sup>). As áreas dos parques são bastante grandes, porém as áreas utilizáveis são pequenas a fim de evitar danos e preservar a sua vegetação, sendo possível identificar algumas pequenas trilhas (caminhos calçados ou bem delimitadas em meio a mata) e algumas áreas de deck suspensas sobre a vegetação. Por esse motivo são locais com pequena infraestrutura, onde a população pode passar algumas horas contemplando as belezas naturais, interagindo com a área verde e com as demais pessoas que por ali resolvem passar.

---

<sup>68</sup> O parque Morro do Finder divide os bairros Aventureiro e Bom Retiro, e não é identificado nos dados disponibilizados pelo IPPUJ, porém, foi identificado como um potencial parque urbano, apesar de sua carente infraestrutura. Apesar de não estar cadastrado pelo IPPUJ, optamos por mantê-lo nos mapas de análise a seguir.

Imagem 59 – Fotos Parque do Morro do Boa Vista e do Parque Morro do Finder.



Fonte: Autora, 2017.

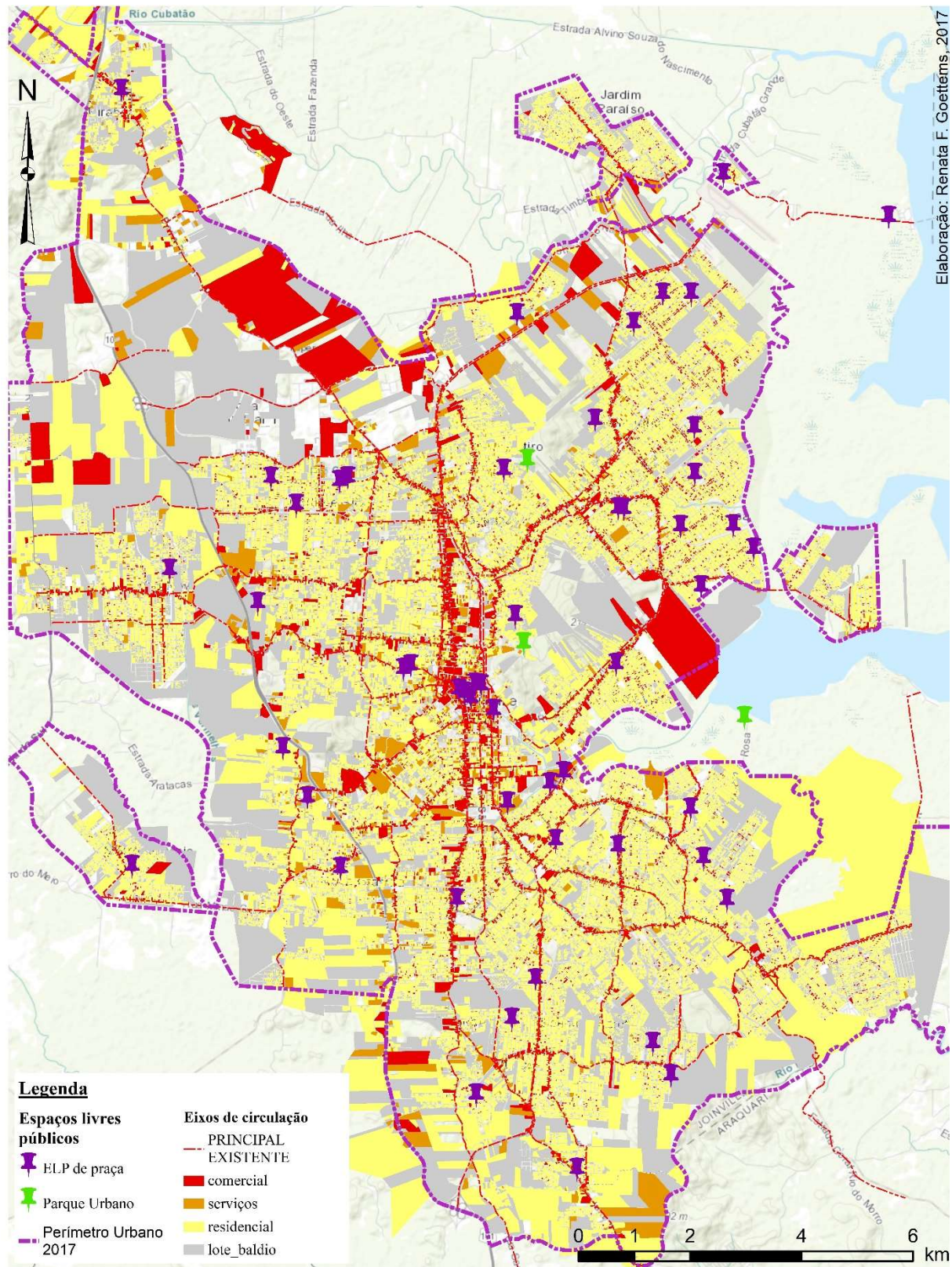
A partir da análise dos mapas, pode-se observar que existe a concentração de alguns espaços livres públicos de praça na região central, junto ao núcleo de formação inicial da colônia Dona Francisca, e os outros espaços dispersos no tecido urbano. Com exceção dos parques urbanos e duas ou três áreas em regiões predominantemente residenciais, as demais praças estão ou inseridas em regiões comerciais (centralidades urbanas) ou muito próximas a essas áreas (como pode ser visto na Imagem 60 e Imagem 61). Fato que poderia atrair movimento e interação social para



esses locais. Apesar disso, observou-se maior interação social nas praças da região central e do bairro Costa e Silva (destacados na Imagem 62). Nessas regiões, observou-se que a movimentação de pessoas e a interação delas entre si e com o meio ocorre diariamente, não apenas em finais de semana. Acredita-se que isso não acontece por acaso. Esse encontro/interação entre pessoas ocorre nas regiões onde existe um núcleo comercial mais consolidado e ativo, como bem pontuou Jane Jacobs em seu livro “Morte e vida das grandes cidades”. Esse núcleo cria movimento na maior parte do dia, e pessoas que por ali circulam também fazem uso das praças próximas, seja para descanso, lazer, contemplação ou pelo simples “passar o tempo”.



Imagem 60 – Localização dos Espaços Livres Públicos de praça frente ao uso do solo urbano e as centralidades aparentes – áreas comerciais e de serviço.

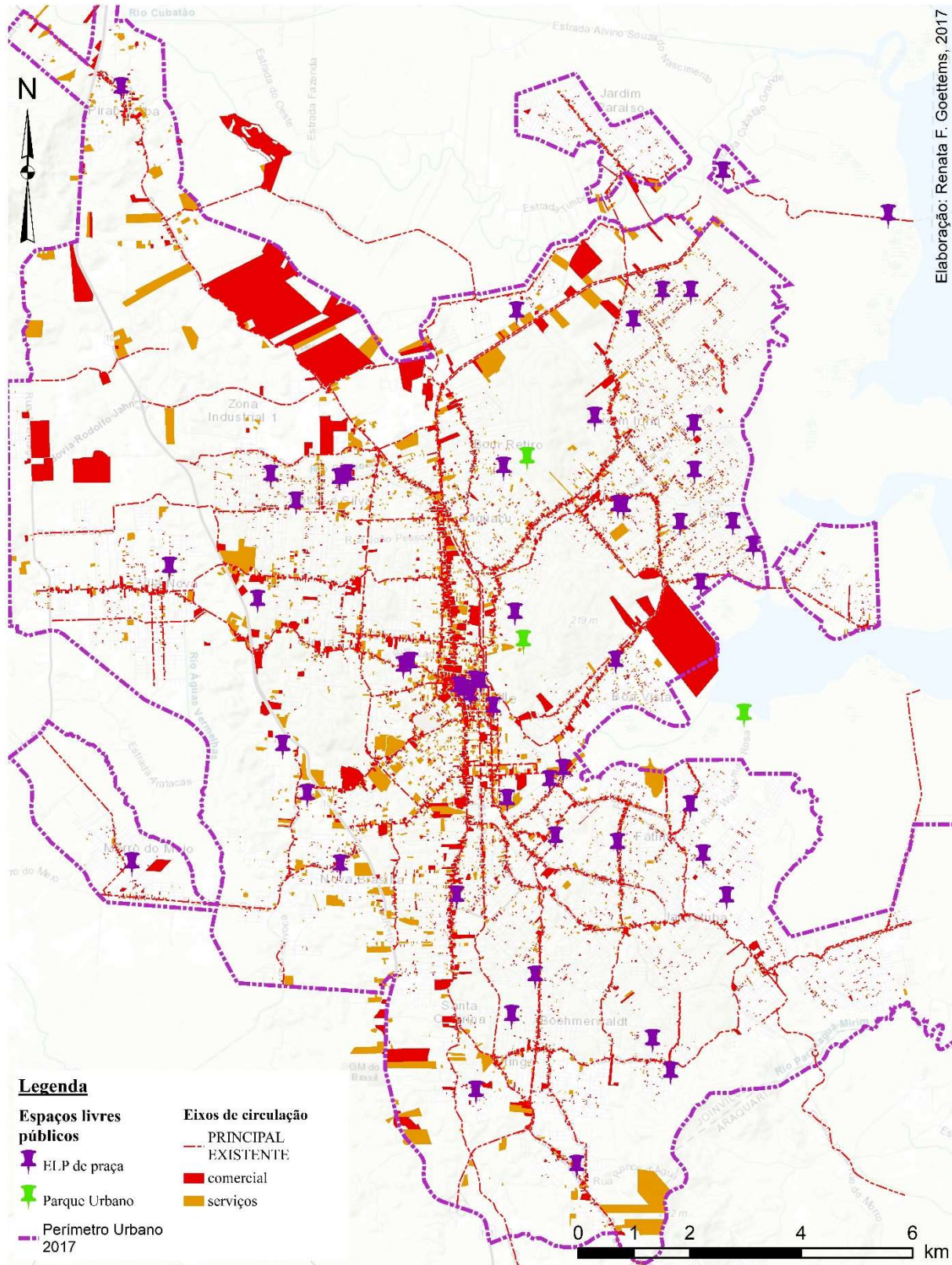


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: Dados do IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

**LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS  
LIVRES PÚBLICOS DE PRAÇA E  
PARQUES URBANOS FRENTE AO  
USO DO SOLO URBANO E AS ÁREA  
DE COMÉRCIO E SERVIÇO**

Imagem 61 – Localização dos Espaços Livres Públicos de praça frente ao uso do solo urbano com destaque para as áreas comerciais e de serviço.

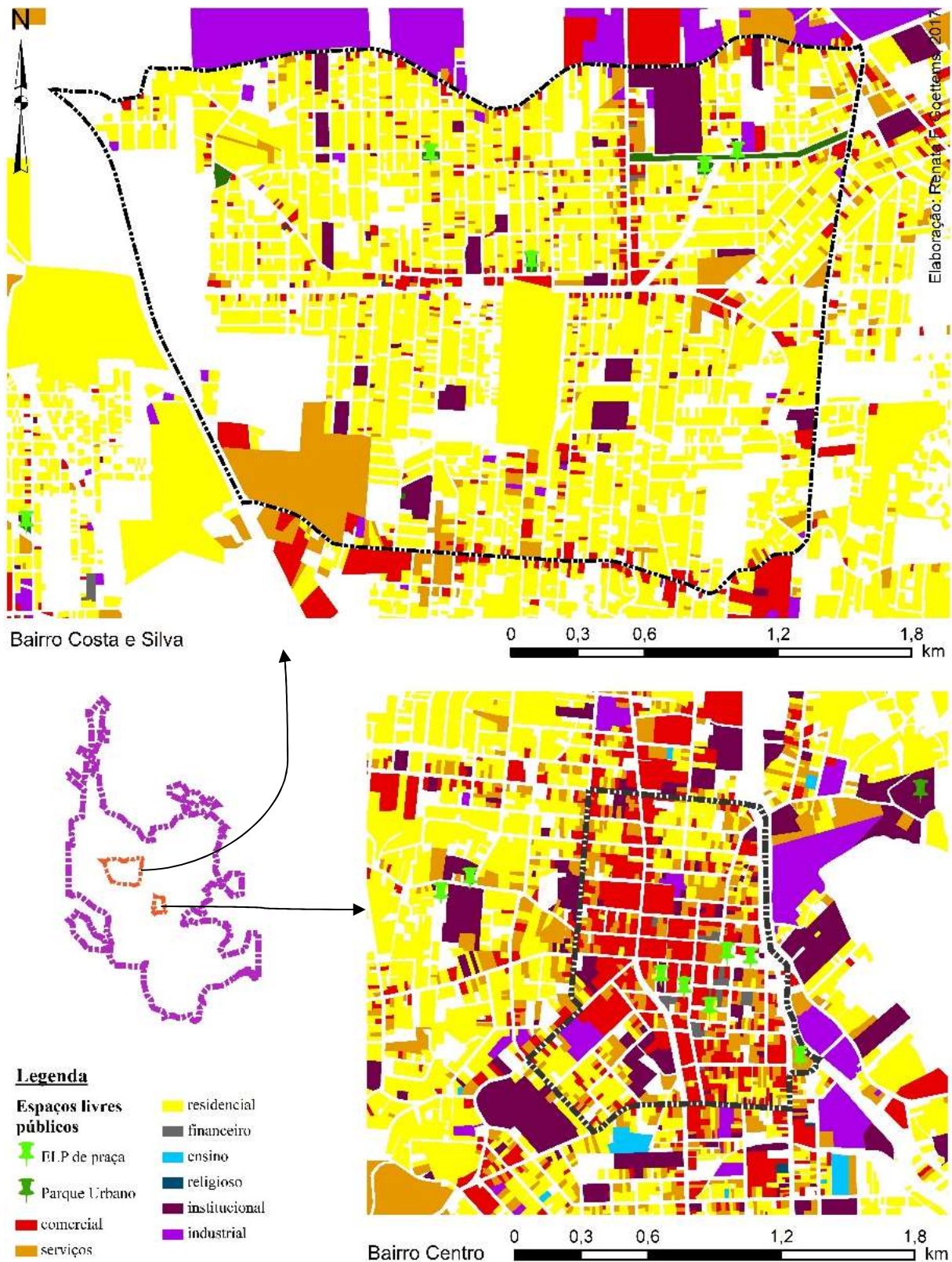


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS  
LIVRES PÚBLICOS DE PRAÇA E  
PARQUES URBANOS FRENTE AO  
USO DO SOLO URBANO COM ÊNFASE  
NAS ÁREAS DE COMÉRCIO E SERVIÇO**

Fonte: Dados do IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 62 – Localização dos Espaços Livres Públicos de praça junto às centralidades dos bairros Costa Silva e Centro.



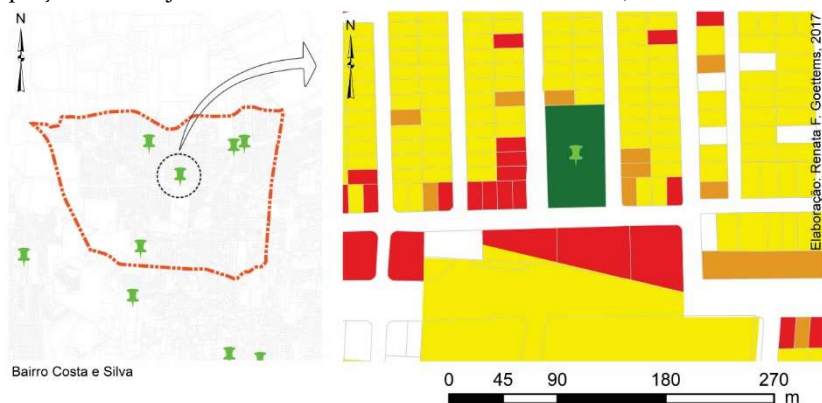
Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PRAÇA JUNTO A CENTRALIDADES DOS BAIRROS COSTA E SILVA E CENTRO



A praça localizada no centro de uma das principais vias estruturadoras do bairro Costa e Silva (Rua Inambú), denominada Praça do Bosque, costuma ter pessoas utilizando seu espaço e interagindo com esse pedaço da cidade, em maior ou menor número, dependendo do dia da semana, sendo mais utilizada nos finais de semana. São pais com filhos, aposentados, adolescentes que utilizam os equipamentos de exercício do circuito Unimed de saúde ou apenas pessoas que procuram um lugar diferente para passar o tempo. Apesar de não possuir um número expressivo de usuários, a praça possui vida, as pessoas interagem, cuidam do lugar e preocupam-se com os frequentadores do espaço<sup>69</sup>.

Imagem 63 - Aproximação do bairro Costa e Silva. Pessoas do bairro em uma praça de bairro junto a uma das vias estruturadoras do bairro, Rua Inambú.



Fonte: IPPUJ, 2016. Dados tratados pela autora, 2017. Fotos: Autora, 2017.

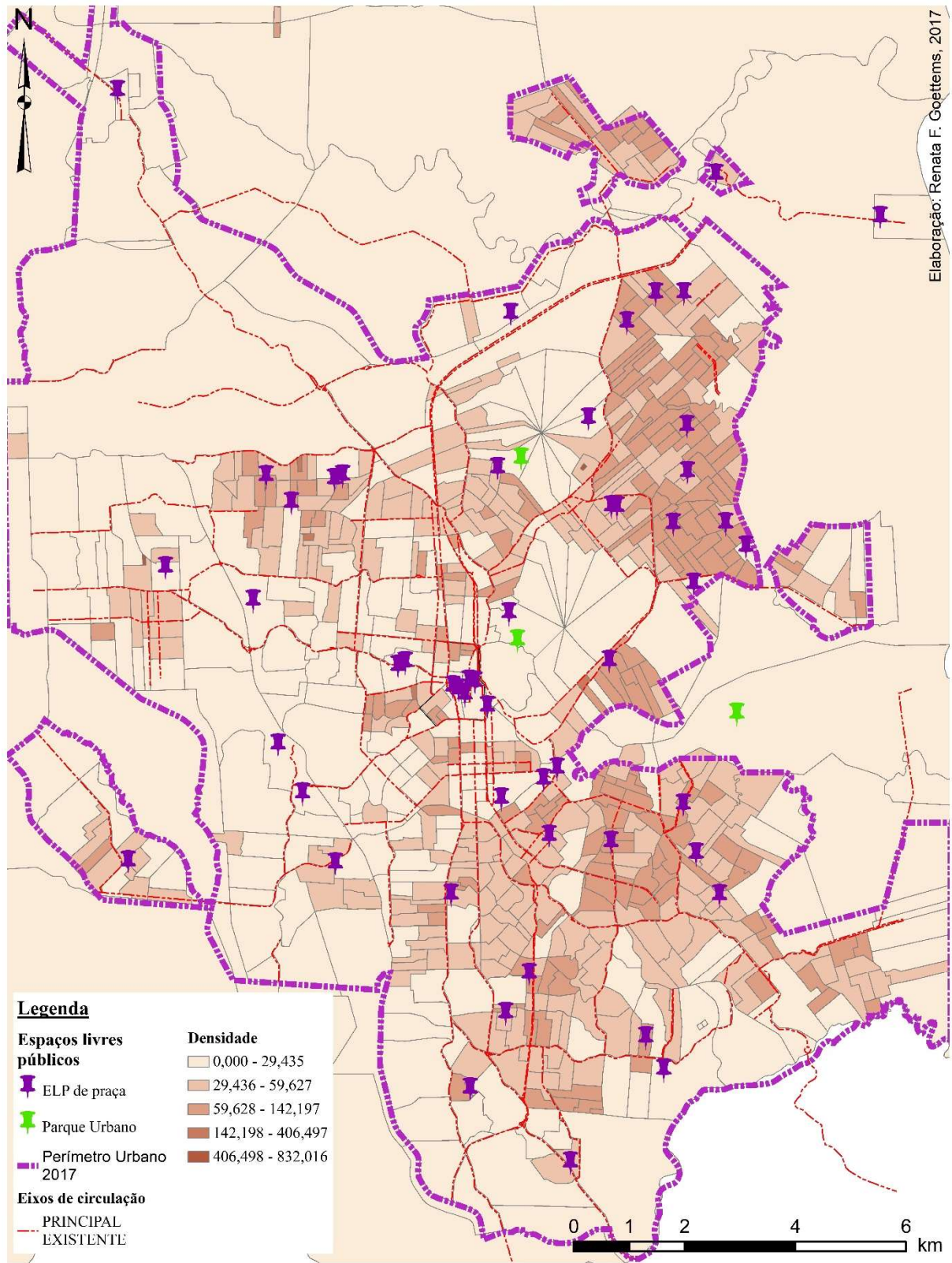
<sup>69</sup> Fui questionada algumas vezes se era do jornal ou da prefeitura, pois estava tirando muitas fotos da praça.

Quando se observa a distribuição dessas áreas de praça e se compara com a densidade populacional (hab./ha) dos setores censitários de 2010, percebe-se que a grande maioria dos espaços livres públicos de praça localizam-se em regiões de média ou alta densidade (Imagem 64). Em adição, se compararmos ao rendimento médio mensal desses mesmos setores censitários, verifica-se que a grande maioria dos espaços está locado em áreas onde a população não possui renda superior a três salários mínimos (Imagem 65). Dessa forma, considerando que esses espaços estão (em sua grande maioria), localizados, ao mesmo tempo, em áreas de alta densidade e baixa renda, onde as pessoas dependem mais do espaço público para as interações sociais, poderíamos afirmar que seriam espaços com atividades mais intensas de socialização, ou seja, com maior uso do ambiente urbano.

Todavia, salvo raras exceções, esses locais pouco recebem pessoas, talvez por falta de manutenção, talvez pelo espaço da rua suprir a necessidade de um espaço de praça propriamente dito, talvez pela cultura de utilizar a recreativa da empresa onde se trabalha, ou mesmo por não ter a cultura de ir à praça, de socializar com vizinhos, de interagir com pessoas estranhas a seu ciclo social, ou ainda pode-se pensar em resquícios de uma cultura germânica, mais introspectiva. Independente do motivo que leve as pessoas a utilizarem pouco os espaços livre públicos de praça, o fato é que esses espaços, apesar de poucos, existem mas não se percebe uma efetiva apropriação deles.



Imagem 64 - Localização dos ELPs de praça sobre densidade demográfica (hab./ha) por setor censitário.

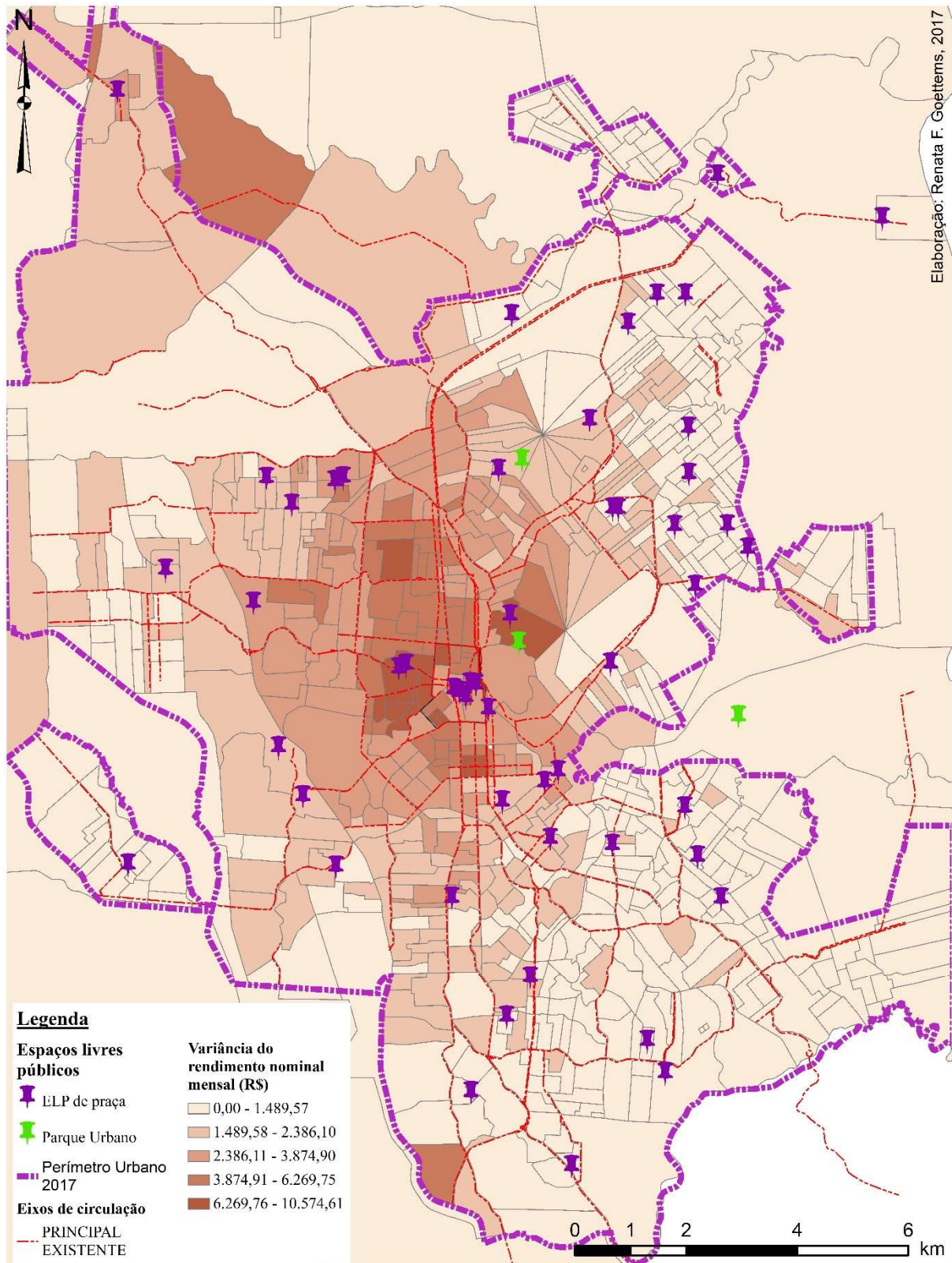


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PRAÇA E PARQUES URBANOS FRENTE A DENSIDADE POPULACIONAL (hab./ha)

Fonte: IPPUJ, 2016 e IBGE 2010. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 65 – Localização dos ELPs de praça frente ao rendimento médio mensal (R\$) por setor censitário do IBGE de 2010.



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PRAÇA E PARQUES URBANOS FRENTE AO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (R\$)

Fonte: IPPUI, 2016 e IBGE, 2010. Tratados pela autora, 2017.

A separação feita inicialmente, entre espaços livres públicos de praça e espaços livres públicos em remanescente viário, facilitou a compreensão e localização desses espaços quando analisados sob os aspectos de densidade demográfica, renda, uso do solo urbano e proximidade com as vias estruturais da cidade. Para as análises seguintes, que levam em consideração a proximidade com outras áreas de socialização (*shoppings*, recreativas, clubes e associações), o raio de atendimento dessas áreas, optou-se por analisar esses espaços em conjunto, excluindo-se aqueles considerados como remanescentes viários (rotatórias, canteiros, como foi evidenciado no início do capítulo) e os espaços livres públicos baldios. Acredita-se que esses últimos, apesar de classificados pela prefeitura como espaços de praça, não os são efetivamente e por isso não devem fazer parte das análises, já que poderiam modificar a realidade de localização e distribuição dos espaços livres públicos de praça, interferindo na identificação de possíveis conexões entre os espaços livres públicos de praça dentro da cidade, além de modificar as áreas atendidas ou não por esses ambientes.

Ao analisar a localização de espaços privados de socialização inseridos na malha urbana de Joinville, tais como *shoppings*, clubes, associações e recreativas, percebe-se que, assim como a grande maioria dos espaços livres públicos de praça, esses estão localizados muito próximos às principais vias de mobilidade da cidade (Imagem 66). Fato que facilita o acesso a esses ambientes, deixando-os em evidência e favorecendo sua utilização, visto que a maioria deles possui áreas de estacionamento (principal meio de locomoção da cidade e muito estimulado pela estrutura urbana). Aponta-se também que estão concentrados em uma região mais central da cidade, com poucos locais

em regiões mais periféricas, agrupando-se em regiões onde a população possui uma renda média mensal superior a três salários mínimos, ou seja, atendendo principalmente a população de média e alta renda<sup>70</sup> (Imagem 67), bem como em locais com baixa densidade demográfica, em sua grande maioria (Imagem 68). Soma-se a isso, sua localização próxima às indústrias (sejam elas de pequeno ou grande porte - Imagem 70) o que indica que esses espaços estão, possivelmente, vinculados a tais empresas, como é o caso da Tigre, da Whirlpool e da Embraco (principais indústrias de Joinville na atualidade). Essa proximidade das recreativas com as empresas promove a apropriação dos espaços pelos funcionários e evita que essas áreas se tornem obsoletas, esquecidas, vazias. Além disso, muitas das recreativas possuem horários diferenciados de atendimento (seja aos funcionários, seja ao público pagante) com a finalidade de atender aos diferentes turnos de trabalho das empresas. Segundo informações das secretarias administrativas, o horário de funcionamento se inicia às 5h da manhã e se encerra a meia noite, possuindo maior número de pessoas (movimento) na troca de turno das empresas.

Como locais de socialização privados possuem, de maneira geral, espaço para estacionamento destinado aos seus associados, alguns (aqueles abertos à população) possuem estacionamento para o público em geral, o que garante maior frequência dessas áreas privadas. Vale ressaltar

---

<sup>70</sup> O IBGE classifica as famílias brasileiras em 5 classes de rendimento médio mensal, sendo elas: famílias que possuem até 2 salários mínimos de rendimento; famílias com rendimento entre 2 e 5 salários mínimos, famílias com rendimento entre 5 e 10 salários mínimos, famílias com rendimentos entre 10 e 20 salários mínimos e aquelas que possuem rendimentos superiores a 20 salários mínimos (dados de 1999). Essa classificação pode ser nomeada de A a E, sendo a A mais alta e a E mais baixa. Considerando o salário mínimo nacional em 2010 (ano dos dados utilizados para o mapa de renda por setor censitário) de R\$ 510,00 entende-se que a classe E teria renda não superior a R\$ 1.020,00, a classe D entre R\$ 1020,00 e R\$ 2.550,00; a classe C entre R\$ 2.550,00 e R\$ 5.100,00; a classe B entre R\$ 5.100,00 e R\$ 10.200,00 e a classe A superior a R\$ 10.200,00.

aqui que a abertura das recreativas de empresas para o público teve seu início entre as décadas de 1970 e 1980, anteriormente a esse período, tais espaços eram destinados única e exclusivamente aos funcionários e seus familiares. Com a crise financeira da década de 1980, as empresas viram na abertura das recreativas uma forma de arrecadar fundos para a manutenção desses locais, sendo as atividades para os funcionários subsidiadas pelos patrões e essas mesmas atividades cobradas para aqueles sem vínculo à empresa. Iniciam-se, então, o aluguel de espaços de eventos ou do tradicional ‘churrasco do domingo’ para indivíduos externos às empresas, propiciando uma ‘abertura’ do círculo social vigente, promovendo maior integração entre os indivíduos. Percebe-se, todavia, uma preocupação em garantir que as pessoas externas que locam os espaços sejam pelo menos do ‘mesmo nível social’ daqueles que trabalham nas empresas, tendo em vista o custo cobrado pelos locais. Já as associações e clubes permanecem, em sua maioria, fechadas ao público, sendo possível o acesso somente por meio de convite formal feito por associado.

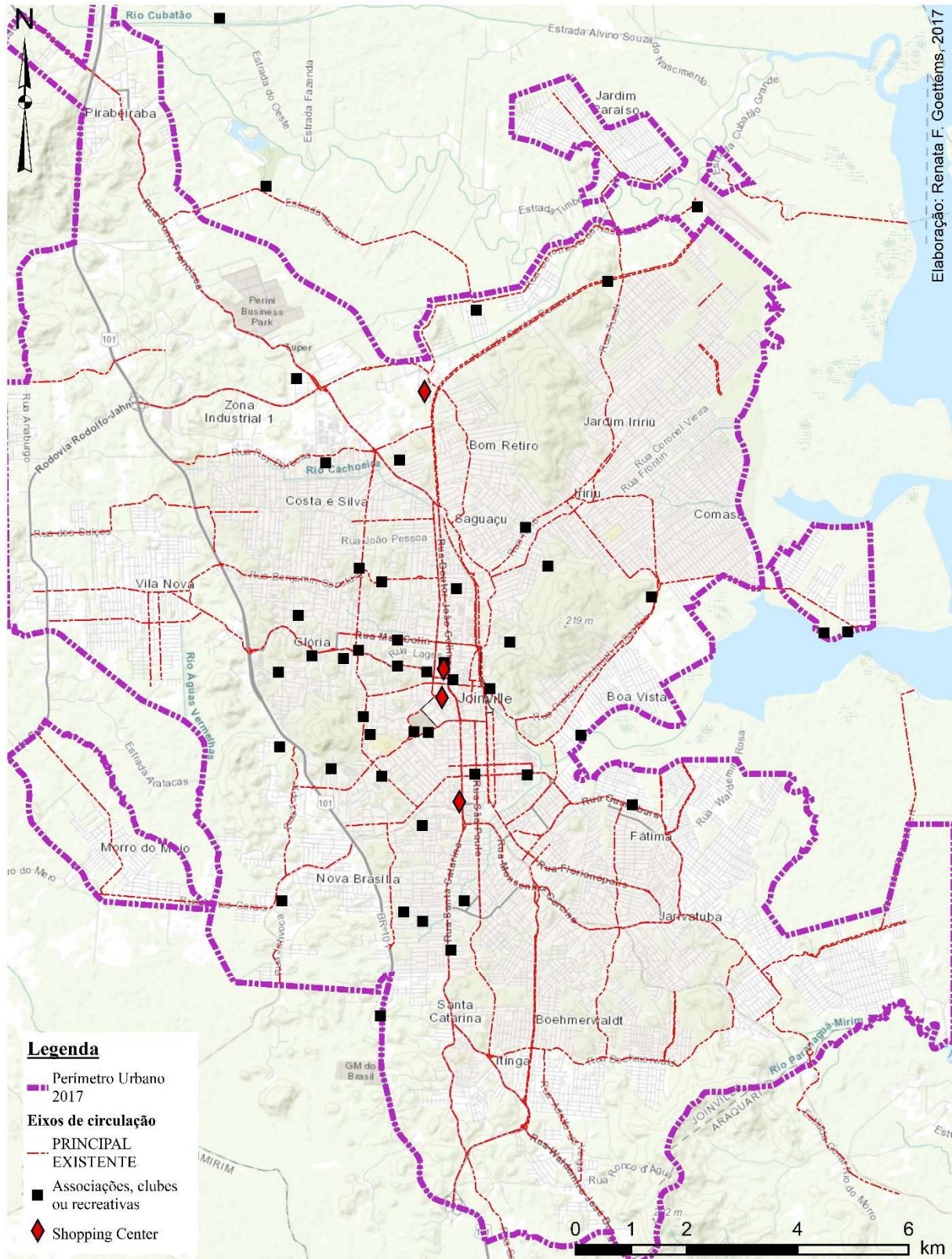
Em uma análise mais aproximada das recreativas, percebeu-se que sua utilização está bastante vinculada a atividades agendadas, tais como escolinha de futebol, treinamento funcional, academia, judô, entre outros. Isso leva a crer que, à exceção dos finais de semana, a recreativa somente é utilizada para fins determinados, e não para “passar o tempo”, para o ócio, corroborando a tese do trabalho como forma de dignificação do ser. Destaca-se ainda que, apesar da boa estrutura oferecida pela maioria das recreativas, elas também sofrem com a sazonalidade de uso. Dados oferecidos por algumas secretarias das recreativas apontam um número maior de usuários em finais de semana e durante o inverno, já que no

verão existe uma tendência ao deslocamento para o litoral de Santa Catarina.

Outro ponto a destacar é o número elevado de recreativas, associações e clubes encontrados na cidade, em um total de 47 espaços. Infelizmente, não é possível ter certeza da quantidade exata dessas áreas de socialização privadas, já que nenhum órgão consultado (prefeitura, associações, sindicatos) possui o cadastro desses locais. Buscou-se essas informações através de dados no Google Maps bem como percorrendo as ruas da cidade e pontuando os espaços encontrados.

Ao se fazer um breve comparativo com a quantidade de espaços livres públicos de praça (91 dentre aqueles que podem ser considerados efetivamente praça) percebe-se que o número de recreativas, associações e clubes corresponderia a quase 52% da quantidade de espaços de socialização da cidade. Um número bastante expressivo considerando-se o caráter privado desses ambientes, associado ao pouco uso verificado dos ELPs, nos leva a crer que as atividades sociais do Joinvillense estão se desenvolvendo muito mais nesses locais privados de uso público que efetivamente nos locais públicos da cidade.

Imagem 66 – Localização dos espaços de socialização privados, tais como *shoppings*, clubes, associações e recreativas relacionadas com as principais vias de mobilidade de Joinville.

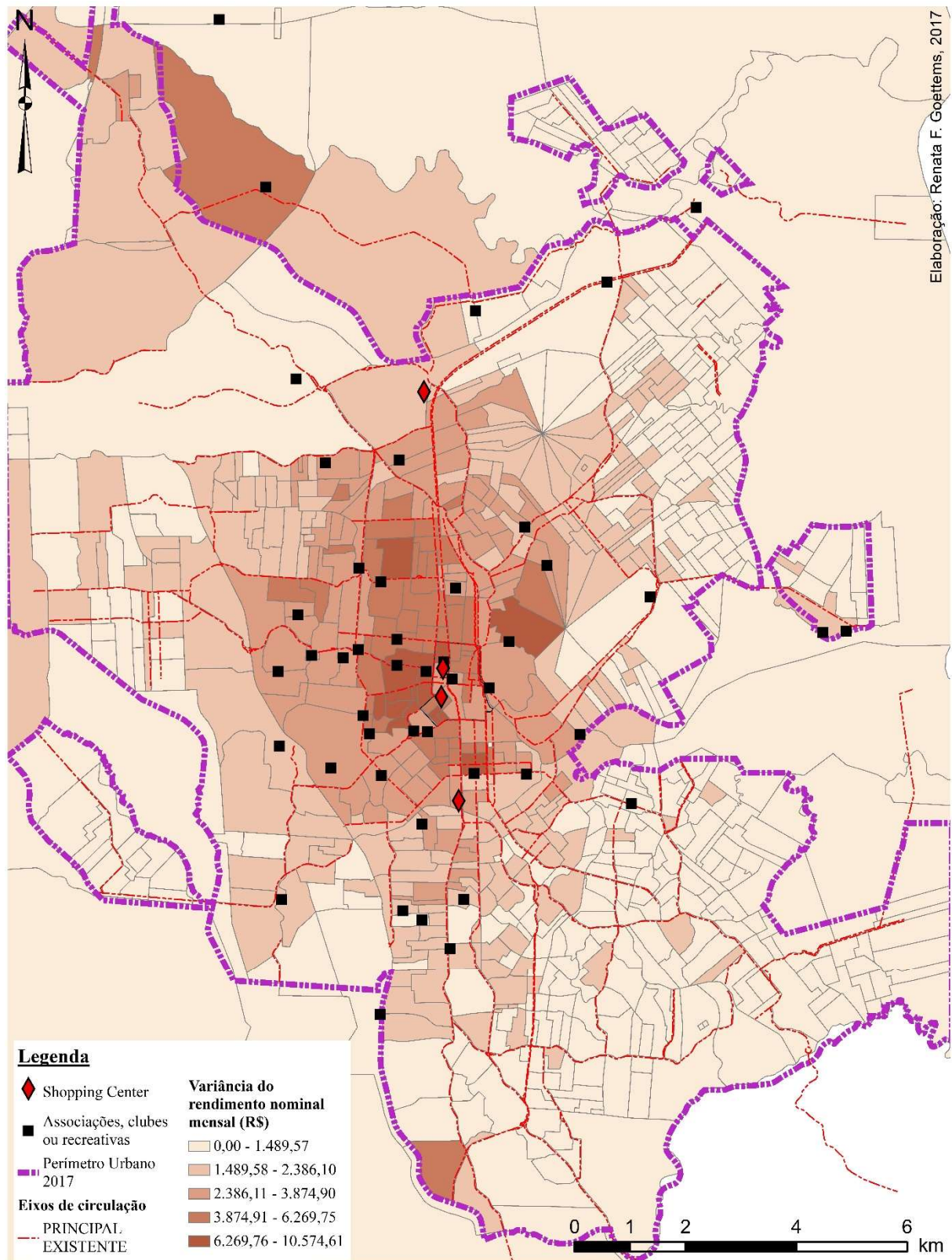


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

### LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PRIVADOS DE SOCIALIZAÇÃO FRENTE AOS PRINCIPAIS EIXOS DE MOBILIDADE DA CIDADE DE JOINVILLE/SC

Fonte: IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 67 – Localização dos espaços de socialização privados frente ao rendimento médio mensal por setor censitário de 2010.



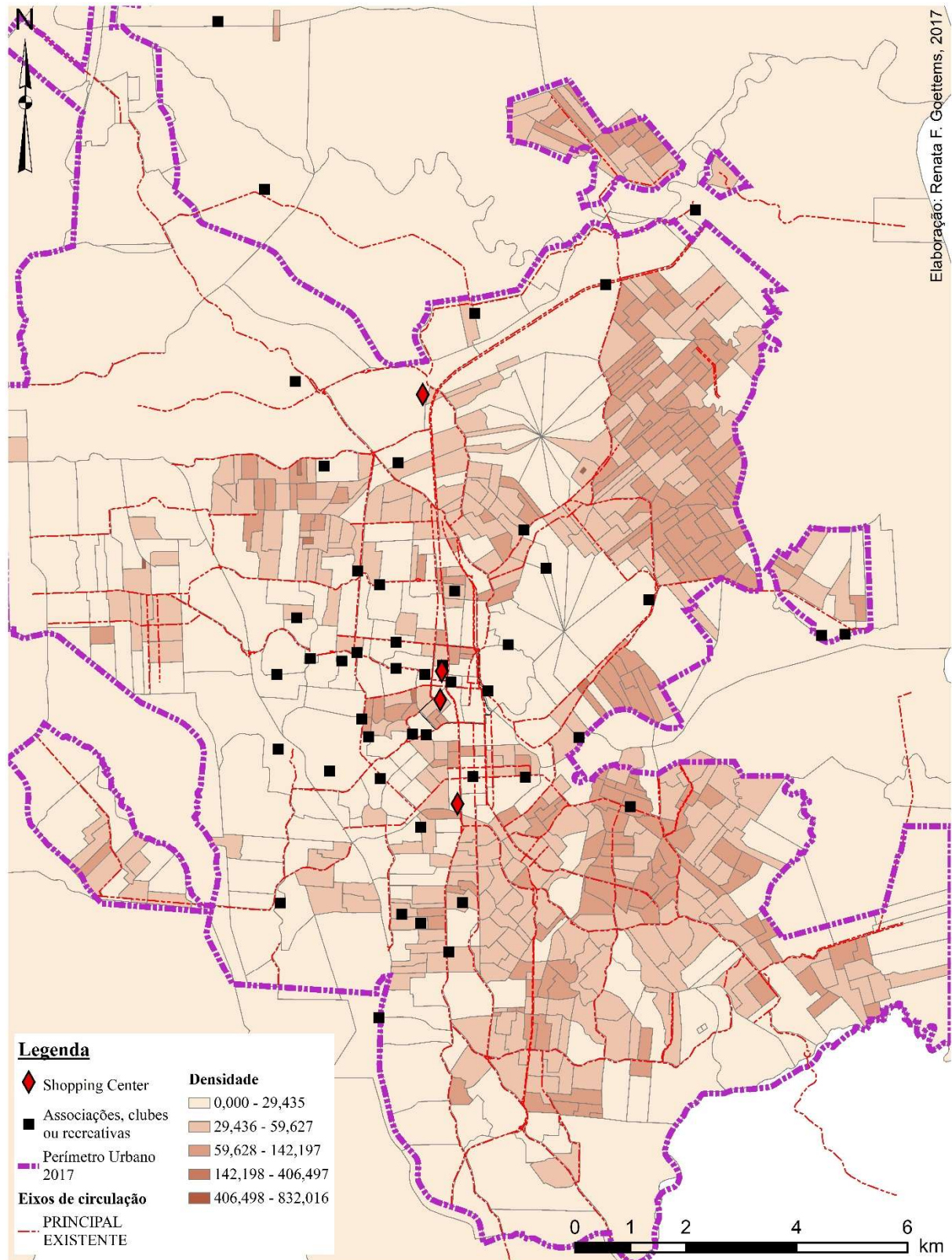
Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUI, 2016 e IBGE 2010. Tratados pela autora, 2017.

### LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PRIVADOS DE SOCIALIZAÇÃO FRENTE AO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (R\$)



Imagem 68 - Localização dos espaços de socialização privados frente a densidade demográfica (hab./ha) por setor censitário de 2010.

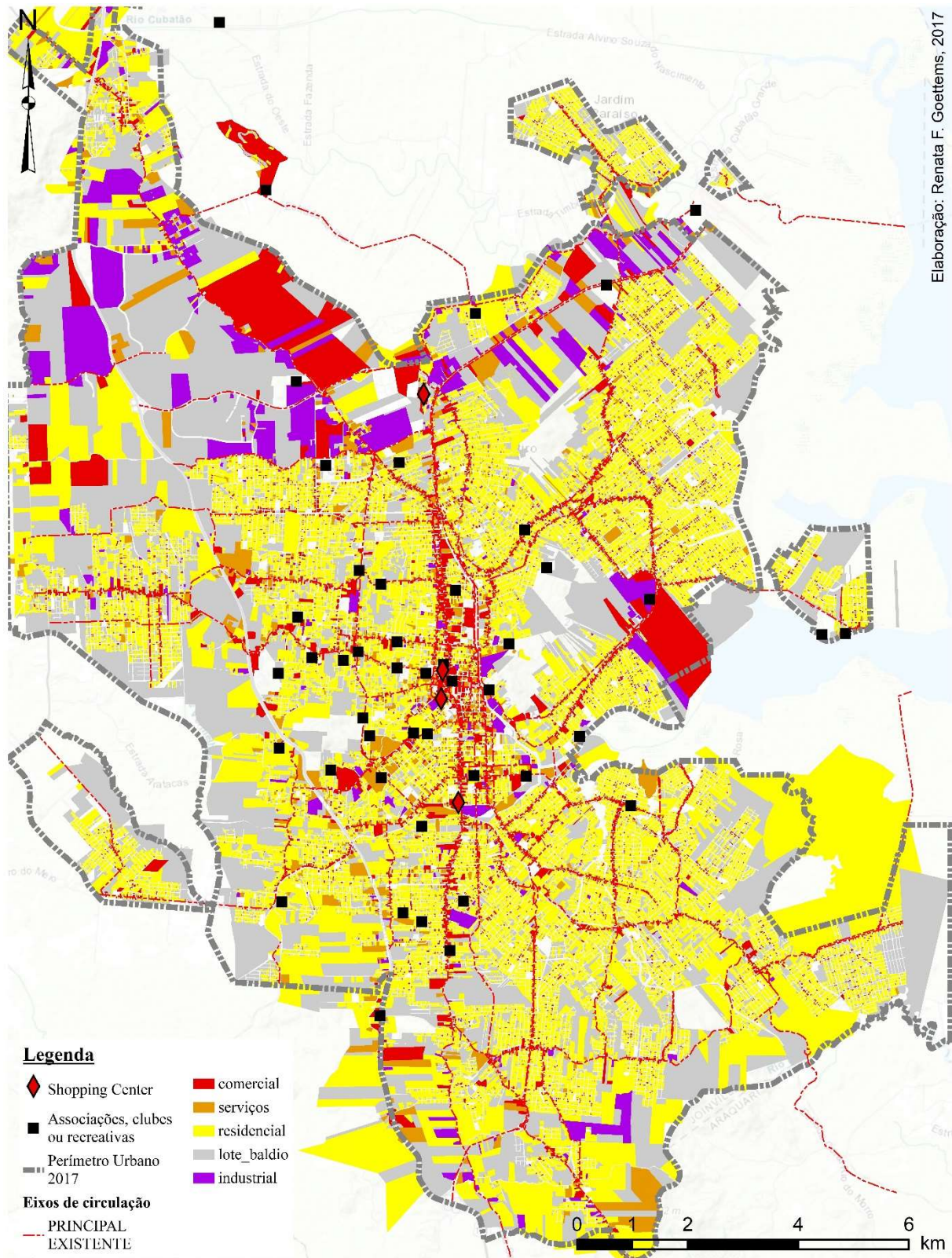


Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUJ, 2016 e IBGE 2010. Tratados pela autora, 2017.

**LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS  
PRIVADOS DE SOCIALIZAÇÃO FRENTE  
A DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR SETOR  
CENSITÁRIO 2010 (hab./ha)**

Imagem 69 - Localização dos espaços de socialização privados frente ao uso do solo urbano.



Elaboração: Renata F. Goettens, 2017

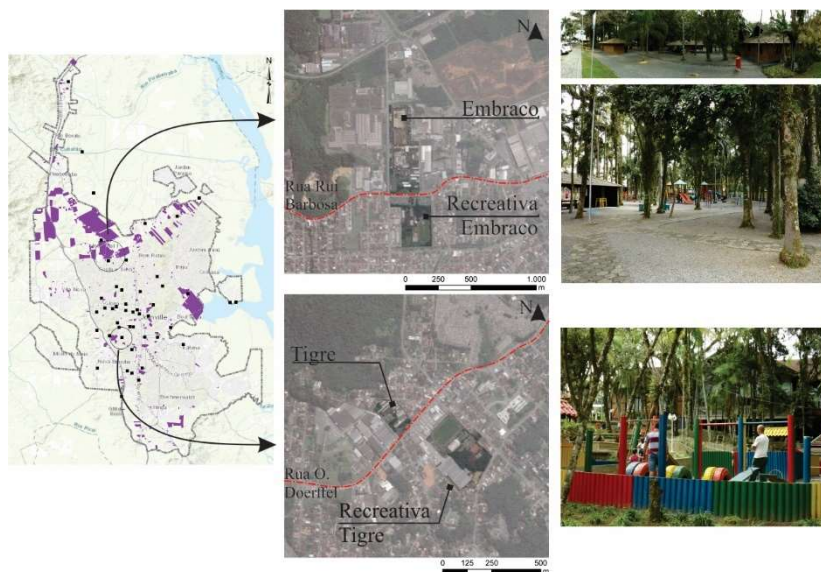


## LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PRIVADOS DE SOCIALIZAÇÃO FRENTE AO USO DO SOLO URBANO

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUJ, 2016. Tratados pela autora, 2017.

Imagem 70 - Localização de dois espaços privados de socialização (Embraco e Tigre) junto às indústrias mantenedoras – fotos das recreativas durante a semana.



Fonte: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017. Fotos: Autora, 2017.

Ao se comparar a distribuição dos espaços privados de socialização aqui levantados com os espaços livres públicos de praça, é possível perceber que existe uma complementariedade desses ambientes. Na Imagem 71, percebe-se que, com exceção da região do bairro Centro, que possui maior concentração de espaços, públicos e privados de socialização, nas demais áreas os espaços privados organizam-se de forma tal, que regiões não atendidas por espaços de socialização pública são atendidas pelas áreas de socialização privada. Muito provavelmente pelo fato de que as recreativas, clubes e associações começaram a surgir

muito antes de existir uma preocupação efetiva com a inserção de espaços livres públicos de praça na cidade de Joinville<sup>71</sup>.

Ponto importante a ser considerado quando se trata da apropriação/utilização por parte da população dos espaços livres públicos de praça e mesmo dos espaços privados de socialização, é o deslocamento que esses indivíduos estão dispostos a ter/fazer para alcançar determinado local – ou seja a abrangência dessas áreas em relação à malha urbana. Nesse sentido, e como já mencionado na metodologia, autores com Cavalheiro e Del Piccha (1992), Escada (1992), Berke *et al* (2006 *apud* Saboya 2007), Era (2012), Alexander (2013), Gehl (2013) e tantos outros afirmam que para que as pessoas façam uso de espaço de praça de vizinhança, essas não devem estar a mais de 250 metros de distância de residências e áreas de trabalho, ou seja, as pequenas áreas de praça, deveriam estar distribuídas na malha urbana com uma distância máxima de 500 metros entre si, o que garantiria um raio de abrangência de 250 metros a essas áreas, ou uma caminhada de no máximo cinco minutos.

Estudos recentes reafirmam o discurso desses autores. A tese doutoral de Teresa Pazos, desenvolvida na Universidade Politécnica da Catalunha (UPC), aponta que a reestruturação urbana feita nos pátios internos do Eixample, abrindo-os para a população e qualificando-os com mobiliários, equipamentos e projetos adequados atrai a população a esses locais. Ainda mais, em sua tese, Pazos (2014) demonstra que a proximidade desses espaços e a diversidade de usos no entorno dos pátios anima a vida urbana, cria contato social e interação com toda a diversidade de pessoas que vive na urbe. Entende-se, então, que a

---

<sup>71</sup> Como foi exposto no capítulo anterior, logo nos primeiros anos de formação da colônia foram fundados associações e clubes, sendo que as recreativas surgiram a partir da década de 1940, com o crescimento da indústria metalomecânica da cidade.

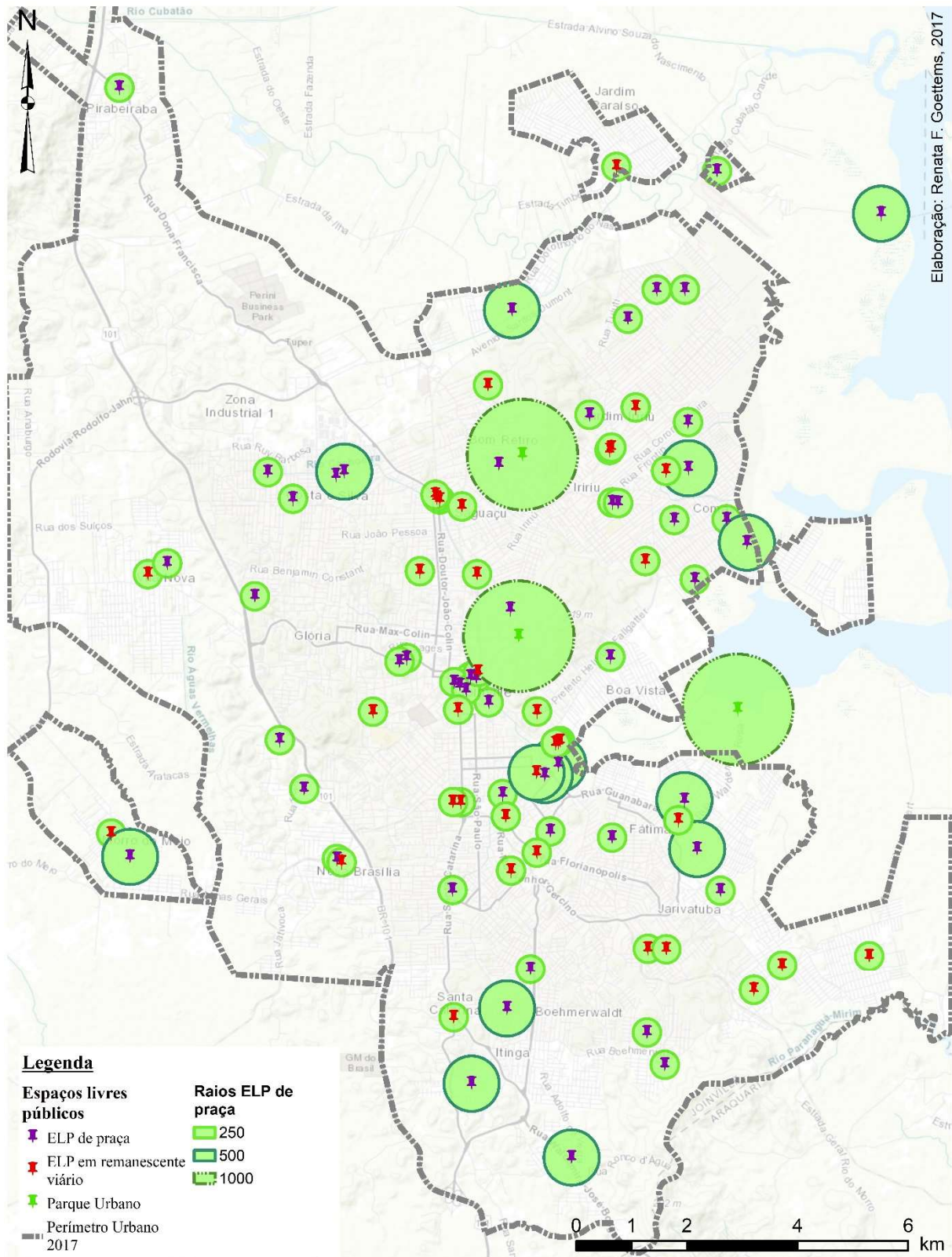
proximidade entre os espaços livres públicos de praça, a existência de mobiliários adequados a determinadas atividades e a diversidade de usos auxiliam na apropriação desses espaços por parte da população.

Assim, com base em referencial já apontado na metodologia, buscou-se identificar a abrangência dessas áreas, ou seja, quais as regiões da cidade que estão sendo atendidas pelos espaços públicos e privados de socialização. Aplicando-se a categorização definida por Era (2012), que tem como base a dimensão dos espaços, percebeu-se que a grande maioria dos ELPs são praças de vizinhança, ou seja, deveriam estar dispostos de forma tal que estivessem distantes entre si no máximo 500m, infelizmente não é o que acontece na cidade. Esse mesmo raio de atendimento foi utilizado para verificar a abrangência das áreas de recreativas, associações e clubes. Onde também se percebeu pouca abrangência na cidade.

Para os espaços de *shopping center*, utilizou-se os raios definidos por Parente e Kato (2001) e por Giustina e Cybis (2006). Não surpreende que, mesmo somando as áreas privadas aos ELPs de praça, a cidade de Joinville possua poucas regiões atendidas/abrangidas por esses espaços de socialização. Nota-se que o bairro Centro é o único com área plenamente abrangida pelos espaços de socialização, públicos ou privados, seguido pelo limite entre os bairros Atiradores, Bucarein, Guanabara e Anita Garibaldi. Os bairros Saguauçu e Atiradores possuem duas grandes áreas de socialização (pública no Saguauçu e privada no Atiradores) que garantem o atendimento de uma grande área do bairro por esses locais. Nos demais bairros a escassez de espaços de praça ou de áreas de socialização privada é notória.







Imagem 71 – Raios de atendimento dos Espaços Livres Públicos de praça e parque segundo sua área.



Elaboração: Renata F. Goettens, 2017

**Legenda**

**Espaços livres públicos**

-  ELP de praça
-  ELP em remanescente viário
-  Parque Urbano
-  Perímetro Urbano 2017

**Raios ELP de praça**

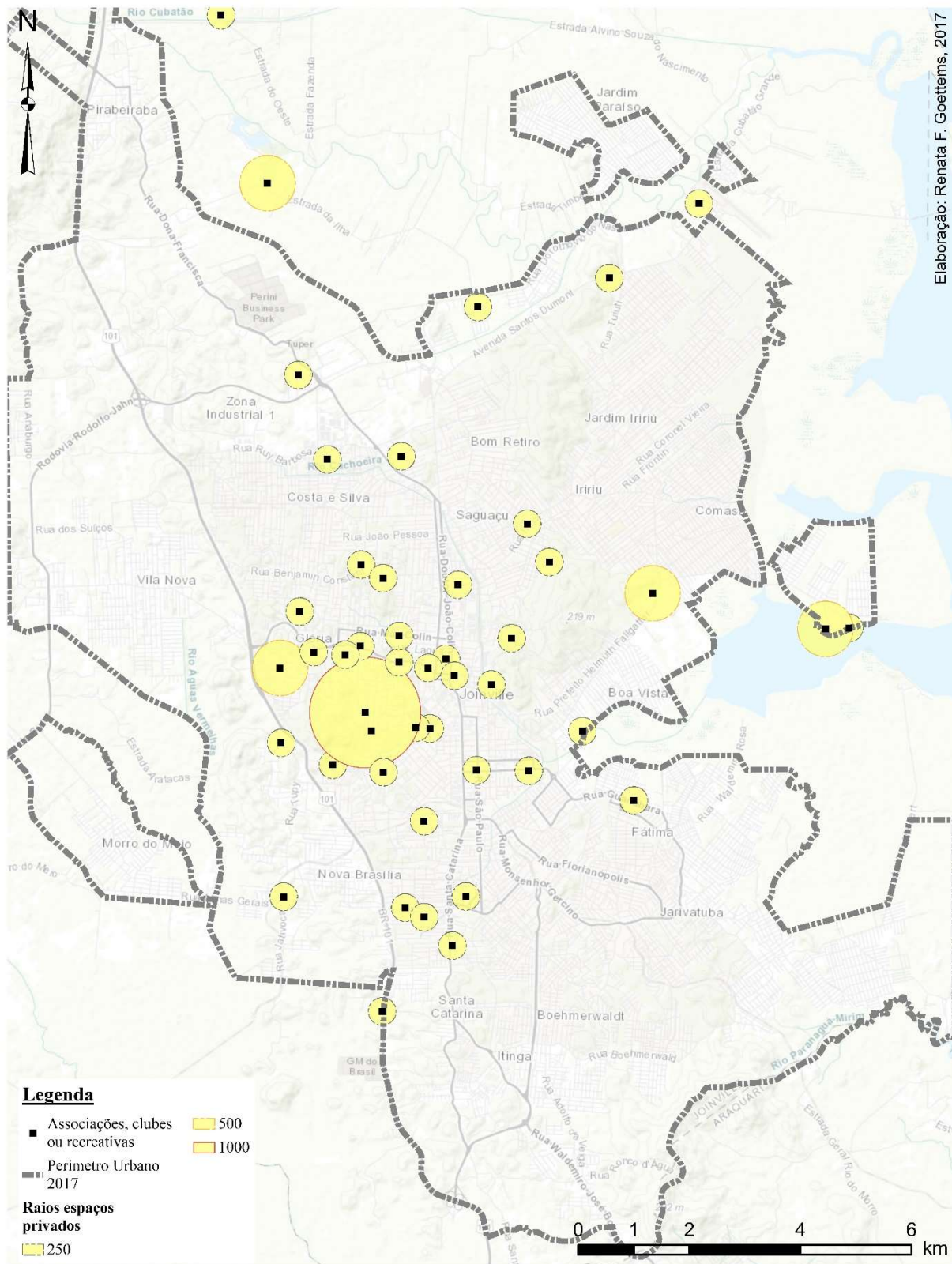
-  250
-  500
-  1000

**RAIO DE ATENDIMENTO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS**

Universidade Federal de Santa Catarina  
 Programa de Pós-Graduação em  
 Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017.

Imagem 72 – Raios de atendimento dos espaços privados de socialização – recreativas, associações e clubes – segundo sua área.

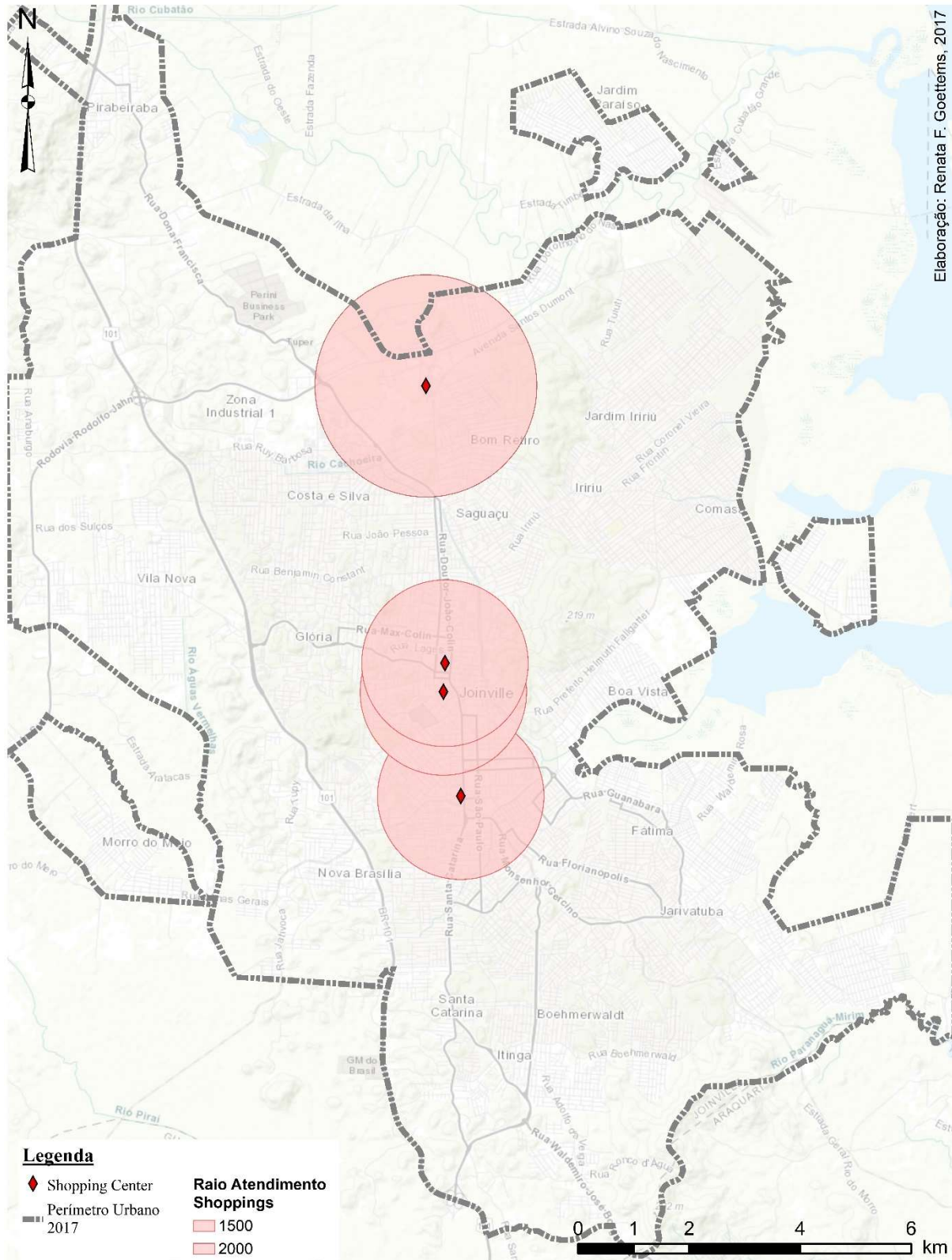


**RAIO DE ATENDIMENTO DOS ESPAÇOS PRIVADOS DAS ASSOCIAÇÕES, CLUBES OU RECREATIVAS**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017.



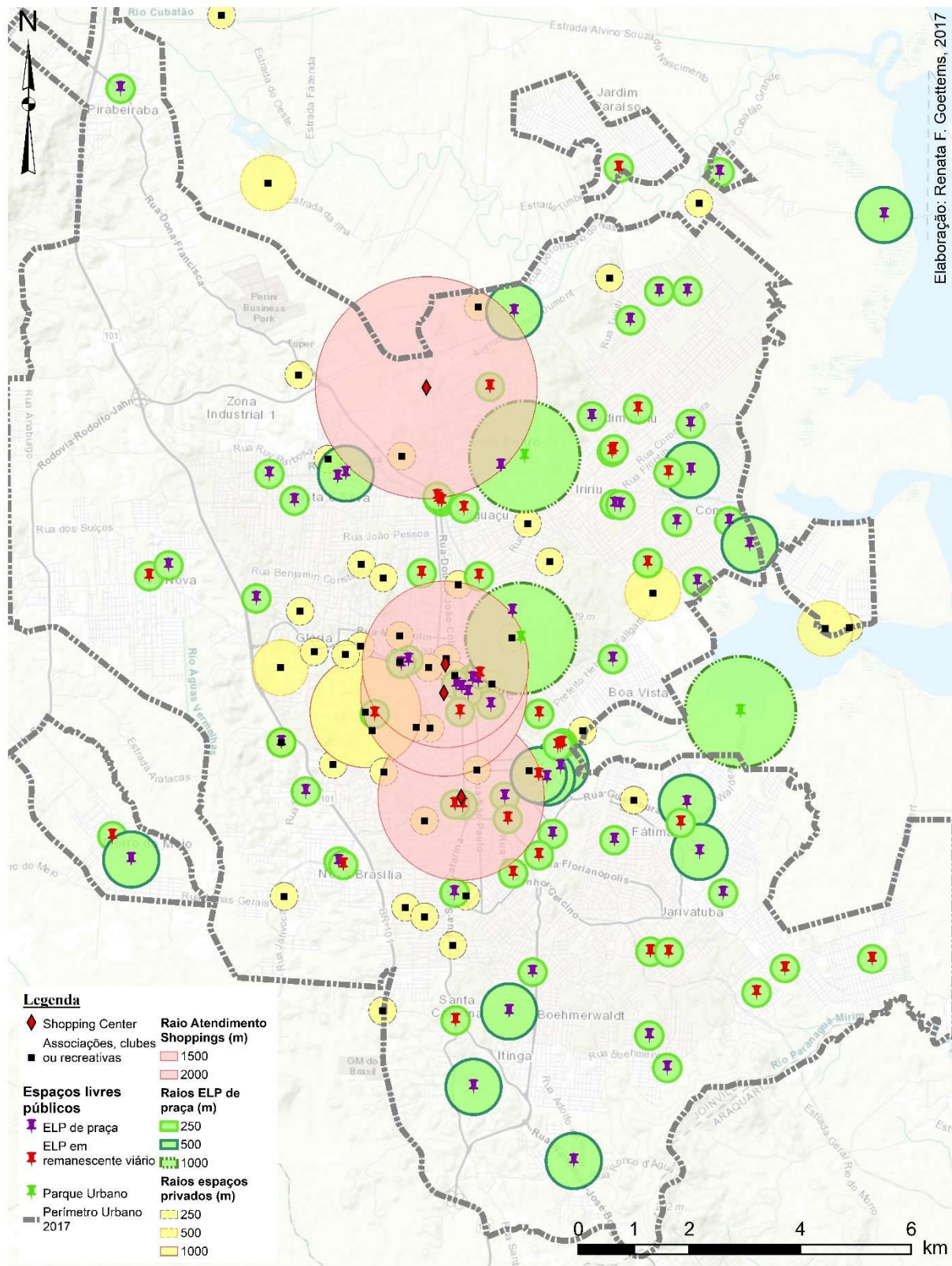
Imagem 73 – Raios de atendimento das áreas de *Shopping*.

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**RAIO DE ATENDIMENTO DOS  
ESPAÇOS PRIVADOS DAS ASSOCIAÇÕES,  
CLUBES OU RECREATIVAS**

Fonte: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017.

Imagem 74 – Raios de atendimento dos espaços públicos e privados de socialização de Joinville / SC.



Elaboração: Renata F. Goettens, 2017

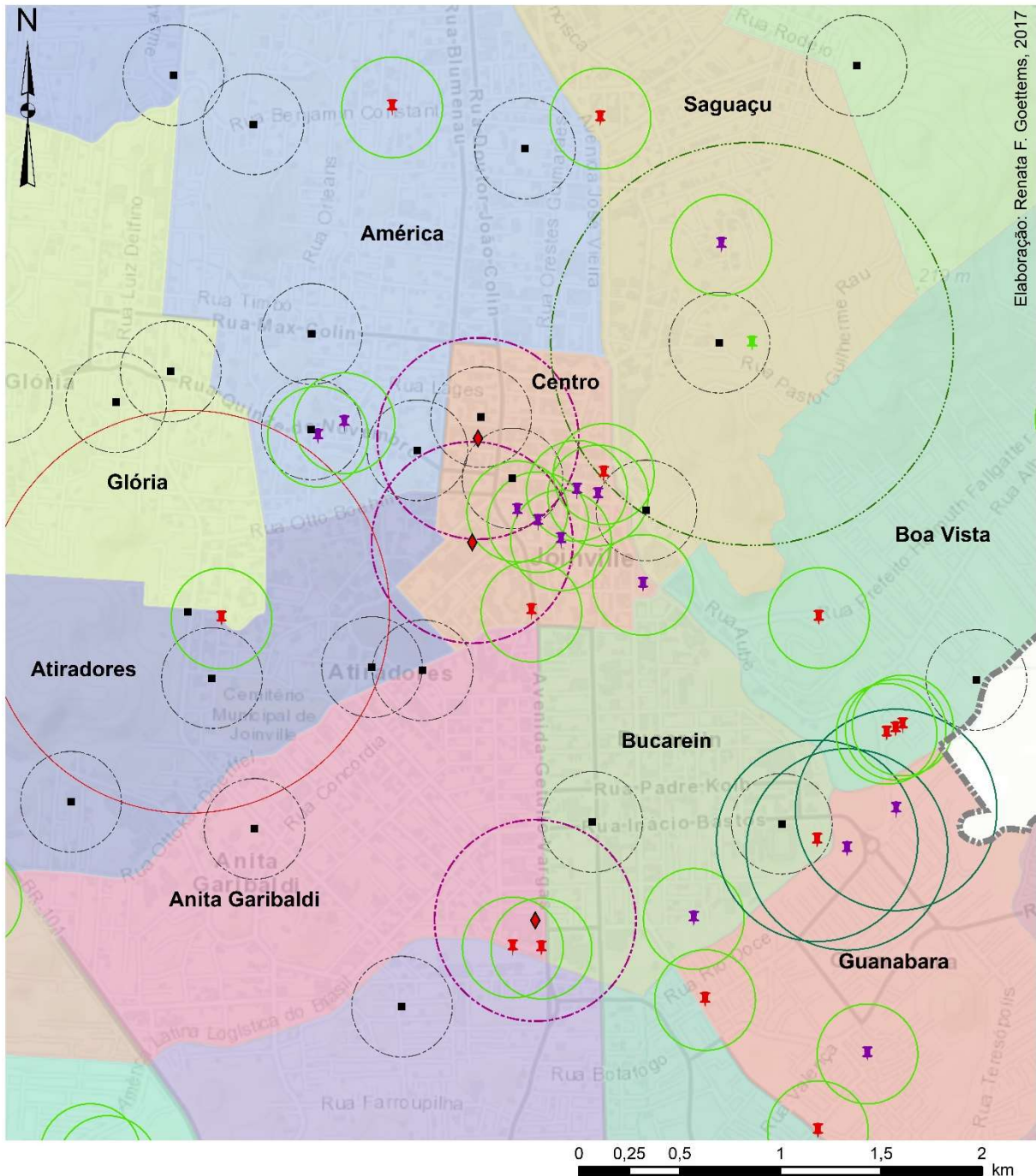


### RAIO DE ATENDIMENTO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E PRIVADOS DE SOCIALIZAÇÃO

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017.

Imagem 75 – Concentração dos espaços privados e públicos de socialização na região central da cidade de Joinville.



Elaboração: Renata F. Goettems, 2017

**Legenda**

- |                                      |                              |                               |                      |                 |                 |              |
|--------------------------------------|------------------------------|-------------------------------|----------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| ◆ Shopping Center                    | ⚓ ELP em remanescente viário | □ 500                         | <b>Raio Shopping</b> | ■ ATIRADORES    | ■ FÁTIMA        | ■ SAGUAÇU    |
| ■ Associações, clubes ou recreativas | ⚓ Parque Urbano              | □ 1000                        | □ 500                | ■ BOA VISTA     | ■ GLÓRIA        | ■ SAO MARCOS |
| <b>Espaços livres públicos</b>       | ⚓ Perímetro Urbano 2017      | <b>Raios espaços privados</b> | <b>Bairros</b>       | ■ BUCAREIN      | ■ GUANABARA     |              |
| ⚓ ELP de praça                       | <b>Raios ELP de praça</b>    | □ 250                         | nome_bairr           | ■ CENTRO        | ■ IRIRIÚ        |              |
|                                      | □ 250                        | □ 1000                        | ■ AMÉRICA            | ■ COSTA E SILVA | ■ ITAUM         |              |
|                                      |                              |                               | ■ ANITA GARIBALDI    | ■ FLORESTA      | ■ NOVA BRASÍLIA |              |



Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo

**CONCENTRAÇÃO DOS ESPAÇOS  
PRIVADOS E PÚBLICOS DE SOCIALIZAÇÃO  
NOS BAIRROS DA REGIÃO CENTRAL DE  
JOINVILLE/SC**

Fonte: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017.



A imagem que evidencia os raios de abrangência dos ELPs de praça e das áreas privadas de socialização (Imagem 74) ainda demonstra o grande afastamento existente entre esses locais, o que cria grandes áreas carentes de espaços de interação, sejam eles públicos (com praça de vizinhança) ou privados (com clubes, associações ou recreativas). Nota-se ainda a descontinuidade na sua distribuição, não configurando uma rede de espaços de interação e socialização, muito menos uma rede de espaços livres públicos de praça. Evidencia-se também a pouca relação existente entre as áreas públicas e privadas e os rios, que poderiam ser locais mais bem aproveitados na cidade, já que a malha urbana é por eles permeada. Em adição, estudos recentes comprovam que a inserção dos rios como áreas públicas de interação melhora a qualidade da vida urbana e criam diferentes graus de urbanidade no tecido.

Em uma aproximação da área do bairro Centro (única com abrangência total por parte dos espaços de socialização públicos e privados) observa-se que, na grande maioria dos espaços livres públicos de praça, existe grande circulação de pessoas, criando movimento, ou certo grau de vitalidade urbana já que esse movimento também traz interações, casuais ou não, que ajudam a criar uma esfera de urbanidade. Porém, nem sempre esse movimento se traduz em apropriação propriamente dita, na grande maioria das vezes ele ocorre basicamente como movimento diário, cotidiano, de passagem, de se transportar de um local ao outro, com a habitual pressa de uma cidade “onde se trabalha”<sup>72</sup>.

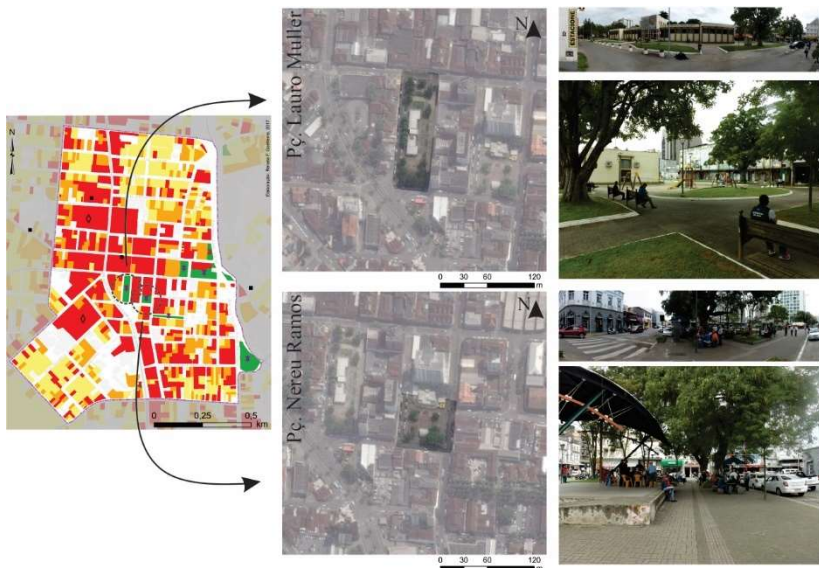
Entretanto, esse movimento ao acaso, da casa para o trabalho e vice-versa é quebrado em determinados pontos do centro. Em uma análise

---

<sup>72</sup> Como descreve Souza (2008) ao longo do seu livro: *A cidade onde se trabalha*, a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville.

local, a Praça Nereu Ramos e a Praça Lauro Muller (praça da biblioteca) são as áreas com maior uso e apropriação por parte da população. São locais onde as pessoas permanecem por mais de meia hora, sentam em bancos, travam conversas com conhecidos, jogam xadrez, cartas, dominó, utilizam os brinquedos disponibilizados, fazem compras, pagam contas, caminham, param para cumprimentar um conhecido, ou seja, interagem entre si e com o meio, dando vitalidade à área e um ar de urbanidade.

Imagem 76 – Aproximação do Bairro Centro – Praças Lauro Muller e Nereu Ramos.



Fonte: Mapas: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017. Fotos: Autora, 2016

Se observarmos o entorno imediato dessas duas praças, perceberemos que ambas estão em áreas predominantemente comerciais e de serviço, com algumas edificações de uso residencial, o que garante certa quantidade de pessoas circulando, sua variedade (cultural, etária,

social), e consequentemente maior vitalidade ao espaço urbano. Porém, esses fatores por si só não garantem a apropriação do espaço.

Ao compararmos as duas praças citadas anteriormente com a Praça da Bandeira ou a Alameda Brustlein, ambas ainda na região central, e muito próximas das Praças Nereu Ramos e Lauro Muller, percebemos que a disponibilidade de mobiliário urbano e sua configuração também podem influenciar na utilização dos espaços de praça, assim como o comércio e os serviços oferecidos no entorno imediato dessas áreas.

Imagem 77 – Aproximação do Bairro Centro – Praças da Bandeira e Alameda Brustlein.



Fonte: Mapas: IPPUJ, 2016, tratados pela autora, 2017. Fotos: Autora, 2016

Ao aproximarmos a análise da Praça da Bandeira, identifica-se também áreas comerciais, de serviços e residenciais. Além disso, a praça encontra-se junto ao terminal de ônibus urbano, o que poderia dar vitalidade ao local, já que pelo terminal urbano circulam muitas pessoas. Porém, com poucos mobiliários urbanos dispostos em uma configuração

que não valoriza a interação social, a praça torna-se um espaço muito mais de passagem que propriamente de estar. Soma-se a isso, a existência de poucos serviços relacionados à alimentação (bares, cafés, restaurantes) que tentem atrair pessoas e mantê-las por algum tempo no local; aos poucos equipamentos e mobiliários urbanos, à precária iluminação noturna e ao layout de bancos que desfavorece os encontros, elementos esses que Hall (1977), Jacobs (2011), Alexander (2013), Gehl (2013) e Salazar (2010), demonstraram ser de suma importância para a apropriação dos espaços por diferentes indivíduos.

Quando a aproximação é realizada na Alameda Brustlein (Rua das Palmeiras) percebe-se que é um local cercado principalmente por edificações de uso comercial e de serviço (tabelionatos, cartórios), com algum uso residencial em seu entorno imediato, edificações com baixa altura, o que remete também à baixa densidade, além de algumas edificações abandonadas ou inacabadas. Atualmente, é uma rua para pedestres, que dá acesso ao Museu da Imigração. Esses dois espaços diferem dos primeiros por configurarem-se muito mais como áreas de circulação. Notou-se, através de observações, que as pessoas tendem a permanecer pouco tempo (menos de 10 minutos) sentadas nos bancos disponibilizados, muito diferente do que acontece nas Praças Nereu Ramos e Lauro Muller, onde as pessoas dispõem mais de meia hora para ficar no lugar. Crê-se que esses últimos também se configuram como locais pelos quais a população se identifica, seja pelo tempo de sua existência, seja pelo valor simbólico que possuem.

Em resumo, após todo o exposto, percebe-se que a cidade de Joinville é carente tanto de espaços livres públicos de praça quanto de espaços privados de socialização, possuindo muitas regiões fora dos raios



de abrangência dos espaços existentes e outras com grande sobreposição como é o caso do bairro Centro. Observa-se ainda que existe potencial de ampliação da abrangência das áreas, caso nos ELPs baldios sejam instalados mobiliários urbanos e configuradas áreas para lazer, contemplação e estar. Observa-se também que se as áreas de margem de rio possuíssem um tratamento que viabilizasse sua apropriação, seria possível pensar em um sistema de espaços livres públicos coeso na cidade, visto que esta é permeada por um sistema hidrográfico rico e que demanda atenção.

Entende-se, ainda, que existe um potencial de apropriação dos espaços existentes, mas que essa apropriação também depende da cultura e da vontade do cidadão. Evidencia-se a importância de entorno imediato de uso diverso para a efetiva apropriação dos espaços, como bem demonstraram Saboya (2012) e Pazos (2014).





## **CAPÍTULO 7** **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **7.1 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE TRABALHO FUTURO**

**SILVA, C. S. Igrejinha do Paraí, 2015.**



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos motes desta pesquisa de tese foi apontar para a necessidade da retomada do espaço livre público enquanto mediador dos encontros interpessoais, da socialização e da vida urbana. Evidenciou-se que, a partir do século XIX, o espaço público veio perdendo força frente aos espaços privados de socialização. Percebe-se que a partir do século XXI iniciou-se um movimento mundial pela retomada do espaço público por parte da população. Este movimento ganha força através da ressignificação do espaço livre público. Espaços subutilizados e/ou degradados como áreas industriais, vias férreas abandonadas, viadutos e zonas degradadas são revitalizados e tornam-se espaços com grande urbanidade. Além disso, pesquisadores apontam para os efeitos positivos que o uso do espaço livre público traz para a vida das pessoas, tais como melhora na saúde física e mental e melhora nas relações humanas. Aponta-se também para as funções de mediação que o espaço público desempenha, através dele a vida urbana pode ser fortalecida, as relações sociais podem ser mediadas, a tolerância e a democracia podem ser praticadas e a vida cotidiana pode acontecer, ou seja, é através desse ambiente que a urbanidade poderá se manifestar.

Ao se entender a importância de disponibilizar espaços deste tipo à população nas cidades contemporâneas, buscou-se compreender se na maior cidade do estado de Santa Catarina, Joinville, a população e o poder público têm dispensado atenção suficiente aos seus espaços livres públicos de praça. Partiu-se da hipótese de que tais espaços não são utilizados pela população local. E, como sub-hipóteses, acreditava-se que o joinvillense não possui uma cultura de utilização desses espaços; que o poder público, através das políticas públicas e dos planos diretores não dá

ênfase à importância de se possuir e utilizar espaços livres públicos e que as atuais áreas são poucas e mal distribuídas na malha urbana de Joinville. De maneira a alcançar os objetivos traçados e de forma a comprovar ou refutar essas sub-hipóteses, trabalhou-se em três capítulos que trataram dos aspectos socioculturais, da evolução urbana e das políticas públicas e da cidade de Joinville em seu atual momento.

Através do levantamento sociocultural realizado, pode-se perceber que a população de Joinville, desde a formação da colônia, não possui o hábito de utilizar os espaços livres públicos para a socialização, sendo esta realizada principalmente em clubes, associações e recreativas. Como demonstrado, já nos primeiros anos da colônia foram criadas associações de tiro, canto e dança, em locais privados e com acesso restrito. Sublinhou-se também, que nos primeiros cinquenta anos de desenvolvimento de Joinville, apenas uma praça havia sido criada, sendo o espaço da rua um local de encontros não intencionais e muito vinculado aos movimentos diários da casa para o trabalho, não suscitando um movimento para o encontro propriamente dito. Evidencia-se que o espaço livre público serve àqueles movimentos mais pragmáticos do comércio e do serviço, mas não de encontros, da troca de experiências, demonstrando o desperdício da possibilidade de uso do espaço público e a valorização do espaço privado.

Essa cultura socioespacial urbana, construída pela prática cotidiana do movimento casa-trabalho-casa, está muito presente no imaginário local. Enraizada em relatos encontrados em livros de historiadores locais e percebida nas atitudes diárias do joinvillense ainda nos dias de hoje. Historiadores locais e jornalistas apontam para esse movimento como algo positivo, como algo que trará para as pessoas uma ascensão social,

mas esquecem-se que esse movimento pode limitar a vida pública e o desenvolvimento cultural de uma sociedade que vive quase que exclusivamente para o trabalho. Com poucos momentos de ócio e interações interpessoais, as referências da vida cotidiana tornam-se limitadas, limitando também as experiências possíveis em uma cidade.

Acredita-se, ainda, que o título de ‘cidade onde se trabalha’ pode ter sido cunhado por uma crença regional que determina que o trabalho e os produtos desenvolvido por indivíduos de origem teuta é melhor (talvez ainda resquícios de uma exaltação da Alemanha industrial). Esse pré-conceito foi muito bem aproveitado pela elite joinvillense quando da promoção da cidade no período de maior desenvolvimento industrial, entre as décadas de 1940 e 1960. Isso pode ter desencadeado um processo de enquadramento da população migrante (daqueles com renda baixa) como forma de evitar a desordem, o ócio e possíveis greves. Esse processo pode ser evidenciado no momento em que são criadas recreativas para o lazer dos funcionários das fábricas (em sua grande maioria migrantes e com cultura diversa da existente na cidade). Essas recreativas possuíam normas de convivência que poderia criar ou suscitar novos comportamentos aos funcionários migrantes, buscando enquadrá-los em uma lógica social interessante à elite industrial, predominante na cidade. Nesse ponto, destaca-se a evidência trazida por Jorge Wilhelm em seus estudos: Joinville parece existir em função e para a sua elite. Fato que pode ser notado nos dias atuais, de forma mais branda, mas ainda existente na cidade. A exemplo, as reuniões do plano diretor participativo ocorridas em 2016 para a aprovação da LOT tinham pouca participação da população dos bairros, ficando quase que restrita ao empresariado local.

Essa lógica social, que até certo ponto se mantém nos dias de hoje, trouxe sérios problemas urbanos à cidade. O incentivo à migração para a cidade de Joinville teve graves consequências no que tange à infraestrutura urbana. O crescimento desenfreado e sem planejamento dos primeiros anos da migração (já nas décadas de 1950-60) fez com que regiões de morro e de mangue fossem ocupadas. Trazendo, além da precária infraestrutura urbana, segregação espacial e descaso com os espaços livres públicos. Soma-se a isso a despreocupação com estudos urbanos que até a década de 1965 não existiam na cidade.

Somente em 1973 foi aprovado o primeiro plano de desenvolvimento diretor de Joinville que, em linhas gerais, apontava principalmente para a necessidade de melhorar a mobilidade urbana, priorizando o deslocamento individual e criando vários eixos estruturados na cidade que se mantém até os dias atuais. O espraiamento da cidade não parou, e na década de 1980 nota-se um grande acréscimo na malha urbana de Joinville e a manutenção dos mesmos problemas de décadas anteriores – pouca infraestrutura urbana, segregação espacial e início de violência urbana provocada, talvez, pela crise econômica que o país enfrentava nessa época, além da baixa densidade demográfica que pode estar associada à baixa utilização dos espaços livres públicos (menor quantidade de gente por áreas tem como consequência menor gente utilizando os espaços públicos).

Constatou-se, também, que apesar da existência de planos diretores de desenvolvimento e de estudos urbanos desenvolvidos por equipes técnicas que apontavam para a necessidade de controle do crescimento urbano, para a melhoria da infraestrutura urbana e para a oferta de espaços livres públicos de qualidade para a população (foco desta pesquisa),



pouco foi feito no sentido de criar espaços valiosos às interações pessoais. Os apontamentos realizados pelos estudos urbanos direcionavam para a criação de áreas livres públicas com infraestrutura e que valorizassem os recursos naturais da cidade, tais como os morros e os rios. O Estudo de 1987 idealiza a criação de um parque linear junto ao rio Cachoeira, porém tal proposta nunca saiu do papel, e esse rio urbano, tão importante na paisagem e na memória local, torna-se apenas um elemento hídrico pouco valorizado na malha urbana.

Essa pouca valorização dos espaços pode ser notada a partir da análise da situação atual da cidade. A baixa oferta e os poucos critérios de reserva e estruturação dos espaços livres nas políticas urbanísticas de Joinville justificam a necessidade de ênfase nesse debate.

Destaca-se que, através dos levantamentos e das análises globais realizadas no capítulo anterior, foi possível compreender a distribuição dos espaços livres públicos de praça em Joinville, bem como relacionar sua localização com sua pouca apropriação. Comprova-se a hipótese de que estão em quantidade inferior a desejável, não abrangendo nem metade da malha urbana da cidade.

Os ELPs de praça concentram-se principalmente na região central de Joinville, próximo ou no núcleo inicial de colonização. Estão em áreas, majoritariamente, de baixa e média densidade populacional, e em regiões onde a população possui renda média alta, o que pode estar vinculado a pouca utilização desses espaços, já que esses indivíduos podem estar utilizando clubes ou associações para sua socialização. Destaca-se que, em áreas mais periféricas, existem poucos ELPs de praça e esses estão, em sua maioria, degradados ou sem manutenção adequada que permita

sua utilização, o que pode gerar um movimento de utilização da rua como área de interação social.

Outro ponto importante a se evidenciar, é que a grande maioria dos ELPs de praça estão próximos às vias estruturadoras de mobilidade da cidade, o que poderia garantir visibilidade e acessibilidade a esses espaços se próximo a eles fossem criados alguns bolsões de estacionamento, visto que a população foi incentivada, através da estrutura urbana, a deslocar-se prioritariamente de carro.

No entanto, admite-se que na área central, tendo em vista que é uma região que permite os deslocamentos a pé e que oferece atrativos ao deambular, os espaços livres públicos da rua poderiam ser trabalhados e estruturados de forma a convidar os indivíduos a se deslocar até os ELPs de praça, criando caminhos convidativos, com pequenas exposições itinerantes que despertem o interesse de quem por elas passe. Essas intervenções poderiam iniciar uma cultura de apreciação e apropriação dos espaços externos, permitindo os encontros casuais, as interações interpessoais e de pessoas com o ambiente construído, proporcionando movimento, troca de experiências, vitalidade urbana e uma vida cotidiana além do habitual casa-trabalho-casa tão arraigado no imaginário local.

## 7.1 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE TRABALHO FUTURO

Esta pesquisa de tese limitou-se a compreender os possíveis fatores envolvidos na pouca utilização dos espaços livres públicos de praça da cidade de Joinville. Todavia, ao longo desses anos dispensados a essa análise, percebe-se que devem ser foco de trabalhos futuros questões que abarquem todos os espaços livres públicos (ruas, largos, adros de igrejas,

etc.), visto que todos esses espaços são propícios às interações sociais e atualmente demonstram-se carentes de pessoas.

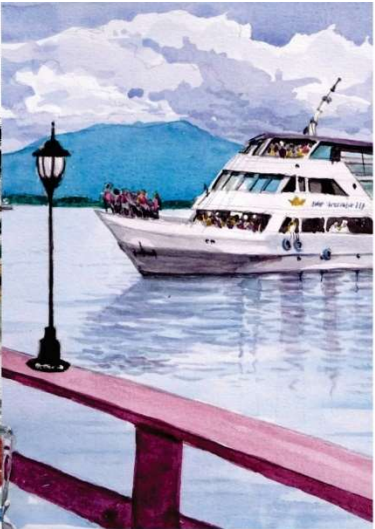
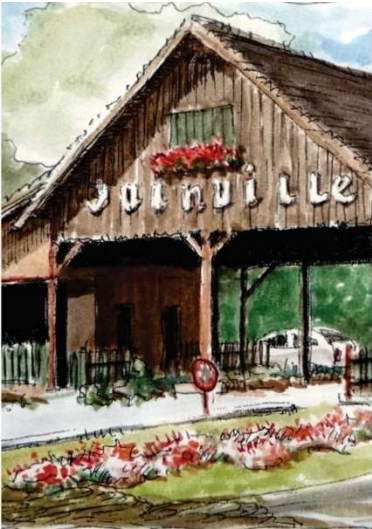
Acredita-se importante também aproximar o foco da pesquisa para determinadas áreas, como forma de reconhecer padrões de apropriação dos espaços por parte da população. Como um tema bastante abrangente, optou-se por uma análise global da cidade, caberia então aos estudos futuros reconhecer as áreas propensas a gerar vitalidade urbana, identificar se nelas existe ou não vitalidade, quais os fatores locais que propiciam ou impedem essa vitalidade e como criar estímulos a esses locais de forma a gerar uma vida urbana mais intensa, evitando desperdícios de espaços e de interações positivas na urbe.

Durante essa caminhada, observou-se o começo de um movimento de retomada dos espaços livres públicos em bairros periféricos da cidade. Sugere-se, então, o contato com associações de bairro, organizações não governamentais ou coletivos a fim de entender as necessidades da população que se encontra nas regiões mais afastadas do centro como forma de possibilitar a criação de espaços úteis a esses indivíduos, criando identidade a esses espaços e garantindo a apropriação por parte da população. Acredita-se que esse contato direto seja importante, já que em audiências do plano diretor participativo, essa população tem pouca representação, sendo que o número mais representativo de indivíduos é daqueles ligados ao empresariado local.

Ao se pensar na identificação que os indivíduos possuem com os ELPs, sugere-se ainda a realização de um estudo comparativo que aponte as diferentes formas de apropriação dos espaços livres públicos nos diferentes bairros da cidade, podendo ter como critérios de comparação

renda, densidade dos bairros, proximidade a vias de grande fluxo e como esses fatores são espacializados pela população nos ELPs.

Por fim, uma das grandes limitações encontradas no trabalho e que suscitaria fonte de excelente pesquisa antropológica e sociológica é o estudo da sociedade joinvillense desde o período de formação da colônia. Quando se abordou as questões socioculturais de Joinville, o único referencial encontrado foi o trabalho de historiadores, muito bem fundamentados, diga-se de passagem, mas carentes de uma abordagem mais sociológica e antropológica que analise inclusive fatores psicológicos envolvidos no imaginário local.



REFERÊNCIAS  
APÊNDICES  
ANEXOS



## REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. Praça é homenagem a interventor federal., Joinville, 09 Março 2001. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/jville2001/pg09.htm>>. Acesso em: 27 Julho 2016.

\_\_\_\_\_. Cerca de 200 pessoa se reúnem na praça da Bandeira em Joinville. **A Notícia**, 2016. Disponível em: <[anoticia.clicrbs.com.br](http://anoticia.clicrbs.com.br)>. Acesso em: 29 Julho 2016.

AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: AGUIAS, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Foglio Digital, 2012. p. 61 - 80.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ALMEIDA, R. D. C. **Paisagem urbana e espaço público: um estudo de duas praças de Belo Horizonte**. Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2001.

ANDRADE, L. Onde está a urbanidade? em um bairro central de Berlim ou em uma favela carioca? In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Foglio digital, 2012. p. 189 - 207.

ANGELIS, B. L. D. D.; NETO, G. D. A. Os elementos de desenho das praças de Maringá - PR. **Acta Scientiarum**, 2000. 1445-1454.

BARGOS, D. C. **Mapeamento e análise das áreas verdes urbanas como indicador de qualidade ambiental urbana**: estudo de caso de Paulínea-SP. Campinas: Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências, 2010.

BENTLEY, I. et al. **Entornos vitales**: hacia um diseño urbano y arctectónico más humano, manual practico. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BUENO, A. P. **Patrimônio paisagístico e turístico na Ilha de Santa Catarina**: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística. São Paulo: Tese Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, USP, 2006.

- CALDEIRA, J. M. **A praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade**. Tese de Doutorado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas. [S.l.]. 2007.
- CARVALHO, A. M. D. **Pós-Modernismo: passado ou presente**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo, 2009.
- CAVALHEIRO, F.; PICCHIA, P. C. D. D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. Anais do 1º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e 4º encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. Vitória - ES: [s.n.]. 1992. p. 29-38.
- CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscapa and Urban Planning**, v. 68, p. 129-138, Agosto 2004.
- CIDADE, D. M. Olhar e movimento: a fotografia como prática de assimilação da arquitetura. **X Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul**, Caxias do Sul, Setembro 2006.
- COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. 1ª. ed. Joinville: Editora da Univille, 2011.
- COSTA, S. D. A. P.; NETTO, M. M. G. **Fundamentos da Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- COSTA, S. D. S. **Santa Catarina: história, geografia, meio ambiente, turismo e atualidades**. Florianópolis: Postmix, 2011.
- CUNHA, R. D. A. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção., 2002.
- \_\_\_\_\_. **Os espaço públicos aberto e as leis de uso e ocupação do solo: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis**. III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. São Carlos - SP: [s.n.]. 2003.
- DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEHRING, C.; DUNSE, N. Housing Density and the Effect of Proximity to Public Open Space in Aberdeen, Scotland. **Real Estate Economics**, 2006. 553-566.



DEL RIO, V. Perambulando pelo centro histórico e Lisboa: urbanidade, o flâneur e as qualidades visuais da cidade. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R.; SZAPIRO, A. M. **Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 248-270.

DÍAZ, F.; ORTIZ, A. **Ciudad e inmigración: uso y apropiación del espacio público en Barcelona**. Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, p. 399-407. 2003.

DUARTE, D. A. B. G.; FILHO, V. L. Z. **Índice de área verde por habitante para o município de Timburi-SP**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia. Porto Alegre: ENG 2010. 2010. p. 1-10.

ELALI, G. A. Psicologia e Arquitetura: em busca do lócus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Natal, vol.2, 1997. 349-362. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a09v02n2.pdf>, acesso em 06.01.15.

ERA, R. T. Improving Pedestrian Accessibility to Public Space Through Space Syntax Analysis. **8º International Space Syntax Symposium**, Santiago - PUC, 2012.

ESCADA, M. I. S. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. São José dos Campos: Dissertação em Sensoriamento Remoto pelo programa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, 1992.

FARIA, T. D. J. P. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 19, p. 115-122, 2015.

FERREIRA, A. B. D. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Nova Fronteira, 1986.

FICKER, C. **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. 2ª. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga Ltda, 1965.

FOLTÊTE, J.-C.; PIOMBINI, A. Urban layout, landscape features and pedestrian usage. **Landscape and Urban Planning** 81, Janeiro 2007. 225-234.

FONTES, N.; SHIMBO, I. **Análise de indicadores para gestão e planejamento de espaços livres públicos de lazer: município de Jaboticabal**. Anais ENA 2003. Belo Horizonte, MG: [s.n.]. 2003.

- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. tradução Anita Di Marco 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GIBSON, J. **The senses considered as perceptual systems**. Boston: Houghton Mifflin, 1966.
- GIUSTINA, C. D.; CYBIS, H. B. B. Análise da área de influência de shopping centers a partir de dados provenientes de entrevistas domiciliares. **XX ANPET**, Brasília, 2006.
- GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. Reflexões sobre Qualidade Ambiental Urbana. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, Julho-Dezembro 2004. 21-30.
- GRAVE, L. et al. **Carta Municipal do Espaço Público: Caracterização da rede dos espaços exteriores de vivência colectiva**. Câmara Municipal de Odivelas. Odivelas, p. 1-49. 2011.
- GUERALDI, A. C. F.; LUTZ, P. **Novas perspectivas para o espaço público em São Paulo - movimentos sociais, poder público e transformações recentes**. 1º Congresso Internacional de Espaços Públicos. Porto Alegre: [s.n.]. 2015. p. 1-11.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, E. T. **A dimensão oculta**. 2ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: SELENE HERCULANO, M. F. D. S. P. C. M. D. F. **Qualidade de vida e Riscos Ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000. p. 219-246.
- HOLANDA, F. D. Urbanidade: arquitetônica e social. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Foglio digital, 2012. p. 163 - 187.
- IBGE. **Censo**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [S.l.]. 2010.
- IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**. IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, IPARDES. Brasília, p. 206. 2000. (ISBN 85-86170-16-X).

IPPUJ. **Joinville Bairro a Bairro**. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável ed Joinville - IPPUJ. Joinville, p. 105. 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JOINVILLE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 2008.

JOINVILLE, P. M. D. **Plano Diretor de Joinville**: lei 1262. Joinville: [s.n.], 1973.

\_\_\_\_\_. **Joinville**: plano de estruturação urbana. Joinville: [s.n.], 1987.

KOHLSDORF, M. E. **A Apreensão da Forma da Cidade**, 1996. ISSN ISBN 85-230-0388-6.

KOOHSARI, M. J.; KARAKIEWICZ, J. A.; KACZYNSKI, A. T. Public open space and walking: the role of proximity, perceptual qualities of the surrounding built environment, and street configuration. **Environment and Behavior**, p. 706-736, 2012.

KRAFTA, R. Impressões digitais da urbanidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Foglio digital, 2012. p. 115 - 133.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3ª. ed. Porto: Fundação Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 1ª ed. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, v. 3ª reimpressão da 1ª edição de 1999., 2008.

LEME, M. C. D. S. **Urbanismo no Brasil - 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LOPES, A. L. B. **Sanear, prevenir e embelezar**: O engenheiro Saturnio de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Tese apresentada ao Programa de Pós-GRaduação em História., 2013.

LOPES, A. R. C. **Memória urbana: diálogo do patrimônio cultural no bairro Centro de Joinville**. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville UNIVILLE. Joinville, p. 207. 2011.

- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MAGALHÃES, F. R. D. **As manifestações no espaço público**: a rua como lugar da expressão política. Pensamento Plural. Pelotas: [s.n.], 2013. p. 7-35.
- MAGNOLI, M. M. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente: ensaios, n.21**, São Paulo, 2006. 199-214.
- MALARD, M. L. **Avaliação Pós-Ocupação, participação de usuários e melhora da qualidade dos projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica com apoio do Estúdio Virtual de Arquitetura - EVA**. Universidade Federal de Minas Gerais. [S.l.]. 2002. Disponível em: [www.habitare.org.br](http://www.habitare.org.br). Acesso em 08.11.14.
- \_\_\_\_\_. Entendendo a Natureza do Espaço Arquitetônico. In: MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Cap. 3, p. 25-56.
- MARCARÓ, L. A. D. O. E. J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, abril / jun. 2007. p. 59-69.
- MARQUET, O.; MIRALLES-GUASCH, C. Walking short distances. The socioeconomic drivers for the use of proximity in everyday mobility in Barcelona. **Transportation Research Part A**, 19 Novembro 2014. 210-222.
- MARTINS, R. B. **Dos processos migratórios e ciclos econômicos à preservação da paisagem urbana: multiculturalidade no município de Joinville-SC**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina. [S.l.], p. 445. 2013.
- MASCARÓ, J. A forma Urbana e seus custos. In: TURKIENCZ, B.; MALTA, M. **Desenho Urbano**: Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Brasília: UnB, 1986. p. 61-68.
- MEURER, B. **Entre flores e manguezais**: a construção do real em Joinville. São Paulo: Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo., 1993.
- MINAYO, M. C. D. S. et al. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 24ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAGU, A. **Tocar: o significado humano da pele.** 7ª ed. ed. São Paulo: Summus, v. Tradução de Maria Sílvia Mourão Netto, 1988.

MOORE, G. T. Introdução a Arquitetura. In: SNYDER, J. C.; CATANESE, A. **Estudos de Comportamento Ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1984. Cap. Cap.3, p. 65-91.

MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, V. M. O que é, afinal, urbanidade? Notas sobre um diálogo tortuoso. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012. Cap. Introdução, p. 33 - 61.

OLIVEIRA, L. A. D.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun 2007. ISSN ISSN 1678-8621.

OLIVEIRA, R. C. D. Oliveiras entre alemães: estudo de caso da classe dominante no nordeste de Santa Catarina. Da lavoura escravista para a indústria e a política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 4/5, p. 89-111, 1995.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele: a arquitetura dos sentidos.** 2ª Edição. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J.-C. **Formas Urbanas: a dissolução da quadra.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

PAPANEK, V. Sentir a habitação. In: PAPANEK, V. **Arquitetura e Design: ecologia e ética.** 70. ed. Lisboa/Portugal: [s.n.], 1995.

PARENTE, J.; KATO, H. T. Área de Influência: um estudo no varejo de supermercados. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, p. 46-53, Abril 2001.

PAULA, K. C. L. D. **A Arquitetura Além da Visão: uma reflexão sobre a experiência no ambiente construído a partir da percepção das pessoas cegas congênitas.** Dissertação de Mestrado. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

PAZOS, T. **El patio del eixample, un espacio público de proximidad.** Barcelona: Tese desenvolvida na Universidade Politecnica da Catalunha, 2014.

- PELUSO JR., V. A. Tradição e plano urbano: cidades portuguesas e alemãs no Estado de Santa Catarina. **Boletim Geográfico n. 133 Ano XIV**, Julho - Agosto 1956. 325-357.
- PEPONIS, J. Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio e além dele. **Revista AU**, v. n. 41, p. 78-83, 1992.
- PERSON, E. **Espaços de permanências e passagem**: contribuições para a elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano. Brasília: Universidade de Brasília, dissertação apresentada no Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2006.
- RAPOPORT, A. Origens Culturais da Arquitetura. In: SNYDER, J. C.; CATANESE, A. **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1984. Cap. 1, p. 26-42.
- RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para pós-ocupação. Rio de Janeiro: PorArq / FAU / UFRJ, 2009.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2010.
- ROCHA, I. D. O. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações**. Dissertação - Mestrado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 189. 1994.
- SABOYA, R. T. Urbanidades: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores. **Urbanidades**, 2011. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2011/09/o-conceito-de-urbanidade/>>. Acesso em: 24 Julho 2017.
- \_\_\_\_\_. Urbanidades. **Urbanismo, Planejamento urbano e Planos diretores**, 2012. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2012/11/condicoes-para-a-vitalidade-urbana-1-densidade/>>. Acesso em: 08 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. Urbanidades: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores. **Urbanidades**, 2013. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br>>. Acesso em: 24 julho 2017.
- \_\_\_\_\_. John Peponis: Espaço, Cultura e Desenho Urbano. **Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**, Florianópolis, Setembro 2013. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br>>. Acesso em: 10 Agosto 2017.

SABOYA, R. T.; NETTO, V. M.; VARGAS, J. C. Fatores morfológicos de vitalidade urbana: uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos. **Vitruvius**, maio 2015. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554>>. Acesso em: 24 Julho 2017.

SALAZAR, J. H. **Uso y apropiación de los espacios públicos**. Medellín: Grupo EMAT, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHIPPERIJ, J. et al. Factors influencing the use of green space: Results from a Danish national representative survey. **Landscape and Urban Planning**, v. 95, p. 130-137, 2010.

SCHLEE, M. B. et al. Sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras - um debate conceitual. **Paisagem e Ambiente: ensaios - n.26**, São Paulo, p. 225 - 247, 2009.

SCHMIDT, E. et al. Método para o mapeamentos da qualidade ambiental urbana. **Anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada - USP**, São Paulo, p. 393 - 404, Setembro 2005.

SENNETT, R. **La conciencia del ojo**. Barcelona: Duplex, 1990.

\_\_\_\_\_. **O declínio do homem público, as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SERETE, S. S. D. E. E. P. L. **Plano Básico de Urbanismo**. Joinville: [s.n.], 1965.

SILVA, J. G. D. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer: As vibrações do centenário e o período de nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville/SC**. Florianópolis: Tese de doutorado, 2004.

SIMÕES, E. A. Q.; TIEDEMANN, K. **Psicologia da Percepção**. São Paulo: EPU Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1985.

SOMMER, R. **Espaço pessoal. As bases comportamentais de projetos e planejamentos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. Coleção Ciência do Comportamento, 1973.

SOUSA, C. S. D. **Urbanidade, tecido urbano e cursos d'água: um estudo em Goiânia e Florianópolis**. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ, 2017.

SOUZA, G. M. D. Educação para o trabalho: os sindicatos amarelos e a pedagogia estadonovista. **Histedbr on-line**, Campinas, p. 1-23, 2007.

\_\_\_\_\_. **A cidade onde se trabalha, a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville**. 1ª. ed. Itajaí: Maria Do Cais, 2008.

\_\_\_\_\_. Apontamentos históricos sobre o Museu da Indústria em Joinville. **ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

SUPPIA, A.; SCARABELLO, M. As reformas do Rio de Janeiro no início do século XX. **pré-univesp**, v. 61, dezembro 2016.

TENORIO, G. D. S. **Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública**. Brasília: Universidade de Brasília - UnB - Tese apresentada ao Programa de Pesquisa em Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012.

TERNES, A. **História de Joinville, uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

\_\_\_\_\_. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo - SP: Bartira Gráfica e Editora S/A, 1993.

THOMPSON, C. W. Urban open space in the 21st century. **Landscaps and Urban Planning** 60, 2002. 59 - 72.

THOMSEN, J.; EIKEMO, T. A. Aspects of student housing satisfaction: a quantitative study. **Journal of housing and the built enviroment.**, p. 273-293, Março 2010. Disponível em: <http://link.springer.com/> acesso em 06.01.15.

VIER, L. G1 Santa Catarina. **G1 Santa Catarina**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/12/joinville-e-cidade-mais-rica-de-santa-catarina-aponta-pesquisa-do-ibge.html>>. Acesso em: 05 Janeiro 2016.

VIERO, V. C.; FILHO, L. C. B. Praças públicas: origem, conceitos e funções. **Jornada de Pesquisa e Extensão - ULBRA**, Santa Maria, 2009.

VIEZZER, J. **As linhas projetuais paisagísticas e a percepção dos usuários das praças de Curitiba - PR**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 123. 2014.



VOGEL, A.; MELLO, M. A. D. S. **Quando a rua vira casa: a** apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Niteroi: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

WILHEIM, J. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Saga, v. 11, 1969.

YOKOO, S. C.; CHIES, C. O papel das praças públicas: estudo de caso da praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. **IV EPCT - Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, Campo Mourão - PR, 20 -23 Outubro 2009.



## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – TABELA SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CRÍTICAS E SUGESTÕES DOS AUTORES CLÁSSICOS OFERECIDAS PELO REFERENCIAL DO CAPÍTULO 2.

Tabela 2 - Tabela síntese das principais críticas e sugestões dos autores clássicos oferecidas pelo referencial abordado.

Autor/ Ano	Críticas	Sugestões
Levebvre (1974)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da cidade a dormitório;</li> <li>- Funcionalização da existência;</li> <li>- Projetos urbanos desconectados do contexto histórico e cultural;</li> <li>- Valorização da intimidade e privacidade;</li> <li>- Separação, segregação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rua anima a cidade e é por ela animada.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Supressão da rua;</li> <li>- Monofuncionalidade dos espaços;</li> <li>- Grandes estruturas urbanas – monumentalidade.</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rua como local de encontro;</li> <li>- Vitalidade urbana.</li> </ul>
Alexander, Ishikawa e Silvertstein (2013)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Praças desertas e mortas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocorrência de atividades noturnas;</li> <li>- Presença de fronteiras suaves;</li> <li>- Presença de pessoas de diversas faixas etárias;</li> <li>- Dimensão afetiva da arquitetura.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos muito bons na prancheta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade de tipologias edilícias no entorno;</li> <li>- Multifuncionalidade dos espaços, mescla de usos residenciais, comerciais e de serviços;</li> <li>- Presença de portas e janelas;</li> <li>- Ausência ou diminuição de recuos frontais;</li> <li>- Bons locais para sentar com variados tipos.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Complementariedade temporal das atividades;</li> <li>- Elementos de suporte a múltiplas atividades;</li> <li>- Diversidade (pessoas, funções, símbolos)</li> </ul>

Continua...

Autor/ Ano	Críticas	Sugestões
Jacobs (1961)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos urbanos desconectados do contexto histórico e cultural;</li> <li>- Valorização da intimidade e da privacidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração de realidades locais;</li> <li>- Nítida separação entre público e privado;</li> <li>- Olhos para a rua;</li> <li>- Pessoas atraem pessoas;</li> <li>- Rua é local de vida pública;</li> <li>- Segurança.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monofuncionalidade dos espaços;</li> <li>- Grandes estruturas urbanas;</li> <li>- Bairros com características de autossuficiência;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legibilidade dos espaços públicos;</li> <li>- Diversidade de usos;</li> <li>- Usos principais combinados;</li> <li>- Quadras curtas;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escala do pedestre;</li> <li>- Elementos devem estar no campo visual dos usuários;</li> <li>- Diversidade de usuários;</li> <li>- Calçadas com a presença de indivíduos;</li> <li>- Palcos de atividades necessárias.</li> </ul>
Gehl (1971)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos urbanos desconectados do contexto histórico e cultural;</li> <li>- Valorização da intimidade e da privacidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração das realidades locais;</li> <li>- Programas de vivências mais ricos, permitindo aos usuários atividades necessárias, opcionais e sociais;</li> <li>- Visibilidade dos espaços públicos a partir dos espaços privados;</li> <li>- Presença de fronteiras suaves;</li> <li>- Olhos para a rua.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monofuncionalidade dos espaços;</li> <li>- Grandes estruturas urbanas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legibilidade dos espaços públicos;</li> <li>- Diversidade de usos;</li> <li>- Ruas mais atrativas;</li> <li>- Presença de vegetação, água, mobiliário, iluminação e boa acessibilidade;</li> <li>- Ausência de áreas elevadas ou rebaixadas e de barreiras;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escala do pedestre;</li> <li>- Elementos devem estar no campo visual dos usuários;</li> <li>- Diversidade de usuários;</li> <li>- Aproveitamento dos aspectos positivos do clima;</li> </ul>

Fonte: Autora, 2017.

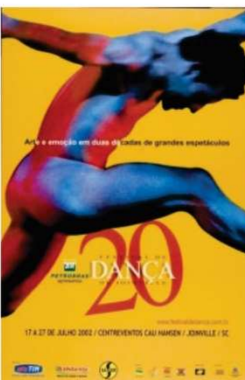
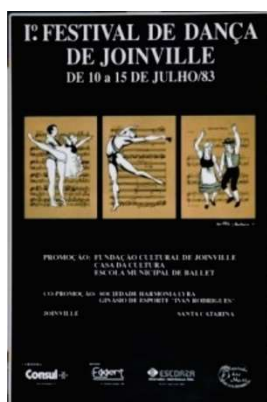
Para auxiliar na compreensão das dimensões simbólicas, morfológicas e de qualificação dos espaços, subdividiu-se a tabela acima em duas colunas e três linhas para cada autor. As colunas referem-se às críticas e às sugestões feitas. Já as linhas estão divididas entre as dimensões simbólicas (cinza claro), morfológicas (cinza médio) e de qualificação dos espaços (cinza escuro). As críticas e sugestões referem-se à cidade moderna, pós-moderna e contemporânea.

## APÊNDICE B – PRINCIPAIS FESTIVIDADES DA CIDADE DE JOINVILLE

### 1. Festival de Dança

O festival de dança acontece anualmente desde 1982, no mês de Julho, e reúne os principais grupos e escolas de dança do Estado, do País e do mundo. É considerado o maior festival de dança do mundo, reunindo diversas categorias – desde a clássica até a dança urbana. Ainda no festival são realizadas oficinas e seleções de alunos para a escola Bolshoi instalada na cidade.

Site do festival: <http://www.ifdj.com.br>



## 2. Festa das Flores

A primeira festa das flores ocorreu em 1936, no mês de novembro. Desde essa data, a festa somente foi interrompida nos anos de 1942 e 1943 em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

A festa é reconhecida como patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina. Ocorre anualmente no mês de novembro no centro de eventos Expoville e juntamente com a festa também é realizado o concurso de jardins.

Site da festa: [www.festadasflores.com.br](http://www.festadasflores.com.br)



## 3. Stammtisch

A festa dos amigos, ou *Stammtisch*, tem se tornado tradicional na cidade. Acontece desde 2009, tradicionalmente no mês de outubro. Sem um local fixo, a festa acontece em vários bairros da cidade, mas principalmente na Rua Visconde de Taunay (via gastronômica no centro de Joinville).

O encontro reúne grupos de amigos para confraternizar. Em barracas organizadas com comida e bebida, os participantes têm o objetivo de celebrar a amizade.

## 4. Festival de Cuca

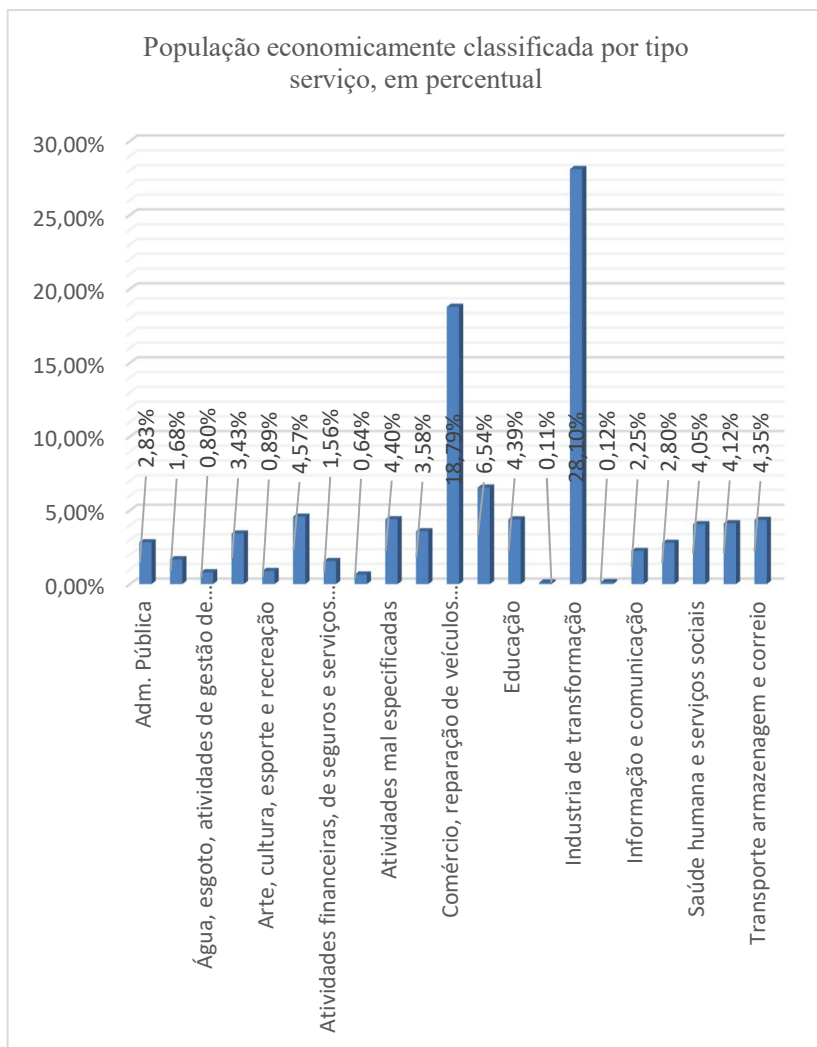


O festival de cuca da cidade acontece desde 2004, no mês de maio. Promovido pelo grupo RBS (atual NSC), é normalmente realizado na praça do mercado público e reúne um grande número de pessoas.

O evento conta com a cobertura da imprensa local, com concurso para a escolha da melhor cuca, além de shows e apresentações artísticas.

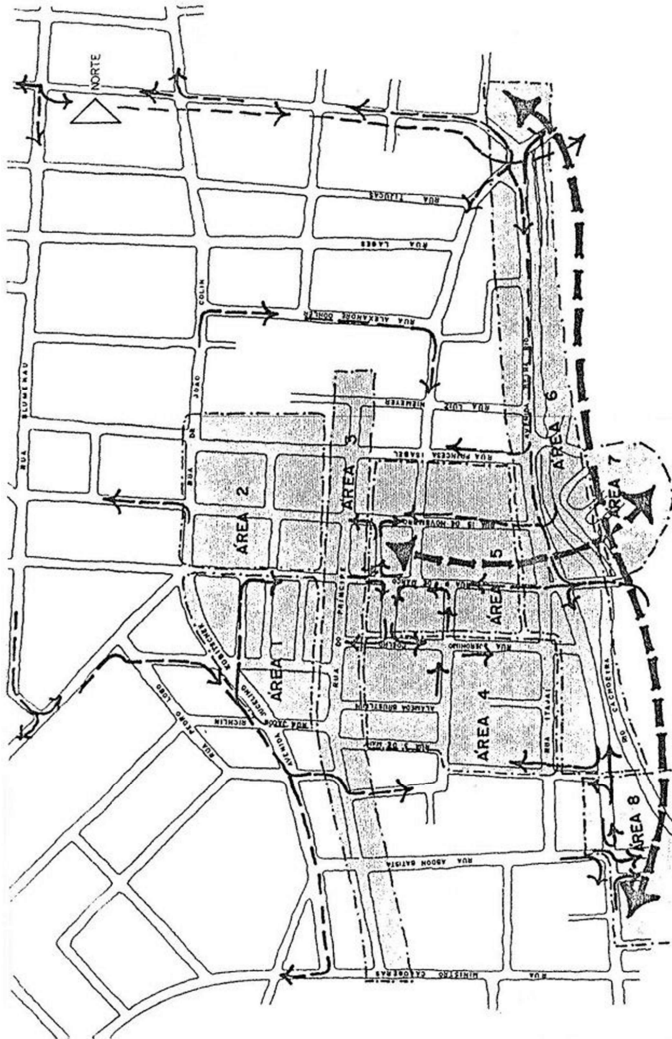
## APÊNDICE C – PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS CLASSIFICADAS POR TIPO DE SERVIÇO

Com base nos dados disponibilizados pelo IBGE Cidades de 2010, elaborou-se o gráfico abaixo indicando o percentual da população economicamente ativa classificado por serviços.

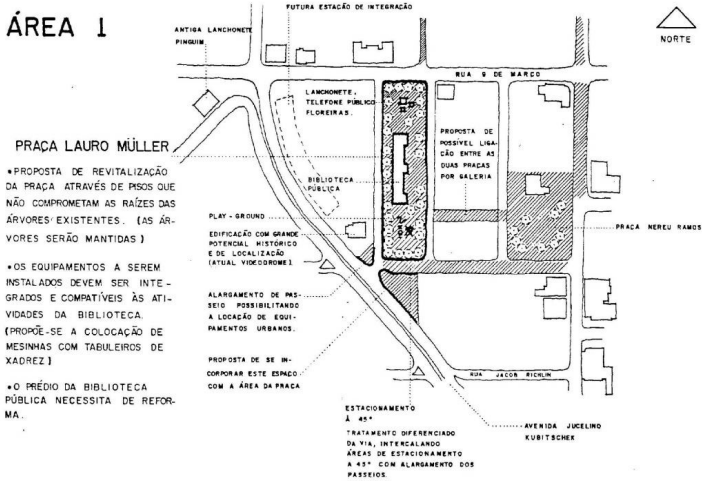


## APÊNDICE D – PROPOSTAS DE REVITALIZAÇÃO URBANA DO ESTUDO DE 1987 PARA A ÁREA CENTRAL DE JOINVILLE

Área das propostas de revitalização urbana da região central de Joinville. **Área central e prioridade.**



Proposta para a praça Lauro Muller – implantação da biblioteca municipal. Proposta realizada.

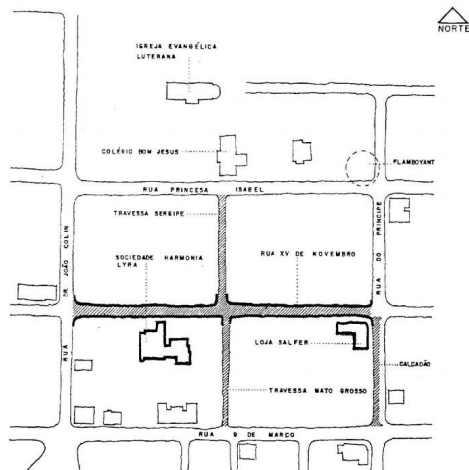


Proposta para a Rua XV de Novembro – tratamento viário com áreas de estacionamento e alargamento do passeio, implantação de arborização de pequeno porte. Proposta implantada em partes – sem arborização.

## ÁREA 2

### RUA XV DE NOVEMBRO

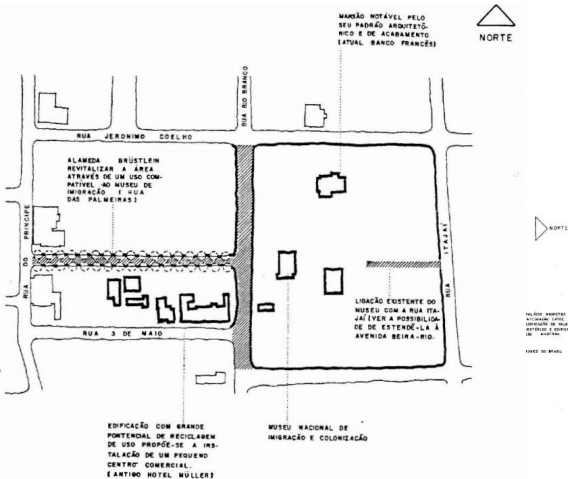
- TRATAMENTO DIFERENCIADO DO SISTEMA VIÁRIO INTERCALANDO-SE ÁREAS DE ESTACIONAMENTO COM ALARGAMENTO DOS PASSEIOS
- PROPÕE-SE EQUIPAR A ÁREA COM O MOBILIÁRIO URBANO NECESSÁRIO E UMA ARBORIZAÇÃO COM ESPÉCIES DE PEQUENO PORTE QUANDO DO POSSÍVEL.



Proposta para a Rua do Príncipe – utilização de gabaritos máximos de 3 pavimentos, manutenção das áreas de comércio, manutenção e preservação de edificações históricas e culturais para a cidade e instalação de atividades de uso público. Proposta implantada em partes, o calçadão para área de comércio não se consolidou.

Proposta para a Rua das Palmeiras – prevê nova paginação de piso, retorno à perspectiva original, retirando o estacionamento de carros, e busca promover e incentivar atividades sociais e culturais propondo a localização de bares e restaurantes. Parcialmente implantada – poucos bares e restaurantes no local.

- ÁREA 4**
- RUA DAS PALMEIRAS  
E MUSEU DE IMIGRAÇÃO**
- ÁREA :
- RUA DO PRÍ  
L. RUA DO PRÍN  
O BRANCO ABA  
DO CENTRO TRÁ
- ALAMEDA BR  
L. ALAMEDA BR  
USTELM REV  
ITALIZAR A Á  
REA ATRAVÉS  
DE UM USO COM  
POTENCIAL NO  
MUSEU DE IM  
IGRAÇÃO, E A  
VIA DAS PAL  
MEIRAS
- É NECESSÁRIO REVER O ESTACIONAMENTO QUE OCORRE ATUALMENTE DE FORMA ALEATORIA ENTRE AS PALMEIRAS IMPEDINDO A VISÃO FRONTAL DO MUSEU.
- INCENTIVAR O USO QUE PROMOVA ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER PARA O LOCAL (BARZINHOS, CURSOS DE INGLÊS ETC.)
- ANTIGO HOTEL MÜLLER TEM GRANDE POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO PARA CONFEITARIA E PEQUENAS LOJAS



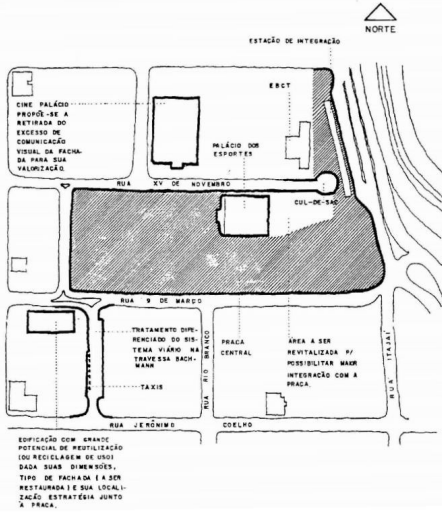
Proposta para a Praça Central – Ligação e integração da área central com o rio e o futuro prédio da estação de integração. Propõe ainda o plantio de árvores de médio e grande porte. Não pôde ser verificada a implantação do projeto, a área está desde de 2015 em reformas.

### ÁREA 5

#### PRACA CENTRAL

• PRACA CONSTITUÍDA DE SUPERFÍCIES PAVIMENTADAS E ARBORIZAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE, INTEGRANDO O CONJUNTO DE ESPAÇOS CIRCUNDANTES, EM DIREÇÃO AO RIO

• O TRATAMENTO PAISAGÍSTICO DA ÁREA POSSIBILITARÁ UMA CIRCULAÇÃO PRINCIPAL LONGITUDINAL, INTERLIGANDO O CENTRO URBANO AO FUTURO PRÉDIO DA ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO.

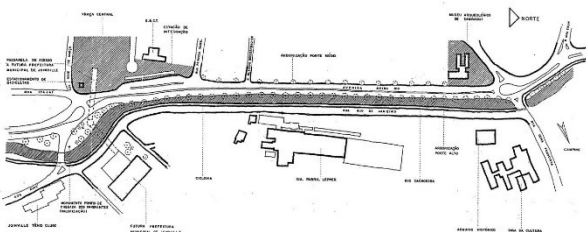


Proposta para a Av. Beira Rio – O projeto previa a criação de amplo passeio público com áreas de estar e circulação, reforçados por iluminação pública e arborização de grande porte. Criação de decks sobre o rio, com equipamentos e mobiliários urbanos. Proposta não implantada, com exceção da arborização.

### ÁREA 6

#### AV. BEIRA-RIO

• CRIAÇÃO DE PASEIO PÚBLICO (PROMENÁDIO) AO LONGO DO RIO FORMANDO SISTEMA DE ESCUDO DO ESTABECIMENTO E CIRCULAÇÃO, PREVER A CRIAÇÃO DE CALÇADOS AMPLOS EM ÁREAS DE LAJOS DA VIA (REPLANTADA)  
 • REFUGIO DOS ESPOÇOS AO LONGO DA VIA ATRAVÉS DE ILUMINAÇÃO ESPECIAL E MOBILIÁRIO PROMENÁDIO DE GRANDE ALTURA.  
 • CRIAÇÃO DE REDENTOS PROMENÁDIO SOBRE O RIO NA LONJA, EXTERNA, EQUIPADA COM MOBILIÁRIO URBANO TIPO "PÁVIA".  
 • DETERMINAR CONTROLE MORFOLÓGICO DAS CONTRIBUIÇÕES AO LONGO DA VIA, ELABORAR DESENHOS QUE DESTINEM RECORSES MANEJOS DE SINALS AMPLITUDE E OBE VOLUMETRIA ADQUISTA A VIA DO SISTEMA.  
 • CLAR CONCESSO CLARO ENTRE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS, COMPTO MOBILIÁRIOS E OS ESTABECIMENOS NA MANEIRA ORÇAS, ANUQUO INTERIORES DAS DA TULLORRA.  
 • GARANTIR UM ESTACIONAMENTO DE BICICLETAS NA PRACA CENTRAL, JUNTO A PAVANELLA.

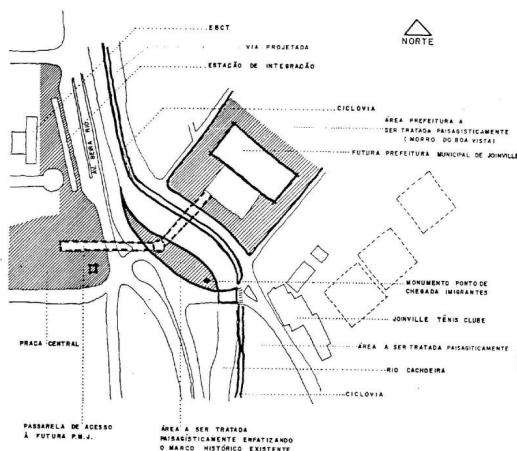


Proposta para a futura Prefeitura – Criação de área frontal junto a nova prefeitura, previsão de acesso de pedestres para a área de proteção ambiental e morro do Boa Vista, criação de passarela e de ciclovia ligando a cidade de norte a sul. Proposta implantada, mas com necessidade de revitalização atual.

## ÁREA 7

### FUTURA PREFEITURA

- CRIAÇÃO NA ÁREA FRONTAL À NOVA P.M.J. DE ESPLANADA DE ACESSO EM TERRAÇÃO
- ESTUDAR POSSIBILIDADE DE ACESSO DE PEDESTRES À ÁREA DE PROTEÇÃO FLORESTAL E MORRO ADJACENTE.
- CRIAÇÃO DE PASSARELA AMPLA SOBRE O RIO E A VIA MARGINAL, COM ELEMENTO CENTRAL DE ROTACÃO DANDO ACESSO (CIRCULÇÃO VERTICAL) À ÁREA DE CHEGADA DOS IMIGRANTES À CIDADE. ESTE ELEMENTO PODE TAMBÉM DEMARCAR SIMBOLICAMENTE A ÁREA, CHAMANDO ATENÇÃO PARA SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA.
- CRIAÇÃO DE CAMINHO DE PEDESTRES E CICLOVIA JUNTO AO RIO, UNINDO ÁREAS DO SUL E DO NORTE DO TRECHO EM QUESTÃO.



Proposta para o Mercado Municipal – A proposta previa a recuperação de edificações com valores históricos e culturais, instalação de equipamentos e mobiliários e a substituição de usos para adequação ao plano vigente. Proposta parcialmente implantada – pouco mobiliários e edificações históricas descaracterizadas.

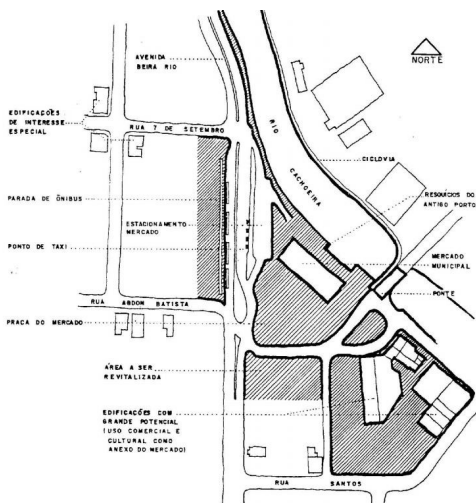
## ÁREA 8

### MERCADO MUNICIPAL

ÁREA A SER REVITALIZADA ATRAVÉS DE UMA SUBSTITUIÇÃO GRADATIVA DOS USOS CONSIDERADOS INCOMPATÍVEIS E DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

PROPÕE-SE A RECUPERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DE VALOR CULTURAL, ARQUITETÔNICO E OU HISTÓRICO.

INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (MOBILIÁRIO URBANO, ILUMINAÇÃO DE RUA, TRATAMENTO DE PASSEIOS).





## APÊNDICE E – TABELA COMPARATIVA DOS BAIRROS

Relação das áreas de bairro, com as áreas de praça de cada bairro, densidade populacional por bairro e quantidade de ELPs por habitante em cada bairro.

Fonte: IPPUJ, 2015, tabelado pela autora, 2016.

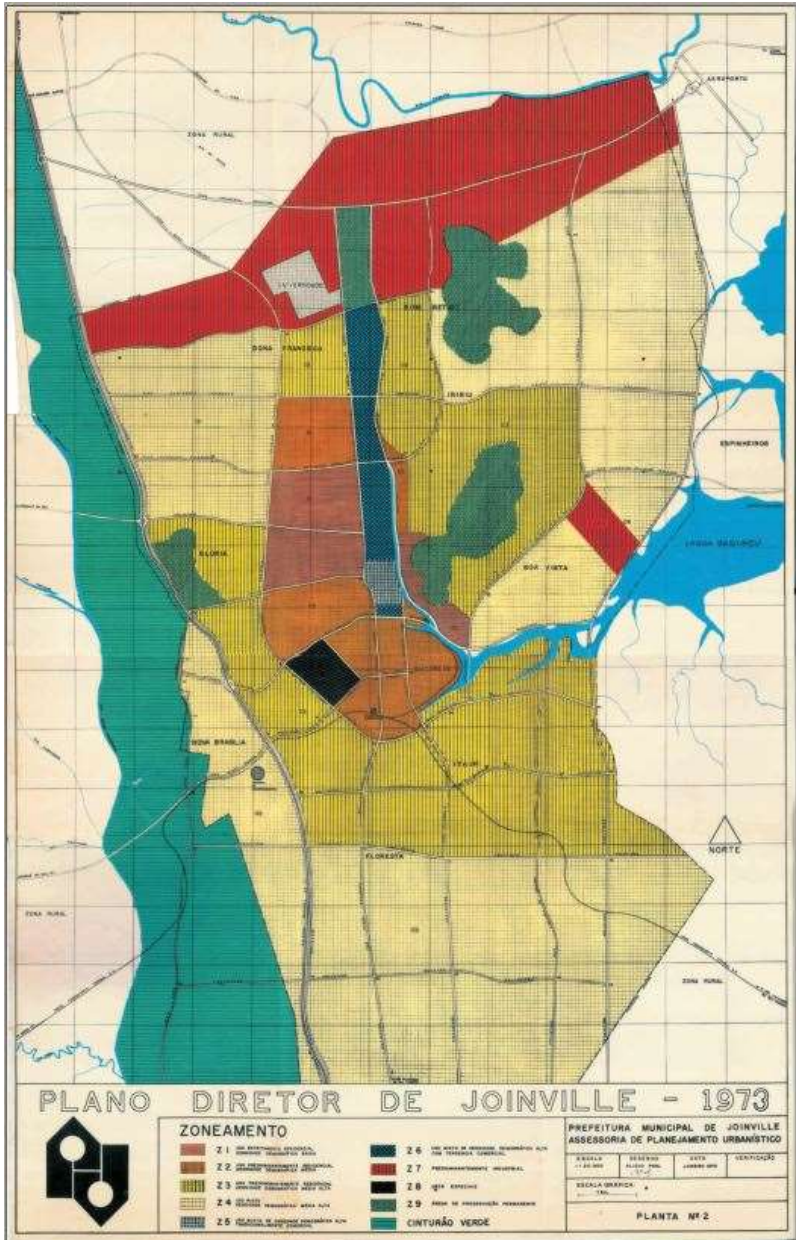
Bairro	Área do bairro (m <sup>2</sup> )	Nr. De Espaços públicos de praça	Área total dos ELPLER de praça (m <sup>2</sup> )	Porcentagem de ELPLER de praça no bairro	Densidade demográfica do bairro (hab./km <sup>2</sup> )	População em 2014	Quantidade de ELPLER por habitante (m <sup>2</sup> /hab.)	Rendimento médio (sm/mês)
ADHEMAR GARCIA	1.958.630,406	3	20.742,39	1,06%	5.095	9.986,00	2,08	1,58
AMÉRICA	4.539.425,766	2	3.333,82	0,07%	2.670	12.124,00	0,27	5,74
ANITA GARIBALDI	3.043.902,985	2	6.487,74	0,21%	2.888	8.779,00	0,74	4,24
ATIRADORES	2.806.681,031	2	1.512,58	0,05%	1.916	5.383,00	0,28	6,46
AVENTUREIRO	9.435.073,217	5	25.961,53	0,28%	3.980	37.574,00	0,69	1,57
BOA VISTA	5.363.852,426	9	36.748,31	0,69%	3.341	17.908,00	2,05	2,03
BOEHMERWALD	3.137.399,392	2	21.420,34	0,68%	5.561	17.462,00	1,23	1,52
BOM RETIRO	3.905.595,482	4	1.1225,6	0,29%	3.241	12.674,00	0,89	2,92
BUCAREIN	2.040.076,960	3	15.599,21	0,76%	2.863	5.841,00	2,67	3,9
CENTRO	1.313.956,242	9	46.969,55	3,57%	4.076	5.339,00	8,80	6,36
COMASA	2.717.169,175	4	29.457,03	1,08%	7.756	21.096,00	1,40	1,52
COSTA E SILVA	6.581.294,328	4	34.820,38	0,53%	4.486	29.518,00	1,18	2,61
DONA FRANCISCA	1.098.902,039	0	0,00	0,00%	568	568,00	0,00	1,96
ESPINHEIROS	2.738.792,972	4	15.382,39	0,56%	3.275	8.974,00	1,71	1,52
FÁTIMA	2.215.060,842	1	2.133,84	0,10%	6.803	15.101,00	0,14	1,4
FLORESTA	4.993.435,855	5	20.267,86	0,41%	3.880	19.359,00	1,05	2,42
GLÓRIA	5.373.089,732	3	4.249,02	0,08%	2.070	11.115,00	0,38	4,22
GUANABARA	2.552.204,227	5	45.739,50	1,79%	4.791	12.218,00	3,74	2,07
IRIRIÚ	6.222.047,944	5	9.404,52	0,15%	3.866	24.048,00	0,39	2,12
ITAUUM	3.177.918,214	1	3.946,33	0,12%	4.835	15.376,00	0,26	1,77
ITINGA	7.736.541,028	2	12.991,66	0,17%	900	6.847,00	1,90	1,45
JARDIM IRIRIÚ	3.300.163,257	3	18.325,10	0,56%	7.422	24.493,00	0,75	1,52
JARDIM PARAISO	3.220.703,572	2	8.585,17	0,27%	5.613	18.072,00	0,48	1,16
JARDIM SOFIA	2.134.901,249	2	25.097,88	1,18%	2.123	4.543,00	5,52	1,58
JARIVATUBA	2.085.097,499	2	5.420,67	0,26%	6.343	13.257,00	0,41	1,41

JOÃO COSTA	3.410.211,936	3	8.925,63	0,26%	3.964	13.518,00	0,66	1,52
MORRO DO MEIO	5.427.916,327	2	17.900,74	0,33%	1.947	10.574,00	1,69	1,3
NOVA BRASÍLIA	7.854.337,726	4	6.950,62	0,09%	1.756	13.787,00	0,50	1,68
PARANAGUAMIRIM	11.617.352,122	3	4.183,64	0,04%	2.593	29.844,00	0,14	1,17
PARQUE GUARANI	4.441.086,269	2	7.495,61	0,17%	2.601	11.444,00	0,65	1,24
PETRÓPOLIS	3.043.925,742	2	5.109,33	0,17%	4.733	14.389,00	0,36	1,54
PIRABEIRABA	6.086.818,840	2	3.228,30	0,05%	733	4.466,00	0,72	2,15
PROFIPO	1.660.129,412	1	12.622,65	0,76%	2.866	4.757,00	2,65	1,61
RIO BONITO	5.714.567,479	1	2.018,42	0,04%	1.171	6.712,00	0,30	1,49
SAGUAÇU	4.886.099,100	4	16.135,26	0,33%	2.880	14.086,00	1,15	3,6
SANTA CATARINA	5.419.521,633	1	470,47	0,01%	1.203	6.519,00	0,07	1,67
SANTO ANTÔNIO	2.199.346,900	2	3.387,11	0,15%	3.207	7.056,00	0,48	3,96
SAO MARCOS	5.711.534,738	2	4.213,44	0,07%	499	2.851,00	1,48	2,29
ULYSSES GUIMARÃES	3.229.874,251	1	10.304,90	0,32%	3.121	10.079,00	1,02	1,14
VILA CUBATÃO	360.642,809	1	6.039,27	1,67%	2.969	1.069,00	5,65	1,48
VILA NOVA	14.178.654,827	5	16.930,40	0,12%	1.670	23.687,00	0,71	1,76
ZONA INDUSTRIAL NORTE	30.071.539,140	0	1.070,23	0,00%	110	3.295,00	0,32	1,39
ZONA INDUSTRIAL TUPY	1.472.671,764	0	0,00	0,00%	32	48,00	0,00	1,73

## **ANEXOS**



## ANEXO A – ZONEAMENTO URBANO DO PLANO DIRETOR DE 1973.



## ANEXO B – MACROZONEAMENTO URBANO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE 2008

